

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA
SETOR DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM JORNALISMO

ABINOAN SANTIAGO DOS SANTOS

A FORMAÇÃO DA IMPRENSA DA AMAZÔNIA: O PRIMEIRO SÉCULO DO
JORNALISMO DO AMAPÁ (1890-1990)

PONTA GROSSA/PR

2019

ABINOAN SANTIAGO DOS SANTOS

A FORMAÇÃO DA IMPRENSA DA AMAZÔNIA: O PRIMEIRO SÉCULO DO
JORNALISMO DO AMAPÁ (1890-1990)

Dissertação apresentada para obtenção
do título de grau de Mestre na
Universidade Estadual de Ponta Grossa,
Trabalho apresentado ao Programa de
Pós Graduação Mestrado em Jornalismo.

Linha de pesquisa: Processos de
Produção Jornalística

Orientadora: Dr^a Paula Melani Rocha

PONTA GROSSA/PR

2019

Santos, Abinoan Santiago dos

S237 A formação da imprensa da Amazônia: o primeiro século do jornalismo do Amapá (1890-1990) / Abinoan Santiago dos Santos. Ponta Grossa, 2019.

310 f.

Dissertação (Mestrado em Jornalismo - Área de Concentração: Processos Jornalísticos), Universidade Estadual de Ponta Grossa.

Orientadora: Profa. Dra. Paula Melani Rocha.

1. Jornalismo amazônico. 2. Jornalismo regional. 3. História do jornalismo. 4. Amapá. I. Rocha, Paula Melani. II. Universidade Estadual de Ponta Grossa. Processos Jornalísticos. III.T.

CDD: 070.4

ABINOAN SANTIAGO DOS SANTOS

A FORMAÇÃO DA IMPRENSA DA AMAZÔNIA: O PRIMEIRO SÉCULO DO
JORNALISMO DO AMAPÁ (1890-1990)

Dissertação apresentada para obtenção do título de grau de Mestre na Universidade Estadual de Ponta Grossa, Programa de Pós Graduação Mestrado em Jornalismo.

Ponta Grossa, 26 de fevereiro de 2018

Prof^a. Paula Melani Rocha – Orientadora
Doutora em Ciências Sociais
Universidade Estadual de Ponta Grossa

Prof. Felipe Simão Pontes
Doutor em Sociologia Política
Universidade Estadual de Ponta Grossa

Fábio Henrique Pereira
Doutor em Comunicação
Universidade de Brasília



Universidade Estadual de Ponta Grossa
Setor de Ciências Sociais Aplicadas
Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação
Programa de Pós-Graduação (Mestrado) em Jornalismo

TERMO DE RESPONSABILIDADE
Declaração de Compromisso Ético com a Originalidade Científico-Cultural

Eu, Abinoan Santiago dos Santos, CPF número 001.874.512-14, RG número 178032/AP, responsabilizo-me pela redação do trabalho intitulado: A formação da imprensa na Amazônia: o primeiro século do jornalismo do Amapá (1890-1990), atestando que todos os trechos que tenham sido transcritos de outros documentos (publicados ou não), e que não sejam de minha exclusiva autoria, estão citados entre aspas, com a devida indicação da fonte (autor e data) e a página que foram extraídos (se transcritos literalmente) ou somente indicados fonte e ano (se utilizada a ideia do autor citado), conforme os padrões da ABNT vigentes. Declaro, ainda, ter pleno conhecimento de que posso ser responsabilizado(a) legalmente caso infrinja tais disposições.

Ponta Grossa, 26 de fevereiro de 2019.

A handwritten signature in blue ink that reads 'Abinoan Santiago dos Santos'. The signature is fluid and cursive, with a horizontal line drawn underneath it.

Abinoan Santiago dos Santos
RA nº 3100117001018

À minha mãe, pai, irmãs,
esposa e filho.

Ao Amapá.

AGRADECIMENTOS

A inexistência de registros deixados pelo passado no presente é um dos desafios enfrentados em pesquisas de resgates históricos, conforme mostrou o desenvolvimento deste estudo. Com isso, se o gesto da gratidão por meio de palavras lançadas ao vento tiver memória curta, quero aqui eternizá-lo. Se parecer que agradei pessoas demais, não tem problema. O agradecimento tem dosagem que não faz mal a ninguém. Para fazer a diferença na vida de alguém não é preciso grandes atos. Cada indivíduo nestas singelas páginas participou de alguma maneira para que eu pudesse finalizar este ciclo.

Agradeço a minha mãe, Ivanete Gomes Santiago, por ter ensinado valores que carrego ao longo da vida, mesmo tendo grau de instrução limitado, mostrando que a sabedoria do ser humano não se resume a um título acadêmico; por se emocionar nas minhas vitórias e incentivar nas minhas derrotas, e por ter me dado coragem em deixar o Amapá para seguir o caminho que pudesse me fazer feliz, mesmo que a minha felicidade fosse igualmente do tamanho da saudade um do outro.

Ao meu pai, Gamaliel Serrão dos Santos, que em meio às diversas dificuldades, enfrentou madrugadas em busca de vagas em escolas públicas de Macapá para conseguir me matricular. O seu esforço me fez dar valor a cadeira ocupada na sala de aula.

Às minhas irmãs, Maria e Pâmela, por terem sido amigas e companheiras de risos e choros nas alegrias e desafios dolorosos que passamos ao longo de nossas vidas e por se dedicarem ainda mais aos cuidados de nossa mãe enquanto estou longe.

À minha tia, Ademirde Serrão, que sempre estendeu a mão a minha família em momentos em que precisamos; e por se preocupar e cuidar da saúde dos meus avós, Maria e Antônio, para que pudessem acompanhar, mesmo que de longe, a conclusão desta etapa da minha vida.

À minha companheira, Larissa Cantuária Lucena, ao aceitar largar tudo no Amapá em direção ao Paraná, em 2017, com o nosso filho, então com cinco meses de idade; e por ser cúmplice, amiga e parceira em todas as situações que o destino impôs em nossas vidas. Aprovada no mestrado um ano depois de chegar a Ponta Grossa, me orgulha por ser uma aluna melhor do que eu fui.

Ao meu filho Davi, por ter me dado alegria em meio aos meus dilemas de pesquisa.

Aos meus sogros, Hirvan Lucena e Carmen Cantuária, que não mediram esforços em darem auxílio em diversos momentos de nossa vivência em Ponta Grossa e por terem nos visitados tantas vezes, dando felicidade a Larissa e ao Davi.

Aos meus amigos do Amapá, André de Jesus, Ana Girlene, Dyepeson Martins, Edenilson Mendes, John Pacheco, Kássia Huanne, Karen Kelly, Lorena Kubota, Thainara Azevedo e Thiago Pereira. As mensagens em tom de brincadeira no WhatsApp perguntando se eu estava vivo traduzia a preocupação deles comigo.

À minha orientadora Paula Melani Rocha, por ter compreendido e auxiliado a resolver meus dilemas de pesquisa e por exercer em diversos momentos o papel de mãe, amiga e conselheira, mesmo que não tenha percebido.

À professora Karina Woitowicz, pela ajuda burocrática nas minhas trapalhadas ainda na inscrição para o processo seletivo de alunos.

Ao professor Felipe Pontes, que em meio a um café e outro na sala do mestrado, contribuiu de alguma maneira com sugestões para este estudo; e por ter sido o primeiro, inclusive, a indicar a possibilidade de resgatar a história do jornalismo do Amapá.

Aos demais professores, Carlos Moraes, Cintia Xavier, Hebe Oliveira, Graziela Bianchi, Ivan Bomfim, Marcelo Bronosky e Sérgio Gadini, pelos debates durante as disciplinas e reflexões em torno do campo de pesquisa do jornalismo.

Aos membros da banca de qualificação, que depois continuaram para a defesa, em especial ao esforço do professor Fábio Henrique Pereira em se colocar disponível mesmo em missão científica fora do Brasil.

Aos amigos que a turma do mestrado me deu, que pretendo manter ao longo da vida: Daniela Borcezi, Edilene Ogura, Ilton Porto, Vanessa Torres e Vinícius Biazotti.

Aos bolsistas, por dividirem as tarefas da pós-graduação: Edilene, Felipe, Gabriela, Ilton, Larissa, Matheus, Melissa e Paula Silveira.

Às secretárias do mestrado, Adriane e Joseli, por auxiliarem em trâmites administrativos.

À Capes, por financiar a bolsa de estudo recebida ao longo do desenvolvimento desta pesquisa no mestrado em Jornalismo na UEPG.

RESUMO

Esta pesquisa tem como objetivo principal sistematizar a conformação dos primeiros 100 anos do jornalismo no Amapá, entre 1890 a 1990. O período compreende dois momentos político-administrativos. No primeiro, a localidade encontrava-se subordinada ao Pará até 1943. O segundo período durou até 1990 e representou a fase que esteve na condição de território federal sob tutela da União. A metodologia compreendeu pesquisa bibliográfica, pesquisa documental e entrevistas de história oral com jornalistas. As técnicas deram subsídio para a realização do mapeamento de veículos, estabelecimento dos marcos jornalísticos, apontamento das conexões entre o jornalismo e aspectos econômicos, políticos, sociais, tecnológicos e culturais da sociedade e indicação das características dessa imprensa. Por ser uma mídia fora do eixo *mainstream*, o jornalismo regional emerge como principal aporte teórico, contudo, esta pesquisa propõe um novo termo, o Jornalismo Amazônico, delineado pela especificidade logística da região. Este estudo culminou na catalogação de 27 iniciativas jornalísticas entre jornais impressos, rádios e TVs, que representaram 47 marcos na história do jornalismo amapaense. A questão política é o fator mais comum que atravessa os impressos e os veículos de radiodifusão em uma imprensa que tem como principal característica a dependência financeira de verbas publicitárias do governo local.

Palavras-chave: Jornalismo Amazônico; jornalismo regional; história do jornalismo; Amapá.

ABSTRACT

The main objective of this research is to systematize the formation of the first 100 years of journalism in Amapá, between 1890 and 1990. The period comprises two political-administrative moments. In the first, the locality was subordinate to Pará until 1943. The second period lasted until 1990 and represented the phase that was in the condition of federal territory under the command of the Union. The methodology comprised bibliographic research, documentary research and oral history interviews with journalists. The techniques provided subsidies for the realization of vehicle mapping, establishment of journalistic milestones, pointing out the connections between journalism and economic, political, social, technological and cultural aspects of society and indication of characteristics of this press. Because it is a media outside the mainstream, regional journalism emerges as the main theoretical contribution of this study, which culminated in the cataloguing of 27 journalistic initiatives among printed newspapers, radios and TVs, which represented 47 milestones in the history of amapaense journalism. The political issue is the main factor that crosses the print and broadcasting vehicles in a press that has as main characteristic the financial dependence of local government advertising funds.

Keywords: journalism in Amazonia; Regional journalism; History of journalism; Amapá.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Mapa da divisão na América do Sul sob o Tratado de Tordesilhas	98
Figura 2 – Mapa da Capitania do Cabo Norte, atual Amapá	99
Figura 3 – Contestado Franco-Brasileiro, entre 1713 a 1900.....	101
Figura 4 - Primeira edição d'O Democrata, de 1º de janeiro de 1890	116
Figura 5 - Primeira edição do Pinsônia, de 15 de novembro de 1895.....	120
Figura 6 - Página da edição nº 2, de 25 de novembro de 1895 com seção “Collaboração”	125
Figura 7 – Edição de 13 de abril de 1980 do Jornal do Povo	148
Figura 8 – Edição de 24 de maio de 1985 do Jornal do Povo	153
Figura 9 – Capa da edição de 14 de julho de 1982 da Folha do Povo	156
Figura 10 – Edição 01, do Marco Zero do Equador, de 31 de março de 1978	160
Figura 11 – Capa do caderno especial do Marco Zero do Equador sobre a ICOMI, de 16 de julho de 1987	161
Figura 12 – Capa de 7 de agosto de 1981 d'O Estado do Amapá	163
Figura 13 – Capa de 23 a 28 de abril de 1983, d'O Estado do Amapá	164
Figura 14 – Primeira capa do Jornal do Amapá, de 27 de maio de 1985.....	166
Figura 15 – Edição 01 do Correio Popular, de 7 de setembro de 1985.....	169
Figura 16 – Capa do segundo caderno do Correio Popular	170
Figura 17 – Coluna Mulher para Mulher do Correio Popular	170
Figura 18 – Página de janeiro de 1987 da Gazeta Trabalhista	173
Figura 19 – Capa de 12 de junho de 1987 do Jornal do Dia	175
Figura 20 – Capa do Amapá Estado, de 9 de julho de 1995	182
Figura 21 – Primeira transmissão ao vivo do telejornalismo do Amapá	219

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Categorias para sistematizar os veículos jornalísticos amapaenses.....	23
Quadro 2 – Levantamento de teses e dissertações sobre a imprensa do Amapá nas bases de dados da Capes e da Biblioteca Nacional.....	26
Quadro 3 – Informações sobre os entrevistados de acordo com trajetória profissional, idade, mídias por onde passou e funções que desempenhou.....	39
Quadro 4 – Cronologia da imprensa brasileira no período pré-Independência.....	48
Quadro 5 – Os primeiros jornais da região Norte e suas características	67
Quadro 6 – As primeiras rádios na região Norte	75
Quadro 7 – As primeiras emissoras de TV da região Norte	78
Quadro 8 - Recortes espaciais, suas escalas, níveis e exemplos jornalísticos, de acordo com Aguiar (2016)	84
Quadro 9 – Definições de jornalismo regional por Bueno (2013)	86

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Cronologia do surgimento da imprensa nas províncias pós-Independência	49
Tabela 2 – Cronologia do surgimento da imprensa na região Norte	62
Tabela 3 - Evolução histórica da população do Amapá e de seus municípios entre 1907 e 1908	103
Tabela 4 - Ocorrências sobre o Amapá em O Democrata (1890 a 1893)	114
Tabela 5 - Quantidade de edições do Pinsônia por ano.....	119

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	14
1. METODOLOGIA	23
1.1. PESQUISA BIBLIOGRÁFICA.....	25
1.2. PESQUISA DOCUMENTAL	30
1.3. HISTÓRIA ORAL.....	35
2. AS GÊNESES DO JORNALISMO NO BRASIL E REGIÃO NORTE: O PECULIAR JORNALISMO AMAZÔNICO	42
2.1. A HISTORIOGRAFIA POSITIVA COMO CAMINHO	42
2.2. JORNALISMO IMPRESSO NO BRASIL	45
2.3. RÁDIO NO BRASIL.....	50
2.4. TELEJORNALISMO NO BRASIL.....	56
2.5. O INÍCIO DO JORNALISMO NA REGIÃO NORTE	61
2.6. JORNALISMO FORA DOS GRANDES CENTROS	80
2.7. LOCAL, INTERIOR OU REGIONAL? NA AMAZÔNIA, É JORNALISMO AMAZÔNICO	81
3. AMAPÁ: DA TERRA DO TUCUJUS À FORMAÇÃO COMO ESTADO.....	97
3.1. NA FOZ DO AMAZONAS, UM LUGAR CHAMA ATENÇÃO DA EUROPA.....	97
3.2. TERRITÓRIO FEDERAL DO AMAPÁ, UM ESPAÇO IMAGINADO.....	103
4. A PRIMEIRA FASE DO JORNALISMO DO AMAPÁ: A IMPRENSA ENQUANTO TERRITÓRIO PARAENSE (1890-1943).....	111
4.1. JORNALISMO IMPRESSO	111
5. A SEGUNDA FASE DO JORNALISMO DO AMAPÁ: A IMPRENSA NO TERRITÓRIO FEDERAL (1943-1990).....	131
5.1. JORNALISMO IMPRESSO	132
5.2. RADIOJORNALISMO	187
5.3. TELEJORNALISMO	211
CONCLUSÃO	224
REFERÊNCIAS.....	230
APÊNDICE A – ENTREVISTA COM O JORNALISTA ÉDI PRADO RIBEIRO	241
APÊNDICE B – ENTREVISTA COM O JORNALISTA LUIZ DE MELO FERREIRA	251
APÊNDICE C – ENTREVISTA COM O JORNALISTA HUMBERTO MOREIRA ...	261
APÊNDICE D – ENTREVISTA COM O JORNALISTA PAULO SILVA.....	270
APÊNDICE E – ENTREVISTA COM O JORNALISTA ERALDO TRINDADE	278
APÊNDICE F – ENTREVISTA COM A JORNALISTA ALCINÉA CAVALCANTE.....	286

APÊNDICE G – ENTREVISTA COM O JORNALISTA RANDOLPH SCOOT.....	296
APÊNDICE H – ENTREVISTA COM O JORNALISTA ROBERTO NASCIMENTO	300
APÊNDICE I – ENTREVISTA COM O JORNALISTA RODOLFO JUAREZ	303

INTRODUÇÃO

Como território brasileiro delimitado desde o século XVI, quando recebeu a primeira denominação de Capitania do Cabo Norte, a linha do tempo do Amapá se contrasta por ser uma das mais jovens Unidades da Federação (UF). A integração como mais um Estado na divisão político-administrativa do país ocorreu por imposição da Constituição de 1988, que acabou com os cinco Territórios Federais (TFs), criados em 1943, pelo então presidente Getúlio Vargas.

A mudança de status político-administrativo não aconteceu imediatamente. A instalação do estado amapaense se deu em 1 de janeiro de 1991, quando assumiram os cargos os primeiros deputados estaduais na Assembleia Legislativa, que por sua vez deram posse ao primeiro governador eleito, Anníbal Barcellos. Os políticos se elegeram no pleito de 1990.

Do nascimento do Território Federal do Amapá (TFA) - em 13 de setembro de 1943 - até sua instalação como Unidade da Federação, transcorreram 47 anos. Sob a tutela da União, o intervalo compreendeu momentos distintos da história brasileira: o Estado Novo, na Era Vargas; 1945 a 1964, a primeira experiência democrática brasileira; Ditadura Militar até 1985; e a Nova República. A história do Amapá, contudo, não começa em 1943. Antes de virar Território Federal, essas terras no extremo Norte do Brasil se tornaram Capitania Hereditária em 1637. A referida condição durou até 1713 ao serem repassadas à administração da Capitania do Grão-Pará (atual estado do Pará), ato confirmado somente em 1990, quando terminou a contestação da França pelo território. O conflito diplomático é conhecido como Contestado Franco-Brasileiro.

Em meio a esses eventos históricos, surge a imprensa no Amapá, em 1890, objeto de pesquisa que norteia a presente dissertação. Produzido em Belém, no Pará, *O Democrata* é o primeiro a circular nessas terras do contestado à margem direita do rio Amazonas. O primeiro contato do povo amapaense com o jornalismo tem como uma das motivações um marco histórico-político da época. O referido periódico era contra o regime proveniente da Proclamação da República em 15 de novembro de 1889 e buscou difundir seus ideais para cidadãos e lugares além dos limites de Belém. Com isso, Macapá tornou-se um dos alvos da circulação. O jornal

é considerado como parte da imprensa amapaense por também publicar em suas páginas notícias sobre o cotidiano macapaense.

Em razão da circulação d'*O Democrata* em seu território - dentre os estados que atualmente compõem a região Norte - o Amapá se torna o terceiro a ter jornalismo, atrás somente de Pará e Amazonas. Do ponto de vista geográfico, os amapaenses são os pioneiros na chamada periferia da Amazônia (MUNARO, 2014), formada pelas demais capitais influenciadas por Belém e Manaus, as duas metrópoles da região.

Em outras palavras, ao ter como parâmetro geográfico a Amazônia, Luís Munaro (2014) considera que o Amapá faz parte da “periferia da periferia”, assim como Acre, Rondônia, Roraima e Tocantins. A expressão do autor é alinhada com o que se entende por jornalismo fora do eixo *mainstream* brasileiro, compreendido basicamente pelo Sudeste, em especial Rio de Janeiro e São Paulo; e pela capital federal, Brasília.

As denominações atribuídas às práticas jornalísticas às margens das principais metrópoles do país são assimétricas: jornalismo de interior (ASSIS, 2013), jornalismo regional (AGUIAR, 2016) e jornalismo local (DORNELLES, 2009). Elas apresentam pontos conexos e desconexos entre si em aspectos como, por exemplo, editoriais e periodicidade. Contudo, o caráter geográfico se apresente como o elo que atravessa os referidos termos, pois todos se dedicam ao estudo da mídia fora do *mainstream*. É nesse contexto que o jornalismo do Amapá está inserido.

Mesmo sendo parte do cotidiano do campo profissional no jornalismo desde o fim do século XIX e vitrine para demandas coletivas de comunidades, a imprensa em cidades periféricas é pouco explorada por pesquisadores de mídia (MARQUES DE MELLO, 2005; DORNELLES, 2010). A academia não acompanhou o interesse dos conglomerados por essas realidades (ASSIS, 2013; AGUIAR, 2016; PINTO, 2015; PERUZZO, 2005), algo que se acentuou a partir dos anos 1980 com a criação de sucursais, filiais ou manutenção de correspondentes no interior dos estados por jornais impressos e emissoras de radiodifusão sediados nas capitais e mais recentemente, na primeira década do século XXI, com a criação de sites pelos mesmos grupos midiáticos. Para Pâmela Pinto (2015), um dos motivos para esse vazio científico em relação aos de jornalismo regional é a distribuição desigual dos cursos de jornalismo no país, com a maioria concentrada no Sudeste. Somente São

Paulo abrange mais de 20% dos cursos de jornalismo do país, conforme duas das três bases de dados utilizadas por Gabriela Almeida e Felipe Pontes (2017).

A lacuna deixada nos estudos de comunicação para o tema pode ser interpretada como um reflexo de assimetrias na própria área como o desenvolvimento desigual (e tardio) dos cursos de Jornalismo (e outras habilitações) nas diferentes regiões brasileiras e a concentração acadêmica dos programas de pós-graduação em comunicação no Sudeste. Esse último fator acentua o olhar supervalorizado para o conjunto de veículos e produtos sediados nessa região nas pesquisas e nas bibliografias. (PINTO, 2015, p.28).

Na pós-graduação, Gabriela Almeida (2018) mostra que a descentralização dos programas em Comunicação para lugares além do Sudeste e Brasília apresentou atraso, sendo concretizado somente em 1990, com a Universidade Federal da Bahia (UFBA). Até então, desde 1972 - ano da inauguração da primeira pós-graduação na área - os 11 cursos de mestrado e doutorado existentes à época estavam distribuídos em cinco instituições de ensino superior: Uma no Rio de Janeiro, uma em Brasília e três em São Paulo.

Na região Norte, os primeiros mestrados na área demoraram ainda mais para serem ofertados. O primeiro, na Universidade Federal do Amazonas (UFAM), é de 2010; e o segundo, na Universidade Federal do Pará (UFPA); é de 2012. Tocantins teve sua aula inaugural em 2016. O restante dos estados ainda não dispõe da qualificação *stricto sensu* na área.

Ao levantar as teses e dissertações defendidas com a temática de jornalismo entre o período de 1972 e 2015, Almeida (2018) revela que a tardia oferta de pós-graduação na área pelas instituições do Norte coloca a região com menor quantidade proporcional de pesquisas concluídas no referido intervalo. No filtro entre as teses e dissertações defendidas em programas de pós-graduação de Comunicação e Jornalismo no intervalo de 2010 a 2015, as universidades nortistas colaboram com 69 pesquisas em um universo de 4.673 defendidas (ALMEIDA; PONTES, 2017). O Sudeste abrange mais de metade desse período de cinco anos, com 2.800.

No Amapá, além de ainda não dispor de uma pós-graduação *stricto sensu* em Comunicação ou Jornalismo, a graduação chegou tardiamente. Mais de meio de século depois da abertura do primeiro curso de jornalismo no Brasil, em 1947, na Cásper Líbero, o Amapá teve pela primeira vez a oferta da formação profissional na

área. Isso ocorreu em 2001, na antiga Faculdade Seama (atual Estácio). Na Universidade Federal do Amapá (Unifap), a graduação em jornalismo começou em 2011. Até 2018, era a última instituição pública na região Norte a ter disponibilizado o curso.

Como reflexo desse panorama acadêmico, ainda não existe uma pesquisa de pós-graduação de mestrado ou doutorado que tenha o jornalismo amapaense como principal objeto teórico de estudo. Aproximam-se do referido campo de pesquisa os estudos de Rostan Martins (2002; 2012), Jackson Barbosa (2014), Manoel Souza (2016) e Jacks Júnior (2018), conforme consulta no banco de teses e dissertações da Capes e da Biblioteca Nacional.

Martins (2002; 2012) em sua dissertação e tese analisa as respectivas relações do rádio com os ribeirinhos e praticantes do marabaixo – dança folclórica típica do Amapá. Em ambos os casos, a semiótica e oralidade emergem como principal aporte. Barbosa (2014) se ancora no eixo-teórico da comunicação pública para analisar a Agência Amapá, órgão de imprensa da Secretaria de Estado da Comunicação; Souza (2016) verifica a representatividade negra no *Jornal Amapá* a partir dos estudos de identidade da sociologia; e por fim, Júnior (2018) usa a pedagogia construtivista para viabilizar a desconstrução de conceitos étnico-culturais pré-estabelecidos com alunos de jornalismo de Macapá como maneira de diminuir eventuais desigualdades e racismo na imprensa do estado.

A partir do referido cenário, olhar para o jornalismo praticado fora do eixo Rio/São Paulo/Brasília, indica ser ainda um vasto caminho a ser desbravado pela comunidade acadêmica. Ao se direcionar para a imprensa do Amapá, a esta pesquisa, portanto, pretende ser mais uma peça do mosaico científico dos estudos de jornalismo regional. O contorno de sua relevância vai além por se colocar na vanguarda das pesquisas científicas sobre o jornalismo amapaense.

Tal responsabilidade acadêmica provoca o esforço de ancorar-se no resgate histórico das iniciativas jornalísticas amapaenses e seus marcos jornalísticos ao longo dos primeiros 100 anos da imprensa do Amapá, entre 1890 e 1990, a fim de fornecer subsídios para demais estudos do jornalismo desse lugar, no extremo Norte do Brasil. Vai ao encontro com a proposta defendida pelo norte-americano Michael Schudson (1997), ao discutir o estado da arte sobre as pesquisas do jornalismo dos Estados Unidos, propõe que no resgate histórico do jornalismo, o pesquisador não hesite em confrontar e interpretar os problemas enfrentados ao

longo da linha do tempo do campo da prática jornalística. “O que aconteceu no passado nesta nobre profissão em que os estudantes estão prestes a entrar?” (SCHUDSON, 1997, p.474).

Diante desse horizonte acadêmico, esta pesquisa tem o seguinte objetivo geral: a) Sistematizar a conformação da imprensa jornalística no Amapá entre 1890 e 1990. O seu desdobramento abrange outros quatro específicos:

- 1) Mapear jornais impressos, emissoras de rádios e de televisão que existiram no período entre 1890 e 1990;
- 2) Estabelecer marcos jornalísticos eventualmente representados pelas referidas iniciativas para o jornalismo amapaense; e
- 3) Identificar eventuais fatores sociais, políticos, econômicos, tecnológicos e culturais que possam ter contribuído para o surgimento e desenvolvimento do jornalismo no Amapá dentro do referido recorte temporal.

O recorte temporal de 100 anos representa os últimos dois momentos político-administrativos antes de o Amapá de virar uma Unidade da Federação. Foram 53 anos na condição de território anexo e subordinado ao Pará e outros 47 como território federal sob a tutela da União. Além de acontecimentos em âmbitos nacionais, ao longo de um século, eventos locais também permearam a história amapaense na seara política, social, tecnológica, econômica e cultural. Localmente, são exemplos desse período a formação de uma nova elite política com a indicação de governadores para administrar o território; o início da exploração de minério de manganês, que impulsionou o surgimento de novas cidades e melhorou a logística para o interior; além do crescimento populacional e; queda em índices de analfabetismo.

Como os dois momentos político-administrativos vividos pelo Amapá entre 1890 e 1990 têm suas próprias características e contornos, o seguinte questionamento norteia esta pesquisa: Como aspectos políticos, econômicos, sociais, culturais e tecnológicos do Amapá interferem na história do jornalismo amapaense, ao longo dos primeiros 100 anos?

Salienta-se que a relação com o contexto histórico do Amapá e a história do jornalismo deve-se à necessidade de pensá-los de forma conjunta no desenvolvimento de uma sociedade e não o jornalismo como uma derivação da

prática humana. Ao pensar na área da Comunicação, Raymond Williams (1992) considera ser indissociável escrever a história da comunicação sem considerar a própria história das instituições sociais e do desenvolvimento socioeconômico do espaço geográfico onde está inserida.

Os sistemas de comunicação nunca foram um agregado opcional à organização social ou à evolução histórica. Ao estudarmos sua verdadeira história, vemos que eles ocupam um lugar ao lado de outras formas importantes de organização e produção social, assim como ocupam um lugar na história da invenção material e da ordem econômica. (WILLIAMS, 1992, p.33, tradução do autor)¹.

No jornalismo, não é diferente. Michael Schudson (1997) critica a decisão de pesquisadores de não considerarem em seus estudos de história do jornalismo as questões econômicas, políticas e tecnológicas que atravessaram o jornalismo impresso, radiojornalismo e telejornalismo norte-americanos. Ao abrir mão de uma análise sem esse contexto, a escrita histórica torna-se algo isolado sem conexões suficientes para interpretá-la. Schudson (1997) cita o exemplo do jornalismo em Emporia, no estado de Kansas, que em 1857 viveu o apogeu da circulação de jornais impressos em decorrência de um fator político. As elites locais usavam o jornalismo para autopromoção e atração de imigrantes para a cidade ao encaminharem exemplares para demais lugares do Leste dos Estados Unidos.

No Brasil, um exemplo desse movimento de pesquisa é a tese de doutorado de Bruno Barreto (2011). Ao sistematizar um inventário das iniciativas jornalísticas dos estados do Centro-Oeste, o autor verificou que os aparecimentos de jornais impressos, rádios e TVs ao longo do tempo no cerrado brasileiro foram reflexos do crescimento da indústria e do agronegócio em Goiás, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul.

É importante ressaltar que o resgate histórico do jornalismo amapaense não é a história do contexto social do Amapá em suas vertentes econômicas, políticas, tecnológicas ou culturais. Marialva Barbosa (2013b) alerta que esse papel é do historiador. A lógica nesta dissertação é o estudo das possíveis relações entre os veículos de comunicação jornalísticos com aspectos contextuais do Amapá.

¹ Los sistemas de comunicación nunca han sido un añadido opcional en la organización social o en la evolución histórica. A medida que estudiamos su verdadera historia, vemos que ocupan un lugar junto a otras formas importantes de organización y producción social, del mismo modo en que ocupan un lugar en la historia de la invención material y de la ordenación económica (WILLIAMS, 1992, p.33).

Nesse sentido, numa história do jornalismo o nosso objeto estrito senso não são os jornais pura e simplesmente, mas os processos complexos que destacam práticas humanas na relação com os meios. A história do jornalismo também não é a do contexto social, político, econômico, em primeiro lugar, e ao qual se soma os periódicos, por exemplo. A lógica deve ser invertida: estudamos a complexa relação entre texto (os nossos objetos empíricos) envolvido por um contexto. Quem deve inverter a lógica da análise são os historiadores e não nós que pensamos a partir do campo da comunicação e da sua historicidade, construída por homens na sua mais completa ação no mundo. Nesse sentido, há um lugar metodológico particular para a construção de uma história do jornalismo. (BARBOSA, 2013, p.5).

O pesquisador deve considerar todo e qualquer vestígio deixado pelo passado no presente. Isso inclui tanto materiais científicos ou não (BARBOSA, 2013b). Mesmo os documentos sem valor oficial por uma instituição legitimada, como uma biblioteca ou acervo público, por exemplo, “são fontes inesgotáveis para as perguntas que do presente lançamos em direção ao passado” (BARBOSA, 2013b, p.8). Isso também inclui textos em sites de notícias, blogs pessoais, recortes de jornais, fotografias e material audiovisual. Isto é, o pesquisador não deve se dar ao prazer de desconsiderar os vestígios da história no presente. Seu papel é reconstruir, decifrar, interpretar e resgatar a história do jornalismo através deles.

Sendo assim, metodologicamente, o ponto inicial para a sistematização da conformação da imprensa amapaense esteve ancorado na pesquisa bibliográfica (LAVILLE; DIONNE, 1999; GALVÃO; PLUYE; RICARTE, 2017) a partir de eventuais pesquisas de pós-graduação sobre o jornalismo amapaense, conforme citado anteriormente, além de registros sobre o jornalismo do Amapá em sites, blogs e artigos científicos. Um exemplo de texto que serviu como guia foi o publicado em 2009, pelo jornalista e historiador Edgar Rodrigues, na página oficial do governo estadual, intitulado “As comunicações sociais do Amapá”. Nele, são indicados jornais impressos, emissoras de rádio e TVs que existiram até 1996. Como esta dissertação abrange até 1990, houve o crivo das informações para o recorte temporal de interesse, seguido do cruzamento com outros dados colhidos, ao longo da pesquisa de campo no Amapá entre 9 de julho a 10 de agosto de 2018. Além da pesquisa bibliográfica, que ainda incluíram achados em blogs pessoais e autobiografia de jornalistas, a coleta se valeu das técnicas de história oral (ALBERTI, 2008; CORRÊA, 1977; THOMPSON, 1999), com jornalistas que trabalharam no mercado dentro do recorte temporal do estudo; e pesquisa

documental (LE GOFF, 1990; BARCELLAR, 2008) por meio de consulta a acervos públicos e pessoais. A operacionalização de cada etapa compõe o capítulo I. De antemão, a sistematização conseguiu catalogar o surgimento de 27 veículos de comunicação, sendo 19 jornais impressos, cinco emissoras de rádio e outras três de TV existentes entre o período de 1890 e 1990, no Amapá.

Antes do detalhamento histórico de cada veículo de comunicação e os marcos jornalísticos representados por essas iniciativas, são pontualmente demarcadas no capítulo II as gêneses do jornal impresso, rádio e TV, no Brasil; e nos estados que compõem a região Norte. Esse movimento contextualiza de maneira temporal o lugar do jornalismo amapaense frente a outras realidades. A revisão revelou que o Amapá, como citado anteriormente, é o pioneiro da periferia da Amazônia a ter contato com o jornalismo, e ainda mostra o papel intervencionista desempenhado pelos governos dos territórios federais no surgimento da maioria das primeiras emissoras de rádio e de TV. Por ser uma imprensa fora do eixo *mainstream*, no mesmo capítulo são apontados referenciais teóricos que dão suporte para compreensão sobre esse jornalismo praticado às margens das principais metrópoles brasileiras. O debate centra para o que se entende por regional de acordo com Pâmela Pinto (2015) e Sônia Aguiar (2016), que trazem da geografia o conceito chave de escala para a compreensão dessa imprensa. Destaca-se que as referidas autoras abrangeram rádio e TV como objetos empíricos do jornalismo regional, diferentemente do reducionismo de demais estudiosos da temática, que se limitam ao jornal impresso, implicando na utilização de suas contribuições para outros tipos de mídia.

Os momentos político-administrativos vividos pelo Amapá ao longo dos 100 anos, recorte definido por esta pesquisa, protagonizam o debate do capítulo III. É seguida uma linha cronológica de marcos históricos, políticos, econômicos, tecnológicos, culturais e sociais do Amapá. Esses pontos são expostos em duas etapas. O primeiro compreende ao período em que os amapaenses estavam subordinados ao Pará, o qual durou até 1943. O segundo segue até 1990, quando a União indicou governadores para o então território federal. As informações do capítulo dão suporte para compreensão do surgimento e desenvolvimento do jornalismo amapaense, tendo em vista a imbricação entre sociedade e imprensa.

Os 27 veículos, aspectos contextuais e dados obtidos a partir das entrevistas de história oral, pesquisa documental e bibliográfica são analisados nos dois

capítulos seguintes, o IV e V. A organização segue a tendência da linha cronológica do próprio contexto social do Amapá. Ou seja, primeiramente, no capítulo IV, são apontadas as iniciativas até 1943. Esse período compreende apenas três jornais impressos, existentes entre 1890 e 1918. Por quase 30 anos, os amapaenses enfrentaram uma ausência de jornalismo. O capítulo V apresenta o período a partir de 1945, quando o governo territorial criou o *Jornal Amapá* e pôs fim ao vazio jornalístico que perdurou por quase três décadas.

1. METODOLOGIA

Para operacionalizar a sistematização da conformação do jornalismo do Amapá entre 1890 e 1990, esta dissertação se valeu de três técnicas de coleta de dados: a pesquisa bibliográfica, pesquisa documental e entrevistas de história oral. Apesar do planejamento metodológico buscar trabalhar cada técnica separadamente, houve momento em que duas chegaram a ser realizadas simultaneamente. Em três entrevistas, por exemplo, a fonte auxiliou no fornecimento de exemplares de livros e jornais impressos anteriores a 1990, armazenados em seus acervos pessoais. Ao todo, nove jornalistas compõem a aplicação da história oral.

A coleta de informações no Amapá se deu entre 9 de julho e 10 de agosto de 2018, em Macapá. A aplicação das técnicas de pesquisa buscou reunir os dados a partir da mescla de classificações definidas por duas vertentes de estudos: história do jornalismo e de jornalismo praticado fora do eixo *mainstream*.

No primeiro viés, a dissertação se baseou em José Marques de Mello (1973), Marialva Barbosa (2013a) e Nelson Sodré (1999), que ao se proporem a resgatar o histórico dos veículos de comunicação brasileiros buscaram sistematizá-los pelo tempo em atividade, cidade sede e motivações que impulsionaram o seu surgimento. No caso específico dos jornais impressos, eles acrescentam periodicidade, número de páginas e formato. Pela vertente do jornalismo à margem do eixo Rio-São Paulo-Brasília, foram adotadas as classificações utilizadas por Sônia Aguiar (2016) e Pâmela Pinto (2015), que consideraram em seus mapeamentos a propriedade do veículo de comunicação, linha editorial e abrangência da cobertura.

Quadro 1 – Categorias para sistematizar os veículos jornalísticos amapaenses

(continua)

Categoria	Jornal impresso	Rádio	TV
Tempo em atividade	X	X	X
Periodicidade	X		

Quadro 1 - Categorias para sistematizar os veículos jornalísticos amapaenses

(conclusão)

Categoria	Jornal impresso	Rádio	TV
Formato e número de páginas	X		
Proprietário	X	X	X
Linha Editorial	X	X	X
Motivações econômicas, políticas e/ou culturais de sua gênese	X	X	X
Abrangência da cobertura jornalística	X	X	X
Território de circulação	X	X	X

Fonte: Adaptado de: AGUIAR, S. **Territórios do jornalismo: geografias da mídia local e regional no Brasil**. Petrópolis: Editora Vozes, 2016.

BARBOSA, M. **História da Comunicação no Brasil**. Petrópolis (RJ): Editora Vozes, 2013a.

MARQUES DE MELO, J. Os jornais do interior estão mais receptivos às demandas comunitárias. **Revista Eletrônica Temática**, 2005.

SODRÉ, N. W. **História da imprensa no Brasil**. Rio de Janeiro: Mauad, 1999.

Esta pesquisa se apropria das referidas classificações para mapear e caracterizar o jornalismo amapaense, tanto em seus achados bibliográficos e documentais quanto nas entrevistas de história oral com jornalistas locais. A proposta é ficar no próprio campo para estudar o jornalismo.

Metodologicamente, a base inicial da sistematização da formação da imprensa amapaense esteve ancorada na pesquisa bibliográfica em registros contidos em sites, blogs e artigos científicos sobre o jornalismo do referido lugar geográfico. Após a coleta de informações por meio dessa técnica em junho de 2018, houve a triangulação com dados obtidos na pesquisa documental e entrevistas de história oral com jornalistas do Amapá, etapas posteriores executadas em julho e agosto do mesmo ano, resultando no mapeamento de 27 veículos de comunicação entre 1890

e 1990. De forma didática, pretende-se explicar a seguir cada uma dessas técnicas e mostrar como foram executadas na prática.

1.1. PESQUISA BIBLIOGRÁFICA

A pesquisa bibliográfica é primordial para estudos de natureza histórica. A revisão tem por objetivo acessar dados sobre o tema em questão, com intuito de selecionar o que for de interesse à pesquisa em desenvolvimento (LAVILLE; DIONNE, 1999). A técnica também é essencial para encontrar os saberes e as pesquisas relacionadas ao tema, como auxílio no refino conceitual e bases teóricas trabalhadas no estudo.

Nesta etapa, foram considerados livros biográficos de jornalistas, textos em repositórios científicos, sites e blogs especializados em história, que eventualmente tratavam da imprensa do Amapá, conforme será apontado mais adiante. Augusto e Martel (2017) levantaram sobre o que já foi pesquisado da imprensa amapaense ao narrar a gênese do *Pinsônia*, o primeiro jornal produzido no Amapá. As pesquisadoras, contudo, avalizaram apenas sites e blogs de historiadores.

Esta dissertação se propôs em ir além ao abranger artigos científicos, pesquisas em programas de pós-graduação e livros. O acréscimo é importante para o desenvolvimento de uma pesquisa bibliográfica, pois “sintetizar o conhecimento sobre um tópico, é quando se revela falhas em estudos anteriores e dão suporte e justifica novas pesquisas” (GALVÃO; PLUYE; RICARTE, 2017, p.10).

A documentação do pesquisador consiste principalmente em livros e artigos, mas também pode ser de relatórios de pesquisa não publicados, teses, enciclopédias, dicionários especializados, resenhas de obras, inventários de diversas naturezas. Numerosos instrumentos bibliográficos existem para guiar o pesquisador. (LAVILLE; DIONNE, 1999, p.113).

Os guias bibliográficos por área de conhecimento e temas pautaram a operacionalização desse procedimento (LAVILLE; DIONNE, 1999). Como se trata de um estudo da história da imprensa amapaense ao longo de 100 anos, desenvolvido em um Programa de pós-graduação em Jornalismo, a busca ocorreu nos campos de conhecimento de Jornalismo, por ser o da própria pesquisa; e em História e Sociologia, que usualmente tem o jornalismo como fonte em seus estudos. Como norte temático, a garimpagem filtrou pelo alinhamento do assunto

debruçado nesta dissertação: história do jornalismo amapaense e jornalismo regional.

Ainda na pesquisa bibliográfica, enciclopédias, índices e inventários físicos e online se tornaram fontes. “Os artigos são de suma importância para a pesquisa, pois tratam dos trabalhos mais recentes” (LAVILLE; DIONNE, 1999, p.121). Inicialmente, bancos de dados online de teses e dissertações da Capes e da Biblioteca Nacional foram os repositórios consultados. Cinco pesquisas de pós-graduação apareceram nas buscas. Para chegar a esses documentos, o filtro se deu pelas palavras-chaves “Amapá”, “imprensa do Amapá”, “imprensa amapaense”, “jornalismo do Amapá” e “jornalismo amapaense”. Não houve delimitação de período temporal.

Quadro 2 – Levantamento de teses e dissertações sobre a imprensa do Amapá nas bases de dados da Capes e da Biblioteca Nacional

(continua)

Título	Autor	Pesquisa	Programa/IES	Ano	Local
As cores da mídia: a educação das relações étnico-raciais como caminho para a promoção da igualdade racial na imprensa do Amapá	JUNIOR, Jacks De Mello Andrade	Dissertação	Desenvolvimento Regional – Universidade Federal do Amapá	2018	Capes
Imagens, memórias e discursos: a construção das identidades amapaenses no Jornal Amapá – 1945 a 1968	SOUZA, Manoel Azevedo De	Doutorado	Sociologia – Universidade Federal do Ceará	2016	Capes
Narrativas desenraizadas: comunicação pública e representação da memória social na linha imaginária do Equador	BARBOSA, Jackson Da Silva	Doutorado	Ciências da Comunicação – Universidade de São Paulo	2014	Capes
Marabaixo, ladrão, gengibirra e rádio: traduções de linguagens de textos culturais	MARTINS, Benedito Rostan Costa	Doutorado	Comunicação e Semiótica – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo	2012	Capes e BN

Quadro 2- Levantamento de teses e dissertações sobre a imprensa do Amapá nas bases de dados da Capes e da Biblioteca Nacional

(conclusão)

Título	Autor	Pesquisa	Programa/IES	Ano	Local
Alô, Alô, Amazônia. Oralidade medida pelo rádio: análise de produções radiofônicas na Amazônia	MARTINS, Benedito Rostan Costa	Dissertação	Comunicação e Semiótica – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo	2002	Capes e BN

Fonte: Autor

Percebe-se que a maioria das pesquisas sobre a imprensa do Amapá não tem o caráter de resgate histórico do jornalismo. O que se aproxima disso é a tese de Manoel Souza (2018). Ele analisou como os negros eram representados no *Jornal Amapá*. O corpus da pesquisa tratou do período entre 1945 a 1968, com seleção de textos para verificar como a identidade da população negra era retratada pelo periódico produzido pela imprensa oficial do governo do então Território Federal do Amapá. No decorrer da pesquisa, o autor buscou traçar o histórico do *Jornal Amapá* antes de discorrer sobre a análise do discurso deste veículo de comunicação que durou por mais de duas décadas.

Nas pesquisas de Benedito Martins (2002; 2012), a semiótica da cultura é o prisma teórico que norteia os estudos sobre o uso do rádio por comunidades tradicionais do Amapá. Martins (2002) verificou a partir de textos coletados no programa radiofônico Alô, Alô Amazônia, da Rádio Difusora de Macapá (RDM), as características da oralidade na retratação das festas de marabaixo, manifestação folclórica afro-brasileira típica do estado. O autor mostrou que o rádio é um dos principais instrumentos de mediação utilizados para popularização dessa atividade cultural regional, sobretudo em razão da aproximação proporcionada pela construção da oralidade dos textos do referido programa. Na tese, Martins (2012) permanece com o rádio e o marabaixo como *corpus* de pesquisa, porém, a partir da simbologia. Ele revela as estratégias de como a linguagem oral transmite símbolos e ícones culturais dessa manifestação folclórica na mediação com o público.

A comunicação pública é o eixo-teórico de Barbosa (2014), que centra o debate em torno de como os produtos jornalísticos da Agência Amapá – órgão de

imprensa da Secretaria de Estado da Comunicação do governo – representa a memória social em seus conteúdos. O autor verifica que a agência estatal busca valorizar e contextualizar aspectos históricos sociais e locais nos materiais divulgados pelo poder público apenas em datas comemorativas do estado.

Das cinco pesquisas mapeadas no filtro, Jacks Júnior (2018) apareceu como o único vinculado a um programa de pós-graduação do Amapá, o de Desenvolvimento Regional, da universidade federal. Em sua dissertação, o pesquisador se apoiou na metodologia colaborativa. Com aporte teórico da pedagogia construtivista com alunos de jornalismo de Macapá, analisou como a educação das relações étnico-raciais na graduação pode contribuir para mudar eventuais cenários de desigualdade e racismo na imprensa do estado. Segundo Júnior (2018), o caminho metodológico atendeu o objetivo do estudo ao observar a desconstrução de conceitos prévios e a mudança de comportamento dos estudantes pesquisados sobre o tema na imprensa.

Com esse cenário, um artigo publicado na página oficial do governo do Amapá com o título “As comunicações sociais no Amapá”, do historiador e jornalista Edgar Rodrigues, em 21 de setembro de 2009, serviu como o primeiro guia. Nele, o autor elenca 19 jornais impressos, três emissoras de rádio e duas de televisão que surgiram no Amapá até 1996. O texto também indica jornalistas que fizeram parte dos referidos veículos de comunicação. Adotou-se o recorte das informações até 1990, período proposto nesta dissertação. De posse dos dados apontados por Rodrigues (2009), houve o cruzamento com outros, achados em sites e blogs de jornalistas e historiadores; enciclopédias e livros autobiográficos de jornalistas; pesquisa documental; e entrevistas de história oral.

Nas enciclopédias, serviram de base os livros “História da Comunicação no Amapá”, de Isabel Augusto e Roberta Scheibe (2014), com dez artigos científicos sobre veículos da imprensa; e “O rádio no Amapá: pioneiros”, de Paulo Giraldo (2018), que traça a biografia de radialistas do estado. Ambos são resultados de produções de alunos do curso de Jornalismo da Universidade Federal do Amapá.

A pesquisa bibliográfica ainda encontrou pistas da imprensa amapaense nos blogs “Porta Retrato”, de João Lázaro; “Amapá Hoje”, de Edgar Rodrigues; e “Arambaé”, de Nilson Montoril. Todos são historiadores e jornalistas, com passagem na imprensa do estado. No momento da pesquisa, não atuavam mais no jornalismo.

Quanto às autobiografias, “Meus momentos políticos” e “Folhas soltas do meu alfarrábio”, dos jornalistas - *in memoriam* - Amaury Gonsalves e Alfredo Távora, respectivamente, serviram como fonte para o resgate histórico do jornal *Folha do Povo*, criado pelo Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), sendo o primeiro periódico de oposição ao governo territorial, no fim dos anos 1950. As obras compõem o acervo pessoal da jornalista Alcinéa Cavalcante², uma das entrevistadas para a dissertação.

Outro movimento tomado na pesquisa bibliográfica para coletar dados ocorreu nos repositórios presenciais das duas instituições que ofertam curso de jornalismo no estado. A busca durou cinco dias, entre 9 a 13 de julho de 2018, sendo os dois primeiros na Faculdade Estácio Seama e os três últimos da referida semana na biblioteca da Universidade Federal do Amapá.

A pesquisa nas bibliotecas dessas duas instituições concentrou-se nos Trabalhos de Conclusão de Curso (TCCs). Na Unifap, a consulta se deu nas defesas ocorridas entre 2015 até julho de 2017. Lá, a graduação é recente. A primeira turma iniciou em 2011 e teve os seus primeiros formandos em 2015. Ao todo, os graduandos defenderam 25 trabalhos.

Até 13 de julho de 2018, apenas cinco versaram sobre o jornalismo do Amapá, sendo que destes, dois com resgate histórico ou de mapeamento de iniciativas jornalísticas. São os de Eloisy Karoliny Almeida dos Santos e Silvia Andréa Dos Santos Cruz Maciel (2017), que produziram um livro-reportagem sobre jornalismo do Amapá nos anos 1970; e de Daniel Alves (2017), que mapeou as rádios comunitárias no Amapá. Ele conseguiu levantar informações somente das emissoras que o concessionário pôde conceder entrevista e de rádios que surgiram depois dos anos 1990, fora do recorte desta dissertação.

Na Faculdade Estácio Seama, a pesquisa abrangeu o período entre 2005 – ano de diplomação da primeira turma de jornalismo – até 2009. A graduação nessa instituição começou em 2001. Nesse intervalo, dos 51 trabalhos verificados, apenas dois tratavam sobre a imprensa amapaense. São as pesquisas “A apuração e o tratamento das notícias nos impressos amapaenses”, de Joseane Ribeiro Corrêa (2006); e “A caçulinha avançada: os dez anos da Rádio Educadora de São José

² É jornalista. Iniciou a carreira no fim dos anos 1970 no Jornal do Povo. Aos 62 anos, atualmente é correspondente da Agência Estado no Amapá.

(1968-1978)”, de Rodrigo do Espírito Santo da Cunha (2007), único que direcionou a pesquisa pelo caráter histórico. O achado de ambos se deu a partir de um caderno de resumos de TCCs disponibilizado pela instituição no momento da pesquisa na biblioteca.

O avanço – para além dos resumos - nas leituras dos trabalhos ficou prejudicado por uma questão burocrática. Foi o mesmo motivo que provocou a escolha do referido período (2005-2009). O intervalo analisado corresponde ao período anterior à compra da Faculdade Seama pelo grupo empresarial Estácio de Sá. Desde a mudança de comando na instituição, as monografias e produtos jornalísticos laboratoriais deram lugar às produções de artigos científicos como trabalho final de avaliação de conclusão do curso de jornalismo. Como consequência, os TCCs produzidos pelas primeiras cinco turmas não estão mais disponíveis no repositório online nem para consulta presencial. Alguns, inclusive, foram devolvidos aos autores. Quanto aos artigos apresentados a partir de 2010, a Estácio Seama também não os colocou no site e o depósito do trabalho impresso para o arquivo não é obrigatório pelos formandos.

De todo modo, percebe-se nas duas instituições que ofertam cursos de graduação em Jornalismo, o indicativo do desinteresse pelos alunos na produção de monografias tendo como tema a imprensa amapaense e o resgate histórico desse jornalismo. Isso aumentou o desafio desta pesquisa.

A única biblioteca pública de Macapá, a Elcy Lacerda, também teve seu acervo como fonte, inicialmente no eixo bibliográfico. A visita ocorreu nos dias 26, 27, 30 e 31 de julho de 2018. Não foram encontradas obras que em alguma medida pudessem ter rastros da historiografia da imprensa amapaense. O mesmo resultado se deu na Imprensa Oficial do Estado, que não dispõe de um arquivo de documentos históricos.

1.2. PESQUISA DOCUMENTAL

A escassez de estudos sobre a imprensa do Amapá resultou na necessidade de incrementar as técnicas de pesquisa documental e história oral. O documento é monumento (LE GOFF, 1990), ou seja, é um instrumento do registro do passado. Ao longo do tempo, estudos com caráter histórico ampliaram a margem do que se considera como documentos. Segundo Jacques Le Goff (1990), vão agora além de

materiais manuscritos trabalhados pela arqueologia, passando também a mobilização de textos, gestos e palavras. Nesse contexto, exemplares e/ou recortes de periódicos existentes entre 1890 e 1990 viraram peças do quebra-cabeça da sistematização da conformação da imprensa do Amapá.

De acordo com Le Goff (1990), como o passado é uma reconstrução e uma reinterpretação realizada de maneira constante no presente, os documentos fazem com que momentos ao longo do tempo ganhem vida no futuro. É a partir deles que se impõem voluntariamente ou involuntariamente imagens de determinado evento, pessoa ou objeto.

Leituras de documentos, frutos de um presente que nascerá no futuro, devem também assegurar ao passado uma sobrevivência – ou melhor, uma vida –, que deixa de ser "definitivamente passado". À relação essencial presente-passado devemos pois acrescentar o horizonte do futuro. (LE GOFF, 1990, p.25).

Não basta olhar para o documento sem aplicação de um conceito. Ele serve como instrumento no qual tal procedimento é colocado em prática para interpretar um acontecimento do passado (LE GOFF, 1990). Nesta dissertação, o olhar para achados documentais se deu pelas classificações estabelecidas em estudos de história da imprensa e jornalismo regional (Quadro 1).

Paul Thompson (1999) alerta que o pesquisador deve hesitar em utilizar a imprensa como fonte histórica porque existem tendências editoriais que podem dar releituras distantes do acontecimento. Cabe ressaltar que no caso do uso dos jornais nessa condição, no entanto, não se pretendeu resgatar fatos históricos da sociedade local, mas se valeu deles para sistematizar a formação da imprensa, apontar marcos do jornalismo, mapear veículos de comunicação e indicar suas características.

Segundo Barcellar (2008), os documentos podem estar em três maneiras de arquivos: nos de governos (executivo, legislativo e judiciário), eclesiásticos (cúrias diocesanas e bibliotecas vinculadas a determinadas doutrinas religiosas) e privados (armazenados em arquivos pessoais). A pesquisa documental trabalhada neste estudo procurou os três tipos.

No arquivo de governo, houve pesquisa presencial na Imprensa Oficial do Amapá, na biblioteca Estadual Elcy Lacerda e no Museu da Justiça. O poder legislativo estadual e de Macapá não possuem um espaço que reúne documentos

históricos. Na ocasião da visita, em 16 de julho de 2018, o prédio da Assembleia Legislativa encontrava-se totalmente interditado por conta da uma reforma geral no espaço³.

Apesar da inexistência de obras em livros sobre a imprensa do Amapá, a biblioteca pública deu robustez à pesquisa documental. Raríssimos exemplares de jornais antigos puderam ser manuseados, porém, com certa dificuldade. Eles estão arquivados de forma desordenada, sem qualquer tipo de catalogação na “Sala de Obras Raras”. O acesso é permitido somente via autorização da direção e os pesquisadores são orientados a usarem máscaras e luvas para não sofrerem com eventuais riscos provocados pela poeira. No momento da visita, não havia refrigeração na sala. A diretoria permitiu a reprodução dos jornais.

Nesse espaço, durante a visita, nos dias 26, 27, 30 e 31 de julho de 2018, puderam ser encontrados os jornais *Pinsônia*, *Jornal Amapá*, *Diário Marco Zero*, *Jornal do Dia* e *Folha do Amapá*. No caso dos exemplares do *Pinsônia* e *Jornal Amapá*, o manuseio do material encontrava-se suspenso porque as páginas estavam bastante deterioradas pelo tempo. Os demais disponíveis não faziam parte do recorte temporal da pesquisa, ou seja, surgiram após 1990. A exceção era o *Jornal do Dia*, criado em 1987, mas com exemplares datados a partir dos anos 2000.

A Cúria Diocesana de Macapá foi o arquivo eclesiástico consultado. É o único repositório de caráter religioso existente no Amapá. De acordo com Barcellar (2008, p.40), a “amplitude do acesso permitido depende exclusivamente do bispado e, portanto, tende a se alterar com a mudança de seus ocupantes. Alguns interpõem dificuldades quase intransponíveis, enquanto outros são bastante liberais”. Na Cúria, a pesquisa documental, não enfrentou dificuldades por parte do bispado em conceder arquivos do jornal *A Voz Católica*. Foram disponibilizadas em formato digital as edições de 1959 a 1974, totalizando 2.652 páginas do periódico.

Nos arquivos pessoais, as documentações estão, geralmente, em posse de pessoas, famílias, grupos de interesses (militantes políticos) ou de empresas. Por ser material guardado por vontade particular e não como forma de torná-lo público, existe o risco de muitos itens sofrerem com a falta de armazenamento adequado ao longo do tempo (BARCELLAR, 2008).

³A reforma começou no fim do primeiro semestre de 2018 e até o início do ano legislativo, em 1 de fevereiro de 2019, o prédio ainda encontrava-se interditado.

No Brasil não há uma prática corriqueira de preservação documental privada, e as notícias de destruição de importantes conjuntos documentais infelizmente não são raras. Muito poucos são os casos de iniciativas de organização de tais acervos empreendidas por seus produtores ou detentores, com o objetivo final de franqueá-lo à consulta. Mais usuais são os casos de doação ou venda para arquivos públicos ou centros de documentação, onde podem ser abertos à pesquisa. Muita documentação, no entanto, permanece nas mãos de famílias ou de empresas (ou acaba destruída por herdeiros desinteressados). Cabe ao historiador investigar e localizar onde estão preservados, sob a guarda de quem, e buscar contatos para tentar ter acesso a esses acervos tão preciosos. (BARCELLAR, 2008, p.42).

Os arquivos pessoais tiveram participação significativa no traçado da linha do tempo do jornalismo do Amapá. A partir de elementos estabelecidos como norte para mapear a imprensa daquele estado, os próprios periódicos tornaram-se fontes de si mesmo para informações sobre seus fundadores, periodicidade, formato e número de páginas.

O jornalista Júlio Nunes⁴ possui acervo catalogado de várias edições dos jornais *Estado do Amapá*, *Jornal do Amapá* e *Marco Zero do Equador*. Ele autorizou a visita e a reprodução dos arquivos para 10 de agosto de 2018, acompanhada pelo seu genro, Jefferson Fassi. Para a digitalização, foram escolhidas as edições mais antigas e as mais recentes. Além disso, a pesquisa documental abrangeu exemplares que apresentaram alguma variação gráfica, como diminuição ou aumento de páginas ou mudança de formato, por exemplo. Ao todo, 238 páginas passaram por digitalização. A visita no acervo pessoal durou cinco horas. Outro arquivo de caráter privado, mantido por Édi Prado Ribeiro⁵, também serviu como fonte de pesquisa documental. Foram encontradas páginas dos jornais *Amapá Estado* e *Jornal do Dia*, doadas para o autor desta dissertação durante a visita, em 1 de agosto de 2018.

Cabe frisar que como são materiais antigos e em sua maioria em má conservação, houve um cuidado no manuseio. Foram seguidos os passos a seguir, definidos por Barcellar (2008) na forma de tratamento dos documentos:

- 1) **Disponibilidade de tempo:** as consultas exigem paciência para descobrir o que é útil para a pesquisa. A reserva de apenas algumas horas em um

⁴ Júlio Nunes é jornalista e trabalhou no Estado do Amapá, Jornal do Amapá e Marco Zero do Equador. Por problemas de saúde, esteve impossibilitado de conceder entrevista.

⁵ Tem 64 anos. É o primeiro profissional atuar no Amapá com curso superior em jornalismo.

único dia dificilmente é insuficiente para encontrar, reunir e analisar o que pode servir ao estudo. Portanto, a primeira coisa a se fazer, é disponibilizar um bom tempo para se debruçar nos arquivos.

- 2) **Cuidados pessoais:** A utilização de luvas, máscaras e aventais são essenciais. Nesse caso, a preocupação é com o próprio pesquisador, em razão de malefícios que podem ser causados pelo contato com a poeira e cupins.
- 3) **Manuseio:** Além de prevenir possíveis sintomas prejudiciais provocados pelo tempo, as luvas e máscaras ainda evitam que o suor danifique a fibra de papel, que com o passar dos anos, fica cada vez mais sensível. Até um simples ato de virar a página deve ser calculada para evitar danos ao material. Recomenda-se que nesse gesto, por exemplo, se utilize as duas mãos para que a folha não rasgue, caso seja puxada apenas uma das mãos pela ponta. Ainda sobre o manuseio, movimentos bruscos são expressamente proibidos nesse tipo de pesquisa.
- 4) **Reprodução:** Em alguns tipos de arquivos, o acesso é raro. A insistência do pesquisador ou até mesmo a relevância de sua pesquisa, por outro lado, facilita a liberação das consultas. Independentemente da dificuldade, no entanto, ao ser autorizado a manusear documentos, o pesquisador deve buscar alternativas para reproduzir aquele material para não ter que retornar ao local por alguma falha deixada durante a consulta. Frisa-se que a reprodução deve ter aval da entidade ou pessoa responsável pelo espaço.
- 5) **Amostra:** Alguns arquivos são desafiantes para o pesquisador em razão de sua magnitude. Por isso, ao encontrar o que for útil, recomenda-se que o mesmo seja separado do que não for servir para o estudo. Isso evita a mistura de documentos diversos.

A pesquisa documental incluiu ainda bases de dados de sites de associações de classe da imprensa e entidades especializadas em auditorias. Chamou atenção nesse percurso metodológico o vazio deixado pelo jornalismo amapaense. Não foram encontrados veículos de comunicação do estado em mapeamentos da Associação Brasileira de Rádio e Televisão (Abert), Associação Brasileira de Imprensa (ABI), Associação Nacional dos Jornais (ANJ), Associação Brasileira das Emissoras Públicas, Educativas e Culturais (Abepec), Associação Brasileiras das

Rádios e TVs Universitárias (ABTU), Associação Brasileira de Radiodifusão Comunitária (Abraco), Federação Nacional dos Jornalistas (Fenaj), Federação dos Radialistas (Fitert) e Fórum Nacional da Democratização da Comunicação (FNDC).

O mesmo resultado se deu nas consultas aos estudos do Kantar Ibope Media, Monitoramento da Propriedade da Mídia no Brasil, Mídia Dados Brasil e Instituto Verificador de Comunicação (IVC). Em todos os casos, sobretudo nas entidades com afiliados, os próprios veículos de comunicação são os responsáveis por buscarem participar das associações. Porém, percebe-se que não existiu interesse por parte da imprensa amapaense, tornando o estado o único a não aparecer nos mapeamentos.

Os únicos bancos de dados consultados pela pesquisa documental com iniciativas de comunicação amapaense são os “Indicadores Estaduais do Setor de Comunicações”, do Ministério das Comunicações, Ciência e Tecnologia (MCTI); e o “Mosaico de Canais de Radiodifusão”, da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel). No primeiro, estão a quantidade de rádios e TVs licenciadas para funcionar no Amapá, porém, sem especificação por nome, localidade e propriedade, limitando-se apenas a quantidade. No outro, contêm os canais radiofônicos e televisivos de maneira discriminada por ano de fundação, localidade e frequência. Também não informava a indicação da propriedade. Isso forçou a pesquisa a se valer da Lei de Acesso à Informação (LAI) para obter esses dados. A efetuação do pedido ocorreu em 17 de março de 2018 e a resposta em 6 de abril de 2018. De posse desses indicadores, houve o cruzamento das informações em uma planilha para limpeza do que não serviria para a pesquisa. Conforme as classificações estabelecidas no quadro 1 para os veículos de radiodifusão, a tabela crivou as informações para nome do veículo, ano de fundação, propriedade e localidade sede.

É válido ressaltar que as pesquisas bibliográficas e documentais ainda permaneceram em execução até a finalização desta pesquisa em razão da possibilidade de surgir novos elementos para fazer parte do estudo. Diferentemente ocorreu com as entrevistas de história oral, em Macapá. A etapa teve início e fim delimitado entre 10 de julho e 7 de agosto de 2018.

1.3. HISTÓRIA ORAL

Considerada pelos historiadores como uma técnica contemporânea em nosso tempo, a história oral se constituiu em meados do século XX, após a invenção do gravador a fita. O procedimento é interdisciplinar e consiste em entrevistas gravadas com pessoas que participaram de determinado acontecimento ou testemunharam fatos históricos e conjunturas do passado ou presente (ALBERTI, 2008). Claro que ouvir atores da sociedade para compreender o mundo não é uma novidade que surgiu no século passado, porém, a chamada história oral “moderna” tem como marco 1948, quando pesquisadores da *Columbia University Oral History Research Office*, programa de História Oral da Universidade de Columbia, passaram a gravar as entrevistas, tornando as transcrições dos relatos ainda mais reais. Até então, os estudos ficavam reféns das anotações, causando eventuais vazios do que era falado pelo entrevistado.

[História oral] é a designação dada ao conjunto de técnicas utilizadas na coleção, preparo e utilização de memórias gravadas para servirem de fonte primária a historiadores e cientistas sociais, a que acrescentamos memórias de pessoas que, por sua vez, não teriam condições de deixar testemunhos escritos ou orais. A técnica, em si, consiste de entrevistas devidamente guiadas pelo historiador, através das quais podemos fazer com que o entrevistado explique determinados pontos ou relate fatos que a falta de outro material documental deixou obscuro. (CORRÊA, 1977, p.9).

A historiografia da imprensa do Amapá se vale dessa metodologia em razão de as pesquisas bibliográficas e documentais terem se mostrado insuficientes para alcançar os objetivos destes estudos. A história oral colocou os sujeitos no centro desta etapa da coleta dos dados. Isto é, a partir da experiência profissional dos jornalistas, buscou-se entender a forma como se desenvolveu o jornalismo ao longo do tempo no Amapá.

Para Thompson (1999), a evidência oral cabe como método para aprofundar determinado acontecimento desde que a fonte tenha vivido o fato. Assim, a conexão entre diversos entrevistados, permite também ter dimensão de como evoluiu uma organização, sobretudo se houver escassa documentação, que nesse caso, é o jornalismo.

As fontes orais estão sendo utilizadas para dar nova dimensão para à história de comunidades. Se as fontes orais podem de fato transmitir informação fidedigna, tratá-las simplesmente como um documento a mais é ignorar o valor extraordinário que possuem como testemunho objetivo, falado. (THOMPSON, 1999, p.138).

Por ser uma técnica interdisciplinar, a história oral se ajusta conforme a proposta do trabalho. Uma de suas vantagens é dar possibilidade ao pesquisador de ir a campo. Isso faz com que se conheça a realidade do entrevistado.

A seleção dos entrevistados para resgatar suas memórias sobre a história da imprensa se alinhou ao que se propõe a técnica de história oral. Foram escolhidos sujeitos que viveram o jornalismo amapaense ao longo do tempo em diferentes funções dentro da mesma atividade: repórteres, editores, chefes de redações e proprietários de veículos de comunicação. Isso é um dos pontos que diferencia a história oral em relação às entrevistas das ciências sociais, a variedade de olhares de pessoas de um mesmo grupo sobre o mesmo acontecimento. Nesse caso, sobre o jornalismo.

Um conjunto de entrevistas de historia oral não serve para uma análise quantitativa como o fazem outras ciências sociais, mais completa-se entre si com informações variadas em função de vivencias pessoais distintas e, portanto, com pontos de vista também diferentes do mesmo fato. Aí está a diferença entre as entrevistas aplicadas nas Ciências Sociais e na História Oral: elas preocupam-se em quantas pessoas pensam ou fazem igualmente terminada coisa, enquanto que a História Oral preocupa-se justamente pelos pensamentos e fazeres diferentes relativos ao mesmo assunto. (CORREA, 1977, p.11).

Outro procedimento adotado pela entrevista de história oral é a inexistência de perguntas sob o modelo de questionário. Ou seja, perguntas pré-estabelecidas de forma estruturada ou semi-estruturada. Porém, como o contato com o entrevistado é guiado pelo pesquisador, necessitou definir eixos temáticos na abordagem com os jornalistas. As entrevistas, portanto, tiveram como guia para a sistematização da formação da imprensa amapaense as classificações que atravessam a história do jornalismo e o jornalismo regional contida no quadro 1.

Nesse aspecto, as perguntas abertas são as mais usuais nas entrevistas de história oral. É uma forma de deixar o entrevistado mais à vontade para buscar algo que a técnica se objetiva: a profundidade das respostas. É a qualidade em sobreposição da quantidade. Essa prerrogativa vale para o número de pessoas a serem entrevistas e a duração de cada um dos encontros. Não existe um ideal. O próprio pesquisador deve ter ciência de que o material coletado é suficiente para alcançar os objetivos do estudo (ALBERTI, 2005). Por outro lado, como as entrevistas exigem respostas em profundidade, geralmente o tempo dos áudios é extenso. Para isso, preferencialmente, os questionamentos não devem sugerir um

resumo em “sim” ou “não”. Perguntas que iniciam com “como” “por que” “qual” indicam ao entrevistado que a resposta requer detalhamento.

Ainda no cerne da entrevista, é imprescindível deixar a fonte à vontade para responder, marcar o horário, dia e local (CORREA, 1977). Todas as entrevistas devem ser registradas em áudio. A gravação é o documento primário a ser utilizado na pesquisa. É perfeitamente possível alinhar com anotações, no entanto, a transcrição deve ser sempre tratada como prioridade no momento da utilização da memória das pessoas para compreensão de um acontecimento social. Além disso, é ali que o entrevistador tem o registro de entonações de voz ou demais comportamentos do entrevistado. O papel não consegue transmitir essa emoção (CORREA, 1977).

No processo de transcrição, considerado último passo do tratamento da entrevista, as falas do entrevistado devem ser fidedignas ao que realmente foi dito. São permitidas algumas subtrações de palavras, como expressões contraídas ou vício de linguagem, a exemplo de “né?”, “pois bem”, etc. Isso deve ser feito desde que não comprometa o contexto da frase. A operacionalização da história oral nesta dissertação se baseou inicialmente pela pesquisa bibliográfica. A escolha dos entrevistados teve como guia registros em sites, blogs e artigos científicos sobre a imprensa amapaense até 1990 e que eventualmente indicavam nomes de profissionais desse período. A experiência profissional do pesquisador durante seis anos e meio no mercado amapaense também auxiliou na coleta das informações e consequente definição das fontes em razão da convivência anterior em redações com jornalistas veteranos. Esse convívio profissional facilitou o acesso a eles e no conhecimento prévio de suas carreiras, tornando-se determinante para a seleção dos entrevistados.

Ao todo, nove jornalistas serviram de fontes de história oral. As entrevistas resultaram em 8 horas e 43 minutos de gravação e 68 páginas de transcrição. A execução da técnica entre julho e agosto de 2018 ocorreu por um motivo mais burocrático do que específico do jornalismo. A data adequou-se ao recesso de meio de ano na Universidade Estadual de Ponta Grossa. Como a coleta dos dados por meio de história oral deve acontecer pelo contato pessoal entre a fonte e o entrevistador, provocou a necessidade do deslocamento a Macapá. Todos aceitaram conceder a entrevista sem a condição de anonimato ao assinarem a declaração de autorização do uso de suas informações.

Quadro 3 – Informações sobre os entrevistados de acordo com trajetória profissional, idade, mídias por onde passou e funções que desempenhou

(continua)

Entrevistado	Data	Trajetória profissional	Idade	Mídias por onde passou	Funções como jornalista
Alcinéa Maria Cavalcante Costa	11 de julho	Jornais do Povo, Amapá Estado, Diário do Amapá e blog Liberdade de Expressão	62 anos	Jornal impresso e site	Repórter e editora
Humberto da Costa Moreira	11 de julho	Rádio Difusora de Macapá, TV Amapá, TV Amazônia e Jornal do Dia	68 anos	Jornal impresso, TV e rádio	Repórter, apresentador, diretor-presidente e diretor de jornalismo
Luiz de Melo Ferreira	13 de julho	Rádios Educadora São José, Antena 1, Diário FM, TV Amapá, jornais Fronteira e Diário do Amapá e Portal Diário	64 anos	Rádio, jornal impresso, TV e site	Repórter, apresentador, diretor de jornalismo e proprietário
Paulo Silva	16 de julho	Rádios Difusora, Jornal do Dia, O Liberal Amapá, A Gazeta e Diário do Amapá	63 anos	Jornal impresso e Rádio	Repórter, apresentador, diretor-presidente e editor-chefe
Rodolfo dos Santos Juarez	17 de julho	Jornais Folha do Povo, Aqui Amapá, Leia Agora e Jornal do Dia	72 anos	Jornal impresso	Proprietário, editor-chefe, diretor-superintendent e e colunista
Eraldo Trindade	31 de julho	Rádio Antena 1, jornal Amazônia e TV Cidade	59 anos	Jornal impresso, rádio e TV	Proprietário e apresentador

Quadro 3 - Informações sobre os entrevistados de acordo com trajetória profissional, idade, mídias por onde passou e funções que desempenhou

(conclusão)

Entrevistado	Data	Trajetória profissional	Idade	Mídias por onde passou	Funções como jornalista
Roberto Coelho do Nascimento	1 de agosto	Jornais Folha do Povo, A Gazeta e Tribuna Amapaense e Rádio Difusora	59 anos	Jornal impresso e TV	Proprietário, editor-chefe e diretor de jornalismo
Édi Prado Ribeiro	1 de agosto	TV Equatorial, jornais Correio Popular, Jornal do Dia, A Gazeta, Correio do Amapá e Meio Ambiente Total	64 anos	Jornal impresso	Repórter e editor-chefe
Randolph Scooth Antonio Pinheiro da Silva	7 de agosto	TVs Amazônia, Jari, Jornal dos Municípios e Jornal do Dia	54 anos	TV e jornal impresso	Repórter e proprietário

Fonte: Autor

Claro que nem tudo saiu como o planejado, gerando vários dilemas a serem tratados pelo pesquisador. Inicialmente, tinha como meta entrevistar 17 pessoas. A pretensão era começar com os historiadores Edgar de Paula Rodrigues e Nilson Montoril. No entanto, o primeiro encontrava-se na organização do Macapá Verão, maior evento cultural da capital amapaense e que ocorre anualmente entre julho e agosto; e o segundo se recusou em conceder entrevista à pesquisa. Também negaram entrevistas os empresários José Matos da Costa, o Zelito, proprietário da TV e Rádio Equatorial, além de ter participado como sócio do jornal *O Estado do Amapá* e a segunda versão da *Folha do Povo*; e Irene Pinto Pereira, uma das fundadoras do *Jornal do Dia*. Os percalços do destino também se tornaram um desafio. O jornalista Joseli Dias, primeiro repórter de polícia do *Jornal do Dia* estava como uma das fontes, porém, ele morreu vítima de infarto dois dias antes da entrevista. Júlio Nunes e Wilson Sena, que trabalharam durante suas carreiras em jornais impresso amapaenses antes dos anos 1990, adoeceram, impossibilitando a

execução das entrevistas. No caso de Paulo Oliveira, editor do *Jornal do Amapá*, houve problema de agenda.

A marcação dos encontros virou outro desafio. Todos os entrevistados ainda trabalham no jornalismo e em alguns casos a rotina é muito exaustiva ao sujeito. O contato era realizado com dois ou três dias de antecedência. Quanto aos locais e horários, as preferências eram as do entrevistado. A maioria aceitou participar da pesquisa na própria casa. Mas tiveram encontros em restaurantes, hotel e local de trabalho; em horas pela manhã, tarde e noite. Como exigido na história oral, todos assinaram um termo de cessão e esclarecimento sobre a pesquisa. Em todas as entrevistas, as classificações contidas no quadro 1, definidas de acordo com estudos de jornalismo regional e história da imprensa, conduziram as conversas.

A história oral, de fato, acabou sendo a etapa que gerou mais informações e elementos do campo jornalístico úteis no traçado da conformação do jornalismo amapaense. A coleta dos dados por meio das entrevistas ainda possibilitou cruzar com as informações anteriormente coletadas através das pesquisas bibliográficas e documentais.

A própria escolha dos entrevistados refletiu o resultado satisfatório. Além de jornalistas com longa carreira, a diversificação das funções exercidas por eles e tipos de mídia por onde passaram pesou para a definição desses nomes, pois na história oral, quanto mais plural forem os relatos dos atores sobre o mesmo fato ou acontecimento, melhor será para a pesquisa. Teve caso de entrevistado que narrou sobre o jornalismo amapaense a partir da visão dele em várias funções dentro da atividade, passando por repórter, editor e proprietário. Esse foi um diferencial desta etapa da pesquisa.

2. AS GÊNESES DO JORNALISMO NO BRASIL E REGIÃO NORTE: O PECULIAR JORNALISMO AMAZÔNICO

Como o objeto de estudo desta dissertação é a imprensa do Amapá, tendo como objetivo principal o seu processo de formação ao longo dos 100 primeiros anos por meio da história de jornais impressos, rádios e TVs, este capítulo teórico dedica-se em debater conceitos que abrangem o jornalismo fora dos grandes centros populacionais, o espaço geográfico onde se localiza o Amapá. Também são apontadas características que atravessam as diferentes nomenclaturas das denominações da prática à margem do eixo *mainstream*. São ainda pontuadas demarcações de marcos do jornalismo no Brasil e na região Norte que possam dialogar com o desenvolvimento do jornalismo no Amapá. É tomado como guia o aspecto temporal. Por fim, a partir do eixo elementar da infraestrutura de transporte na Teoria do Desenvolvimento Econômico, aponta-se um jornalismo peculiar na região até os anos 1990, o “Jornalismo Amazônico”.

2.1. A HISTORIOGRAFIA POSITIVA COMO CAMINHO

Destaca-se que no traçado da historiografia da imprensa na Amazônia, sobretudo a do Amapá, o método “positivista” é o condutor teórico historiográfico da análise dos vestígios encontrados pelos fatos que permearam o jornalismo amapaense durante o seu primeiro século. Na teoria historicista dita “positivista”, frisa-se a figura precursora do alemão Leopold Von Ranke, no século XIX. A partir de documentos, iniciou o delineamento da historiografia como ciência, algo que se consolida no século XX (BARROS, 2013).

Ranke representa do pensamento histórico alemão e defendia na historiografia positivista a necessidade de o pesquisador ser neutro em suas análises das fontes a fim de obter um resultado imparcial, isento e emocionalmente frio sem qualquer tipo de interferência social, política ou cultural. Desta maneira, buscava reforçar o papel central dos documentos, tornando-os os principais instrumentos dos vestígios que aproximam o pesquisador de um fato não vivido ou presenciado.

Devemos compreender, historicamente, o quanto esta atenção meticulosa ao documento e esta obsessão arquivística representaram em termos de um novo espírito que se agregava à historiografia profissional. Sobretudo,

devemos compreender que não se tratava apenas de se imbuir de técnicas de precisão e crítica, mas também de trazer realmente a fonte histórica para um novo lugar na História: não mais ilustrativo, mas demonstrativo. Entre todos historicistas, o pioneirismo de Ranke nesta direção foi particularmente importante. (BARROS, 2013, p.979).

O rigor do método adotado por Ranke, segundo Arno Wehling (1973), deu pela primeira vez atenção às fontes históricas nas obras historiográficas, deixando em desuso o que ele chama de “história invertebrada”, elaborada até então de maneira opinativa e com eventuais consultas às fontes para confirmar a tese do autor. Essa nova prática para no início do século XIX proporcionou à história a cientificidade necessária para separá-la da filosofia e da literatura.

A historiografia positivista tem como umas de suas características a objetividade e neutralidade. De acordo com Barros (2013), para Ranke, a objetividade diz respeito ao contato direto do historiador com seu objeto, que são suas fontes – de maneira científica – para dar aproximação ao evento histórico a ser analisado. Já a neutralidade faz referência ao encontro do historiador consigo mesmo – “sujeito que produz o conhecimento histórico e que precisa fazer suas escolhas relacionadas aos modos narrativos e aos aspectos interpretativos” (BARROS, 2013, p.996).

No contato com o objeto, Barros (2013) afirma que na história positiva o pesquisador não pode afirmar nada que não esteja documentado. Esse arquivo não se refere apenas a itens materiais registrados, mas também às fontes que viveram um determinado evento. Contudo, na relação com o seu objeto, o historiador não tem que aceitar como algo dado. É preciso que destile e submeta a fonte histórica a sistemáticos questionamentos. Isto é, deve-se depurar a relação da informação fornecida com os fatos a partir de um olhar crítico. O passo seguinte a isso, Ranke trata como neutralidade, que é não aderir a nenhuma tendência das partes envolvidas.

Para ilustrar a diferença entre objetividade e neutralidade, imagina-se uma guerra documentada historicamente. Ao constatar o evento e submeter a informação a uma crítica, materializa-se a prática da objetividade. A necessidade de narrar o acontecimento sem tomar parte de qualquer lado é a neutralidade. O historiador se neutraliza enquanto sujeito para emergir o seu objeto. É válido frisar que isso não impede que o historiador faça interconexões entre fatos. O que a historiografia positiva não recomenda é a reconstrução dos eventos, pois o

pesquisador não tem o poder de mudar o passado. Ele tem o papel de entendê-los para narrá-los. Daí, a importância de ter a história positiva como aporte para compreender o passado da imprensa no Amapá para assim poder contá-la.

Reis (2004, p.16) completa que no método positivista “a função do historiador seria a de recuperar os eventos, suas interconexões e suas tendências através da documentação e fazer-lhes a narrativas”. O autor dá o caminho que Ranke considera ser necessário para mostrar os fatos passados da maneira como aconteceram:

A) O historiador não é juiz do passado, não deve instruir os contemporâneos, mas apenas dar conta do realmente se passou; b) Não há nenhuma interdependência entre o historiador, sujeito do conhecimento, e o seu objeto, os eventos históricos passados. O historiador seria capaz de escapar a todo condicionamento social, cultural, religioso, filosófico, etc. Em sua relação com o objeto, procurando a “neutralidade”; c) A história - res geste - existe em si, objetivamente, e se oferece através dos documentos; d) A tarefa do historiador consiste em reunir um número significativo de fatos, que são “substâncias” dadas através dos documentos “purificados”, restituídos, à sua autenticidade externa e interna; e) Os fatos, extraídos dos documentos rigorosamente criticados, devem ser organizados em uma sequência cronológica, na ordem de uma narrativa; f) A história-ciência pode atingir a objetividade e conhecer a verdade histórica objetiva se o historiador observar as recomendações anteriores. (REIS, 2004, p.18).

Esse modelo historicista alemão se desenvolveu na França a partir do fim do século XIX e início do século XX. De acordo com Reis (2004), o governo francês, nesse período, criou arquivos públicos e enviou diversos historiadores para várias regiões do mundo a fim de coletar documentos que interessavam à história francesa com base no método alemão. Neste período, a história definitivamente se distinguiu da literatura por causa da popularização do ensino do rigor historiográfico no resgate de eventos passados nas universidades.

Desde modo, pode-se comparar o objetivo dos positivistas na história com a organização de um museu, conforme sugere Reis (2004). No museu, os objetos de valor histórico são resgatados, recuperados e expostos à visitação pública, com uma ficha contida com informações. Esses dados dão condição ao objeto de falar por si diante do visitante, que mesmo somente através do olhar, mantém um tipo de contato direto. De maneira semelhante agem os historiadores positivistas. O pesquisador, através da recuperação da crítica das informações cedidas pelo documento, narra o passado e se quiser faz conexões com demais eventos.

Contudo, da mesma forma que o visitante do museu apenas observa o objeto, o historiador deixa que os fatos dados pelos documentos falem por si.

Na historiografia do jornalismo amapaense, a pesquisa documental e as entrevistas falaram por si para mostrar o passado desta atividade. Não houve a tentativa de reconstrução ou alteração do passado. Existiu, conforme prevê a historiografia positivista, a conexão com demais eventos para uma narrativa mais próxima possível dos marcos históricos jornalísticos ao longo de 100 anos.

2.2. JORNALISMO IMPRESSO NO BRASIL

Por meio de pesquisa bibliográfica, a intenção neste tópico, não é fazer estudo comparativo, mas apontar como se moldaram as iniciativas pioneiras brasileiras e da região Norte a fim de contextualizar o jornalismo amapaense. Os apontamentos servem ainda como base para entender – em um debate mais a frente neste capítulo - como conceitos de jornalismo fora do eixo Rio-SãoPaulo-Brasília não conseguem abranger variáveis específicas do jornalismo da Amazônia.

A gênese da imprensa no Brasil começa a se desenhar em 29 de novembro de 1807. Neste dia, a família real de Portugal iniciou a travessia do Atlântico rumo à colônia brasileira, considerada a mais importante sob seus domínios. A viagem marcou a mudança da estrutura do reinado de Lisboa para o Rio de Janeiro devido à ameaça de invasão do território português pelo exército francês comandado por Napoleão Bonaparte. Em um dos navios da esquadra que transportava a família real estavam os xodós do ministro da Secretaria de Negócios Estrangeiros de Guerra, Antônio de Araújo de Azevedo: uma importante biblioteca e uma tipografia completa (BARBOSA, 2013a). Tudo chegou a salvo em 6 de março de 1808.

Aquela tipografia se tornou a principal ferramenta para o início da imprensa brasileira, até então inexistente. Para Matias Molina (2015), antes da mudança da Coroa, o reinado não tinha interesse em incentivar a impressão na colônia para não despertar ainda mais interesses de países vizinhos da Europa sobre o Brasil. Havia um temor da possibilidade das obras lançadas no território brasileiro conterem informações que poderiam atrair atenções de outras potências imperialistas. Isso fez os cidadãos brasileiros acessarem tardiamente escritos da imprensa, na contramão do que ocorria nos países vizinhos. Na América do Norte, o México teve a sua

primeira tipografia em 1640; na Central, em 1660, na Guatemala; e na do Sul, na Argentina, em 1764 (MOLINA, 2015).

Nelson Sodré (1999) aponta outra questão para a inexistência de uma imprensa antes da família real chegar ao Brasil: a econômica, ocasionada pela falta do capitalismo e de uma burguesia na colônia. Para ele, apenas nos países onde o capitalismo se desenvolveu, a imprensa seguiu a mesma na esteira. Por outro lado, a transferência da Corte não fez surgir um jornalismo sustentado pelo capitalismo, através da Gazeta do Rio de Janeiro, primeiro jornal produzido com tipografia no Brasil. A Metrópole portuguesa era a principal financiadora deste periódico, criado com a finalidade de defender os interesses da Coroa. Impresso pela estrutura que atravessou o Atlântico em meio às bagagens do reinado português, a edição foi às ruas em 10 de setembro do mesmo ano, sendo uma inspiração da Gazeta de Lisboa, que existia em Portugal (MOLINA, 2015).

José Marques de Melo (2003) pondera a tese de Sodré (1999) ao considerar que não se pode reduzir o atraso do surgimento da imprensa brasileira ao ponto de vista capitalista. Para o pesquisador, deve ser levado em conta um contexto multifacetado da realidade daquela época: a) o alto índice de analfabetismo dos contingentes populacionais levados para povoar a colônia; b) falta de estrutura dada pela Metrópole para o desenvolvimento desse povo; c) inexistência de contato intercultural e econômico do Brasil com seus países vizinhos e outros lugares do mundo; e d) uma forte cultura baseada na oralidade (MARQUES DE MELO, 1973).

Esse quadro, mesmo que de forma incipiente, começa a mudar com a chegada da família real em terras brasileiras, em 1808, que provocou o surgimento da Gazeta do Rio de Janeiro. Mesmo que sustentado pela Metrópole, o periódico é o marco do surgimento de um jornal produzido, impresso e distribuído no Brasil.

Segundo Marialva Barbosa (2013a), a Gazeta do Rio de Janeiro se tornou o desdobramento da instalação em 13 de maio de 1808 da Impressão Régia, destinada a publicar papéis oficiais do governo e todas e quaisquer obras, inclusive livros. Na visão de D. João VI, era preciso uma tipografia para fazer andar a burocracia do reinado, como edição de despachos, avisos e editais. O mesmo órgão também existia em Portugal, com nome igual, segundo Molina (2015).

O periódico oficial do governo era composto por quatro páginas e circulava às quartas-feiras e aos sábados, além de suas edições extraordinárias. O jornal, que durou até 31 de dezembro de 1822, teve 192 edições extras. De acordo com

Barbosa (2013), o exemplar custava 80 réis e a assinatura semestral 1.900 réis, e o veículo procurou não ser taxado de oficial, mesmo sendo editado pela equipe da Imprensa Régia. De um lado, existiam as informações relacionadas ao governo e de outro, acontecimentos que pairavam em Portugal e no restante da Europa.

Do ponto de vista da edição, a lógica de distribuição das notícias era espaço temporal. Primeiro as que chegavam da Europa, postadas da mais antiga para a mais recente. Depois as que tinham data da publicação do jornal. Era ali que concentravam informações escritas na íntegra pelo redator, cuja principal tarefa era, sem dúvida, ler as folhas européias, traduzi-las e publicar estratos desses periódicos – muito deles antecédidos por seus comentários. (BARBOSA, 2013a, p.42).

Uma das características da imprensa no período regencial era a censura. Desde quando o império começou a ser governado do Rio de Janeiro, jornais, livros e demais impressos - destinados a uma minoria alfabetizada no Brasil - passaram a ser produzidos em Londres e Paris com intuito de fugir do controle da Coroa. Contudo, o simples fato de a imprensa ter sido criada no Brasil, algo que não existia antes da chegada da família real, não tinha mais como o império português crivar por completo a mídia nem suprimir tipografias ou periódicos.

As primeiras folhas impressas no Brasil foram submetidas à mesma censura rigorosa que existia em Portugal, mas o fato de a imprensa, antes proibida, ter sido implantada representou um passo irreversível: não havia como voltar ao passado e suprimir a tipografia e os jornais. Foi um curto período de transição iniciado em 1808. Quando em 1822 foi declarada a Independência, a imprensa já estava livre da censura. (MOLINA, 2015, p.18).

O Correio Braziliense era um desses jornais editados fora do Brasil. Criado pelo comerciante e jornalista José Hipólito da Costa, circulou pela primeira vez no Brasil em junho de 1808. Escrito e impresso em Londres, durou até dezembro de 1822 (MOLINA, 2015; SODRÉ, 1999). A quantidade de páginas variava entre 100 e 150, com periodicidade mensal. Trabalhava com assinaturas. Sem anúncios, precisava de 300 adesões para bancar o custo. Além do Brasil, ainda circulava na própria capital inglesa. Era lido por comerciantes que tinham interesses na colônia portuguesa. Inicialmente, o jornal buscava ser um correspondente do Brasil na Europa e da Europa no Brasil. Contudo, o Correio passou também a pontuar sobre questões sociais e políticas brasileiras, tornando-se um contraponto da Gazeta do Rio de Janeiro, publicação oficial do governo.

Após mais de uma década da fuga da Corte Portuguesa, o jornalismo brasileiro se via em 1822 em uma ebulição política pelos entraves entre a Metrópole e a colônia, culminando na Independência do Brasil, pelo príncipe-regente D. Pedro I. Nesse contexto, os impressos passaram a trilhar entre as vertentes liberais e conservadoras.

O avanço, porém, do processo de separação da colônia com a Metrópole, fez os jornais agarrarem a causa brasileira, abandonando assim os ideais da Corte. De acordo com Isabel Lustosa (2000), os jornalistas adotam para si um caráter progressista no quadro do desenvolvimento da emancipação brasileira. “O intelectual considerado como artista cede lugar ao intelectual considerado como mentor da sociedade, voltado para aplicação prática das ideias” (LUSTOSA, 2000, p.33).

Até a Independência, em 1822, existem divergências sobre quantos e em quais províncias brasileiras já existiam jornais circulando. Enquanto Marialva Barbosa (2013a), Mendes (2007), Sobrinho (1998) e Sodré (1999) assinalam Rio de Janeiro, Bahia, Pernambuco e Maranhão; Marques de Melo (1973) lista, além desses, também Pará e Minas Gerais.

Quadro 4 – Cronologia da imprensa brasileira no período pré-Independência

Estado	Marques de Melo (1973)	Barbosa (2013a), Mendes (2007) e Sodré (1999)
Rio de Janeiro	1808	1808
Bahia	1811	1811
Pernambuco	1821	1821
Maranhão	1821	1821
Pará	1821	-
Minas Gerais	1821	-

Fonte: Adaptado de: BARBOSA, M. **História da Comunicação no Brasil**. Petrópolis (RJ): Editora Vozes, 2013a
 MARQUES DE MELO, J. Sociologia da imprensa brasileira: a implantação. Petrópolis: Vozes, 1973.
 MENDES, J. F. O silêncio das Gerais: o nascimento tardio e a lenta consolidação dos jornais brasileiros. **Tese (Doutorado em Comunicação)**, Universidade Metodista de São Paulo, 2007

SODRÉ, N. W. **História da imprensa no Brasil**. Rio de Janeiro: Mauad, 1999.

A partir de 1821, aliás, a imprensa brasileira ganhou força em razão da liberação pela Corte da criação de periódicos, além da facilidade da chegada de tipografias, ocasionada pela quebra do monopólio de transações comerciais entre a colônia e Portugal. O surgimento dessas impressões contribuiu para o encorajamento de D. Pedro I na declaração da Independência, em 1822. Até o fim deste ano, inclusive, 52 jornais apareceram (MENDES, 2007). “1821 a 1823 foram anos muito movimentados na imprensa brasileira. Foram criadas dezenas de publicações, algumas muito importantes. O país havia-se tornado independente, e os jornais tinham contribuído bastante para isto” (MENDES, 2007, p.53). Da primeira província a ter um jornal, Rio de Janeiro, em 1808, até a última, o Paraná, em 1854, houve 46 anos de intervalo (BARBOSA, 2013a; MENDES, 2007; SODRÉ, 1999).

Tabela 1 – Cronologia do surgimento da imprensa nas províncias pós-Independência

Estado	Ano da criação do primeiro jornal
Pará	1822
Minas Gerais	1823
Ceará	1824
Paraíba	1826
São Paulo	1827
Rio Grande do Sul	1827
Rio de Janeiro (Niterói)	1829
Goiás	1830
Alagoas	1831
Santa Catarina	1831
Rio Grande do Norte	1832
Sergipe	1832
Espírito Santo	1849
Amazonas	1851
Paraná	1854

Fonte: Adaptado de: BARBOSA, M. **História da Comunicação no Brasil**. Petrópolis (RJ): Editora Vozes, 2013a

MENDES, J. F. O silêncio das Gerais: o nascimento tardio e a lenta consolidação dos jornais brasileiros. **Tese (Doutorado em Comunicação)**, Universidade Metodista de São Paulo, 2007
 SODRÉ, N. W. **História da imprensa no Brasil**. Rio de Janeiro: Mauad, 1999.

Esse período pode ser sido um pouco menor ao exposto na tabela acima, pois Sobrinho (1998) data que no Paraná, o surgimento se deu em 1853. Essa diferença se deve justamente à dificuldade trazida na revisão do passado.

Percebe-se que em grande parte, os jornais surgiram no eixo Sul, Sudeste e Nordeste. No Norte, apenas as cidades de Belém e Manaus tiveram imprensa no período histórico brasileiro que compreendeu o Império, entre 1822 e 1889. O Amapá, em 1890, teve contato com a imprensa por causa da proposta do Partido Republicano Democrático de propagar seus ideais críticos ao novo regime. A legenda política decidiu colocar para circular *O Democrata* em Belém e Macapá a fim de ganhar adeptos aos que defendia.

Se o surgimento do jornalismo impresso no Brasil e no Amapá é cercado de teor político, no radiojornalismo não é diferente. O então governador do território federal amapaense, capitão Janary Gentil Nunes, investiu na tecnologia para torná-la vitrine de sua gestão. Assim surgiu a Rádio Difusora de Macapá. A primeira transmissão, em caráter experimental, ocorreu em 15 de dezembro de 1945. De forma definitiva, entrou no ar em 11 de setembro de 1946. Quando a emissora amapaense entrou no ar, o rádio já era uma realidade no Brasil, iniciado 20 anos antes, no Rio de Janeiro.

2.3. RÁDIO NO BRASIL

A primeira transmissão de rádio no Brasil aconteceu na abertura das comemorações do centenário da Independência, em 7 de setembro de 1922, com o discurso do presidente Epitácio Pessoa, transmitido por 80 receptores importados e instalados no Alto do Corcovado, no Rio de Janeiro (ORTRIWANO, 2003). O marco teve financiamento de empresas norte-americanas do ramo de telegrafia, a *Westing House International* e a *Western Electric Company*. Segundo Luiz Ferrareto (2014), elas visavam lucrar com as festividades pela possibilidade de comercializar equipamentos de radiotelegrafia, radiotelefonia e radiocomunicação ao Ministério de

Viação e Obras Públicas. A demonstração, no entanto, despertou a atenção de grupos privados naquelas tecnologias de comunicação sonora.

Um dos interessados, Edgar Roquette-Pinto, montou a primeira emissora de rádio do Brasil, a Rádio Sociedade do Rio de Janeiro, em 20 de abril de 1923. A data definitiva da radiodifusão no país é 1 de maio do mesmo ano, quando iniciam as transmissões regulares (ORTRIWANO, 2003). Como os anúncios pagos ainda eram proibidos pelo governo federal, a Rádio Sociedade do Rio de Janeiro recebia doações de ouvintes para o seu sustento. A programação era voltada a elite, com ópera, recitais de poesia, concertos e palestras culturais.

Apesar de a Rádio Sociedade do Rio de Janeiro ser classificada como a pioneira (BARBOSA, 2013a; FERRARETO, 2014; ORTRIWANO, 2003), a Rádio Clube de Pernambuco também reivindica o posto de primeira do Brasil. Criada em 1919, entrou no ar em fevereiro de 1923, três meses antes da Rádio Sociedade do Rio de Janeiro. Luiz Ferrareto (2014) explica que no caso da pernambucana, as transmissões ocorriam com estações amadoras de emissão e recepção de sinal, consideradas ilegais para a legislação vigente à época. Isso faz com que Roquette-Pinto tenha marcado o início do rádio brasileiro.

Desde seu início, a rádio sempre andou ao lado do jornalismo. Gisela Otrivano (2003) considera o “Jornal da Manhã” como o primeiro rádiojornal do Brasil. A apresentação era por conta de Roquette-Pinto, que lia notícias de jornais impressos e acrescentava informações em forma de comentários.

A introdução do jornalismo na programação fez a Rádio Sociedade Rio de Janeiro se consolidar no cotidiano das pessoas, principalmente em razão de ser a principal fonte de informação de quem não possuía conhecimento intelectual suficiente para ler e interpretar uma notícia em um jornal impresso (ORTRIWANO, 2003). Em 1925, a emissora cria mais três programas jornalísticos, o “Jornal do Meio-Dia”, “Jornal da Tarde” e “Jornal da Noite”, com o mesmo formato do “Jornal da Manhã” (FREITAS, 2012).

Até o fim dos anos 1920, 16 emissoras são inauguradas no país (BARBOSA, 2013a). Ao tomar conta do poder do rádio no dia-dia da população, o então presidente Getúlio Vargas institui em 2 de julho de 1931 o Departamento Oficial de

Propaganda (DOP)⁶, vinculado ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores, para atuar no setor da radiodifusão e fornecimento de informações à imprensa.

Um ano depois, Getúlio Vargas novamente intervém no rádio. Em 1932, é autorizada a inserção publicitária nas programações. Isso transforma o pensamento dos proprietários das emissoras, que de produção erudita passam a apostar no cunho popular para conquistar mais audiência e consequente aumento de faturamento.

Além do fim da proibição da publicidade, o início dos anos 1930 tem outros marcos no rádio. A Rádio Record, em São Paulo, em 1932, organiza a primeira transmissão em rede com demais emissoras paulistas para noticiar eventos da Revolução Constitucionalista. Ela também introduz a linha política em sua programação, com entrevistas de políticos em seus estúdios.

Um ano antes, o jornalismo esportivo ganhava seus primeiros contornos no radiojornalismo brasileiro, com a transmissão de partidas de futebol. Nicolau Tuma narrou pela primeira vez um confronto futebolístico, na Rádio Educadora Paulista, em 19 de julho de 1931. O locutor Gagliano Neto, em 1938, deixa sua marca na linha do tempo do jornalismo esportivo ao transmitir a primeira Copa do Mundo diretamente da Europa, na França, pela Rádio Record, em cadeia com outras seis emissoras, em 5 de julho, na partida entre Brasil 6 x 5 Polônia (OTRIWANO, 1998).

Já em 12 de setembro de 1936, entra no ar a Rádio Nacional, fundada por Celso Guimarães, Oduvaldo Cozzi e Ismênia dos Santos. Destaca-se a sua criação por também representar marcos no jornalismo, além de passar a ter relação direta com o radiojornalismo amapaense a partir de 1978. Nesse ano, a emissora recebeu do então governo territorial a administração da Rádio Difusora de Macapá até 1988, representando um período de profissionalização do rádio amapaense.

A Rádio Nacional passou para o governo federal em 1940, quando Getúlio Vargas, no regime do Estado Novo (1937-1945), acampou a empresa A Noite, que além do jornal de mesmo nome, tinha a posse da referida emissora (OTRIWANO, 2003). Destaca-se que durante o período ditatorial varguista, o controle da imprensa era rigoroso. Somente quanto a jornais, estima-se que 61 publicações deixaram de circular por força do poder executivo (BARBOSA, 2013a).

⁶ Em 1934 mudou para Departamento de Propaganda e Difusão Cultural (DPDC). Quatro anos depois, em 1938, para Departamento Nacional de Propaganda (DNP); por último, em 1939, alterou o nome para Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), segundo Freitas (2012).

De acordo com Marialva Barbosa (2013a), se por um lado os anos 1930 - em especial até o início do Estado Novo em 1937 - representaram uma série de mudanças no rádio na tentativa de se expandir ao público, por outro, o alto custo do aparelho dificultava a proliferação do aparelho. Apenas as famílias com alto poder aquisitivo poderiam comprá-lo. A saída era a partilha da escuta nas casas que possuíam o rádio, principalmente nos horários dos radiojornais, tornando o rádio parte da vida da população.

Uns escutavam na casa dos vizinhos com consentimento deles, durante umas poucas horas, mas havia aqueles que podiam escutar a mesma emissão sem que o proprietário do aparelho soubesse. Havia ainda os que transportavam para perto dos ouvidos dos vizinhos o aparelho, para deliberadamente sociabilizar a escuta. (BARBOSA, 2013a, p.234).

Com o desenvolvimento do rádio como um veículo de comunicação de massa, Getúlio Vargas, durante o regime do Estado Novo, o utilizou como instrumento político e ideológico. No ano da instalação do período ditatorial varguista, existiam 42 emissoras no país. Ao fim, o número estava em 111.

Quando a Rádio Nacional virou estatal, com o investimento de “dinheiro do poder público – a emissora que passou a ser uma das empresas incorporadas ao patrimônio da União – tornou-se a maior e melhor emissora do Brasil” (OTRIWANO, 2003, p.71). Nela que surge o icônico “Repórter Esso”. Criado em 1941, é colocado como o mais importante do país por ter mudado a maneira fazer radiojornalismo (BARBOSA, 2014; CALABRE, 2002; OTRIWANO, 2003). Repórter Esso existiu no rádio até 1968.

Apresentado por Heron Domingues, o “Repórter Esso” influenciou demais programas jornalísticos ao aplicar o estilo norte-americano baseado na síntese de textos curtos e objetivos. Era busca pela objetividade dos fatos emergindo pela primeira vez no radiojornalismo brasileiro. A Mc Cann Erickson, empresa de publicidade, ficou responsável pela sua produção, fundada em notícias da *United Press International* (UPI). O programa não usava de sonoplastia, com exceção das vinhetas, com intenção de atrair a atenção do ouvinte exclusivamente para a locução do texto.

As notícias deveriam ser apresentadas no noticiário Esso de forma sucinta, priorizando a informação (data, local, principais envolvidos). O locutor não deveria expressar sua opinião pessoal e sim restringir-se a noticiar o fato. Para os produtores, essa era a fórmula dos noticiários imparciais. Durante muito tempo, vários noticiários radiofônicos e televisivos agiram dentro

dessa lógica de imparcialidade, desprezando o fato de que o próprio ato de escolher a notícia e o que dizer sobre ela é estar assumindo uma posição sócio-política demarcada. (CALABRE, 2002, p. 218).

No auge do “Repórter Esso”, em meados dos anos 1940, a popularidade alcançava 86% da preferência dos ouvintes, segundo pesquisas de institutos de medição de audiência (CALABRE, 2002). Permaneceu como o principal radiojornal brasileiro até sua extinção em 31 de dezembro de 1968. Tinha como concorrente o “Grande Jornal Falado Tupi”, criado em 3 de abril de 1942, na Rádio Tupi São Paulo, por Coripeu de Azevedo Marques e Armando Bertoni.

A linha do “Grande Jornal Falado Tupi” seguia a mesma do “Repórter Esso” no aspecto da redação da notícia. O conteúdo marcava a diferença entre ambos. Enquanto o radiojornal da Rádio Nacional focava notícias internacionais, as de cunho regional ocupavam a maioria do tempo da Rádio Tupi.

O Repórter Esso e o Grande Jornal Falado Tupi foram os primeiros, no Brasil, a mostrar preocupação quanto a uma linguagem específica para o rádio, procurando elaborar a notícia de forma a atender as características do meio radiofônico e não do jornalismo impresso. “O ‘Repórter Esso’ abrindo fronteiras, o ‘Grande Jornal Falado Tupi’ buscando todas as nossas fronteiras, levando informações, reportagens e comentários até então inacessíveis aos brasileiros de todos os rincões, começavam a definir o embrião do radiojornalismo nacional. (OTRIWANO, 2003, p.75).

Em 18 de setembro de 1950, estreava a TV Tupi Difusora, em São Paulo. Com isso, o rádio ganha mais um tipo de mídia para disputar a atenção do público. O acirramento não ocorreu imediatamente porque a televisão ainda precisava ganhar popularidade, diferentemente do rádio, já consolidado. Para se ter uma noção, em 1948, no Rio de Janeiro, 91% dos domicílios possuíam o aparelho. Em São Paulo, o percentual alcançava 88% (BARBOSA, 2013).

Em 1951, o número estimado de aparelhos era de 3,5 milhões distribuídos no Brasil para uma população de 52 milhões, segundo Marialva Barbosa (2013a). Parece soar pouco, tendo em vista que a quantidade significava menos de 10% dos habitantes. Contudo, como a escuta era socializada, a abrangência era muito maior que esse percentual.

Apesar de sua consolidação, o rádio perdia espaço à medida que a televisão avançava no cotidiano das pessoas. Nos anos 1960, de acordo com Luiz Ferrareto (2012), as emissoras radiofônicas sentem pela primeira vez a sangria causada pela

TV, que nesta década passa a captar grande parte das verbas publicitárias, resultando em queda de faturamentos. A audiência também enfrenta uma crise. Os conteúdos, antes apenas veiculados no rádio, são levados para a televisão, que além do som, oferecia ainda imagem ao público.

De 1950, quando a televisão é introduzida no país, através da TV Tupi-Difusora, de São Paulo, até a segunda metade da década de 1960, momento em que este novo meio passa a dominar a captação de verbas publicitárias, altera-se significativamente a conformação do rádio brasileiro. De fato, as emissoras enfrentam uma crise que não envolve apenas redução de audiência e faturamento. Perde o espetáculo para todos – as novelas, os humorísticos e os programas de auditório –, que, acrescido de imagem, migra para a televisão. Esta, por sua vez, impõe ao ambiente comunicacional uma nova forma de relacionamento com os bens culturais massivos. Diferentemente dos projetores e das telas de cinema – apesar da força dos filmes já, em grande parte, coloridos –, o televisor está na sala das casas como uma janela que se abre para o mundo. As cinzentas figuras que se movem no tubo de imagens tornam-se, assim, próximas em uma simulação diária de contato pessoal. Talvez resida aí a explicação para o que ocorre com o rádio. (FERRARETO, 2012, p.13)

O rádio precisava se reinventar. Assim o fez. A tecnologia deu o novo gás que as emissoras precisavam. Nos anos 1960, o gravador magnético possibilitou maior agilidade, mais versatilidade, melhorou a qualidade das captações externas de áudio, controle no conteúdo das mensagens a partir das edições e, o principal, barateou os custos de manter uma grade 24 horas no ar, pois os programas ou trechos deles poderiam ser repetidos (OTRIWANO, 2003).

O rádio se reinventou no aspecto editorial. Surgiu nos anos 1960 o tripé música, informação e esporte. O jornalismo ganha mais espaço, com “emissoras conceituadas do país se dedicando quase que exclusivamente ao jornalismo e à prestação de serviço, trazendo novo vigor ao ambiente midiático” (BIANCO, 2015, p.36).

Ainda nesta década surgem as emissoras com sinal FM. Mesmo existindo desde meados dos anos 1950 em caráter experimental com a Rádio Imprensa, no Rio de Janeiro, a nova frequência ganha corpo oficialmente em 1968, quando a Rádio Tropical entra no ar, em Manaus, no Amazonas, pela primeira vez em FM (SILVEIRA, 2017; MAFRA; MONTEIRO, 2017).

Na década seguinte, as emissoras de frequência moduladas se consolidam ao se disseminarem pelo país. As apostas davam como certas que as AMs acabariam. Erraram. Novamente, o rádio precisou se repaginar. “Seguindo a trilha

da renovação, as emissoras AMs no Brasil se dedicaram ao jornalismo, esporte e programas de informação, enquanto as FM's seguiram o caminho da segmentação da programação musical (BIANCO, 2016, p.37).

A popularização das emissoras FM representou o último marco histórico do rádio no Brasil antes dos anos 1990. Nas décadas de 1970 e 1980, houve a consolidação do radiojornalismo e da prestação de serviços. As programações se aproximam no *allnews* na AM e do entretenimento no FM.

Acontece a consolidação do novo grande impulso ao radiojornalismo, que começou na fase anterior [anos 1960] como uma das saídas que o veículo encontrou para não desaparecer e, no caso do rádio AM, para enfrentar a concorrência das próprias emissoras de Frequência Modulada. É que as FM's, por sua melhor qualidade na transmissão do som, passam a ser as preferidas para o rádio musical. Detecta-se o apogeu das transformações iniciadas no período anterior: o processo de especialização e segmentação se acelera e algumas emissoras já experimentam um formato de programação que se aproxima do *allnews*; ocorre a cristalização da tendência de formação de grandes redes permanentes. Enfim, o radiojornalismo conquista um espaço definitivo na radiofonia brasileira. (ZUCULOTO, 2012, p.5).

Nos anos 1990, a televisão era realidade no cotidiano de grande parte da população do país (BARBOSA, 2013a). Quando chegou a última década do século XX, o brasileiro já havia acompanhado pela telinha momentos marcantes da história nos anos anteriores que consolidou o referido ambiente midiático como um veículo de comunicação de massa. No Amapá, assim como no rádio, o governo territorial também participou como principal financiador da primeira transmissão televisiva. Contudo, diferentemente da Rádio Difusora de Macapá, que tinha como principal bandeira o caráter político, o futebol emergiu como a principal motivação para que o então governador territorial Arthur Henning investisse na compra de equipamentos. Apaixonado por futebol, o político queria assistir a Copa do Mundo de 1974.

2.4. TELEJORNALISMO NO BRASIL

O marco zero da televisão no Brasil antecede duas décadas antes da primeira transmissão no Amapá. Ele é datado de 18 de setembro de 1950. Neste dia, às 17h, o então magnata dono do conglomerado Diários Associados, Assis Chateaubriand, colocou no ar a primeira emissora do país, a TV Tupi Difusora, em São Paulo. A transmissão das primeiras imagens alcançou 500 televisores existentes na capital

paulista, adquiridos e espalhados pelo próprio empresário. Três meses depois, dois mil aparelhos já estavam sob posse da população paulistana (JAMBEIRO, 2002). O número aumentou para 11 mil em todo o país (MATTOS, 1990).

Apenas quatro meses depois, o grupo Diários Associados inaugura a segunda emissora, a TV Tupi Rio, no Rio de Janeiro, em 20 de janeiro de 1951. Daí em diante a abertura de empresas de televisão não parou mais. De 1955 a 1961, foram abertas 21 emissoras em território nacional por diferentes entidades privadas.

Em 1955 começa a funcionar a TV Itacolomi de Belo Horizonte. Quanto anos depois, é a vez da TV Piratini de Porto Alegre e TV Cultura de São Paulo. Em 1960, são inauguradas a TV Itapoan, de Salvador, e TV Brasília, a TV Rádio Clube de Recife, a TV Paraná, a TV Ceará, a TV Goiânia, a TV Mariano Procópio de Juiz de Fora, a TV Tupi Difusora de São José do Rio Preto. No ano seguinte, seria a vez da TV Vitória, TV Coroados, TV Borborema (Campina Grande/PB), TV Alterosa (Belo Horizonte), TV Baré, TV Uberaba, TV Florianópolis, TV Aracajú, TV Campo Grande e TV Corumbá. (BARBOSA, 2013a, p.277).

O processo de concessão de autorização para exploração do veículo de comunicação nasceu sem regras. A efetivação ocorria guiada a partir de favoritismo político. Isto é, o capital político de empresários era a principal motivação para que o governo federal emitisse as licenças (MATTOS, 1990). Essa prática iniciou no governo Juscelino Kubitschek, permaneceu na Ditadura Militar e teve fim somente com a instituição da Constituição de 1988, durante o governo José Sarney. Em 1990, o número de emissoras totalizava 138 espalhadas em todos os estados do país. A partir da carta magna, foram criados critérios, anulando as distribuições casuísticas.

No começo, a televisão, assim como o rádio, teve como principal desafio em sua popularização o valor dos aparelhos praticados no mercado. Eram encontrados televisores da marca Philco de Cr\$ 12.950, em 1950. No ano seguinte, a demanda elevou para Cr\$ 38.950. Para efeito de comparação, o rádio de modelo mais avançado da mesma fabricante custava Cr\$ 3.950 (BARBOSA, 2013a).

Sérgio Mattos (1990) divide a historiografia da televisão em quatro fases entre 1950 e 1990. A primeira, chamada de “Fase Elitista”, compreende de 1950 até 1964. A referida denominação, segundo o autor, se deve aos altos valores dos aparelhos no mercado, restringindo o público aos que possuíam poder de compra. O cenário começou a mudar depois de empresas estrangeiras se instalarem no Brasil para fabricar os televisores no próprio país, barateando assim o custo final para consumidor. A popularização ocorreu em meados dos anos 1960, por intermédio da

Ditadura Militar. A referida década terminou com 3.276.000 aparelhos. No início, em 1961, eram 598 mil. Plínio Leal (2009) ratifica que durante o regime militar, a isenção de taxas para importação de equipamentos agregou na queda do preço dos aparelhos.

A ditadura militar contribuiu para o impulso no desenvolvimento da TV no Brasil, ao criar vários órgãos estatais que lidavam com a produção cultural, ao formular leis e decretos, ao congelar as taxas dos serviços de telecomunicação, ao dar isenção das taxas de importação para compra de equipamento, ao proporcionar uma construção de uma estrutura nacional de telecomunicações em redes e ao fazer uma política de crédito facilitado. As políticas de crédito direto ao consumidor e a atração de investimentos privados estrangeiros ajudaram, de uma forma geral, a acelerar o mercado, não apenas o televisivo, no país e a torná-lo mais urbano. Por exemplo, em 1968 era possível adquirir um televisor em até 36 vezes com juros muito baixos. O número de aparelhos de TV aumentou e, conseqüentemente, o número de telespectadores. (LEAL, 2009, p. 8)

Para Barbosa (2013a) a consolidação do ponto de vista quantitativo veio nos anos 1970, tendo o futebol como principal motivação. Após um mês depois de as emissoras transmitirem ao vivo a chegada do homem à Lua, em julho de 1969, a TV Globo e as Emissoras Associadas selaram parceria para a transmissão das partidas restantes das eliminatórias para Copa do Mundo do México como testes para o evento no ano seguinte. A expectativa significou uma explosão nas vendas. O número saltou para 4.584.000, em 1970. Ao fim da década, a cifra superou os 16,7 milhões.

Nesse contexto, o jornalismo sempre esteve presente desde o início da TV. Dois dias depois da inauguração da TV Tupi Difusora, 18 de setembro de 1950, nascia o “Imagens do Dia”, primeiro telejornal brasileiro. Sua produção era simples. Existiam apenas narrações de textos adaptados dos jornais impressos com linguagem ainda característica do radiojornalismo. Apesar do nome, as imagens eram escassas. Fotografias ilustravam o acontecimento lido pelo profissional oriundo do rádio (CONTATO; SOUZA, 2015).

Em 1952, o sucesso do rádio, “Repórter Esso”, substituiu o “Imagens do Dia”, seguindo as mesmas características de formato de radiojornalismo, com textos curtos e objetivos. O telejornal influenciou os demais até a sua extinção em 31 de dezembro de 1970. Outros passaram a também utilizar o nome do principal patrocinador da atração para angariar recursos. Assim sugeriram o “Telenotícias Panair”, “Telejornal Bendix” e “Reportagem Ducal”.

A principal característica da década inicial do telejornalismo foi o uso de materiais produzidos por agências internacionais, com poucas reportagens de cunho nacional. Isso muda nos anos 1960, com a chegada do videotape (VT) nas emissoras. Com ele, criou-se a possibilidade de gravar programas, jornais, telenovelas e demais atrações para reprisar durante a grade de programação. Também inseriu a edição de vídeo no referido ambiente midiático, sobretudo no telejornalismo, que passou a ter recursos gráficos, voz em *off* e ritmo dinâmico e supressão de equívocos ou imperfeições (BARBOSA, 2013a).

No início da década de 60 a televisão sofreu um grande impulso com a chegada do videotape. Foi o uso do VT na televisão brasileira que possibilitou não somente as novelas diárias como também a implantação de uma estratégia de programação horizontal. A veiculação de um mesmo programa em vários dias da semana possibilitou a criação do hábito de assistir televisão, rotineiramente prendendo a atenção do telespectador e substituindo o tipo de programação em voga até então, de caráter vertical, com programas diferentes todos os dias. (MATTOS, 1990, p.12-13)

A entrada do VT distanciou cada vez mais a televisão do rádio, criando suas próprias características de linguagem, redação de textos e notícias. Ainda auxiliou na captação de mais recursos ao poder gravar publicidades para inserir ao longo da programação.

Nos anos 60 a televisão começou a procurar seu próprio caminho, a adquirir processos de produção mais adequados às suas características enquanto meio e transformou-se assim no poderoso veículo de transmissão de idéias e de venda de produtos e serviços que é hoje. (JAMBEIRO, 2002, p. 53).

Foi nos anos 1960 que outro marco do telejornalismo emergiu. A Rede Globo, fundada em 1965, colocou no ar o primeiro programa jornalístico com transmissão em rede. Ou seja, ao vivo para mais de uma emissora ao mesmo tempo. Gerado do Rio de Janeiro, o Jornal Nacional representou esse pioneirismo em 1 de setembro, com Hilton Gomes e Cid Moreira. A atração usou tecnologia de sinal via satélite, tendo sido televisionado para além da capital fluminense, nas sucursais da emissora de São Paulo, Belo Horizonte, Curitiba, Porto Alegre e Brasília. Para Contato e Souza (2015), o Jornal Nacional ainda introduziu outra maneira no fazer do telejornalismo, inspirado no estilo praticado nos Estados Unidos.

Com o passar do tempo, o JN ganhou público cativo, que via no programa da Globo a inserção de VTs, reportagens, notas cobertas, enfim, uma mescla harmoniosa entre texto e imagem. O programa consolidou um

formato fixo com a cobertura da política nacional, uma pitada de internacional, esportes e alguma variedade. Apostou também na agilidade e rapidez da notícia curta. Com esse projeto de jornalismo *clean* se tornou referência nacional. Mas se o formato era inovador, o conteúdo vinha na esteira dos telejornais das demais emissoras, todas amordaçadas pela censura da Ditadura Militar instaurada em 1964. (CONTATO; SOUZA, 2015, p.6).

Nos anos 1970, a TV Globo adota o “Padrão Globo de Qualidade”, que previa a uniformização do fazer jornalístico em escala horizontal, desde a matriz, no Rio de Janeiro, passando pelas sucursais (São Paulo, Belo Horizonte, Brasília e Recife) até chegar às afiliadas Brasil afora. Isso afetou diretamente no telejornalismo recebido pelo público, tendo em vista que em alguns lugares, como era o caso do Amapá, até 1981, apenas a afiliada TV Amapá detinha do monopólio de transmissão. A adoção do conceito provocou que as demais emissoras da rede investissem em equipamentos e qualificação profissional.

Além disso, o telejornalismo nos anos 1970 consolidou o jornalismo esportivo como uma editoria fixa na programação informativa das TVs. A introdução do segmento teve como consequência o sucesso da cobertura da Copa do Mundo no México (BARBOSA, 2013a). Somado a isso, a inserção de uma nova tecnologia mais uma vez muda o telejornalismo. O *teleprompter* alterou as apresentações. O Jornal Nacional usou o aparelho pela primeira vez, em 1971. A partir daquele momento, os apresentadores dispensaram os textos decorados e passaram a lê-los no equipamento ao mesmo tempo em que olha para a câmera, deixando as chamadas dos VTs de maneira mais natural.

Segundo Marialva Barbosa (2013a), o *teleprompter* no cotidiano das redações do telejornalismo marcou como o último grande marco do segmento antes dos anos 1990. O jornalismo de TV, nos anos 1980, apenas se consolidou com coberturas de eventos de relevância nacional, em especial os políticos, como a assembleia do Congresso Nacional da eleição indireta de Tancredo Neves e José Sarney, as manifestações do movimento “Diretas Já”, além dos debates entre candidatos a cargos eletivos.

Assim como apontado em âmbito nacional, na escala regional, a região Norte tem seus marcos jornalísticos. A principal característica do surgimento do jornalismo impresso, rádio e TV na Amazônia é o protagonismo exercido por Belém e Manaus, as duas metrópoles dessa região. Nas demais cidades, as gêneses dos meios de comunicação jornalísticos são posteriores, conforme demarcado a seguir.

2.5. O INÍCIO DO JORNALISMO NA REGIÃO NORTE

Segundo Dornelles (2009, p.1), o avanço da imprensa no interior brasileiro fixou suas bases no fim do século XIX, seguindo até a metade do século XX, sendo “reflexo de uma campanha de qualificação da imprensa local e regional, ocorrida praticamente em todo o país, mas especialmente nos estados que aceleraram a industrialização”.

No Brasil, a imprensa teve certa dificuldade para ser iniciada e consolidada. Diferente da Europa, que no século XIX usufruía de diversas formas de promoção da instrução da população, em terras brasileiras os jornais tornaram-se o único meio, o que esbarrava na pouca alfabetização no período colonial (ROCHA; ZAUITH, 2014). Como demarcado anteriormente, durante esse tempo, o primeiro jornal além do Rio de Janeiro – à época principal aglomeração populacional – surgiu no Nordeste, com *A Idade de Ouro do Brasil*, em 1811, na Bahia. Em São Paulo, atualmente o estado mais populoso e rico, o pioneiro no interior foi *O Paulista*, de 1842, em Sorocaba (ALMEIDA, 1983). “A marcha da imprensa foi lenta, a princípio. Entre o primeiro jornal do país (no Rio) e o de São Paulo transcorreram 15 anos; entre o da capital do estado e do interior, passaram-se 19 anos” (ALMEIDA, 1983, p.23).

O hiato na linha do tempo entre as capitais e o interior dos estados ainda tinha como característica a forma como os jornais regionais eram produzidos, de maneira artesanal, sem anúncios e com periodicidade irregular, afetando assim no próprio tempo de suas existências. “Os temas, em geral, representavam os interesses do dono do jornal e do grupo ao qual ele pertencia, com o intuito de defender publicamente os seus ideais. Grande parte dos impressos foram iniciativas individuais e de vida fugaz” (ROCHA; ZAUITH, 2014, p.38).

Na Amazônia, segundo Luís Munaro (2014), entre o fim dos séculos XIX e início do XX, todos os estados que atualmente compõem a região Norte do país já tinham experiências com a imprensa a partir do surgimento de jornais impressos. De fato, apesar do distanciamento das metrópoles do Sul e Sudeste, o começo dos periódicos em territórios amazônicos não demorou. Foram 13 anos. O pioneiro, *O Paraense*, surgiu em 1822, em Belém (PAULA; FERNANDES; SEIXAS, 2010). Como o segundo estado a ter jornais aparece o Amazonas, em 1851, com o *Cinco de Setembro* (CARILLI, 2014). O processo de ocupação dos periódicos nas

províncias do Norte finalizou em 1914, quando passou a circular em Boa Vista, em Roraima, a *Folha de Rio Branco* (MUNARO, 2014).

Tabela 2 – Cronologia do surgimento da imprensa na região Norte

Estado	Gênese da imprensa	Primeiro jornal
Pará	1822	O Paraense
Amazonas	1851	Cinco de Setembro
Amapá	1890	O Democrata
Tocantins	1891	Folha do Norte
Rondônia	1891	Humaythaense
Acre	1901	El Acre
Roraima	1914	O Rio Branco

Fonte: Adaptado de: CARILLI, J. Folhas da Província: a Imprensa Amazonense durante o período imperial (1851-1889). **Dissertação (Mestrado em História)**, Universidade Federal do Amazonas, 2014.

MUNARO, L. F. Aspectos da imprensa e da modernidade amazônicas: um estudo do centro às periferias. **TROPOS**, v. 1, n. 2, 2014.

PAULA, J.; FERNANDES, P.; SEIXAS, N. Protagonistas da imprensa blelenense entre 1820 e 1830. In **Anais VIII Encontro Nacional de História da Mídia**. Guarapuava, 2012

Ao longo do percurso histórico do surgimento da imprensa na região Norte, cada lugar tem uma particularidade. No Pará, o jornal *O Paraense*, criado por Felipe Patroni e Batista Campos, nasceu em defesa da liberdade de imprensa e criticava as negligências do governo imperial. A ousadia dos jornalistas resultou, inclusive, na prisão de ambos em momentos diferentes, em 1822 e 1823, respectivamente. A atitude de rigidez contra os jornalistas pelo governador do Grão Pará, o brigadeiro José Maria de Moura, não surtiu efeito no caráter editorial do jornal. “O Paraense permaneceu com suas atividades como forma de resistência ao governo. E nas páginas do próprio periódico, se denunciava e compartilhava o sentimento de injustiça” (PAULA; FERNANDES; SEIXAS, 2010, p.8). Assim como contribuíram para o seu surgimento, os embates políticos também provocaram o fim de *O Paraense*. Após 70 edições, militares portugueses invadiram a tipografia do periódico e a confiscaram.

O contexto político também impulsionou a imprensa no Amazonas. Porém, diferente do Pará, esse movimento ocorreu com apoio das recém-formadas elites

políticas que se estabeleceram um ano depois do território amazonense ter virado província, após seu desmembramento do Pará, fato ocorrido em 1850.

Segundo Jordana Carilli (2014), o marco da imprensa do Amazonas é o *Cinco de Setembro*, fundado em 1851, por Manoel da Silva Ramos. A vinculação do proprietário do periódico com o poder público era bastante próxima e sua patente militar o colocava como parte de um grupo distinto de cidadãos em uma província recém-criada.

[Manoel da Silva Ramos] chegou a Manaus em 1851, e requereu o cargo de fiscal da Câmara Municipal, o que representava um cargo de grande importância para o período, e utilizando-se da estrutura da antiga tipografia em que trabalhava no Pará, fundou o jornal *Cinco de Setembro*, que depois passou a ser denominado *Estrella do Amazonas*. Anos depois também exerceu os cargos de procurador da Câmara Municipal, o cargo de feitor e o cargo de 3º. Juiz de Paz e vereador suplente. Em 1857, passou a direção do *Estrella do Amazonas* ao seu irmão Francisco José da Silva Ramos. Manoel da Silva Ramos foi ainda foi tenente da Guarda Nacional, o que significava para a época um cargo de distinção social. (CARILLI, 2014, p.46).

O seu cargo na Guarda Nacional resultou em influencia no meio das elites manauaras. O *Cinco de Setembro* mudou de nome em 1852 para *Estrella do Amazonas* e durou até 1866. A principal fonte de receita do periódico era o poder público. Logo após ser criado, o jornal e o governo da província firmaram um contrato comercial para publicação dos atos oficiais. Essa relação comercial durou até 1863 (CARILLI, 2014). Após o fim da parceria, o periódico durou somente mais três anos e deixou de circular em 1866.

Havia uma clara vinculação destes jornais com o poder oficial. Fato que podia ser observado em suas páginas, através de publicação de editais, nomeações, leis e regimentos, enfim, registros de uma estreita ligação com o governo. No entanto, não podemos reduzir as experiências contidas nas páginas destes periódicos a simples mensagens oficiais produzidas pelo governo. (CARILLI, 2014, p.39).

Com a extinção do *Cinco de Setembro*, sua tipografia foi comprada por Antonio da Cunha Mendes, português e ex-dono de um jornal no Pará que já havia encerrado suas atividades. Mendes, de posse da estrutura vendida pela família Ramos, deu continuidade nas impressões, porém com outro jornal, o *Amazonas* (CARILLI, 2014).

Depois da instalação da imprensa no Pará e Amazonas, nenhum outro território da região teve jornalismo por duas décadas. A concentração nesses dois

estados tem como um dos motivos o apogeu vivido por Manaus e Belém no primeiro Ciclo da Borracha na Amazônia⁷ por serem os principais pontos de comércio do produto.

O começo do fim do vazio da imprensa em demais lugares na Amazônia ocorre pelo Amapá. Lá, a população teve acesso ao jornalismo em 1890, com *O Democrata*, mas ainda com forte relação com as metrópoles amazônicas. O periódico era produzido em Belém, porém, tinha a população amapaense como um dos seus públicos alvos (AUGUSTO; TORRES, 2017; RODRIGUES, 2009).

Como no Pará e Amazonas, no Amapá, a função política também delineou o surgimento da imprensa, através d'*O Democrata*. De caráter conservador, seu início teve promoção do Partido Republicano Democrático, com tipografia em Belém. Apesar do processo de produção jornalística ser feito em outro território, ele é tratado como marco inicial da imprensa amapaense por motivos semelhantes que o *Correio Braziliense* é apontado como um dos pioneiros da imprensa brasileira, mesmo sendo confeccionado em Londres, na Inglaterra, entre 1808 e 1822 (SODRÉ, 1999). Isto é, *O Democrata* abrangia como foco de circulação o território do Amapá e continha notícias de Macapá (RODRIGUES, 2009).

Com comando dividido entre liberais e conversadores, foi às ruas somente três dias depois da posse do Governo Provisório do Brasil, alvo de duras críticas do jornal. Um dos notáveis jornalistas do periódico era Francisco Xavier da Veiga Cabral, conhecido na história como Cabralzinho⁸. A direção tinha como membros ex-integrantes do extinto Partido Liberal. Conforme aponta Farias (2009), o estilo conservador do jornal era proposital como estratégia do grupo de retomar o prestígio após o fim da monarquia. O fim do periódico ocorreu em 1895, depois de

7 O Ciclo da Borracha é um apogeu econômico da Amazônia baseado na exportação da extração de látex de seringueiras das florestas. Influenciou Porto Velho e Rio Branco, principais fornecedoras do material e que sofreram com imigração de nordestinos; e Manaus e Belém, pólos de exportação e comercialização da borracha. O ciclo viveu dois momentos. O primeiro durou entre 1879 a 1912, quando o Brasil era único produtor. O segundo se deu a partir da metade da II Guerra Mundial, que demandou a produção da matéria-prima para a indústria bélica (OLIVEIRA; TRINDADE, 2018).

8 Cabralzinho é considerado um personagem controverso pelo seu duplo papel que desempenhou no fim do século XIX na Amazônia. Por um lado, é apontado como vilão (ÁLVARES, 2015) devido ao comando de atentados contra governos do Pará por motivos ideológicos. Oposto a essa imagem, o jornalista – após se refugiar no Amapá - foi condecorado pelo Exército Brasileiro como herói nacional por comandar um grupo armado formado por amapaenses - na Vila do Espírito Santo de Amapá, contra invasões de tropas francesas, episódio na história local conhecido como a Guerra do Contestado Franco-Brasileiro (SILVA, 2012). O evento se deu por encerrado após a Corte Arbitral da Suíça dar ganho de causa ao Brasil o direito da posse das terras entre os rios Araguari e Oiapoque, território disputado entre a França e o Amapá.

vários atentados promovidos pelo governo da província, que como última estratégia de calar os jornalistas, confiscou o maquinário que imprimia *O Democrata*.

No território que atualmente é o estado de Tocantins, a imprensa teve como marco a *Folha do Norte*, fundada em 3 de julho de 1891. Apesar de ter sido criada por um ex-deputado, Luiz Leite Ribeiro e pelo comerciante Frederico Lemos, o periódico tinha caráter geopolítico. A proposta era usar o jornal como uma tribuna dos anseios dos tocantinenses em busca da independência da Província de Goiás.

A *Folha do Norte* era produzida e impressa em Porto Nacional, cidade que atualmente faz parte da região metropolitana de Palmas. Durou até meados de 1914, sendo o único do Norte de Goiás nesse período. Seu surgimento teve como união o interesse de duas autoridades locais. Luiz Leite Ribeiro tinha na *Folha do Norte* uma tribuna em busca de sua luta pela emancipação de Tocantins e Frederico Lemos o utilizava para promoção pessoal. “[Na inauguração] era 3 de julho de 1891. A data foi escolhida por ser o 30º aniversário de Frederico Lemos, um dos comerciantes mais poderosos de Porto Nacional. Foi ele quem financiou a compra da tipografia e controlava o periódico”(COSTA; TEIXEIRA; PAINKOW, 2015, p.7).

Diferente dos demais até então, em Rondônia, a exploração das seringueiras impulsionou o aparecimento da imprensa nesse lugar, em 1891. Como o Ciclo da Borracha iniciou em 1879, não demorou muito para o jornalismo rondoniense surgir. O espaço temporal foi de apenas 12 anos depois do início do avanço do processo de colonização às margens do rio Madeira, promovido pela construção da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré, na fronteira com a Bolívia (COLFERAI, 2017).

Este cenário faz com que sejam relativamente recentes, alcançando não mais do que a última década do século XIX, as primeiras notícias de jornais impressos na região. E o aparecimento de periódicos está intimamente ligado ao processo de ocupação para a exploração de borracha. Seja pela iniciativa de seringalistas, pela motivação de funcionários de empresas responsáveis pela construção da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré, ou por interesses de comerciantes, este é o pano de fundo sobre o qual se assenta aquela que pode ser identificada com a primeira fase da imprensa rondoniense, na esteira daquilo que acontece no restante da Amazônia brasileira. Esta perspectiva torna explícita a vinculação entre o surgimento dos primeiros núcleos de povoação na região que viria a ser Rondônia e a presença, até certo ponto paradoxal, de uma quantidade considerável de títulos de periódicos, e até mesmo a segmentação de publicações já nas primeiras décadas do século XX. (COLFERAI, 2017, p. 179).

No caso de Rondônia, o jornalismo começou fora da cidade que atualmente é a capital do estado, Porto Velho. A gênese se deu em Humaitá, na fronteira com a

Bolívia, no mesmo ano da sua transformação em município por Eduardo Ribeiro, governador do Amazonas, província na qual o território rondoniense estava vinculado.

Ao ser elevado à categoria de município, Humaitá recebeu uma estrutura de tipografia, comprada pelo então intendente José Francisco Monteiro. Assim, o *Humaythaese*, saiu às ruas no dia 29 de agosto de 1891, se autoproclamando como “Órgão dos interesses do município” (COLFERAI, 2017, p.181). Apesar da particularidade dos movimentos que fizeram surgir a imprensa em Rondônia, a proposta do seu primeiro jornal não se diferenciou do restante que existia na Amazônia. Como nasceu em uma comunidade recém-elevada a categoria de município, serviu como instrumento de propagação de ideais do governo local.

A publicidade comercial aparece de forma gradativa, mas ao longo de seus 26 anos, os atos públicos eram a principal fonte de renda do *Humaythaense* até o fechamento, em 1917. “O jornal tem claras motivações políticas e é controlado pelo Partido Republicano Federal, este dirigido por Monteiro em Humaitá e com influência da política de toda a província” (COLFERAI, 2017, p.183).

Enquanto em Rondônia, o periódico se tornava um porta-voz do governo, a luta pela independência do território do Acre acampou o aparecimento da imprensa, em 1901, com *El Acre*. Editado e impresso em Puerto Alonso, atual cidade de Porto Acre, no nordeste do estado acreano. Apesar de produzido por bolivianos, o jornal tinha como propósito a defesa de um território independente, tanto da Bolívia quanto do Brasil. Assim como aconteceu nos primeiros anos da imprensa no Brasil, nos quais o jornalismo era utilizado como forma de provocar e instigar ideais políticos, no Acre não foi diferente.

Segundo Francisco Pinheiro (2015), o jornal deixou de circular depois de ter sofrido um atentado capitaneado pelo coronel José Plácido de Castro, que liderou uma tropa de seringueiros, a maioria oriunda do Nordeste do Brasil, durante as batalhas do acontecimento histórico chamado pelos historiadores de Revolução Acreana. O fato ocorreu na madrugada de 6 de agosto de 1902. Pouco mais de seis meses depois, em 24 de janeiro de 1903, o Acre foi anexado definitivamente ao Brasil, após assinatura do Tratado de Petrópolis, por intermédio do diplomata brasileiro Barão do Rio Branco, que um ano antes já havia conseguido ganho de causa ao Brasil sobre as terras do Amapá, derrotando a França no Tribunal Suíço.

Roraima foi o último estado a ter imprensa na região que atualmente compreende o Norte do Brasil. Iniciado em 1914, o *Rio Branco* era vinculado ao professor e futuro intendente de Boa Vista, Diomedes Souto Maior. De acordo com Munaro e Zouen (2017), a inserção de Roraima no cenário do jornalismo amazônico obedece a três vertentes. A primeira é o do ponto de vista religioso e a segunda tem relação com o impacto da migração da civilização de Boa Vista e a reivindicação por melhorias para o povo roraimense.

A investigação dos desdobramentos da inserção da cultura impressa em Boa Vista obedecerá duas janelas de leitura: a primeira delas voltada para as relações de poder religioso e político na vila de Boa Vista do Rio Branco durante as duas primeiras décadas do século XX; a segunda, voltada para o impacto das buscas civilizatórias na produção dos jornais, no bojo dos quais reside uma preocupação sempre constante com a inclusão de Boa Vista naquilo que se chama, tantos nos jornais de Boa Vista quanto em jornais de qualquer outro município da bacia hidrográfica do Amazonas, civilização brasileira. (MUNARO; ZOUEN, 2017, p.277).

O terceiro propósito do *Rio Branco* era lutar pelo interesse dos mais pobres diante dos mais ricos. Tornaram-se frequentes nas páginas do periódico a preocupação com a crise do Ciclo da Borracha. Com o fim do referido movimento econômico da Amazônia, Boa Vista foi uma das cidades que recebeu os nordestinos que antes haviam se deslocado em busca de emprego nos seringais de Acre e Rondônia.

O surgimento dos jornais em cada estado que atualmente compõe a região Norte possui singularidades relacionadas ao contexto econômico, político e geográfico no qual cada um está inserido. Emergem nesse cenário de motivações as questões políticas e reivindicações de anseios de elites, que atravessam os sete territórios. No Amapá, não houve diferença

Quadro 5 – Os primeiros jornais da região Norte e suas características

(continua)

Estado	Fundação da imprensa	Primeiro jornal	Características editoriais
Pará	1822	O Paraense	Liberal e de oposição ao governo imperial

Quadro 5 – Os primeiros jornais da região Norte e suas características

(conclusão)

Estado	Fundação da imprensa	Primeiro jornal	Características editoriais
Amazonas	1851	Cinco de Setembro	Surgiu por intermédio de financiamento político e buscava moldar imagens da elite local
Amapá	1890	O Democrata	Surgiu logo após a instalação do governo provisório da República e tinha como ideal a reivindicação pelo retorno da monarquia
Tocantins	1891	Folha do Norte	Sua característica era defender a emancipação de Tocantins do território de Goiás por autoridades de Porto Nacional
Rondônia	1891	Humaythaense	Teve como influência para o seu surgimento a época do Ciclo da Borracha e privilegiava editorialmente anseios da elite política local
Acre	1901	El Acre	Criado por bolivianos, acampava ideias emancipatórias de um estado acriano
Roraima	1914	O Rio Branco	Sua gênese está associada editorialmente a proposta de inserir Boa Vista ao desenvolvimento, sobretudo em razão de imigrações de outros lugares do país

Fonte: Adaptado de: CARILLI, J. Folhas da Província: a Imprensa Amazonense durante o período imperial (1851-1889). **Dissertação (Mestrado em História)**, Universidade Federal do Amazonas, 2014.

MUNARO, L. F. Aspectos da imprensa e da modernidade amazônicas: um estudo do centro às periferias. **TROPOS**, v. 1, n. 2, 2014.

PAULA, J.; FERNANDES, P.; SEIXAS, N. Protagonistas da imprensa blelenense entre 1820 e 1830. In **Anais VIII Encontro Nacional de História da Mídia**. Guarapuava, 2012.

Luís Munaro (2017) considera que as iniciativas pioneiras de jornalismo na Amazônia revelam o anseio das elites políticas locais, reverberadas pela interiorização da presença do poder público na floresta, sobretudo por questões diplomáticas e econômicas.

Em boa parte dos casos, a atividade editorial e jornalística era fundamentalmente uma atividade política: o jornal surgia em conjunto com o município (a maior parte deles no final do século XIX), era parte constituinte da burocracia e atendia, ainda que sob a égide da imparcialidade, os interesses de um prefeito ou coronel. (MUNARO, 2017, p.12).

Ressalta-se, aliás, que o coronelismo vinculado à mídia é da própria característica do jornalismo regional. Peculiaridade que atravessa o interior por todo país. Somado a isso, a propriedade privada, isto é, a falta de participação do poder público como propulsor do surgimento de jornais impressos é uma marca no território amazônico.

O início da atividade jornalística no Amapá vai ao encontro dessas características. Depois de *O Democrata*, por exemplo, mantido por um partido político, o jornal *Pinsônia* – primeiro a ser produzido em território amapaense em 1895 – teve como fundador um deputado da Assembleia Legislativa do Pará, Francisco de Mendonça Júnior.

Já o rádio na Amazônia, o comportamento é diferente. Com exceção do Pará, nos demais lugares da região Norte, a mão do poder público esteve presente no fomento da criação das emissoras iniciais. A primeira empresa de rádio da Amazônia é datada de abril de 1927, a “Voz de Manaós”, em Manaus. A motivação para a sua criação tem contornos econômicos e políticos. Depois do fim do Ciclo da Borracha, que durou entre 1879 a 1912, o Amazonas enfrentava uma crise financeira e a implantação de um sistema de comunicação foi uma das estratégias adotada pelos barões da borracha para manterem vivos seus seringais.

Em 1926, o mineiro Ephigênio Salles assumiu o governo do Amazonas. Uma de suas principais medidas pretendia retomar o apogeu do Ciclo da Borracha.

Apaixonado por tecnologia, “enxergava nela a possibilidade de promover mudanças por meio de investimentos de alcances econômicos e sociais. Como parte de sua estratégia para revigorar a economia do Estado, ele cria, em 1927, a “Voz de Manaós” (MAFRA; MONTEIRO, 2017, p.4).

No cerne econômico, a principal proposta da emissora era transmitir às cidades do interior amazonenses os dados e as informações atualizadas sobre cotações e valorizações de produtos naturais nas bolsas internacionais, além das taxas de câmbio do exterior e interna. O governador amazonense pretendia que os barões da borracha diminuíssem seus custos com transportes, pois de posse das informações da rádio, poderiam avaliar se embarcavam ou não os produtos para exportação, sem deslocamentos em vão para Manaus (ALBUQUERQUE, 2014).

As transmissões contaram com apoio da iniciativa privada, através da empresa norte-americana *Amazon Telegraph*, que se instalou na capital amazonense. Em âmbito político, a rádio transmitia informações sobre a atuação de Ephigênio Salles. Tudo era acompanhado de perto pelo chefe do poder executivo. Ele determinou que o Palácio Rio Negro, sede do governo, fosse o local da instalação dos equipamentos. Apesar da meta de florescer novamente a economia do Amazonas pela radiodifusão, a emissora foi quem acabou sofrendo pela falta de dinheiro. Em 1929, uma grave crise atinge as finanças da estatal e resulta no fechamento do sinal por Ephigênio Salles, que um ano depois, em 1930, deixa o governo. Com o fim da “Voz de Manaós”, o Amazonas fica sem nenhuma emissora até 1938, quando surge a Rádio Baré. Quando entrou no ar, o Pará já possuía a sua primeira experiência radiofônica.

Inspirada na Rádio Clube de Pernambuco, é criada em Belém, em 22 de abril de 1928, a Rádio Clube do Pará, por Edgar Proença, jornalista e colunista social; Roberto Camelier, advogado; e Eriberto Pio, telegrafista. Inicialmente, o sinal abrangia apenas a capital paraense. A curiosidade de um dos sócios motivou o surgimento do rádio no Pará.

Foi por meio das leituras de Roberto Camelier sobre eletrônica, somado aos seus conhecimentos outros técnicos, que Camelier construiu juntamente com radioamadores um transmissor de 120 watts que só alcançava o centro da cidade. Camelier estava sempre se atualizando nos assuntos da área, lendo uma extensa literatura quando estava no Rio de Janeiro e dialogando e trocando experiências com outros radioamadores. Então, mesmo com uma trajetória que diferia muito das pessoas ligadas à radiodifusão, já que Camelier era bacharel em Direito, foi também delegado no Rio de Janeiro e

juiz no interior do Pará, o interesse e até mesmo a curiosidade o levou para experiências com a eletrônica, radiotelegrafia e radiodifusão. Futuramente, seria ele o diretor técnico da PRC-5. (VIEIRA, 2017, p. 47-48).

Edgar Proença, único jornalista do trio fundador da Rádio Clube do Pará, era amigo dos irmãos Moreira Pinto, fundadores da Rádio Clube de Pernambuco. A emissora nordestina viabilizou equipamentos para que os paraenses montassem o transmissor. Ainda com a proibição de anúncios pelo governo federal, a Rádio Clube do Pará ancorou-se nas contribuições de seus associados, como no restante do país, em razão da vedação publicitária (VIEIRA, 2017).

A emissora paraense se consolidou no mercado local apenas depois de fixar-se em um espaço próprio para montagem de estúdio e armazenamento dos aparelhos. Segundo Edimara Vieira (2017), afundada em dívidas, a emissora percorreu vários pontos de Belém. O cenário mudou com a intervenção do poder público. O então prefeito da cidade, Abelardo Conduru, pretendia urbanizar o bairro Jurunas e acreditou que doando um terreno para a rádio construir sua sede própria, poderia impulsionar no processo de urbanização do lugar. Com auxílio de seus associados, a Rádio Clube do Pará construiu o Palácio do Rádio, onde pôde, enfim, usufruir da modernidade que buscava expressar em suas ondas sonoras (VIEIRA, 2017).

Somente depois de 16 anos da fundação da Rádio Clube do Pará, outra emissora é inaugurada em um território da região Norte que não o Amazonas ou Pará. Ocorreu em 1944, em Rio Branco, no Acre. No dia 7 de agosto daquele ano, entrou no ar a Rádio Difusora Acreana.

Primeiramente em caráter experimental, a emissora fez sua transmissão oficial em 25 de agosto do mesmo ano. Também no início funcionou em um prédio improvisado. Somente em 1 de maio de 1949, ganhou espaço próprio, construído pelo governo territorial, fundador do emissora.

A ideia partiu do então governador Silvestre Coelho. O ano da inauguração marcava o fim da II Guerra Mundial. O referido evento histórico mundial fez o Acre reviver no início dos anos 1940 o auge do Ciclo da Borracha em razão da demanda empregada pela indústria bélica pelo látex extraído dos seringais. Ao mesmo tempo em que o território acreano respirou bons ares econômicos, também sofreu com o impacto de imigrantes, a maioria do Nordeste, que levavam consigo um aparelho, o rádio (GONÇALVES; PINHEIRO, 2008), a fim de permanecerem conectados com o

mundo além das copas das árvores da floresta. Frequência de Manaus e da Bolívia eram as sintonizadas por não existir uma emissora acreana.

Ao perceber que o aparelho já fazia parte do cotidiano do interior do Acre, o governador Silvestre Coelho conseguiu a concessão para implantar a Rádio Difusora Acreana. Ela nasceu vinculada ao Departamento Territorial de Imprensa e atualmente faz parte do Sistema de Comunicação Pública do governo.

[A Rádio Difusora Acreana] passou a exercer um papel fundamental, vital mesmo, na vida dos seringueiros, muitos dos quais jamais tornariam a ver as luzes da cidade, sabendo dela tão somente o que era veiculado na emissora oficial, a pioneira no jovem Território. Mas, não foram somente os seringueiros que passaram a depender das informações veiculadas pela emissora pioneira. A implantação de uma nova ordem social e urbana em toda a Amazônia Sul Ocidental, que implicava em práticas sociais e culturais importadas de lugares tão distantes quanto as grandes capitais européias, necessitava de um órgão difusor desses hábitos para os habitantes das cidades. Nada melhor, então, do que empreender essa difusão de hábitos urbanos a partir do rádio. (GONÇALVES; PINHEIRO, 2008, p.7).

Se no Acre, o governo territorial criou a primeira rádio, o mesmo aconteceu em Rondônia, Amapá e Roraima, que também se encontravam na condição político-administrativa de Território Federal.

Dois anos depois de assumir o governo do recém-criado Território Federal de Guaporé (antigo nome de Rondônia), o militar do Exército, Aluísio Ferreira, decidiu criar a Rádio Difusora de Guaporé, em setembro de 1945 (GÓIS, 2008). A principal função da pioneira tinha como meta conectar o povo do interior aos acontecimentos da capital, Porto Velho, e demais lugares do país. A ideia não se consolidou em razão da falta de estrutura da própria emissora, o que deixava a recepção do sinal com interferências e chiados. O fim da Rádio Difusora Guaporé se deu com a saída de Aluísio Ferreira do governo territorial, em fevereiro de 1946. O sucessor, Joaquim Rondon, decidiu pela descontinuidade da iniciativa radiofônica estatal. A medida deixou os cidadãos rondonienses órfãos de uma rádio local. O vazio de radiodifusão acabou somente em 1961, quando a Igreja Católica fundou em agosto a Rádio Caiari.

O fracasso da primeira emissora rondoniense contrasta com o sucesso da Rádio Difusora de Macapá. Também tendo o governo territorial como fundador, a estatal amapaense entrou no ar de maneira experimental em 15 de dezembro de 1945 sob a tutela do capitão do Exército Janary Nunes, chefe do executivo,

nomeado por Getúlio Vargas. Em caráter definitivo, é oficializada em 11 de setembro de 1946.

Diferente da emissora do Acre e Rondônia, a do Amapá teve sua criação norteada com teor estritamente político. Janary Nunes tornou a rádio como sua vitrine, seguindo o mesmo molde do *Jornal Amapá*, fundado em 19 de março de 1945, que mesclava atos oficiais com notícias do cotidiano macapaense. A ideia era criar uma imagem positiva do chefe do executivo à população. Deu certo. Ao deixar a gestão do território federal para assumir a Petrobrás em 1955, Nunes indicou os demais governadores até 1964 e conseguiu eleger seu irmão, Coaracy Nunes a deputado federal e ainda ocupou o mesmo cargo legislativo por três mandatos pelo Amapá.

Apesar da importância dada por Janary Nunes à Difusora de Macapá como aparato político, isso não se refletiu na estrutura. Foram 33 anos funcionando próxima do imprevisto no aspecto tecnológico. A situação melhorou somente a partir de 1978, quando a concessão e administração passaram à Rádio Nacional, da Empresa Brasileira de Radiodifusão (RádioBrás), criada três anos antes pelo governo do regime militar. Permaneceu assim até 1988, quando o poder executivo amapaense, comandado por José Nova da Costa comprou novamente a emissora.

Em Roraima, a pioneira, a Rádio Difusora de Roraima, fundada em janeiro de 1957, passou à RádioBrás em 1977, um ano antes de a estatal do Amapá seguir o mesmo caminho. O marco da entrada das transmissões radiofônicas em território roraimense teve como principal mentor o então governador Ene Garcez, que instalou um sistema de auto-falante em 1944, em Boa Vista, a partir da articulação da Igreja Católica, que conseguiu a doação de equipamentos da Diocese do Rio de Janeiro (RIBEIRO, 2003).

Por 14 anos, a população roraimense tinha acesso ao rádio apenas por meio desse sistema. Somente em 4 de janeiro de 1957 vai ao ar a primeira emissora, a Rádio Difusora de Roraima, por iniciativa do então governador José Maria Barbosa. A estreia teve a presença do então presidente Juscelino Kubitschek. Diferentemente da Difusora de Macapá, a estatal roraimense tinha o foco no entretenimento por meio de programas de auditório, promovidos no Teatro Carlos Gomes (RIBEIRO, 2003).

Dos estados que atualmente compõem a região Norte, Tocantins foi o último a receber uma emissora de rádio. A história do início das transmissões radiofônicas

no território se confunde com a da própria formação do estado tocaninense por ter sido a principal porta-voz dos anseios da população em busca de uma autonomia político-administrativa em relação a Goiás (PAIXÃO; ROCHA, 2018).

O pioneirismo do rádio tocaninense é marcado com a inauguração da Rádio Difusora de Tocantins, no município de Porto Nacional em 1968. Seu mentor foi o prefeito da cidade, Antônio Poincaré. De acordo com Paixão e Rocha (2018), as ondas sonoras da emissora atingiam distancia de aproximadamente 800 quilômetros, transbordando os limites para demais lugares, como o caso de Araguaína. Apesar do lançamento, a tecnologia não era novidade para os habitantes daquela região porque o sinal de transmissão das emissoras de Goiânia também alcançava o norte do estado.

Mesmo criada por um político, a Rádio Difusora de Tocantins direcionava sua programação para programas de auditórios e musicais ao estilo das emissoras FM. Ela funcionou dentro da casa do prefeito e sofreu censuras da Ditadura Militar em razão da liberdade artística concedida aos participantes das atrações. Como forma de tirá-la de vez do ar, o governo federal a considerou clandestina e mandou a Polícia Federal fechá-la em 1976 (PAIXÃO; ROCHA, 2018).

A população do Norte goiano não ficou muito tempo sem emissora. O ex-prefeito de Goiânia e então ocupante do segundo mandato de deputado federal pelo estado, Jaime Câmara, recebeu concessão para explorar o serviço de radiodifusão em Araguaína, inaugurando em 5 de abril de 1979 a Rádio Araguaína AM. O político fazia parte da bancada da Arena, dos presidentes militares.

Da primeira à última emissora pioneira dos estados que atualmente compõem a região Norte, percebe-se a forte influência intervencionista do poder público e da política na gênese das emissoras, mesmo que as motivações para a exploração do serviço de radiodifusão tenham sido atravessadas por interesses econômicos, como é o caso do Amazonas; ou de integração dos povos das florestas, a exemplo do Acre e Rondônia. O Pará é o único que foge à regra. A Rádio Clube teve sua fundação capitaneada por profissionais liberais que tinham curiosidade de conhecer a tecnologia. Estudaram o funcionamento da telegrafia e conseguiram colocar a primeira emissora paraense no ar. Ressalta-se, entretanto, que a sua consolidação aconteceu somente a partir da doação de um terreno pela prefeitura de Belém.

No caso do Amapá, é visto forte controle do estado, sobretudo em razão da função dada e cumprida pela Rádio Difusora de Macapá na criação de uma imagem positiva do então governador Janary Nunes.

Quadro 6 – As primeiras rádios na região Norte

UF	Emissora	Ano	Fundador
Amazonas	Voz de Manaós	1927	Governo do Amazonas
Pará	Rádio Clube do Pará	1928	Jornalista Edgar Proença, advogado Roberto Camelier e o telegrafista Eriberto Pio
Acre	Rádio Difusora Acreana	1944	Governo territorial
Rondônia	Rádio Difusora do Guaporé	1945	Governo territorial
Amapá	Rádio Difusora de Macapá	1945	Governo territorial
Roraima	Rádio Difusora de Roraima	1957	Governo territorial
Tocantins	Rádio Difusora de Tocantins	1969	Prefeito de Porto Nacional, Antônio Poincaré

Fonte: Autor

Se a maioria das emissoras pioneiras do rádio na região Norte teve os poderes executivos locais como fundadores, na TV não foi diferente. Apesar de nenhum governo territorial ou estadual ter criado uma emissora de televisão, eles deram suporte para que Acre, Amapá, Rondônia e Roraima tivessem contato pela primeira vez com a tecnologia, tendo o futebol como a principal motivação.

Enquanto o rádio chegou primeiro no Amazonas, o Pará sediou a emissora pioneira de TV na região Norte. A entrada da tecnologia da Amazônia ocorreu pelo interesse de conglomerados na expansão de suas empresas. O Diários Associados, de Assis Chateaubriand, pleiteou e conseguiu concessão para fundar TV Marajoara, em Belém. O marco de inauguração é datado de 30 de setembro de 1960.

Diferentemente do rádio, a TV no Pará nasceu à margem do amadorismo em aspectos técnicos, redacional, linguagem e programação em razão de os Diários Associados usufruírem à época do status de maior conglomerado brasileiro. O interesse do grupo de Chateaubriand na Amazônia não era novidade. Em 1947, ele

adquiriu *A Província do Pará*, até então o mais tradicional jornal impresso em circulação na região (COSTA, 2014).

Em Belém, o Diários Associados contratou o jornalista Lopo de Castro para coordenar a implantação da emissora e, posteriormente, assumir o cargo de primeiro diretor. Segundo Antônio Costa (2014), o sucesso da TV Marajoara ocorreu imediatamente. Uma das estratégias de popularizar a programação da emissora se deu pela contratação de profissionais consolidados no rádio paraense, que consequentemente levaram seus públicos para essa nova mídia. “O sucesso da televisão esteve pautado na experiência acumulada pelos profissionais de rádio, quanto ao formato de programas, ao padrão de profissionalismo adotado no cotidiano de trabalho e ao atendimento de exigências de qualidade técnica” (COSTA, 2014, p.6).

A TV Marajoara existiu até 1980, quando o Diários Associados teve suas concessões cassadas por dívidas previdenciárias com o governo federal. Foi ao ar pela última vez em 18 de julho. No mesmo ano, o Grupo Silvio Santos a adquiriu, inaugurando em 1981 o SBT Pará.

Depois da estreia da TV Marajoara em Belém, é inaugurada em Manaus, a TV Ajuricaba, em 5 de setembro de 1967. A iniciativa partiu de uma mulher, a jornalista Sadie Rodrigues Hauache. De família de empresários com descendência árabe, graduou-se em 1973 em Jornalismo pela Universidade Federal do Amazonas (CABRAL, 2002) e exerceu o cargo de deputada federal pelo estado. A TV iniciou como afiliada da Rede Record e seguiu até 1974, quando passou a retransmitir programação da Rede Globo. Deixou de existir em 1986, depois de enfrentar uma grave crise financeira. Eula Cabral (2002) registra que para popularizar o aparelho de TV em Manaus, a família Hauache selou parceria com empresas do ramo varejista para que fornecessem facilidades de pagamentos na aquisição do eletrodoméstico. Em troca, ganhariam desconto nos anúncios contratados na emissora. A estratégia deu certo. A TV Ajuricaba viveu seu apogeu nos anos 1970, quando também se expandiu ao interior do Amazonas. Dos 62 municípios que atualmente compõem o estado, 38 recebiam o sinal. A expansão causou problemas financeiros. O dinheiro investido não resultou em retorno de publicidade. A captação de receita proveniente de demais cidades para além de Manaus não conseguiu cobrir os valores das despesas exigidos para levar a transmissão até esses lugares.

Quando TV Ajuricaba teve sua concessão vendida por dívidas em 1986, existia no mercado a TV Amazonas, afiliada Rede Bandeirantes, criada 1 de setembro de 1972 pelo trio de jornalistas Phelippe Daou, José Margarido e Milton Cordeiro. Eles buscaram a iniciativa privada para germinar o que mais tarde se tornaria o maior conglomerado da região Norte, o Grupo Rede Amazônica.

Apesar de não ser pioneira no Amazonas, é relevante citá-la pelo papel de levar pela primeira vez uma emissora de TV a outros quatro estados da região Norte: Rondônia (1974), Acre (1974), Amapá (1975) e Roraima (1975). O Grupo Rede Amazônica instalou as primeiras emissoras nos referidos estados graças às estruturas montadas pelos governadores dos territórios federais da região para transmitir a Copa do Mundo de 1974, realizada no México.

Os militares que comandavam os territórios federais de Acre, Amapá, Guaporé (Rondônia) e Rio Branco (Roraima) conseguiram mobilizar a administração pública para instalar uma geradora em cada capital territorial e retransmitir os jogos do evento futebolístico (ALMEIDA, 2008; CASTELO BRANCO, 2017; CABRAL, 2013). Todas foram inauguradas no mesmo dia: 14 de junho de 1974, na partida que terminou com placar de 0 a 0 entre Brasil e Iugoslávia. Como não operavam via satélite, todas reprisavam os jogos gravados em videotapes nas emissoras mais próximas. A TV Amazonas abastecia Boa Vista, Rio Branco e Porto Velho, enquanto a TV Marajoara, de Belém, gravava as partidas para Macapá.

Depois da transmissão da Copa do Mundo, os governos territoriais decidiram não dar continuidade às emissoras. Os sócios da TV Amazonas, que tinham boa relação com os governos militares (CABRAL, 2013) por defender os mesmos interesses do regime vigente no país, conseguiram comprar as concessões e os equipamentos adquiridos pelos governos territoriais. A primeira, a de Porto Velho, gerou a criação da TV Rondônia, inaugurada em 13 de setembro de 1974. Em um intervalo de apenas quatro meses, as demais também já estavam operando sob a tutela do trio de jornalistas amazonenses.

A cronologia de inauguração seguiu com a TV Acre, em 16 de outubro de 1974; TV Amapá, em 25 de janeiro de 1975; e a TV Roraima, em 29 de janeiro de 1975. Formou assim o Grupo Rede Amazônica. Inicialmente, as emissoras eram afiliadas da Rede Bandeirantes. A parceria durou até 1982, quando mudaram para a Rede Globo. Em Manaus, a TV Amazonas fez parte das emissoras de afiliadas

globais somente em 1986, quando a TV Ajuricaba, então pertencente dos direitos de transmissão, saiu do ar.

O território mais novo a fazer parte da região Norte, Tocantins teve sua primeira emissora de televisão em dezembro de 1976, a TV Anhanguera. Fundada pelo jornalista e político arenista Jaime Câmara, o município de Araguaína recebeu esse marco de radiodifusão tocantinense. A cidade à época era o principal ponto de passagem da recém-construída rodovia Belém-Brasília e estava a 250 quilômetros de distância de Imperatriz, no Sul do Maranhão. O município no estado vizinho era o único com uma emissora de TV mais próximo em relação a Goiânia

De acordo com Santos (2007), Jaime Câmara conseguiu apoio de políticos locais e a da população para montar a estrutura inicial da TV Anhanguera. A Câmara de Vereadores de Araguaína chegou a aprovar um aporte de Cr\$ 100.000,00 em forma de auxílio do capital financeiro inicial. O entusiasmo era tanto que Jaime Câmara recebeu o apelido de “Chatô do Norte” em referência a Assis Chateaubriand. A esperança era de desenvolvimento de um território deixado de lado pelo governo goiano.

O canal 2 de Araguaína seria o marco na região porque ofereceria novas possibilidades de empregos diretos, desenvolvimento para o comércio e veicularia propagandas que favoreceriam o crescimento da cidade. Instalar a televisão, significava inserir a região no contexto nacional fazendo “brotar” o sentimento de brasilidade. (SANTOS, 2007, p.8).

A televisão ainda continua sob administração da família Câmara. Juridicamente, pertence às Organizações Jaime Câmara de Comunicação, que ainda detém os direitos da TV Anhanguera de Goiás. É afiliada da Globo.

Quadro 7 – As primeiras emissoras de TV da região Norte

(continua)

UF	Emissora	Ano	Fundador
Pará	TV Marajoara	1961	Diários Associados
Amazonas	TV Ajuricaba	1967	Sadie Hauache
Rondônia	TV Rondônia	1974	Rede Amazônica
Acre	TV Acre	1974	Rede Amazônica

Quadro 7 – As primeiras emissoras de TV da região Norte

(conclusão)

UF	Emissora	Ano	Fundador
Amapá	TV Amapá	1975	Rede Amazônica
Roraima	TV Roraima	1975	Rede Amazônica
Tocantins	TV Anhanguera	1976	Jaime Câmara

Fonte: Autor

Destacam-se aspectos sobre as fundações das primeiras emissoras em cada um dos estados que compõem atualmente o Norte do país. Um deles é o interesse pioneiro de um conglomerado pela região. Com a inauguração da TV Marajoara em 1960, o Diários Associados confirmou o que era indicado desde 1947 quando comprou *A Província do Pará*: o público amazônico era um dos alvos de suas empresas. Como será apontado mais adiante, o empreendimento de Assis Chateaubriand ainda patrocinou um periódico em Macapá nos anos a 1980, o *Jornal do Amapá*, de curta duração. Faltou, contudo, para o Diários Associados, se consolidar na região.

Uma característica da entrada das TVs na região que abrange Acre, Amapá, Rondônia e Roraima, trata-se da estrutura montada pelos governos territoriais que antecedeu aos empreendimentos. Isso possibilitou o acesso do Grupo Rede Amazônica nesses lugares de maneira mais ágil. Em questão de meses, inauguraram quatro emissoras em diferentes territórios graças aos equipamentos comprados anteriormente pelos governadores que almejavam assistir à Copa do Mundo de 1974. Sem isso, não é temerário afirmar que a implantação das TVs ainda se arrastaria por mais tempo, tendo em vista o custo elevado dos materiais necessários para colocá-las no ar e o difícil acesso a esses lugares, que ainda dependiam apenas de aeronaves sem voos diários e de hidrovias. Para efeito de comparação, quando o Grupo Rede Amazônica inaugurou em 1972 a TV Amazonas, em Manaus, os seus fundadores demoraram dois anos para efetivar o sinal, adquirido ao governo militar em 1970.

No caso das emissoras pioneiras do Amazonas e Tocantins, a representatividade dos seus fundadores foi um dos determinantes para os marcos televisivos, pois tanto Sadie Hauache quanto Jaime Câmara dividiram as atividades

jornalísticas com a política ao se elegerem deputados federais da base aliada ao governo militar. Era de interesse dos generais que tivessem emissoras alinhadas às suas ideologias nos rincões da Amazônia.

Tanto o interesse dos conglomerados dos grandes centros por regiões afastadas geograficamente em busca do aumento do público de abrangência quanto a participação direta ou indireta do poder público nos meios de comunicação são peculiaridades dos veículos jornalísticos fora do eixo *mainstream*. Compreendê-lo é fundamental para apreensão da história do jornalismo no Amapá.

2.6. JORNALISMO FORA DOS GRANDES CENTROS

Entender como se deu, mesmo que de forma breve, a gênese da imprensa na Amazônia substantia a compreensão das especificidades do jornalismo nesse contexto. Veículos estes, que se localizam dentro de um aspecto de caráter regional, com características semelhantes em determinados pontos com a mídia dos grandes eixos populacionais do país. As aproximações podem ser relativas aos modelos de financiamento e de gestão, recursos humanos, distribuição ou circulação de conteúdo, afinal, como muito bem pontua Pâmela Pinto (2015): a mídia regional não é menor nem maior que as demais, mas sim um elemento integrante do sistema de comunicação brasileiro.

Estudos dessas redações ainda parecem ter um abismo bibliográfico em relação aos do eixo *mainstream*, mesmo que em muitos casos, o interior seja uma alternativa para encontrar emprego no mercado de trabalho para recém-formados de faculdades de Jornalismo (ASSIS, 2013). Segundo Peruzzo (2013), o jornalismo desse contexto geográfico tem dedicação apenas de estudos esporádicos ou parciais, sem abrangência analítica capaz de mostrar a configuração do referido panorama.

De fato, essa evidência é compartilhada por demais estudiosos do tema. “A imprensa das cidades do interior constitui um território pouco explorado na bibliografia brasileira do Jornalismo” (MARQUES DE MELLO, 2005, p.1). Pâmela Pinto (2015) indica que esse vazio científico ainda em preenchimento pelas universidades é reflexo da própria distribuição desigual dos cursos de Jornalismo e de pós-graduação na área de comunicação, que em sua maioria, encontra-se no Sul

e Sudeste. No Norte, onde está o Amapá, existem apenas três, nas federais do Amazonas, Pará e Tocantins.

O crescimento da mídia regional ainda não foi proporcionalmente contemplado na academia. A lacuna deixada nos estudos de comunicação para este tema pode ser interpretada como um reflexo de assimetrias na própria área como o desenvolvimento desigual dos cursos de jornalismo nas regiões e a concentração acadêmica dos programas de pós-graduação no Sudeste. Este último fator acentua o olhar supervalorizado para o conjunto de veículos e produtos sediados nesta região nas pesquisas e nas bibliografias. (PINTO, 2015, p. 98).

Por outro lado, há uma percepção de certa influência da localização no tema de pesquisa. No Programa de Pós-Graduação em Jornalismo da Universidade Estadual de Ponta Grossa, nos Campos Gerais do Paraná, por exemplo, o caráter “regional” do lugar onde a pesquisa se desenvolveu apareceu em 14 das 22 dissertações defendidas entre 2015 e 2017 (GADINI; WOITOWICZ, 2018).

De forma mais acentuada, Santos e Castro (2015, p.2) atribuem o olhar distante das produções científicas sobre o interior a certo “preconceito” por ser “uma espécie de coadjuvante no cenário da comunicação”. Assis (2013, p.9) também cita o “preconceito”, o que para ele, deve ser “deixado de lado” para que ocorram investidas acadêmicas sobre o aspecto teórico a fim da mobilização de um repertório em relação à temática. Um dos pontos negativos provocados por essas constatações se relaciona diretamente com o resgate da história do jornalismo praticado em cidades de médio e pequeno porte, sejam elas capitais ou demais municípios. Sobre o Amapá, este estudo se propõe a colocar-se na vanguarda sob essa ótica por ser uma peça desse mosaico científico que ainda toma a sua forma.

2.7. LOCAL, INTERIOR OU REGIONAL? NA AMAZÔNIA, É JORNALISMO AMAZÔNICO

Qual nomenclatura mais se adéqua à imprensa fora do eixo Rio-São Paulo-Brasília: local, interior ou regional? A pretensão aqui busca compreender estes termos no auxílio do entendimento do motivo da designação sob a égide do “regional” e suas características.

Ressalta-se que, independentemente do termo, as três nomenclaturas têm algo em comum: a proximidade com a localidade onde está situada, fruto do enraizamento dos processos sociais, políticos, culturais e históricos. Apesar das

aproximações, diferenças entre os termos acabam dando um conceito heterogêneo para cada um.

É possível considerar que essas heterogeneidades se colocaram mais latentes com o avanço da tecnologia para espaços geográficos além das grandes cidades. Peruzzo (2005) lembra que no começo do processo de desenvolvimento da globalização da economia e das comunicações, a princípio, pesquisadores chegaram a colocar em xeque o fim da mídia de cunho local em razão da potencialidade de práticas, formas e coberturas da mídia de grandes centros interferirem no cotidiano das redações menores do interior brasileiro. Ao que parece, o movimento foi inverso.

Com o desenvolvimento da globalização da economia e das comunicações, num primeiro momento, chegou-se a pressupor o fim da comunicação local, para em seguida se constatar o contrário: a revalorização da mesma, sua emergência ou consolidação em diferentes contextos e sob múltiplas formas. (PERUZZO, 2005. p.70).

Sônia Aguiar (2016) também comenta que o processo de globalização tecnológica não sepultou as realidades locais e regionais do jornalismo praticado fora das grandes cidades. Ela entende que houve, na verdade, um redirecionamento do tratamento dado a essas mídias. Isso se deu pelo impulso da atenção das empresas de mídia para essas localidades antes deixadas à margem das pretensões comerciais, de circulação ou distribuição de notícias, causando assim uma regionalização midiática dos veículos *mainstream*. Essa mudança no comportamento empresarial com o regional teve como propulsor a interconexão das pequenas e médias cidades por meio de Tecnologias de Comunicação e Informação (TICs), entre elas a telegrafia, ferramenta primordial para o avanço do rádio na região Norte. No Amapá, a atenção dada pelos grandes conglomerados tem seu primeiro registro em 1985, quando o Diários Associados fundou o *Jornal do Amapá*.

Pâmela Pinto (2015) compartilha do mesmo entendimento da descentralização do olhar da mídia para o regional, reforçando ainda mais a necessidade de direcionar a ótica para a atuação da imprensa em diferentes regiões. Mais recentemente, um dos fatores desse reposicionamento da atenção para com a mídia além dos grandes centros é o decreto 6.555/2008, do Governo Federal, que propôs valorizar a estratégia regionalizada de circulação das peças publicitárias das ações governamentais.

Até o fim da primeira década do século XXI, observou-se que o mercado regional passou por transformações e foi incluído nas estratégias do governo e de empresas privadas (tanto nas mídias de referência nacional, que empreenderam investimentos nesta área, quanto nas próprias empresas regionais). É considerável essa valorização do regional pelas iniciativas de comunicação do governo federal, por meio da descentralização de mercado das cotas publicitárias e da valorização de diferentes tipos de veículos, inclusive os digitais; é notável, também, a busca pelo mercado regional empreendida pelas empresas midiáticas privadas de referência nacional. A inclusão do regional nas estratégias de gestão e negócios reforça a necessidade de reposicionar o olhar nesses espaços, passando de uma perspectiva diminutiva para uma perspectiva crítica e relacional. (PINTO, 2015, p.24).

No Amapá, depois do grupo Diários Associados, a atenção dada à ocupação desse espaço geográfico pela mídia das grandes cidades foi percebida de maneira mais contundente pelo grupo Rede Amazônica. Um exemplo disso é de junho de 2013, quando o conglomerado colocou no ar a página do G1 Amapá. Além dele, mais recentemente, em 19 de março de 2018, a Rádio Amapá FM - que tinha apenas conteúdos de entretenimento - deu lugar à filial CBN Amapá, com programação exclusiva voltada para o jornalismo, sendo a primeira emissora *allnews* do estado.

A rede de afiliadas do G1, aliás, é a pioneira a ter uma equipe de jornalista em todas as capitais brasileiras, segundo Pinto (2015). Esse processo começou em 2011 e terminou em 2013, quando a TV Anhanguera, sediada em Palmas, lançou o G1 Tocantins dentro da *URL* do G1. A região Norte se tornou a última região a possuir a página do portal da Rede Globo em todas as suas capitais. Além do G1 Tocantins, meses antes, ainda em 2013, foram ao ar o G1 Roraima e G1 Amapá, sob coordenação da Rede Amazônica. Atualmente, as afiliadas somam 62 sites em todos os estados e Distrito Federal, sendo São Paulo o com maior número de páginas destinadas a cobertura das regiões, com 13.

Peruzzo (2005) afirma que o interesse da mídia *mainstream* pelo local não é recente. Ela considera que desde a primeira metade do século XXI num primeiro momento, a busca dos conglomerados por novos públicos tem como mote o princípio mercadológico. As empresas se dispõem a montar equipes em diversos lugares do país como forma de criar um nicho a fim de angariar cada vez mais audiência para servir como moeda de troca por publicidade, em especial as de prefeituras, dos governos estaduais e parlamentos interioranos.

O interesse da grande mídia pelo local, num primeiro momento, apresenta-se mais por seu lado mercadológico do que pela produção de conteúdo regionalizado. A televisão, por exemplo, explora a diferenciação local como nicho de mercado, interessada que está em captar os recursos provenientes da publicidade do interior do país. (PERUZZO, 2005, p.71).

Claro que demais veículos de comunicação antes apenas centrados às grandes cidades também se expandiram para demais regiões do país. Anteriormente aos sites, jornais impressos, TVs e rádios (PINTO, 2015) igualmente passaram a dar mais atenção a esses mercados.

Sônia Aguiar (2016), com base em conceitos do campo da geografia socioespacial, apresenta uma sistematização para caracterizar o que pode ser considerado “regional” e “local” no aspecto do sistema midiático. O que distingue os termos é uma questão de escala a partir da qual se observam as práticas jornalísticas: um bairro, uma comunidade, uma cidade, um município; ou um aglomerado reconhecido por uma identidade sociocultural ou história ou por denominação político-administrativa. Aguiar (2016) considera que em sua essência, o jornalismo é regional. O jornal *O Globo*, por exemplo, mesmo tendo páginas específicas sobre o Rio de Janeiro, autodenomina-se como nacional. Por outro lado, na prática abarca o regionalismo por ser um periódico feito por cariocas e para cariocas habitantes em cidades aonde circula. Por ser nacionalmente reconhecimento, utiliza-se desse termo para se diferenciar da mídia regional a fim de preservar o *status* de “grande imprensa”.

Quadro 8 - Recortes espaciais, suas escalas, níveis e exemplos jornalísticos, de acordo com Aguiar (2016)

(continua)

Escala	Níveis	Recortes espaciais	Exemplos jornalísticos
Local	Hiperlocal	Prédio público, unidade habitacional, rua, quadra	Jornal mural, rádio-poste, intranet, <i>fanpage</i> em redes sociais

Quadro 8 - Recortes espaciais, suas escalas, níveis e exemplos jornalísticos, de acordo com Aguiar (2016)

(conclusão)

Escala	Níveis	Recortes espaciais	Exemplos jornalísticos
Local	Microlocal	Quarteirão, sub-bairro, setor geográfico (exemplo: Zona Sul, Zona Norte etc.) e distritos	Jornal de bairro, rádio comunitária, site zonal, blog etc.
	Mesolocal	Município, cidade, centro urbano	Pequena imprensa, TV comunitária, agregador de sites
	Macrolocal	Metrópole, região metropolitana	Jornal, rádio, TV e sites locais
Regional	Microrregião	Aglomerado de pequenas cidades	Jornal, sites, rádios e TVs locais
	Mesorregião	Aglomerado de cidades em torno de uma cidade-polo	Jornal local-regional, rede regional de TV
	Estado	Unidade da federação	“grande imprensa” das capitais
	Macrorregião	Divisão político-administrativa	Grupos midiáticos regionais ou nacionais

Fonte: Adaptado de: AGUIAR, S. **Territórios do jornalismo**: geografias da mídia local e regional no Brasil. Petrópolis: Editora Vozes, 2016.

O espanhol Juan Mercadé (*apud* Dornelles, 2010) tem o mesmo entendimento do ponto de vista geográfico e acrescenta os contextos de inclusão e oportunidade de acesso à informação de uma parcela maior de habitantes ao afirmar que a abrangência para além de uma cidade proporciona a difusão da região contemplada pela mídia. Com base nos aspectos de Mercadé, Dornelles (2010, p.239) define o jornalismo regional:

A imprensa regional tem por área privilegiada de difusão a região ou a cidade na qual se situa também a sua sede editorial. A vocação, a

intencionalidade, os conteúdos e a percepção sobre o leitor são determinados pelo contexto local ou regional, sendo também as relações com as instituições e organismos locais e regionais mais diretas, de caráter permanente e num grau maior de intensidade, comparativamente aos jornais que se encontram, administrativa, política e economicamente a um nível de desenvolvimento maior. Os itens apontados por Mercadé são mais completos, pois valoriza outros aspectos, que não apenas os relacionados à localização geográfica dos jornais.

Wilson Bueno (2013, p.45) classifica o jornal regional como aquele que se “objetiva a exercer influência numa determinada região, abarcando, portanto, com sua circulação e cobertura algumas cidades ou municípios”. Além disso, uma das características desse tipo de veículo ante a outro que cobre somente uma cidade, distrito ou bairro, é sua forma de organização: divisão de cargos e funções, uso de *freelancers* para cobrir regiões fora da cidade-sede, parceiros jornalísticos de mídia (rádios AM, FM, TVs e demais portais e jornais), integração entre edições impressas e online (quando nesse caso existe um jornal ou revista) e separação definida entre notícias (editoriais) e opiniões (colunas). O autor divide o jornalismo regional, a partir da ótica dos impressos, em três tipos de iniciativas: jornal quase artesanal, jornal local e jornal regional.

Quadro 9 – Definições de jornalismo regional por Bueno (2013)

Tipo de jornal/ características	Circulação	Edições	Notícias de outras cidades	Periodicidade	Gestão
Jornal local quase artesanal	Cidade sede	Impressa	Não	Semanal a mensal	Familiar
Jornal local	Cidade sede	Impressa	Não	Semanal a mensal	Caciques políticos
Jornal regional	Região	Impressa e online	Sim	Diária	Caciques políticos

Fonte: Adaptado de: BUENO, W. C. Jornal do interior: conceitos e preconceitos. In ASSIS, F (org.). **Imprensa do interior: conceitos e contextos**. Chapecó: Argos, 2013.

Segundo Dornelles (2009), quanto ao jornalismo local, existe uma relação de proximidade muito forte com o seu espaço geográfico em seus conteúdos, sem uma

abrangência maior, praticamente desprezando o noticiário estadual, nacional e internacional.

A comunicação local diz respeito à maioria das pessoas e membros integrados em determinado sistema local, ocorrendo de forma constante. Entende-se por “local” a informação relativa a um bairro urbano ou a uma pequena comunidade ou a cidades de pequeno porte. O próprio jornal local deve ainda refletir a mesma delimitação geográfica, na forma como organiza as informações em cada edição, podendo recorrer mesmo a páginas especiais, destinadas às diferentes situações de cobertura. Ele deve ser constituído por notícias que dizem respeito a uma área geográfica relativamente restrita. (DORNELLES, 2010, p.238).

O conceito exposto por Dornelles é o mesmo de Peruzzo (2005), que concorda com a afirmação de que a informação das mídias locais é ancorada dentro de um espaço geográfico no qual pertence. Ela, no entanto, pondera que não existe um total esquecimento de demais acontecimentos fora desse contexto territorial, o que depende da política editorial de cada veículo e não algo uniforme. “A inserção local pode ocorrer com o propósito de esmiuçá-lo ou simplesmente para valer-se de algumas coisas do local, mas sem desvincular-se de sua vocação nacional” (PERUZZO, 2005, p.75).

A mídia local se ancora na informação gerada dentro do território de pertença e de identidade em uma dada localidade ou região. Porém, ela não é monolítica. Não há uniformidade no tipo de vínculo dos meios de comunicação em suas regiões, pois a inserção (mais ou menos) comprometida localmente depende da política editorial de cada veículo. Pressupõe-se que o jornalismo local seja aquele que retrate a realidade regional ou local, trabalhando, portanto, a informação de proximidade. O meio de comunicação local tem a possibilidade de mostrar melhor do que qualquer outro a vida em determinadas regiões, municípios, cidades, vilas, bairros, zonas rurais etc. (PERUZZO, 2005, p.74-75).

Amparada na geografia, Sônia Aguiar (2016) corrobora com o conceito de “local” ao também considerar o termo limitado ao aspecto político-administrativo da sede do veículo de comunicação. Essa limitação espacial ainda pode ser até menor que uma cidade, podendo ser restrita a bairros, distritos, comunidades, favelas, tribos étnicas etc.

O nível “local”, por exemplo, é muitas vezes identificado como um recorte político-administrativo correspondente ao município, ou à sua cidade-sede, ou ainda a qualquer cidade, independente de reconhecimento formal. Pode ainda ser estendido às suas subescalas, como um povoado, um bairro ou um setor geográfico. (AGUIAR, 2016, p.55).

Conceitualmente, Assis (2013) demonstra certa preocupação com os termos “local” e “regional” estarem associados a outro, o “interior”, ainda que essas

designações se mostrem tangenciais. Ele considera que discutir contextos interioranos não é o mesmo que debater “local” e “regional”. A afirmativa é exemplificada a partir do dilema: fatos ocorridos em grandes centros e que devido suas especificidades são noticiados somente para essas mesmas cidades, não estariam abrangidos por um jornalismo de caráter local?

Podemos dizer, então, sem medo de cometer equívocos, que interior, na pesquisa acadêmica sobre a imprensa - e mesmo no chamado senso comum -, consiste em território que não o das capitais e o qual pode estar situado tanto na parte interna das unidades federativas, quanto no litoral e na fronteira entre estados (províncias, em alguns casos) ou na divisa de países. (ASSIS, 2013, p.14).

É temerário utilizar o conceito de Assis (2013) para o primeiro século do jornalismo do Amapá porque todas as iniciativas entre 1890 e 1990 ocorreram na capital, Macapá. Do mesmo modo, se valer de Bueno (2013), não abrangeria as TVs e rádios, mídias que também fazem parte da história do jornalismo amapaense trabalhado neste estudo. Para esta dissertação, a tipologia utilizada por Sônia Aguiar (2016) e Pâmela Pinto (2015) parece ser a mais apropriada ao direcionar as características dos diferentes termos ao aspecto geográfico de abrangência do ponto de vista da cobertura jornalísticas das notícias ou da circulação dos jornais impressos e das emissoras de radiodifusão. No caso das TVs e rádios, a referida circulação trata-se do alcance do sinal de transmissão.

Ao usar o conceito de regional e local no sentido da escala geográfica, não exige o registro de outros aspectos das iniciativas jornalísticas amapaenses. Sonia Aguiar (2016) e Pâmela Pinto (2015), inclusive, apontam que o jornalismo praticado fora das grandes metrópoles brasileiras tem características que atravessam os diferentes termos e todos os tipos de mídia.

Uma característica dessa mídia fora dos grandes centros, independentemente de sua nomenclatura, é a vinculação com o poder público. Sônia Aguiar (2016) cita como consequência dessa relação a subordinação circunstancial ao poder em função de apoios econômicos, falta de uma aposta investigativa, dificuldade de abrir o leque de fontes de informações e retardamento do processo de modernização das redações. Pinto (2015) corrobora que outra peculiaridade da mídia regional é a relação de posse dos políticos como proprietários dos meios de comunicação, algo que se consolidou antes de existir regras para a concessão de licenças de exploração de rádios e TVs com a Constituição de 1988, direcionando a linha

editorial jornalística ao caráter político. Peruzzo (2005) completa com a existência de tratamento tendencioso dos fatos e omissão em alguns casos. Ressalta-se que isso não é um problema restritamente ligado à imprensa fora dos grandes eixos. Contudo, é um elemento que emerge de maneira explícita.

Outra característica que abrange os diferentes termos do jornalismo em cidades afastadas de grandes centros e que pode incluir tanto jornal, impresso, rádio e TV, é a captação de receita. Dependendo da relação com o poder público, não existe valorização pela busca de alternativas de sustentabilidade financeira (BUENO, 2013; BELTRÃO, 2013). É comum, inclusive, que isso atinja as iniciativas jornalísticas organizadas empresarialmente. Quando se torna necessário, espaços da capa ou das páginas são comercializados em forma de anúncio ou reportagem com vínculo publicitário.

A incidência desses aspectos é maior ou menor nos veículos jornalísticos dependendo do papel do poder público no espaço onde o tipo de mídia está inserido. No caso do Amapá, o estado, sobretudo o poder executivo territorial, sempre teve papel na gênese de parte da imprensa em seus primeiros 100 anos. E como apontado anteriormente, o mesmo foi verificado nas iniciativas pioneiras de rádio, TV e impresso nos demais estados da região Norte.

Contudo, essa porção do país – que é a maior das cinco regiões do Brasil – guarda uma peculiaridade que torna o jornalismo diferente de outros lugares em terras brasileiras ao ponto de se considerar que existe um “Jornalismo Amazônico”, um tipo de atividade jornalística atravessada por uma variável específica da Amazônia: os modais de transportes.

Esse aspecto torna o Jornalismo Amazônico peculiar por causa das suas condições de logística, enfrentadas pela atividade jornalística na região. A logística é entendida como um conjunto de elementos e estratégias que existe para transportar cargas, estoques e pessoas a fim de conquistar benefícios com intuito de encurtar o tempo e distância pelo menor preço possível (BIASI; JÚNIOR, 2014), causando assim um desenvolvimento econômico⁹ em uma sociedade baseada na produção de bens e consumo.

⁹ Ao cunhar o jornalismo regional, Aguiar (2016) se vale do campo da Geografia. Nesta pesquisa entende-se que o termo desenvolvimento econômico abrangido pelo Jornalismo Amazônico está no campo da Economia, mais especificamente na Teoria do Desenvolvimento Econômico, do austríaco Joseph Schumpeter (1997). O “desenvolvimento” se distingue do “crescimento econômico”. Enquanto o primeiro se preocupa com o mundo em sua volta, ou seja, com o caráter social; o segundo está

Diferentemente das demais regiões do país, as principais vias de ligação entre as cidades nortistas no período delimitado por esta pesquisa eram as fluviais. Os rios tornavam-se as rodovias entre as capitais e as áreas interioranas dos estados. O fluxo através do transporte marítimo era decorrência da falta de estradas que pudessem atravessar a selva, praticamente intocada pela ação do homem entre o fim dos séculos XIX e percurso do XX.

Para ter noção da logística complicada, o trajeto fluvial Belém-Macapá tem 574 quilômetros, resultando em um tempo de 24 horas para percorrê-lo de navio. De balsa, o percurso demora 30 horas. Outra rota fluvial importante é Belém-Manaus, com 1.646 quilômetros, podendo ser percorrido em 120 horas. Já os 1.350 quilômetros da hidrovía Porto Velho-Manaus leva 96 horas para ser concluída de navio (ADA, 2006). Ressalta-se que os referidos tempos de viagens, de certo, eram mais longos pelo menos até metade do século XX, pois as embarcações tinham motores movidos a vapor.

A magnitude da hidrografia na região corresponde a 72% das rotas fluviais existentes em todo o território brasileiro, sendo a do Rio Amazonas calculada em 18.300 quilômetros e do Rio Tocantins outros 3.500 quilômetros (MORGADO, PORTUGAL, MELLO, 2013). Ambos os tamanhos somam os seus rios afluentes. Em relação aos 944 quilômetros de estradas de ferro construídos na região Norte até 1990, a extensão correspondia a apenas 3,1% do total de ferrovia no país no mesmo período (ADA, 2006). E todas foram construídas para atender exclusivamente ao escoamento da produção mineral, abrangendo apenas três estados: Amapá (194 quilômetros), Pará (386 quilômetros) e Rondônia (364 quilômetros).

A maior malha de transporte na região Norte é a de rodovias. São 26.431 quilômetros. Contudo, dessas, apenas 28% estavam pavimentadas até 1990 – período de recorte do jornalismo neste estudo. O percentual asfaltado corresponde a 7.585 quilômetros. Do total de estradas amazônicas, segundo a Agência de Desenvolvimento da Amazônia (2006), apenas 9.179 são federais. Além de pouco investimento da União, a abertura das rodovias iniciou tardiamente, somente nos

relacionado estritamente às variáveis quantitativas, como renda *per capita*, da riqueza de Estado ou individuais, da população etc. (SCHUMPETER, 1997). A oferta de um sistema estruturado de transportes é um dos elementos que provocam o desenvolvimento econômico. É a partir dele que uma sociedade pode deixar o isolamento cultural e passar a ter novos bens até então não consumidos, entre eles, fontes de informação; novos métodos de produção e distribuição; e abertura de mercados consumidores.

anos 1950, com a Belém-Brasília e Brasília-Acre. Durante o período da Ditadura Militar (1964-1985), outras também foram construídas, conforme apontam Neto e Nogueira (2016): BR-174, BR-230, BR-319, BR-401, BR-210, BR-163, BR-364, BR-307, BR-429 e BR-156. Porém, grande parte dessas rodovias federais até 1990 ainda encontravam-se inacabadas. Essa maioria sem conclusão correspondia a 77% (ADA, 2006). E as que receberam pavimentação passaram por deterioração ao longo do tempo por causa do inverno rigoroso na Amazônia (NETO; NOGUEIRA, 2016), inviabilizando assim deslocamentos pessoas e cargas entre as cidades; e consequentemente, do desenvolvimento econômico e do capitalismo.

É importante destacar a relação logística com o desenvolvimento do jornalismo na região em razão das possibilidades de inclusão e exclusão resultantes de uma oferta de transporte em determinado lugar. Schudson (1997) frisa que nos Estados Unidos, o aumento dos modais elevou a abrangência de cobertura e distribuição dos jornais no século XIX. Na Amazônia, o transporte fluvial é a economia e a vida social das cidades ao ponto de maioria das aglomerações urbanas estarem localizadas às margens dos rios (MORGADO, PORTUGAL; MELLO, 2013). Vide as capitais, por exemplo: o Rio Amazonas banha Macapá, no Amapá; o Rio Branco, a cidade de mesmo nome, capital do Acre; e Boa Vista, em Roraima. O rio Guamá, Belém, no Pará. Manaus é banhada pelo Rio Negro; e Palmas, no Tocantins, pelo rio Tocantins.

A oferta do transporte ágil e de baixo custo, segundo Morgado, Portugal e Mello (2013), está associada ao progresso das condições da sociedade amazônica. Paralelo a isso, o jornalismo em uma região não pode ser pensado sem levar em conta o desenvolvimento econômico do lugar onde está situado.

O setor de transportes, baseado fundamentalmente na modalidade hidroviária, assume um papel de relevo, seja ao buscar atender os fluxos de pessoas e cargas derivados desta ocupação, seja por sua infraestrutura poder influenciar a forma e a qualidade deste desenvolvimento. (...) Características de acessibilidade e de mobilidade acarretam maior ou menor exclusão (inclusão) das pessoas em atividades disponíveis em determinadas localidades. O transporte, de acordo com o exposto, é um dos elos fundamentais da vida em sociedade, pois é a partir dele que as pessoas podem se deslocar e participar das diversas atividades de que desejam. (MORGADO; PORTUGAL; MELLO, 2013)

A logística em qualquer sociedade destaca-se por dar competitividade aos produtos e como consequência o crescimento do setor privado. Esse processo influencia desde a matéria-prima até o consumidor final (SILVA; BERTONCINI; SILVA, 2017). Qualquer análise de desenvolvimento econômico e social de uma região deve levar em conta as possibilidades de deslocamentos proporcionados por um sistema logístico. O motivo de fundo dos investimentos na logística é a busca pelo sucesso das instituições, sejam elas públicas e privadas. O desdobramento disso recai sobre uma sociedade cada vez mais desenvolvida, pois o isolamento geográfico é uma das causas do atraso econômico e social.

Na medida em que a economia cresce o setor de transportes se torna mais necessário, e, por outro lado, a expansão da infraestrutura de transportes impulsiona o crescimento econômico. Dessa forma, pode-se dizer que há uma relação recíproca entre desenvolvimento dos transportes e progresso econômico (SILVA; BERTONCINI; SILVA, 2017, p.3)

A literatura mostra a influencia positiva provocada pela maior facilidade de transportes. Efeitos esses rompem as fronteiras da região onde surge o novo modal logístico. Por haver interligações antes não existentes, cria-se uma cadeia de produção de bens e consumo, algo que reflete diretamente no jornalismo (GENRO FILHO, 1987; SCHUDSON, 2010; CHARRON; BONVILLE; 2016), como veremos mais adiante.

Os efeitos positivos de regiões dinamizadas por uma facilidade de transporte vão além de suas fronteiras, beneficiando tanto as unidades produtivas localizadas dentro destas regiões – através da redução de custos de matéria-prima e mão-de-obra – como as unidades fora destas regiões – através de efeitos indiretos desencadeados pelo aumento da demanda de produtos e serviços. (SILVA; BERTONCINI; SILVA, 2017, p.6).

O efeito de uma logística estruturada é uma constatação que vai desde os autores clássicos do campo da Teoria do Desenvolvimento Econômico, a exemplo de Joseph Schumpeter (1997) e Walt Rostow (1974); até os mais contemporâneos ao nosso tempo, como Lokshin e Yemtsov (2005) e Njoh (2009).

Para Schumpeter (1997), a oferta de um sistema estruturado de transportes é um dos elementos que provocam o desenvolvimento econômico. É a partir dele que uma sociedade pode deixar o isolamento cultural e passar a ter novos bens até então não consumidos, dentre eles, fontes de informação; novos métodos de produção e distribuição; e abertura de mercados consumidores. Rostow (1974)

reforça o entendimento ao dizer que a redução dos custos financeiros de logística de transportes aumenta o acesso a novos mercados e produtos por comunidades antes isoladas culturalmente. Ele argumenta a necessidade de o estado prover de investimentos neste setor econômico em razão de seus desdobramentos abrangerem a sociedade de modo conjuntural.

Na mesma esteira - porém com foco no desenvolvimento em âmbito regional - Lokshin e Yemtsov (2005) afirmam que projetos de infraestrutura de transporte têm como efeitos imediatos a geração de amplos benefícios econômicos regionalizados, a partir da elevação na quantidade de empresas de médio e pequeno porte, resultando assim no aumento do capital humano e de mercados consumidores em localidades periféricas. De modo operacional, Njoh (2009) confirmou essas hipóteses clássicas ao buscar as relações entre as lógicas de infraestrutura de transportes no contexto do desenvolvimento econômico de países subdesenvolvidos. Para isso, o autor verificou o papel da logística ferroviária no desenvolvimento regional no interior África, região historicamente mais pobre do que o litoral do continente. O resultado apontou para aumento da renda *per capita* da população e de demais variáveis sociais das cidades às margens das estradas de ferro em decorrência do surgimento de novos mercados de bens e consumo e pela possibilidade de deslocamento de pessoas entre as cidades interligadas pela ferrovia em busca de melhores estudos ou novas formas de trabalho.

Diante do exposto, verifica-se que uma logística estruturada é vital para o desenvolvimento de uma economia. Sem modais de transportes que garantam processos de lógicas de transações de mercadorias, bens e de consumo, não existe progresso econômico. Em razão de o jornalismo estar intrinsecamente ligado ao capitalismo (GENRO FILHO, 1987; SCHUDSON, 2010; CHARRON; BONVILLE, 2016), sem a expansão econômica, a imprensa não evolui.

Conforme mostra Michael Schudson (2010), apesar de a tecnologia ter provocado uma revolução no jornalismo norte-americano no século XIX, o argumento tecnológico para a expansão da imprensa não seria possível sem o precedente do desenvolvimento das ferrovias para que a indústria pudesse aumentar o seu mercado. Com o aumento de vias de ligações entre as mais diversas localidades dos Estados Unidos, impressoras modernas para o referido espaço-tempo chegaram às cidades que antes nunca haviam recebido máquinas de impressão. Do mesmo modo, locais sem jornais passaram a receber periódicos.

Em 1810, os duzentos e poucos moinhos de papel do país forneciam papel jornal apenas para localidades próximas, mas durante os anos 1830, o transporte ferroviário começou a levar os melhores produtos das melhores máquinas a lugares mais distantes. Em 1830, os Estados Unidos tinham apenas 37 quilômetros de estradas de ferro. Em 1840, já eram 4.827 quilômetros, e por ocasião da Guerra Civil, esse número chegaria a 48.270 quilômetros. É desnecessário dizer que tais avanços foram cruciais para o surgimento de jornais de alta circulação e contribuíram a venda de periódicos mais baratos. (SCHUDSON, 2010, p. 45).

Genro Filho (1987), ao mostrar as convergências entre jornalismo e capitalismo, reforça que na Europa e nos Estados Unidos, as grandes transformações na imprensa aconteceram concomitantemente com a expansão mundial capitalista e com o aumento das linhas férreas, na metade do século XIX, conforme também citado anteriormente por Schudson (2010).

Ainda sobre o século XIX, os canadenses Jean Charron e Jean Bonville (2016) são outros estudiosos que apontam para o desenvolvimento da imprensa como consequência do progresso de modais de transportes, que por sua vez, alavancou o capitalismo. É por causa disso, que segundo os autores, o jornal torna-se um negócio lucrativo, pois as companhias empresariais encontraram nos periódicos uma forma tornar suas marcas cada vez mais conhecidas, pois a imprensa agora estaria chegando a lugares antes marcados por desertos de informação. As próprias condições de transportes também provocaram os jornais a largar os conteúdos de opinião para se debruçarem aos informativos.

Se continuassem nos embates políticos, algo que até hoje ainda divide a população, os jornais perderiam o interesse dos empresários propensos em anunciar, mesmo que os periódicos ainda chegassem a lugares nunca visitados por uma mídia. É importante ressaltar que essa mudança de paradigma jornalístico vale para o referido período, entre o fim do século XIX até os anos 1980. Paradigma, de maneira simplória, é entendido aqui como um modelo histórico específico de exercer o jornalismo a partir de condições dadas a essa prática no mesmo espaço-tempo.

Nas últimas décadas do século XIX, as trocas comerciais se intensificaram graças à melhoria das condições de transporte e da industrialização da produção de bens de consumo corrente. Com a produção em massa, surgem práticas de comercialização fundadas na marca comercial e no uso intensivo da publicidade. O afluxo da publicidade cria novas oportunidades de negócios; o jornal pode tornar-se efetivamente um comércio muito lucrativo. (CHARRON; BONVILLE, 2016, p. 29)

O motivo de trazer à tona a logística dentro de uma perspectiva teórica de desenvolvimento econômico é algo necessário para o jornalismo, sobretudo na Amazônia. Não se pode pensar em um modelo histórico de jornalismo sem contextualizar a sociedade onde ele é praticado, principalmente os fatores de grande influência social, que neste caso trata-se de sistemas modais de transportes.

Frisa-se que esta proposta chamada de “Jornalismo Amazônico” abrange uma periodização até 1990. Demarcar o espaço temporal é importante para o pesquisador encontrar marcas em maiores e menores graus daquele de um referido período, sem cometer a falha de generalizar aquele entendimento para demais temporalidades fora do contexto analisado (CHARRON; BONVILLE, 2016). Portanto, quando abordamos a forma como a logística afetou o progresso do jornalismo na região amazônica, nos referimos até os anos 1990, quando a região ainda enfrentava problemas de deslocamentos em demasia. Não que isso tenha deixado de ocorrer depois desse período. Pelo contrário. O problema ainda persiste. Contudo, por não ter sido o espaço temporal objeto de estudo, não é recomendado, por enquanto, alargar o espectro delineado, uma vez que mudanças podem ter ocorrido desde então.

Assim, podemos dizer que o “Jornalismo Amazônico” é um jornalismo que, pelo menos até 1990, enfrentou determinantes variáveis logísticas de transportes, causando assim dificuldades para o seu consumo, distribuição, coberturas jornalísticas além da cidade onde o veículo situava-se e desenvolvimento tecnológico da imprensa. Isso não inibe o uso das categorias de jornalismo regional cunhadas por Sônia Aguiar (2016) e demais autores. Elas podem ser utilizadas, mas a partir de uma contextualização da variável logística de transporte da referida localidade pesquisada. Forçar um encaixe de um jornalismo em categorias pré-determinadas de regionalidade sem o devido contexto modal fornecido à região estudada se mostrará incompleta, pois não bastará dizer se um veículo de comunicação é interestadual, regional ou local se não expor os motivos desta abrangência. Até 1990, um determinado veículo de comunicação deixou de atender determinada cidade em suas coberturas por puro desinteresse ou por questões de transportes para chegar à localidade? A logística pode não o único ou até mesmo o determinante motivo, mas, de certo, estará entre as variáveis para tais condições de escolha.

Desta forma, é fundamental, portanto, conhecer como espaço geográfico do Amapá se moldou ao longo do tempo, pois determinados marcos da formação do jornalismo amapaense surgem a reboque de acontecimentos econômicos, políticos, culturais, sociais e tecnológicos.

3. AMAPÁ: DA TERRA DO TUCUJUS À FORMAÇÃO COMO ESTADO

Compreender o jornalismo no Amapá pelo mapeamento de suas iniciativas ao longo de um século de história requer entendimento paralelo do espaço onde está inserido. A contextualização de marcos da história amapaense torna-se fundamental em razão de fatores políticos, econômicos, socioculturais e tecnológicos na sociedade reverberarem no campo jornalístico local.

Esse saber é dividido neste momento da leitura nos dois períodos político-administrativos do estado até 1990. O primeiro vai até 1943, quando o território enfrentou seculares litígios diplomáticos relacionados ao domínio de suas terras. Em seguida, ao intervalo que compreende 1943 a 1990, anos sob a condição de Território Federal. Destaca-se que apesar da Constituição de 1988 ter tornado o Amapá como Unidade da Federação, ele permaneceu na condição subordinada à União até 1 de janeiro de 1991, quando os deputados eleitos em 1990 assumiram seus cargos e consequentemente empossaram Anníbal Barcellos, primeiro governador escolhido pelo voto amapaense. Cada etapa será abordada neste capítulo, elaborado através de pesquisa bibliográfica e documental.

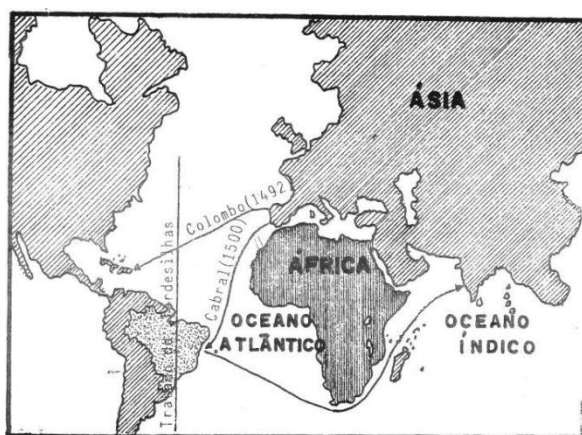
3.1. NA FOZ DO AMAZONAS, UM LUGAR CHAMA ATENÇÃO DA EUROPA

Como estado, o Amapá é um dos mais jovens do país. Sua história, porém, mostra que esse território foi descoberto por navegadores espanhóis antes da chegada do português Pedro Álvares Cabral ao Brasil, em 22 de abril de 1500. O percurso feito pelas esquadras da coroa da Espanha nas bacias hidrográficas no meio das florestas amazônicas resultou, inclusive, na demarcação do território amapaense centenas de anos mais tarde.

Segundo João Carvalho (1997), as terras que atualmente compreendem o Amapá estão vinculadas aos ciclos da navegação espanhola no fim do século XV pela Amazônia. Antes dos portugueses, percorreram os rios do estado os navegadores Américo Vespúcio, em 1494; e Vicente Pinzón, em 1500. O primeiro passou pela costa Leste, onde hoje são os municípios de Macapá, Santana e Mazagão; enquanto o outro descobriu a foz do rio Amazonas, chegando ao rio Oiapoque, no extremo Norte, na divisa com a Guiana Francesa.

O pioneirismo dos espanhóis ante os portugueses pelos rios amapaenses não foi por acaso. Durante as grandes navegações dos séculos XV e XVI, o Amapá pertenceu à Coroa espanhola. Depois de ter patrocinado a excursão de Cristóvão Colombo que resultou em sua chegada ao Continente Americano, em 12 de outubro de 1492, a Espanha pediu à Igreja Católica o direito das terras conquistadas. O papa da ocasião, Alexandre VI, era espanhol e intercedeu a favor de seu país de origem. Contudo, Portugal contestou a decisão e em 7 de junho de 1494 as referidas nações assinaram o Tratado de Tordesilhas (SANTOS, 2001), que estabeleceu as terras a 370 léguas a Oeste de Cabo Verde sob posse da Espanha e a Leste a Portugal. Na prática, a linha imaginária dividiu a América do Sul praticamente ao meio, deixando o território amapaense sob a tutela espanhola.

Figura 1 - Mapa da divisão na América do Sul sob o Tratado de Tordesilhas



Fonte: SANTOS, R. F. **História do Amapá**. Macapá: Valcan, 2001.

Por ser um território praticamente intocado e desconhecido, a América virou cobiça de vários países da Europa. Isso provocou a Espanha a doar as terras do Amapá. Em 1544, o rei espanhol Carlos V concedeu a posse do território ao navegador Francisco Orellana, que navegou pelas águas amapaenses no mesmo ano. O ato batizou pela primeira vez esse rincão setentrional de Adelantado de Nueva Andaluzia. Com autorização para colonizar a região, Orellana retornou à América para assumir a conquista, mas os ventos dos mares não o fizeram encontrar os locais por onde passou, aportando no litoral do Maranhão (SANTOS 2001). Frustrado, seguiu para a Ilha de Margarida, nas Antilhas Espanholas, onde morreu anos mais tarde.

A expedição fracassada do espanhol em tomar posse das terras demoveu o interesse da Espanha em colonizar essa região. A desmotivação gerou interesse de

outras potências europeias das grandes navegações, sobretudo da Inglaterra, França e Holanda, que nunca aceitaram a divisão realizada pelo Tratado de Tordesilhas. Era real a iminência da perda do território setentrional da América para esses países. Ingleses, holandeses e franceses conquistaram grande parte do Platô das Guianas¹⁰, mais especificamente a Guiana, Suriname e Guiana Francesa, respectivamente. Apenas a França mantém sua colônia. As demais conquistaram suas independências no século XX.

Com a formação da União Ibérica - unidade política entre os reinos da Espanha e Portugal que durou de 1580 a 1630 - o território amapaense novamente foi doado. O ato ocorreu em 1637, beneficiando Bento Maciel Parente, governador do estado de Maranhão e Grão-Pará. A missão era semelhante à de Orellana: colonizar a região na foz do rio Amazonas, até então habitada em demasia por índios da tribo Tucuju (SARNEY; COSTA, 2004).

Com isso, começa verdadeiramente em 1637 a colonização europeia do Amapá com a sua concessão. O repasse a Bento Maciel Parente se deu por Filipe IV da Espanha e III de Portugal. A delegação ao então governador ainda transformou o território em capitania, com alteração do nome para Cabo Norte. As terras do Amapá, pela primeira vez são delimitadas do Oiapoque ao Paru, passando pelo Jari.

Figura 2 – Mapa da Capitania do Cabo Norte, atual Amapá



Fonte: SANTOS, R. F. **História do Amapá**. Macapá: Valcan, 2001.

10 O Platô das Guianas fica no extremo Norte da América do Sul. É formado por Suriname (emancipado da Holanda em 1975) e Guiana (independente da Inglaterra em 1966) e pelo território francês Guiana Francesa. Devido a relações econômicas, políticas e culturais, o Amapá é considerado como a "Guiana Portuguesa" (CAVLAK, 2015).

Como desde 1580 estavam unidos os reinos espanhol e português, não havia limite entre suas terras na América, deixando-se de examinar se Cabo Norte estava aquém ou além da linha de Tordesilhas, afinal, a União Ibérica fez perder o efeito do documento. Bento Maciel Parente logo começa a fazer a ocupação efetiva de sua Capitania (SARNEY; COSTA, 2004. p.17).

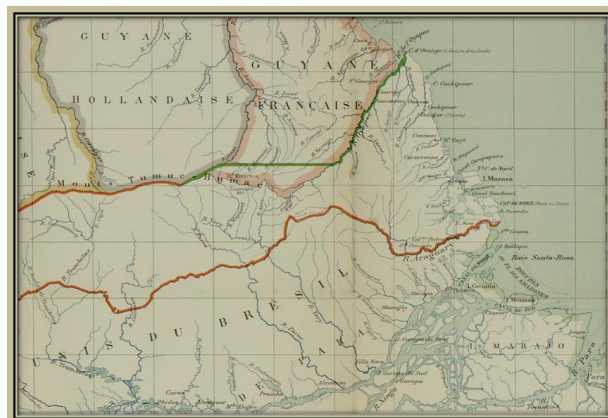
A insatisfação de demais países europeus gerada ainda pelo domínio da Espanha e Portugal sobre a América teve a França como principal investida estrangeira na região Amazônica. Esse interesse do reinado francês foi motivado pela conquista do território que compreende a Guiana Francesa, em 1694. Com a posse das terras guianenses, a Coroa daquele país se viu fortalecida e decidiu questionar os limites da Capitania do Cabo Norte.

O imbróglio diplomático provocou a assinatura do Tratado de Utrecht, em 1713, que definiu os limites das fronteiras na região. A disputa ficou conhecida como o Contestado Franco-Brasileiro. O conflito encerrou somente em 1900, após a Corte Arbitral da Suíça dar ganho de causa ao Brasil o direito da posse das terras entre os rios Araguari e Oiapoque, no Amapá¹¹. De acordo com Carvalho (1997), até a questão ser resolvida, a porção territorial reivindicada por ambos permaneceu sob neutralidade, o que não foi respeitada por nenhum dos dois países. Ambos fixaram povoados às margens do rio Araguari.

Na imagem abaixo é possível ter uma dimensão do tamanho do território em disputa. A linha superior é o rio Araguari, tida como a via fluvial por onde Pinzón percorreu e que teria relatado como o limite do Brasil, segundo versão dos franceses; a linha inferior é o limite alegado pelos brasileiros como a referência limítrofe relatada pelo navegador espanhol.

11 O presidente suíço declarou o Tratado de Utrecht como definitivo com ganho de causa ao Amapá, com anexação de 225 mil quilômetros quadrados de território. A data da assinatura do documento ocorreu em 1º de dezembro de 1900 sob denominação de Laudo Suíço (CARVALHO, 2008).

Figura 3 – Contestado Franco-Brasileiro, entre 1713 a 1900



Fonte: PAZ, A. A voz do extremo Norte: crise, trabalho e desenvolvimento nas páginas do jornal Pinsonia (1895-1897). In Anais XXVIII Simpósio Nacional de História. Florianópolis-SC, 2015.

O Contestado Franco-Brasileiro resultou em mudanças administrativas no Amapá entre 1713 e 1900, com destaque para dois marcos históricos. O primeiro se tratou da mudança da condição de Macapá, que passou de povoado à vila, em 4 de fevereiro de 1758. Nesse período também teve a construção da Fortaleza de São José de Macapá, maior fortificação militar da América Latina, às margens do rio Amazonas (SANTOS, 2001). A obra começou em 1764 e terminou em 1782, de maneira braçal por índios e negros. Os atos foram uma estratégia de defesa de Portugal contra invasões estrangeiras.

Apesar de Macapá ter sido o principal foco português como estratégia de defesa, foi na região Leste do Amapá que ocorreu o principal fato do Contestado Franco-Brasileiro que provocou o governo Suíço a intervir no litígio. De acordo Sarney e Costa (2004), em 1 de maio de 1895, houve o Massacre de Amapá. A batalha entre franceses e brasileiros foi o ápice de uma disputa secular que ganhou contornos ainda mais turbulentos a partir de 1892, quando garimpeiros descobriram jazidas de ouro no rio Araguari. A fluente era reivindicada pela França como a fronteira com o Brasil no contestado. Diante da riqueza mineral, em 1894, um triunvirato composto por Cônego Domingos Maltês, Desidério Antônio Coelho e Francisco Xavier da Veiga Cabral, conhecido na história como Cabralzinho, se estabeleceu no povoado de Espírito Santo do Amapá, no lado brasileiro. No ano seguinte, em 1895, sob o pretexto de interesse nacional, a aliança sequestrou Trajano, delegado indicado pelo governador da Guiana Francesa para vigiar a outra margem do rio Araguari (PAZ, 2015). A pretensão era expulsar de vez os

estrangeiros das terras amapaenses. O fato provocou um revide da França, que autorizou as suas tropas a invadirem a Vila do Espírito Santo do Amapá para regatar o militar. Ao desembarcarem, a batalha entre militares franceses e o levante armado composto por amapaenses resultou em dezenas de mortos. O Brasil consagrou-se vencedor nesse confronto, porém, o balanço disso resultou na morte de inocentes, sobretudo pelo exército francês. Crianças, mulheres e idosos estavam no meio. A relação das vítimas ganhou as páginas do *Diário de Notícias*, do Rio de Janeiro, na edição de 11 de junho de 1895, que teve como fonte Maximiano José do Nascimento. Ele visitou a redação do jornal em 1º de junho, a pedido de Cabralzinho, que pretendia chamar atenção das autoridades brasileiras sobre o que ocorreu no extremo Norte do país (SARNEY; COSTA, 2004). De fato, o caso ganhou repercussão e forçou o governo republicano a pedir intervenção da Suíça no caso.

Cabralzinho, aliás, sabia usar a imprensa a seu favor. Antes de se aventurar como guerrilheiro, ele atuou como jornalista d'O *Democrata*, primeiro jornal a circular no Amapá, entre 1890 a 1895. Com interesses de difusão ideológica e contra a formação da República, o periódico atendeu Belém, no Pará e Macapá, no Amapá. A atividade como jornalista o tornou vilão por ser de oposição ao governo e provocou sua fuga para a região em disputa diplomática, por ser neutra (PAZ, 2015).

Depois do Contestado Franco-Brasileiro, o paramilitar virou salvador e recebeu condecoração de Herói Nacional do Exército Brasileiro. Sua defesa dos interesses territoriais amapaenses faz com que seja cultuado em todo o estado, dando nome a logradouros, praças, escolas e bairros. Também há um feriado em sua memória e estátuas.

Segundo Marques (2009, p.44), após o fim do Contestado Franco-Brasileiro, o referido espaço passou a “ser reconhecido legal e internacionalmente como território brasileiro, incorporado formalmente ao estado do Pará”. Antes disso, desde 1822, o Amapá já havia perdido sua autonomia, sendo subordinado à Constituição Provincial do estado do Grão-Pará, que indicava os intendentes (cargo equivalente a prefeito) de Macapá e de outras cidades. Em 1900, o Laudo Suíço apenas ratificou a incorporação dos territórios, ficando nesta condição até 1943, quando o presidente Getúlio Vargas criou o Território Federal do Amapá, medida atravessada por diversos motivos (PORTO, 2005).

3.2. TERRITÓRIO FEDERAL DO AMAPÁ, UM ESPAÇO IMAGINADO

A anexação das terras do Cabo Norte ao Pará gerou descontentamento do povo amapaense e com o passar dos anos a insatisfação cresceu ainda mais em razão do esquecimento do governo paraense com esse novo território incorporado.

O sonho da autonomia não era antigo, antes de ter lutado na batalha de Amapá, no Contestado Franco-Brasileiro, a pequena população desse território esquecido sensibilizou o deputado Cândido Mendes a apresentar em 1853 à Assembleia Geral Legislativa do Brasil um projeto de lei para criar a província de Oyapóckia. A iniciativa ficou parada. A demora fez uma nova proposta ser apresentada em 1870, mas dessa vez com assinatura de 387 amapaenses, também não avançou. A falta de oferta de serviços públicos a esse povo era a principal argumentação para sensibilizar os políticos. De nada adiantou.

Anos mais tarde, números estatísticos comprovavam que a luta tinha razão. As décadas entre 1900 a 1943 se mostraram de pouco avanço em políticas públicas para essa população, que em 1912, era calculada em 32.337 pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). O dado censitário mais antigo é datado de 1907. Nesse ano, os habitantes somavam 30.024 (IBGE, 1950). Esse documento foi o único levantamento realizado pelo IBGE nesse período enquanto o Amapá esteve incorporado ao Pará, abrangendo de 1907 a 1912. A anexação fez os dados amapaenses serem incluídos no universo do estado vizinho.

Tabela 3 - Evolução histórica da população do Amapá e de seus municípios entre 1907 e 1908

	1907	1908	1909	1910	1911	1912
Macapá	7.433	7.554	7.668	7.783	7.899	8.018
Mazagão	10.768	10.926	11.087	11.250	11.415	11.583
Amapá (cidade)	11.823	12.000	12.180	12.363	12.548	12.736
Amapá	30.024	30.480	30.935	31.396	31.862	32.337

Fonte: Adaptado de: IBGE. **Censo Demográfico 1950**. Rio de Janeiro, 1950.

Somente mais de uma década depois da incorporação ao Pará, a população amapaense teve à sua disposição, a primeira escola. A iniciativa partiu da Igreja Católica. Inaugurado em 1913, o colégio contava com até 70 alunos, que aprendiam letramento, catequese, atividades de teatro e música. Em 1916, houve a criação do

Colégio-Orfanato Santa Maria, somente para meninas. Ambos em Macapá. Em 1918, Mazagão, com o Colégio Coração de Maria, foi o segundo município a receber uma instituição de ensino (LOBATO, 2009).

Ao longo dos anos, até ser transformado em território, em 1943, esse cenário não aumentou muito, totalizando sete estabelecimentos de ensino. “Quase a totalidade dos amapaenses era analfabeta. Segundo o Relatório das Atividades do Governo do Território Federal do Amapá em 1944, nas folhas de pagamento de trabalhadores, a assinatura geral e a datiloscópica do dedo polegar” (LOBATO, 2009, p.67).

Além disso, a população do Amapá permaneceu rural enquanto esteve sob os domínios da província paraense. Até 1940, segundo Lobato (2009), 91,16% dos habitantes moraram em áreas rurais; 6,40% em áreas urbanas; e 2,44% em suburbanas. Ressalta-se que nesse período, as cidades amapaenses eram caracterizadas por vilas de agricultores, obrigando que o governo federal tomasse iniciativa de elevar a condição de melhoria de vida daquele povo.

Tal cenário impulsionou ainda mais o sentimento amapaense em conquistar a sua autonomia, algo que já havia sido cristalizado no jornal *Pinsônia* no fim do século XIX. O primeiro movimento no século XX em busca do fim da subordinação ao Pará ocorreu nos anos 1920 (SANTOS, 2001), em um pleito organizado pelas populações de Macapá e Mazagão. O barulho feito pelas autoridades locais, no entanto, não demoveu o governo federal. A luta ganhou uma luz com as Constituições de 1934 e 1937, que estabeleceram a possibilidade da União criar áreas sob sua administração. Era a lacuna jurídica que o Amapá precisava. O sonho virou realidade no dia 13 de setembro de 1943, com o decreto 5.512¹², assinado pelo presidente Getúlio Vargas. Para convencer aliados e oposição, a União argumentou que as regiões transformadas em territórios federais necessitavam avançar em diversos aspectos.

No caso específico amapaense, outras motivações estiveram por trás. Porto (2005) elenca que a decisão getulista ainda teve as seguintes especificidades: questões geopolíticas (o território sempre foi interesse de nações europeias pela

12 DECRETO 5.512/1943. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1937-1946/De15812.htm. Acessado em 03 de ago. 2018. Além do Amapá, o mesmo decreto federal criou os territórios de Rio Branco (atualmente o estado de Roraima), Guaporé (que hoje se constitui o estado de Rondônia), Ponta Porã (hoje parte de Mato Grosso do Sul) e Iguaçu (incorporado aos estados do Paraná e Santa Catarina).

proximidade com as demais Guianas; a extração mineral (a expectativa de atividade aurífera, acentuando-se desde 1939); influência de políticos locais (fazendeiros exerciam pressão para o desmembramento desde os anos 1920 com interesse de aumentar suas terras); criação do território federal do Acre (a elite de Macapá viu no exemplo acreano a possibilidade de ter mais autonomia ante ao Pará); baixa densidade demográfica (por ser o norte paraense, o território era pouco habitado); interesse militar (a localização do Amapá era estratégica na II Guerra Mundial, ao ponto de ter sido base área norte-americana, em 1941); e de defesa nacional (aumento da legitimidade brasileira no controle da região na fronteira amazônica).

Desmembrado do Pará, o Território Federal do Amapá teve sua área organizada a partir dos municípios de Almerim, pelo seu distrito de Arumanduba, Mazagão (a união dessas duas áreas originaram o município de Mazagão), Macapá e Amapá. A partir de então, passou por reestruturações territoriais municipais resultantes de: preocupações geopolíticas (Oiapoque), atuação de empresas nas suas áreas (Santana, Laranjal do Jari, Pedra Branca do Amapari, Serra do Navio, Porto Grande e Vitória do Jari), pela exploração aurífera (Calçoene), pela construção da Usina Hidrelétrica de Coaracy Nunes (Ferreira Gomes) e de movimentos políticos locais (Tartarugalzinho, Cutias, Itaubal e Pracuúba). (PORTO, 2005, p.98).

Com o desmembramento do Pará, houve uma mudança estrutural em diversas áreas no Amapá. Apesar de rivalidade com o estado vizinho, quis o destino que um paraense fosse o primeiro governador indicado pela presidência da República. Coube, então, ao capitão do Exército Janary Gentil Nunes a implementação das primeiras medidas de estruturação de um lugar secularmente deixado de lado pelas autoridades. Na cronologia dos fatos, a transformação em território federal ocorreu em 15 de setembro de 1943, mas a nomeação de Janary Nunes foi consumada em 27 de dezembro, tendo tomando posse aos 31 anos em 25 de janeiro do ano seguinte (SANTOS, 2001).

Uma das primeiras medidas foi levantar o máximo de informações. Uma equipe formada por seis pessoas compôs a pioneira equipe de secretariado do governo territorial. Eles também ficaram responsáveis por catalogar dados daquele lugar. Entre as primeiras constatações esteve a inexistência de professores qualificados. Até 1943, havia apenas dez professores ativos, sendo cinco normalistas e cinco leigos. No fim de 1944, o número saltou para 33 - 21 leigos e 12 normalistas (LOBATO, 2009).

No fim de 1944, também já havia no Amapá 23 prédios escolares ante os oito antes da federalização do território. A maioria dos lugares era cedida por moradores do estado. O restante tinha contrato de aluguel com o governo territorial. Somente em 1946, com a escola Barão do Rio Branco, o Amapá tem o seu primeiro colégio com prédio construído pelo próprio governo.

De acordo com Lobato (2009), em meados de 1945, a população amapaense em idade de cursar o ensino primário (7 a 11 anos) totalizada 2.930 crianças. Deste, 1.252 estavam fora das salas de aula. A construção de escolas no Território Federal do Amapá surtiu efeito, pelo menos, em relação à queda nos índices de analfabetismo. Em 1991, ao ser transformado, de fato, em Unidade da Federação, 27,94% da população do Amapá era considerada analfabeta. Esse percentual representava 68.142 indivíduos de um universo de 243.855 habitantes¹³. A diminuição se mostrou considerável em comparação ao nível encontrado nos anos iniciais do período territorial, que passava de 50% (LOBATO, 2009). O índice, porém, ainda estava acima do nível nacional, de 25,15%.

A relação de Janary com o Amapá é importante para o estudo da imprensa amapaense em razão das características do seu governo ao longo dos seus 12 anos à frente do território. Uma delas, o autoritarismo, marcou os anos finais de sua influência na indicação de governadores, visto de forma cristalizada na imprensa que se colocava como oposição. Ele saiu do governo por contra a própria vontade para assumir a Petrobrás, em 5 de fevereiro de 1955.

Por outro lado, foi Janary Nunes quem pôs fim ao hiato de vazio de informações jornalísticas à população amapaense. Além de ter implantado o Serviço de Imprensa e Propaganda, o seu governo criou em 1945 o *Jornal Amapá*, que alternava suas páginas entre notícias de cunho oficial e acontecimentos do cotidiano local, sendo o primeiro do período territorial. A última publicação antes dele, o *Correio de Macapá*, existiu entre 1914 e 1918. Houve um espaço de 27 anos sem qualquer tipo de iniciativa jornalística, pelo menos em relação ao que se tem de registro no momento.

Além do *Jornal Amapá*, Janary Nunes também implantou a primeira estação de radiodifusão do estado, a Rádio Difusora de Macapá (RDM), oficialmente

¹³ IBGE, Censo Demográfico 1991. Disponível em: <<https://sidra.ibge.gov.br/tabela/204#resultado>>. Acessado em 30 de novembro de 2018.

inaugurada em 1946. Ambos serviram como aparelhos de propagação de seus ideais frente à população do Amapá.

Santos (2001) caracteriza o governo de Janary Nunes como autoritário e populista, apesar de avanços em diversas áreas. Marques (2009) acrescenta que o governo janarista também era paternalista, com ações de distribuições de alimentos para a pobre população do Amapá. As ações eram um culto a sua própria imagem.

Tão logo assumiu o governo do Território, Janary reconfigurou a estrutura de poder local, cooptando coronéis (latifundiários), chefes de festas religiosas e comerciantes, que se tornaram a base de sustentação de sua ação política. Além disso, constatamos que o governador tinha o controle direto dos principais cargos públicos, pois ficava sob sua responsabilidade a indicação de prefeitos, secretário-geral, representante do governo na capital federal e outras funções públicas. indivíduos que ocuparam esses cargos, , vieram de fora do TFA, a convite de Janary Nunes. Essas pessoas, por sua formação profissional e pelos cargos ocupados, passaram a ser reverenciadas pela sociedade local – eram os “doutores”. Estes, por sua vez, deviam obediência a quem os nomeara. Assim, configurava-se uma rede de relações que ampliava o domínio político do dirigente governamental amapaense. (MARQUES, 2009, p.86).

Ao ser criado o território, as elites políticas se redesenharam. Antes dominadas por coronéis e comerciantes, passaram a conseguir ascensão política somente os que tivessem aval de Janary, independentemente do cargo ocupado na sociedade. Com isso, o governador conseguiu eleger deputados federais e por meio de sua articulação nomear os governadores indicados depois dele, a exemplo dos seus irmãos Coaracy Nunes para a Câmara; e Pauxy Nunes para o governo territorial.

Com tanto poder concentrado nas mãos de Janary Nunes, seu governo se aproximava de um modelo de ditadura. Além de dar aval à elite política, os meios de comunicação mantidos pelo governo eram acríticos. Tornaram-se meros aparelhos de sustentação de seus ideais (MARQUES, 2009). Também houve perseguição contra quem ousasse em apontar falhas de seu governo, sobretudo iniciativas jornalísticas. Foi o caso da *Folha do Povo*, criada em 1959 por militantes do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), no Amapá, que não aceitavam a falta de alternância no poder local. O periódico sofreu atentado, teve materiais apreendidos e seus jornalistas presos, conforme veremos no capítulo sobre a imprensa no período do território.

Também no governo Janary Nunes, o Amapá teve o seu primeiro marco econômico. Em 1947, a empresa Indústria Comércio e Mineração (Icomi) assinou contrato com o governo territorial para explorar as recém descobertas jazidas de manganês no meio da Floresta Amazônica, em Serra do Navio, cidade construída especificamente para abrigar os funcionários da mineradora. Trata-se também do primeiro grande projeto econômico de desenvolvimento da região Norte. A primeira exportação ocorreu em 1957. Para se ter uma dimensão da magnitude da capacidade mineral de Serra do Navio, logo no primeiro ano, o montante exportado correspondeu a 83% do total desse minério no país (PORTO, 2001).

A Icomi foi responsável por obras estruturantes que fugiram da capacidade do governo territorial, como a construção da cidade de Serra do Navio aos moldes da arquitetura norte-americana, uma ferrovia de 280 quilômetros, a Usina Hidrelétrica de Coaracy Nunes, e a construção de um porto, em Santana. Mesmo com tudo isso, Jadson Porto (1998) afirma que depois de Janary, o Amapá não esteve no centro do debate nacional, fazendo a Icomi ser a única responsável pelo seu escasso desenvolvimento enquanto território. Segundo o referido autor, isso trouxe as seguintes consequências: a) reduzida implantação de empresas de demais regiões por falta de atrativo político e mercadológico; b) pequena atuação de ex-governadores em prol do Amapá pelo fato de todos serem de estados notadamente do Centro-Sul, ou seja, não se sentiam obrigados a desenvolver o território por não ter família em âmbito local; c) sem amapaenses na elite política nacional, sua força era ínfima no cenário brasileiro; d) não integração amapaense às prioridades econômicas do país.

É válido destacar esse marco porque o potencial mineral acabou virando o principal motivo para que o Amapá se tornasse Unidade da Federação. Por sua inexpressividade em outros segmentos da economia, surgiu a possibilidade, durante os debates da Constituição de 1988, de incorporá-lo novamente o território ao Pará, como ocorrido com Fernando de Noronha, anexado a Pernambuco.

A Icomi foi um elemento fundamental para a atribuição uma função econômica ao espaço amapaense. Contribuiu também para a organização espacial. Além de fornecer substância econômica e populacional ao Amapá, ela foi decisiva para a construção de uma especificidade, uma diferenciação e uma imagem de progresso. Isso é tão verdadeiro que, em determinado período, mencionar o Amapá remetia quase automaticamente à imagem associativa da Icomi e do minério de manganês. (MARQUES, 2009, p.96).

O contrato da Icomi previa a exploração das jazidas de manganês até 2007. Contudo, a empresa se retirou do Amapá em 1997 em decorrência de incapacidade financeira provocada pela queda do preço da tonelada do minério. Apesar das décadas da Icomi, ela não foi a única atividade mineral em solo amapaense. Outras iniciativas em jazidas de ouro e ferro ocorreram e ainda permanecem em Mazagão, Calçoene e Pedra Branca do Amapari. Porém, nenhuma dessas representou o que a empresa pioneira na extração de manganês significou para a história sócio-política do Amapá.

Para Maura Silva (2017), o Amapá atual tem muita influência das más administrações que passaram pelo então território federal, com governantes militares de outros lugares do país alinhados ao discurso de considerar o território amapaense como a terra do futuro da região Norte, além de terem sido nomeados sem qualquer critério técnico e sequer alguma experiência de vida ou profissional na faixa da Amazônia Setentrional.

Foram vários os “adjetivos” dados aos governadores territoriais que visavam qualificá-los: alienígenas, paraquedistas, coronéis biônicos, governadores de profetas e missionários profetas, foram alguns deles. Contudo, não vieram sós, uma vez que com eles vieram vários “burocratas” que passaram a constituir a elite local do período. (SILVA, 2017, p.256).

Outro militar que governou o Amapá durante a condição de Território Federal e de Unidade da Federação também se colocou na história pelo duplo papel controverso, semelhante ao de Janary Nunes, foi Anníbal Barcellos, ex-oficial da Marinha Brasileira, que assumiu o governo territorial entre 1979 e 1985.

A transformação histórica do então Território Federal do Amapá para a condição de Estado se deu com a Constituição federal¹⁴, elaborada e aprovada pela Assembleia Constituinte, em 1988, que extinguiu todos os então Territórios Federais. Apesar disso, o Amapá se instalou, de fato, como Estado em 1º de janeiro de 1991, com a posse dos deputados estaduais da primeira legislatura da Assembleia Legislativa e do primeiro governador eleito por voto popular, Anníbal Barcellos (então PFL, atual DEM), desde então o único chefe do executivo estadual de um partido com espectro político de direita a governar os amapaenses.

¹⁴Art. 18. Constituição Federal. Disponível em https://www.senado.gov.br/atividade/const/con1988/CON1988_05.10.1988/art_18_.asp. Acesso em 8 de ago. de 2018.

Barcellos era comandante da Marinha e o último indicado pelo governo militar para ser governador do Amapá. Como também conseguiu ser o primeiro candidato eleito por voto popular para chefiar o estado, Porto (2005) considera que a população amapaense não sentiu efeitos de uma ruptura de mudanças de condições político-administrativas de um território antes sob a égide do governo federal para um estado autônomo.

Somado ao apoio da imprensa, o ex-oficial das Forças Armadas Brasileiras conquistou o clamor popular por ter estruturado o Amapá para se tornar uma Unidade da Federação ainda quando era governador indicado, impulsionando a economia através da construção civil, com inauguração de obras, como Centro Administrativo, Assembleia Legislativa, Palácio do Setentrião e casas populares. Já como governador eleito, construiu e implantou o Tribunal de Contas do Estado, Ministério Público e Tribunal de Justiça, além de ter realizado os primeiros concursos públicos para todos os poderes. Considerado mãos de ferro no trato com os inimigos e com a imprensa, Barcellos conseguiu, através de jornais aliados, conquistar o eleitorado amapaense durante quase 20 anos, conforme veremos nos referidos períodos político-administrativos sobre a imprensa mais adiante.

4. A PRIMEIRA FASE DO JORNALISMO DO AMAPÁ: A IMPRENSA ENQUANTO TERRITÓRIO PARAENSE (1890-1943)

Como proposto anteriormente, a análise do desenvolvimento da conformação da imprensa do Amapá é dividida nesta dissertação em duas etapas delineadas pelos momentos político-administrativos vividos pelo estado até 1990. De forma didática, cada fase do jornalismo amapaense é dividida por tipo de mídia. Neste capítulo especificamente estão compreendidas as iniciativas jornalísticas datadas de 1890 a 1943. Todas são jornais impressos de acordo os registros encontrados durante a pesquisa. O intervalo é referente ao período em que as terras amapaenses estiveram administradas pelo Pará. O Amapá virou território federal em 1943, por decisão do então presidente Getúlio Vargas, como citado anteriormente. A sistematização das informações deste capítulo é fruto de duas técnicas, a pesquisa documental e bibliográfica.

4.1. JORNALISMO IMPRESSO

Até 1943, o território que compreende o Amapá teve três iniciativas jornalísticas. Todas correspondentes a jornais impressos. O marco inicial é *O Democrata*, de 1890. Depois dele, *Pinsônia*, de 1895; e *Correio de Macapá*, de 1914. Nenhum existe mais. Eles caracterizaram-se pelo caráter político que carregavam como pano de fundo de suas propostas em âmbito local e com estrutura composta por até duas pessoas, com exceção d'*O Democrata*, produzido por uma equipe de jornalistas.

Na primeira fase do jornalismo amapaense, de 1890 a 1943, é possível destacar o papel singular que cada um dos periódicos existentes neste período representou em âmbito local. Um era diferente do outro em seus propósitos. *O Democrata*, ao transbordar os limites de Belém para replicar seus ideais contra o governo provisório da República, representou o primeiro marco do jornalismo, se tornando o pioneiro na circulação no território que compreende ao Amapá.

O *Pinsônia* se dedicou mais aos ideais amapaenses, que lutavam pela emancipação das terras. O tomar para si esse papel, o seu fundador, Mendonça Júnior, conseguiu investimentos na iniciativa privada para instalar a primeira tipografia em Macapá, 1897, dois anos depois de seu lançamento. A luta defendida

no periódico alçou Mendonça Júnior ao cargo de deputado na Assembleia Legislativa do Pará. Já o *Correio de Macapá* buscou em seus exemplares aliar a relação política de seu fundador, Jovino Dinoá, com a intendência de Macapá, com os propósitos religiosos do seu redator, padre Júlio Lombaerde. Deixou sua marca ao ser o primeiro periódico do século XX do Amapá.

O Democrata nasceu no alvorecer da República. Surgiu com a proposta de se colocar contra o novo regime político adotado pelo Brasil e a favor do retorno da monarquia. Fundado em 1º de janeiro de 1890, poucos meses depois da Proclamação da República, em 1889, o jornal era produzido pelos militantes do Partido Republicano Democrático (PRD) do Pará. Apesar de soar contraditório, visto que o nome da legenda política carregava o termo “Republicano Democrático”, essa entidade era composta por monarquistas (FARIAS, 2009).

O surgimento d’*O Democrata* tem como principal influência a oposição pretendida pelo PRD ao Partido Republicano do Pará (PRP), que no mesmo ano passou a produzir o jornal *A República*, segundo a historiadora Daniella Moura (2017). Somado aos militantes monarquistas, o PRD era formado por alas conservadoras da elite política paraense do fim do século XIX. De acordo com Willian Farias (2009), a criação da legenda tinha pretensão de retomar os cargos perdidos com a formação da República. O uso de termos antagônicos ao regime monárquico seria uma estratégia para ganhar apoio popular. Essa polarização protagonizada pelos dois partidos ficou clara em artigos dos periódicos *A República* e *O Democrata*, com trocas de acusações entre ambos.

Integrantes do Partido Republicano Democrático – PRD identificavam-se como vítimas das arbitrariedades do governo. Por outro lado, os republicanos históricos agrupados no Partido Republicano do Pará, manifestavam-se em defesa do governo e acusavam os democratas (como eram denominados os integrantes do PRD), de moverem ações contra o regime republicano, comprometendo a prosperidade do estado e do país. Por isso foram classificados “monarchistas desfaçados”, termo bastante utilizado nos artigos de *A República* como forma de denúncia de vinculação dos integrantes do PRP com o regime derrubado. (FARIAS, 2009, p.16).

Daniella Moura (2017) também avalia *O Democrata* como um jornal monarquista, resultante de interesses do PRD em busca da retomada de cargos perdidos com a proclamação da República. Ela acrescenta que a preferência dos membros do PRD e do periódico em serem chamados de “democratas” mostrava a

sensação de que a República era um caminho sem volta, apesar de apoiarem a monarquia.

Como neste novo contexto político não faziam parte do grupo que estava no poder (representados pelos integrantes do PRP), passaram a fazer forte oposição ao governo, ao PRP e ao seu veículo de comunicação, o jornal *A República*. O que não implica considerar que eram monarquistas, portanto podemos ponderar que faziam um movimento no sentido de retomar o poder, a partir de marcante oposição, todavia, sob a égide republicana (MOURA, 2017, p.8).

Com um propósito delineado sob comando de monarquistas e conversadores, *O Democrata* foi às ruas somente três dias depois da posse do Governo Provisório, alvo de duras críticas do jornal. Um dos notáveis antagonistas era o jornalista Francisco Xavier da Veiga Cabral, conhecido na história como Cabralzinho (FARIAS, 2013). Antes de fazer parte do referido periódico, ele comandou o *Cosmopolita*, publicação que existiu em Belém, entre 1885 a 1889. Além dele, eram membros d'*O Democrata* o militar José Joaquim Gama e Silva e os juristas Américo Marques Santa Rosa e Vicente Chermond de Miranda.

Esse posicionamento político do periódico não era isolado no Brasil durante a transição da Monarquia para a República. Ele, aliás, fazia parte de uma rede de jornais no país que questionava o processo de independência durante 1822 a 1888 e o republicanismo a partir de 1889 (AUGUSTO; TORRES, 2017).

O escritório e tipografia d'*O Democrata* ficavam em Belém, sempre no mesmo endereço, no Largo das Mercês nº7, com caixa no Correio nº 273 e número telefônico nº 185. Frisa-se que ele é tratado como marco inicial da imprensa amapaense por motivos semelhantes aos do *Correio Braziliense* também ser apontado como parte da imprensa brasileira, mesmo sendo confeccionado em Londres, na Inglaterra, entre 1808 e 1822 (SODRÉ, 1999). Isto é, *O Democrata*, apesar de ser produzido no Pará, abrangia como foco de circulação o território do Amapá e continha notícias relacionadas a cidade de Macapá (RODRIGUES, 2009).

Segundo pesquisa de Isabel Augusto e Andreia Torres (2017), com base em 1.120 edições do jornal *O Democrata* na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional, há 344 menções à Macapá nas páginas do periódico. Ressalta-se que o referido estudo das pesquisadoras incluiu edições disponíveis no acervo digital entre 1890 e 1893. A quantidade foi confirmada em consulta no mesmo banco de arquivos em 7 de julho de 2018. Porém, nessa pesquisa foram acrescentadas as palavras “Amapá” e “Mazagão” nas ocorrências.

Tabela 4 - Ocorrências sobre o Amapá em O Democrata (1890 a 1893)

Menção	Quantidade
Amapá	427
Macapá	344
Mazagão	104
TOTAL	875

Fonte: Autor.

Esse quantitativo acima se refere a 4.333 páginas de três anos de existência. O periódico circulou por mais dois anos, até 1895 (MOURA, 2017), o que indica a possibilidade de mais notícias sobre Amapá, Macapá e Mazagão. Diante disso, é possível apontar que a população amapaense também era o foco do periódico, seja para propagar seus ideais ideológicos ou como cobertura de eventos com potenciais para virar notícia à época.

Seu posicionamento político contra o governo inflamou ações contra seu funcionamento. O *Democrata* se tornou alvo de quatro atentados na primeira metade da última década do século XIX. Em maio de 1890, o periódico tomou conhecimento do incomodo que causava. Na madrugada do dia 19 daquele mês, um incêndio destruiu sua tipografia. O episódio ocorreu em uma segunda-feira. De acordo com Farias (2009), o acidente teve tratamento de atentado contra a liberdade de imprensa pelo jornal *Diário do Gram-Pará*, de propriedade da Igreja Católica, em razão das circunstâncias em que aconteceu. O fogo teria começado depois do encerramento das atividades depois de a porta da frente do estabelecimento ser arrombada. A oposição, por outro lado, através d'A *República*, procurou promover o atentado a outros motivos, afirmando não haver nenhuma evidência de que o governo participou do ato de vandalismo.

Na noite do incêndio à tipografia do jornal O Democrata, as tropas estaduais e federais realizaram uma ação conjunta para apagar o fogo. O próprio governador esteve presente no local (A República. Belém, 20/05/1890. p.1). Estrategicamente, a tipografia de A República foi oferecida para que O Democrata fosse impresso. Em ofício datado do dia 22 de maio, o governador pedia ao chefe de polícia, o máximo rigor no inquérito (Ibid.). (FARIAS, 2009, p.308).

O segundo atentado contra O *Democrata* ocorreu em agosto do mesmo ano. Desta vez, o ato se desenvolveu nas instalações do periódico no município de

Breves, na Ilha de Marajó, no Pará. O *modus operandi* se deu da mesma forma. A porta da frente do prédio sofreu arrombamento, seguido de incêndio pelas instalações (FARIAS, 2009).

Em 15 de janeiro de 1891, por volta das 21h, o redator do jornal, Augusto Santa Rosa sofreu agressão por um militar que fazia a segurança institucional do Governo do Pará (FARIAS, 2009). No momento da agressão, o jornalista sacou um revólver para fazer o agressor recuar. Era o terceiro atentado.

O último ato contra a liberdade de imprensa d'O *Democrata* também teve o incêndio como principal ação. Foi na madrugada de terça-feira, 12 de janeiro de 1892, na tipografia do periódico em Belém. Enquanto mais uma vez os membros do jornal apontavam a culpa para o Partido Republicano do Pará, estes, por sua vez, se defendiam através d'A *República*, prometendo esclarecimentos satisfatórios sobre o ocorrido com a indicação dos verdadeiros culpados. Esse atentado em específico resultou em um inquérito aberto pelo Tribunal de Justiça do Pará. Segundo Farias (2009), apesar de ser rico em detalhes de como ocorreu o incêndio, o documento não elucidou sobre a autoria do delito. Houve uma troca de acusações entre os depoentes. De um lado, membros do PRD, de outro, os políticos do PRP, incluindo o então governador paraense Gentil Bittencourt.

O empastelamento de jornais era uma das formas de o governo brasileiro impedir ideais contrários ao regime Brasil afora. Isso ocorreu não apenas no Pará (BARBOSA, 2010), mas também em outros lugares, como no Rio de Janeiro e Pernambuco. Além disso, a disputa política nesse período era marcante. As agressões físicas constantemente transbordavam as discussões, tornando-se algo rotineiro (JANOTTI, 1986).

Algo a ser frisado d'O *Democrata* durante a pesquisa documental e bibliográfica é o vazio em torno de seu fim. Não consegui encontrar fatos relacionados sobre o motivo para que deixasse de circular em 31 de dezembro de 1895. De maneira conjectural, sabe-se que o periódico nessa data não contava mais com os auxílios de Cabralzinho, tendo em vista que ele já havia fugido para o Amapá, onde mais tarde lutara no Contestado Franco-Brasileiro. Além disso, Vicente Chermont e Américo Santa Rosa, principais jornalistas d' O *Democrata*, eram atuantes militantes políticos, tanto que na segunda metade dos anos 1890, fundaram o *Diário de Notícias* (MOURA, 2017). Mas, sem nenhuma menção ao seu

antecessor, o que não dá para afirmar ter sido uma continuação do jornal que marcou como opositor no alvorecer da República, na Amazônia.

Do ponto de vista da composição do periódico, ele se apresentava em quatro páginas, divididas em seis colunas e tamanho *standard*. A primeira página era reservada ao “Folhetim” e “Política”. A segunda e a terceira páginas eram dedicadas ao que acontecia na sociedade belenense e no mundo, especialmente, no continente europeu. Os anúncios eram todos publicados na quarta página, ocupada por inteira com propagandas diversas, indicando ser uma das fontes de sustentabilidade financeira além do patrocínio institucionalizado pelo PRD.

Para Marialva Barbosa (2010), a inserção dos folhetins e uso de imagens eram reflexos dos periódicos desse período de transição da Monarquia para a República, com base em modelos de jornais estrangeiros, sobretudo dos europeus, até então principal influência para os brasileiros. A utilização de imagens pelo *O Democrata*, aliás, é comprovada logo na primeira edição, com a foto de Vicente Chermont ocupando a primeira página inteira.

Figura 4 - Primeira edição d’O Democrata, de 1º de janeiro de 1890



Fonte: O Democrata (01/01/1890)

Sua circulação era diária em Belém. Em Macapá e no interior do Pará não foi possível identificar por meio de pesquisa documental nem bibliográfica a periodicidade nesses locais. É possível presumir, no entanto, que a regularidade não era a mesma. Edgar Rodrigues (2009) já havia afirmado que não existia uma regularidade d'O *Democrata* em Macapá. De fato, isso pode ter ocorrido por dois motivos: primeiro que o jornal não tinha escritório nem tipografia no Amapá, o que se desdobra em uma segunda questão; por não possuir representatividade física neste território ao Norte do Pará, as edições que a população amapaense acessava eram as mesmas de Belém. Isso resulta no pressuposto de que essa acessibilidade era atrasada em relação ao público paraense, tendo em vista que a distância para percorrer o caminho entre Belém e Macapá – com a tecnologia marítima disposta atualmente - é o equivalente a 24 horas de navegação. À época, a via fluvial era a única forma de ligação entre as cidades e o transporte a vapor. Mesmo com esse espaço geográfico separando ambas, levantamos o pressuposto de que Macapá também se tornou alvo de circulação porque era a mais próxima cidade em outro território nacional em comparação a São Luís, no Maranhão; e Manaus, no Amazonas, estados na divisa com Pará.

A venda d'O *Democrata* ocorria de duas formas e com valores diferentes. Por meio de planos de assinatura, o trimestral custava 5\$000 e anual 20\$000 para leitores da capital paraense. Fora da metrópole belenense, os fixados eram 6\$000 e 22\$000 para os referidos períodos de aquisição em razão da logística para levar o periódico a esses lugares. Conforme verificado na pesquisa documental na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional, para os não assinantes, cada exemplar custava 60 réis.

Mesmo com valores superiores para quem quisesse adquirir um exemplar do jornal fora de Belém demonstra o esforço de seus idealizadores em ampliar seu público para além da capital paraense e uma diversificação de leitores, com intuito de reverberar seus ideais políticos do PRD contidos no periódico. Do ponto de vista jornalístico, O *Democrata* deixa sua marca na história do jornalismo da imprensa do Amapá por ter sido o primeiro a dedicar-se em circular naquelas terras até então contestadas e direcionar parte de seus conteúdos ao público desse lugar.

A partir de O *Democrata*, a primeira fase iniciou com característica de regional (AGUIAR, 2016; PINTO, 2015) em seu aspecto de escala geográfica do alcance das publicações e abrangência da cobertura jornalística por ir além de

Belém para propagar seus ideais; além do alinhamento editorial cercado de interesses políticos.

Ao compararmos com os demais estados da região Norte, o jornalismo amapaense marca seu pioneirismo na periferia da Amazônia ao ser o primeiro a sair dos limites de Belém e Manaus, algo também impulsionado principalmente pela proximidade com a capital paraense. As distâncias entre as cidades de Boa Vista, Porto Velho e Rio Branco até capital amazonense é maior.

Mesmo os habitantes do Amapá sendo compostos em sua maioria por analfabetos, visto que a primeira escola surgiu naquele lugar em 1912 (LOBATO, 2009), *O Democrata* proporcionou o primeiro contato dessas pessoas com jornais impressos, em 1890.

Depois d'*O Democrata*, surgiu o primeiro jornal produzido no Amapá, o *Pinsônia*. O periódico tem como data de lançamento 15 de novembro de 1895, em Macapá. O seu último exemplar é datado de 1 de setembro de 1899, segundo o memorialista Edgar Rodrigues (2009).

A ideia do *Pinsônia* partiu do intelectual e poeta amapaense Joaquim Francisco de Mendonça Júnior e do comerciante e pecuarista José de Antônio Siqueira. Sua periodicidade era semanal em formato tabloide e tiragem de 500 exemplares por edição (RODRIGUES, 2009). A tipografia que produzia o jornal era alemã e se instalou primeiramente em Belém. Sua periodicidade era semanal. Somente depois de dois anos em atividade, a partir de 14 de julho de 1897, a impressão passou para Macapá. Por motivos de custos e equipe para produção das páginas, optou-se em continuar com a mesma periodicidade até o fim de sua existência, em 1898 (RODRIGUES, 2009).

O *Pinsônia* tem sua memória sob os cuidados da Biblioteca Pública Estadual Elcy Lacerda, em Macapá. Parte do maquinário usado na confecção das páginas do jornal ficou exposta em frente ao prédio. A peça era o cutelo da tipografia. Na primeira visita ao espaço em 12 de julho de 2018, já não se encontrava mais ali. Havia sido retirada para restauração.

Seus exemplares estão indisponíveis para manuseio. Armazenados na Sala de Obras Raras da biblioteca, a deterioração causada pelo tempo suspendeu a realização de pesquisas documentais. Existem quatro edições do *Pinsônia* na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Isso possibilitou analisá-lo com base nas classificações jornalísticas definidas neste estudo.

Antes da Sala de Obras Raras privar o manuseio das páginas do *Pinsônia*, as pesquisadoras Isabel Augusto e Andreia Torres (2017) conseguiram mensurar a quantidade existente ali. Elas somaram 118 edições do periódico, distribuídas da seguinte forma:

Tabela 5 - Quantidade de edições do *Pinsônia* por ano

Ano	Número de edições
1895	4
1896	28
1897	32
1898	31
1899	23

Fonte: Adaptado de: AUGUSTO, I. R.; TORRES, A. M. Anotações sobre a imprensa e modernidade nas terras do Cabo Norte. In MUNARO, L. F. (org.). **Rios de palavras: a imprensa nas periferias da Amazônia (1821-1921)**. Porto Alegre: Editora Fi, 2017.

Assim como *O Democrata*, o *Pinsônia* também atuava com assinaturas e vendas avulsas. O plano anual custava 12\$000 reis, o semestral 6\$000 reis e trimestral 3\$000 reis. Os exemplares avulsos eram fixados em de 4\$00 reis. Não havia diferenciação de valores para o público que rompesse as fronteiras de Macapá. Aliás, não existe indício de que o jornal circulasse em outra localidade além desta cidade às margens do rio Amazonas, conforme pesquisa documental.

A diagramação compunha em quatro colunas. Nas edições disponíveis na Hemeroteca Digital não é visto uso de imagens. Augusto e Torres (2017), contudo, dizem que as ilustrações começaram a partir da edição 17, datada de 30 de abril de 1896. Geralmente o jornal era composto por quatro páginas. É temerário afirmar que a quantidade apresentava uniformidade em todas as edições porque em uma das disponíveis online, a de 20 de dezembro de 1895, continha em suas duas últimas páginas, uma seção chamada “Parte Oficial”. Foram publicadas as leis dos respectivos orçamentos municipais de Macapá e Mazagão para 1896. Ela ainda se mostrou como uma seção ampliada de outras semelhantes, a “Diário Oficial” ou “Secção Oficial”, presença permanente a partir da segunda edição, com alternância entre os dois nomes, mas com o mesmo objetivo. Isso mostra que além do financiamento privado, o jornal indica que recebia recursos públicos por publicar atos oficiais das intendências de Macapá e Mazagão.

Figura 5 - Primeira edição do Pinsônia, de 15 de novembro de 1895



Fonte: Pinsônia (15/11/1895)

A presença do governo local em suas páginas através de publicações de leis e decretos evidencia alinhamento do jornal com a elite local e uma das formas de arrecadar fundos para se tornar sustentável financeiramente. Além da publicidade institucional, o *Pinsônia* ainda circulava anúncios de empresas ligadas ao seu principal financiador e sócio, José Antônio Siqueira, que dividia os cuidados das fazendas no Amapá com uma mercearia e uma farmácia. Destaca-se que diferentemente d'O *Democrata*, o periódico produzido em Macapá não destinava uma página específica às propagandas privadas. Elas ficavam entre os textos.

Coaracy Barbosa (1997) frisa que apesar de José Siqueira custear grande parte da produção, era Mendonça Júnior a principal figura do jornal. Apenas textos dele, inclusive, são encontrados assinados, tanto com o nome próprio quanto de seu pseudônimo Múcio Javrot, em escritos literários contidos sempre na última página.

Mendonça Júnior nasceu em Macapá, mas frequentou as escolas do Pará e muito cedo passou a se envolver em atividades culturais naquele estado (BARBOSA, 1997). Além de jornalista, era poeta e escritor. Usava o pseudônimo de

Múcio Javrot em seus trabalhos literários. Ele era muito amigo do coronel Coriolano Jucá, intendente de Macapá - cargo equivalente a prefeito. Também tinha proximidade com o governador do Pará, Lauro Sodré. A sua relação com a elite local devia-se à sua filiação ao Partido Republicano do Pará, que assumiu o governo do estado com a Proclamação da República. O jornal, aliás, parece ter dado projeção à figura de Mendonça Júnior. Depois de ter fundado o periódico, conseguiu vencer as eleições estaduais e assumiu o cargo de deputado na Assembleia Legislativa. Mendonça Júnior faleceu em Belém, em 1904.

A veia literária que carregava o levou a ingressar na Academia Paraense de Letras. Ele também se tornou deputado estadual na Assembleia Legislativa do Pará. Criou o Grupo de Intelectuais de Macapá, do qual faziam parte Alexandre Vaz Tavares, José Antônio Siqueira, Raimundo Álvares da Costa, Leão Zagury e Coronel Leopoldo Machado. Faleceu em Belém no dia 4 de agosto de 1904. (BARBOSA, 1997, p.172).

A criação do *Pinsônia* parecia ter um objetivo bastante claro: ser o porta-voz das questões sociais, econômicas e políticas do Amapá. O nome do jornal, aliás, faz referência ao navegador espanhol Vicente Yañez Pinzón, que percorreu as terras do Amapá antes do português Pedro Álvares Cabral chegar ao Brasil, em 1500 (SARNEY; COSTA, 2004), deixando da maneira subliminar a tentativa e pioneirismo de fixação de uma identidade amapaense própria.

De acordo com Adalberto Paz (2015), o próprio nome do jornal revelava a intenção do periódico em demonstrar apoio ao fim do Contestado Franco-Brasileiro em favor do Amapá, exaltando o fato de os amapaenses quererem fazer parte do Brasil por vontade própria. Luís Munaro (2014) considera que o *Pinsônia* se tornou pioneiro em tratar da questão de inserir a periferia da Amazônia no debate nacional através do jornalismo.

O *Pinsônia* deixava sua proposta explícita. Sua epígrafe continha a frase “Órgão dos interesses do extremo Norte do Brasil”. Paz (2015) aponta o periódico como um dos marcos do início do movimento de emancipação das terras do Cabo Norte. Em busca de seus ideais, o jornal e Mendonça Júnior buscavam dialogar com as duas instâncias político-administrativas que o Amapá estava subordinado: o Governo do Estado do Grão-Pará, em Belém; e o Governo da República, no Rio de Janeiro.

Desse modo, nos últimos anos do século XIX, o primeiro periódico das terras do Cabo Norte ambicionava ir além do que dar a conhecer os confins da nação, visando obter legitimidade e reconhecimento público aos seus discursos relacionados às distinções fronteiriças e estratégicas do seu lugar de origem. (PAZ, 2015, p.1).

Mesmo sendo de um deputado estadual filiado ao PRP, em sua primeira edição, o *Pinsônia* diz não defender nenhuma bandeira partidária. Para o jornal, seu interesse era apoiar a recém República proclamada e integralização da nação.

O nosso periódico, vindo por um lado trabalhar pela civilização, pelo progresso, e pelo futuro da República, vem especialmente colocar-se ao lado daqueles que pensam a completa integralização da nossa pátria é uma questão de honra nacional, e que o patrimônio recebido pela República deve ser conservado intacto para que com brio possamos transmitir aos nossos vindouros. Para cumprir esta missão patriótica, este periódico pensa em não colocar-se a sombra da bandeira política deste ou daquele partido. (PINSÔNIA, 15/11/1895).

Outro destaque relacionado à linha editorial do jornal era o levante de questões da produção extrativista de Macapá e Mazagão¹⁵. O *Pinsônia* se posicionava contra a disparidade das condições econômicas das referidas cidades amapaenses em comparação com Belém e Manaus que viviam o auge do Ciclo da Borracha na Amazônia. Para o periódico, Macapá e Mazagão também deveriam receber atenção da República por serem polos de produção de matéria-prima, sobretudo de arroz, para as metrópoles amazônicas (PAZ, 2015).

Desde seu primeiro número, é notório o esforço feito pelo jornal *Pinsônia* para demonstrar o quanto a situação de Macapá e sua circunvizinhança eram diferentes da riqueza ostentada por cidades como Belém (Cf. SARGES, 2000) e Manaus (Cf. DIAS, 1999), ambas com seus bulevares, palacetes e outras transformações urbanísticas financiadas pelos lucros dos seringais. (PAZ, 2015, p.3).

A partir de uma característica encontrada nas edições que Adalberto Paz (2015) teve acesso, a classe mais pobre da população amapaense era um dos públicos do *Pinsônia* - ou pelo menos o que também buscava alcançar. Na edição de 20 de setembro de 1896, o historiador aponta que o periódico se esforçou em propor mudança de hábitos à população local em relação ao nomadismo e formas

¹⁵ Á época segunda cidade mais importante do Amapá, com economia baseada na plantação de arroz. Em termos econômicos e populacionais, perdeu o posto para Santana, que depois de receber a construção de um porto em 1957, se tornou a segunda cidade com mais habitantes e forte economicamente. Mazagão faz parte da Região Metropolitana de Macapá desde 2016.

precárias de trabalho de coleta no interior da floresta para subsistência, intercalando com atividades religiosas. Para o jornal, era preciso que as pessoas se fixassem em propriedades de terras para fomentar a agricultura e criação de gado, a fim de acabar com rotineiras crises de abastecimentos de produtos essenciais. O *Pinsônia* ainda defendia que Macapá e Mazagão deveriam fomentar alternativas que transbordassem a atividade extrativista do látex, no Ciclo da Borracha, até então a principal ocupação dos povos da floresta.

Todas essas críticas convergiam para um único ponto: a extensão dos danos sociais e econômicos causados pelo boom gomífero às terras do Cabo Norte. Pois, embora o látex e outros produtos extrativistas constituíssem importante fonte de renda aos cofres públicos de Macapá e Mazagão, o jornal *Pinsonia* não hesitou em declarar que “a borracha tem sido para as populações do nosso interior, a ruína moral e material, o embrutecimento e a morte!. (...) Acossados por crises de abastecimento regularmente estabelecidas, os redatores do jornal *Pinsonia* – e certamente muitos outros afinados às suas preocupações - insistiam que deveria ser encontrada uma solução para a incômoda facilidade com que os trabalhadores se deslocavam de um canto a outro, desempenhando funções temporárias “sem contrato escrito, sem responsabilidade alguma”. (PAZ, 2015, p.7).

Apesar de neste mesmo período, em outros lugares do país, o jornalismo auxiliar no letramento das pessoas de maneira gradativa por criar o hábito de leitura (BARBOSA, 2010), principalmente nas grandes cidades, como Rio de Janeiro e São Paulo, é contestável pressupor que no Amapá o jornalismo também desempenhou esse papel, tendo em vista que o índice de analfabetismo era maior que a taxa nacional e, somado a isso, ainda não existiam escolas em Macapá. A primeira se implantou somente em 1912 (LOBATO, 2009), mais de uma década depois de o *Pinsônia* deixar de existir. Os que buscavam estudar, deveriam se deslocar para Belém, no Pará, como o próprio fundador do jornal fez.

Além do debate de viés de interesses do Amapá, o jornal era composto pelas seções “Folhetim”, destinado a literatura, com poemas de Mendonça Júnior, que assinava sob o pseudônimo de Múcio Javrot; “Noticiários”, com casos do cotidiano de Macapá e Mazagão, resumidos em até dois parágrafos; e “Pinsônia”, o editorial. É válido ressaltar que não existia a mesma ordem de distribuição das seções nas quatro edições disponíveis online na Biblioteca Nacional por meio da pesquisa documental. Ao analisar mais volumes, Augusto e Torres (2017) também fizeram a mesma constatação.

Ao longo da pesquisa, não houve qualquer indicativo histórico de que o *Pinsônia* tivesse auxílio de mais alguém além de Mendonça Júnior. O jornalista, no entanto, parecia demonstrar preocupação com a responsabilidade de preencher as quatro colunas das quatro páginas. Em sua primeira edição, o periódico convidou pessoas “sem distinção de qualquer natureza” (PINSÔNIA, 1895, p.3) para colaborar com a produção.

Operária obscura da prosperidade de sua pátria e da zona onde tem sua sede, o *Pinsônia* aceita a colaboração dos que quiserem auxiliá-lo a arrotear o vasto campo das letras das ciências, das artes, da indústria, do comércio etc., para o que oferece francamente suas colunas, sem distinção de qualquer natureza. (PINSÔNIA, 15/11/1895).

Nas edições seguintes, sempre na segunda página, o *Pinsônia* passou a conter a seção “Collaboração”, com artigos sobre vários assuntos. O primeiro, publicado com o título “Superticialidades Jurídicas”, de João Maria de Brito, saiu na edição de 25 de novembro de 1895. O texto questionava a redação do artigo 275 do Código Penal Brasileiro¹⁶ vigente à época e praticamente ocupou a página inteira, consumindo duas colunas e meia das quatro disponíveis.

16 Art. 275 do Código Penal Brasileiro de 1890: O direito de queixa privada prescreve, findos seis meses, contados do dia em que o crime for cometido. Disponível em <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-847-11-outubro-1890-503086-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em 5 de fev. 2019.

Figura 6 - Página da edição nº 2, de 25 de novembro de 1895 com seção “Colaboração”



Fonte: Pinsônia (25/11/1895)

Além de representar um marco por ser o primeiro jornal produzido inteiramente no Amapá, desde a produção das notícias até a distribuição, passando pela impressão, o *Pinsônia* possibilita, através do jornalismo, saber um pouco mais sobre as pessoas do Amapá daquela época e o modo de vida de seus habitantes, com a ressalva, é claro, de estarmos diante de um documento confeccionado sob o olhar da elite política vigente. Por não ser um dos objetivos desta dissertação, esse é papel do historiador (BARBOSA, 2013). Por outro lado, a própria característica populacional amapaense descrito pelo periódico naquele fim do século XIX demonstra que somente privilegiados dessa classe dominante teriam recursos financeiros para alcançar tal feito.

É válido tê-lo como norte para saber como o jornalismo no Amapá efetivamente iniciou. Digo de maneira “efetiva” em razão de o anterior a ele, O

Democrata, ter limitado o Amapá à distribuição. Depois do *Pinsônia*, a população ficou órfã de iniciativas jornalísticas. Isso durou quase duas décadas.

O hiato de produção de jornais no Amapá acabou em 11 de julho de 1915, com o *Correio de Macapá*. É o terceiro na linha do tempo mapeado nesta pesquisa. Durante o período em atividade, até 1918, alternou sua periodicidade entre semanal e quinzenal, segundo Edgar Rodrigues (2009). Se levar em conta o aspecto da abrangência da cobertura e circulação, assim como o *Pinsônia*, enquadra-se no aspecto de jornalismo local, segundo a definição de Aguiar (2016), por circular em apenas em Macapá.

Dos três jornais, o *Correio de Macapá* é o com menos registros de sua história, quase inexistentes. Não há exemplares na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. A Biblioteca Pública Estadual Elcy Lacerda também não dispõe de exemplares do periódico. Esses fatores dificultam uma descrição detalhada de sua atuação a partir da classificação adotada neste estudo, que se pautou pela pesquisa bibliográfica no seu mapeamento.

O fundador do *Correio de Macapá* foi o tenente-coronel do Exército Jovino Albuquerque Dinoá. De uma tradicional família de políticos do interior da Paraíba, se mudou primeiramente para o Pará em razão do deslocamento de seu pai para trabalhar no órgão que atualmente corresponde à Delegacia do Ministério da Fazenda, em Belém. No período em terras paraenses, Jovino Dinoá atuou como colaborador para o jornal *O Correio*, e entrou em 1899 para o Ministério da Fazenda, no cargo de coletor de rendas federais. Foi transferido pelo governo para trabalhar em Macapá, em 1912, onde ficou até se aposentar em 1936 (AUGUSTO; TORRES, 2017).

Como não há edições disponíveis do *Correio de Macapá*, pode-se pressupor que o formato do jornal era semelhante ao *Pinsônia*. Parte-se da informação do historiador e jornalista Edgar Rodrigues (2009). Ele revelou que a montagem da tipografia do periódico teve peças do maquinário utilizado pelo seu antecessor. Não se sabe, contudo, em que medida o *Correio de Macapá* e *Pinsônia* se aproximavam e se distanciavam em relação aos seus formatos.

Além de Jovino Dinoá, o *Correio de Macapá* teve colaboração do belga Júlio Emílio Alberto de Lombaerde, nome de batismo de padre Júlio Maria Lombaerde. Nascido em Beveren-Leie-Waregem, em 7 de janeiro de 1878, mudou para o Amapá em 1913 para tornar-se vigário de Macapá. Antes disso, havia aportado pela

primeira vez no Brasil em Recife, em 1912; e passou por missão da África entre 1895 e 1901. Ficou em terras amapaenses até 1929, quando mudou para Alecrim, no Rio Grande do Norte. Morreu em 1944, em Minas Gerais (AUGUSTO; TORRES, 2017).

Padre Júlio Lombaerde era quem de fato produzia o *Correio de Macapá*, segundo Edgar Rodrigues (2009), que classificou a linha editorial do jornal como “particular”, com “ligação com a Intendência de Macapá”. O periódico atendia a interesses dos próprios donos do jornal, sendo a política para Jovino Dinoá e religião para padre Júlio Lombaerde (RODRIGUES, 2009).

Esse fato influenciava diretamente sobre o que saía no jornal. Rodrigues (2009) narra que Lombaerde utilizou o *Correio de Macapá* para tentar impedir que os evangélicos se instalassem no Amapá. O fato ocorreu em 1916, quando o pastor colombiano Clímaco Bueno Aza, chegou a Macapá para vender bíblias e tentar fundar a Assembleia de Deus, congregação pentecostal criada em 1913, em Belém. Para o padre Lombaerde, aquilo representava uma afronta à Igreja Católica. Com uso de sua influência adquirida pelo jornal, conseguiu mobilizar a polícia para prender o colombiano e queimar as bíblias. O pastor retornou à cidade amapaense após conseguir uma decisão judicial na Comarca de Belém – com jurisdição em Macapá – ao seu favor para que pudesse criar a congregação. A fundação ocorreu em 1917.

Outro fato registrado pelo *Correio de Macapá* tratou da instalação do primeiro cinema de Macapá. Segundo Augusto Torres (2017), o jornal publicou em 1918 a inauguração do Cine Olímpia, ocorrida em 15 de fevereiro. A atração, adquirida por intermédio de padre Lombaerde, na Bélgica, exibia filmes religiosos. Quanto ao lado político de Jovino Dinoá no periódico, o intendente de Macapá, Leopoldo Machado, se tornou o principal beneficiado. Ambos eram próximos e mantinha relações de amizade. O político chefe do executivo macapaense utilizou das páginas do *Correio de Macapá* para publicar informações de sua administração e atos oficiais (RODRIGUES, 2009), indicando a captação de recursos por meio de poder público.

Destaca-se que o *Correio de Macapá* lançava às ruas 500 exemplares a cada edição, com valores não sabidos (RODRIGUES, 2009; AUGUSTO; TORRES, 2017). Esse quantitativo é considerável para a época. É maior que a tiragem de demais jornais amapaenses que existiram no restante do século XX – tratados mais adiante – mesmo com o crescimento da população a partir de 1943, data do

desmembramento do Amapá em relação ao Pará. A quantidade de exemplares do *Correio de Macapá* abrangia uma população de 8.018 habitantes (IBGE, 1950). A maior parte desse povo era analfabeta, já que a primeira escola, fundada somente para crianças, surgiu em 1912, apenas quatro anos antes de o *Correio de Macapá* circular. Outro ponto que a falta de registro deixa no ar é sobre o fim do jornal. Não se sabe até então as motivações que levaram a encerrar suas atividades. De forma conjectural, é temerário pressupor alguma razão, pois Jovino Dinoá e o padre Lombaerde mudaram de Macapá para outro lugar do país somente anos depois de 1918, quando circulou a última edição; e o intendente de Macapá desse período, Leopoldo Machado, principal interessado político da publicação saiu do cargo apenas em 1920. Os referidos elementos anotados acima acabam formando uma lacuna de informações, provocados pela própria inexistência do resgate da história da imprensa ao longo dos anos. A construção da história do jornalismo exige informações para uma triangulação e cruzamento de dados coletados a partir de técnicas de pesquisa. A falta desses registros gera incertezas.

É possível apontar, a partir das pesquisas documentais e bibliográficas, que o *Pinsônia* e o *Correio de Macapá* se enquadram como veículos de comunicação de escala local (AGUIAR, 2016) por terem focado suas notícias e circulação ao âmbito de Macapá.

Por trás dos periódicos existiam políticos ou pessoas com bom relacionamento com a elite política. Isso é uma característica dos jornais afastados dos grandes centros urbanos (PINTO, 2015; PERUZZO, 2005). Não que nas metrópoles essa influência não exista. No interior, ela aparece mais latente em seus conteúdos pelo fato de os próprios políticos serem donos dos veículos de comunicação, resultando assim em um jornalismo acrítico sobre o cotidiano desses lugares (AGUIAR, 2016) e cheio de interesses pessoais. Isso é verificado nos três jornais. Em *O Democrata* e no *Pinsônia*, a pesquisa documental revelou essa peculiaridade. Os jornais se dedicavam apenas a defender seus ideais, tornando-se propagandistas. No *Correio de Macapá*, apesar de não existir edições disponíveis, a revisão bibliográfica aponta a mesma tendência por ser alinhado aos interesses da Intendência de Macapá e do catolicismo.

Os três periódicos deixam lacunas sobre o seu fim, algo já comentado quanto ao *Correio de Macapá*. A falta de uma coleção completa de exemplares em forma física ou online d'*O Democrata* e *Pinsônia* impossibilita apontar algo que tenha

refletido em suas extinções. Isso ajudaria, inclusive, a entender a razão de terem durado tão pouco em comparação com os demais jornais de outros lugares do país, que ficaram décadas circulando (BARBOSA, 2010; SODRÉ, 1999; BAHIA, 2009).

Percebe-se ainda que os jornais estavam aquém do jornalismo praticado nos grandes centros quanto aos seus conteúdos, sobretudo Rio de Janeiro e São Paulo, no mesmo período. Apenas para citar um exemplo, Juarez Bahia (2009) mostra que já em 1895, os jornalistas das referidas cidades começaram a trabalhar com investigação em detrimento dos folhetins. No Amapá, estes últimos correspondiam a uma das principais seções dos jornais, ocupando espaços nobres, inclusive. Os conteúdos n’*O Democrata* e *Pinsônia* eram baseados em artigos de opinião, algo já em desuso nos grandes centros pela maior exigência dos leitores como consequência do aumento do letramento da população no fim do século XIX (BAHIA, 2009). Contudo, nos jornais situados além das grandes cidades, isso aparecia acentuadamente no mesmo período, sobretudo em razão de as equipes serem resumidas a uma ou duas pessoas no papel da redação (BUENO, 2013). Ressalta-se que no Amapá, esse letramento apresentava condições precárias por não ter escolas. Quem quisesse saber ler e escrever, deveria atravessar o rio Amazonas em direção a Belém, caminho seguido principalmente pela elite, composta naquela época por comerciantes e fazendeiros.

Nos três periódicos existentes no Amapá entre 1890 a 1918, com exceção d’*O Democrata*, produzido por uma equipe de jornalistas militares do PRD, os demais tinham como autores dos textos apenas uma pessoa. No *Pinsônia*, apenas Mendonça Júnior, e no *Correio de Macapá* jornalista e padre Júlio Maria Lombaerde.

Como os três jornais existiram em períodos diferentes, não concorreram entre si. A concorrência, segundo Barbosa (2014), é um dos fatores para o desenvolvimento do jornalismo. No Amapá, somado ao analfabetismo da maior parte das pessoas (LOBATO, 2009), os jornais eram deixados de ser exigidos por quem era letrado porque não existia à disposição outro parâmetro de jornalismo.

Apesar da pouca longevidade, os jornais tiveram importância singular em âmbito local, principalmente por não perpetuarem ainda mais a carência do Amapá quanto a iniciativas jornalísticas. A eventual euforia dos amapaenses com passagens efêmeras desfaleceu por um longo período. Precisamente por 27 anos. Somente em 1945 surgiu uma nova iniciativa de periódico, com o *Jornal Amapá*,

criado pelo primeiro governador do recém-criado território federal, Janary Gentil Nunes.

A emancipação do Pará proporcionou mais opções de jornalismo aos amapaenses. As novas iniciativas surgiram financiadas pelo governo territorial ou como oposição a Janary Nunes. Neste período, que durou até 1990, surgiram 15 jornais. No âmbito da radiodifusão, os governantes que comandaram o território tiveram participação decisiva no surgimento das primeiras emissoras de rádio e TV. É o que será visto no próximo capítulo.

5. A SEGUNDA FASE DO JORNALISMO DO AMAPÁ: A IMPRENSA NO TERRITÓRIO FEDERAL (1943-1990)

Depois de centenas de anos sob os domínios do Pará, finalmente o Amapá conseguiu se aproximar da tão sonhada autonomia político-administrativa a partir de 1943. Como vimos anteriormente, neste referido ano o então presidente Getúlio Vargas criou os territórios federais, áreas com potencialidade para o desenvolvimento regional, sob administração da União. Houve a formação de cinco. O Território Federal do Amapá (TFA) era um deles. De direito, eles duraram até 1988, data da última Constituição. Todavia, de fato, permaneceram sob a tutela da União até 31 de dezembro de 1990.

A transformação das terras do Amapá em território federal se tratou de um marco determinante para o jornalismo local. Neste período, as iniciativas jornalísticas renasceram. Desde 1918, com o fim do *Correio de Macapá*, nada mais surgiu como fonte de informação para esse povo. Por 27 anos, a população no extremo Norte do Brasil ficou sem qualquer tipo de iniciativa jornalística, algo reiniciado pelo capitão Janary Nunes, governador indicado pela presidência da República. Ele criou o *Jornal Amapá*, em 1945, e implantou a primeira emissora de rádio do estado, a Rádio Difusora de Macapá (RDM). Outro governador indicado, Arthur Henning, teve papel crucial para a criação da primeira emissora de televisão, a TV Amapá, em 1974, atual afiliada Rede Globo.

Se por um lado, os governadores tiveram participação decisiva para marcos do jornalismo nesse período, por outro, censuraram e perseguiram iniciativas jornalísticas e profissionais contrários aos atos do governo do TFA. O que a Ditadura Militar impôs de censura contra a imprensa Brasil afora a partir de 1964, sobretudo, após o Ato Institucional Número 5¹⁷, o jornalismo do Amapá já vivia. Os governadores ainda utilizaram a mídia local patrocinada com dinheiro público como aparelho ideológico de suas ações administrativas.

A Igreja Católica também contribuiu para o fomento do jornalismo nesse período. O que era censurado em órgãos de comunicação ligados ao governo do TFA, ganhava espaço em dois veículos sustentados pela Prelazia de Macapá (atual

¹⁷ Decreto assinado pelo presidente Artur Costa e Silva, em 13 de dezembro de 1968. O documento deu poderes ao presidente de fechar o Congresso Nacional e Assembleia Legislativa, cassar mandatos de políticos contrários ao regime militar e entre outras autorizações. No jornalismo, impôs censura prévia ao rádio, televisão e impresso.

Diocese), a Rádio Educadora São José e o jornal *A Voz Católica*. A iniciativa institucional, em especial das legendas políticas, procurava fugir da censura. O caso mais emblemático é do Partido Trabalhista Brasileiro, que criou a *Folha do Povo*. Antes de o regime militar existir, seus jornalistas já haviam sido censurados, presos e sua redação fechada a mando do governo.

Do ponto de vista tecnológico, os jornais dessa época passaram a trabalhar com imagens de maneira constante, surgindo com isso a figura do repórter fotográfico. A própria função do repórter apareceu nessa época, assim como a divisão mais delineada de cargos nas redações, características em vigor desde meados da primeira metade do século XX em outros lugares do país.

No campo da radiodifusão, a RDM viveu no tempo de TFA o seu auge. Era uma das principais rádios do país, ao ponto dar treinamento a jornalistas de outros lugares do Brasil; enquanto isso, a TV Amapá transmitia o primeiro telejornal amapaense e a primeira Copa do Mundo de Futebol.

Esses e outros fatos e veículos jornalísticos desse período serão os objetos de estudo deste capítulo, que compreenderá até 1990, ano da extinção definitiva do TFA e instalação do Estado do Amapá. Para melhor compreensão, a linha do tempo está dividida por tipo de mídia: jornais impressos, rádios e TVs. Para chegar ao estabelecimento de marcos históricos a partir do mapeamento dos veículos de comunicação, para este período político-administrativo, utilizou-se das entrevistas de história oral, pesquisa bibliográfica e documental.

5.1. JORNALISMO IMPRESSO

O recomeço do jornalismo no Amapá tem como gênese a criação do Serviço de Imprensa e Propaganda (SIP) pelo governo do TFA, em 1945. Com o desmembramento do Pará, a recém-criada administração deveria publicar seus atos em Diário Oficial. A necessidade provocou o surgimento do *Jornal Amapá*. A primeira edição, datada de 19 de março de 1945, é simbólica por ser o mesmo dia das festividades em homenagem a São José, padroeiro de Macapá. Foi às ruas no momento em que as pessoas estavam nelas durante a celebração religiosa.

Diferentemente de outras imprensas oficiais Brasil afora, o *Jornal Amapá* se tornou um periódico que rompeu as barreiras dos atos administrativos em suas páginas. Como a população não detinha de fonte de informação através do

jornalismo no TFA, o governador Janary Nunes autorizou a publicação a mesclar seu conteúdo com notícias do cotidiano local. Tudo, no entanto, passava pela autorização prévia do político militar. Souza (2016, p.110) resume o *Jornal Amapá* da seguinte forma:

Foi, durante o período de 1945-1968, a principal mídia impressa do Amapá, de ampla circulação. Apesar de ser também um informativo do Território Federal do Amapá, e que de alguma forma refletia a orientação sociopolítica do governo, o referido jornal pode ser caracterizado também como um periódico de temática livre, com assuntos diversificados, apresentando conteúdos informativos, notícias, opiniões e análises, anúncios e propagandas.

Existiram demais jornais no mesmo período de existência do *Jornal Amapá*. No entanto, como o periódico tinha o governo do TFA como seu principal financiador, conseguiu ser o mais longo dessa época. Com formato tabloide em quatro páginas, circulou semanalmente, sempre às manhãs de sábado, com tiragem inicial de 750 exemplares. A partir da edição 413, passou a duas vezes por semana, às quintas-feiras e domingos. Por ser do governo, a distribuição ocorria gratuitamente nas casas de Macapá e demais quatro municípios do TFA, segundo Wilson Pontes de Sena¹⁸ (apud SOUZA, 2016), o que o torna como um veículo de comunicação regional (AGUIAR, 2016). Havia edições especiais que iam às ruas em datas comemorativas, como a de 13 de setembro (criação do TFA) e 25 de janeiro (posse da primeira administração do governo). Elas eram compostas por mais páginas. Ao todo, foram 1.479 números entre 1945 e 1968. Sua composição detinha das seguintes editorias: atos oficiais, política, notícias locais, esportes e anúncios.

Sua primeira equipe tinha como membros Loris Euclides dos Santos, José Moacir Banhos de Araújo, Fernando de Oliveira Franco, Carlos Cordeiro Gomes, Wilson Pontes de Sena, Rubens Alencar e Alcy Araújo. A escolha dos profissionais para atuar no periódico era feita pelo diretor do Sistema de Imprensa e Propaganda, Paulo Eleutério. Em um território com o analfabetismo como principal marca da educação no início dos anos 1940, os cidadãos letrados se sobressaíam na seleção (SENA apud SOUZA, 2016).

¹⁸ Jornalista, Sena trabalhou ao longo de toda a duração do *Jornal Amapá*, passando pelos cargos de tipógrafo, redator e diretor.

Ao assumir o governo e determinar o levantamento de informações sobre as características da população, Janary Nunes constatou que mais de 50% da população era analfabeta (LOBATO, 2009). Segundo o IBGE (1960), existiam 28 mil habitantes morando em território amapaense no início dos anos 1940. Somado a isso, o governo territorial virou o principal financiador do *Jornal Amapá* pela própria característica econômica do Amapá, baseada na cultura de subsistência da pecuária e produção extrativista de mandioca e castanhas, enquanto Amazonas e Pará viviam o segundo apogeu do Ciclo da Borracha na II Guerra Mundial (IBGE, 1960).

Vale destacar que o *Jornal Amapá* implantou pela primeira vez no jornalismo amapaense a figura do repórter fotográfico. A função era exercida por José Moacir Banhos de Araújo. O respectivo periódico teve acompanhamento próximo dos governadores que passaram pelo TFA. Antes de ir para impressão, os jornalistas tinham que levar a edição para anuência do governador. Segundo Wilson Sena, como a equipe que atuava no processo de produção conhecia de maneira aprofundada a linha editorial e era composta por funcionários públicos, “difícilmente ele [governador] mexia” (SENA apud SOUZA, 2016, p.115).

Para Souza (2016), essa vigilância governamental reforça a proposta do *Jornal Amapá*. Isto é, mesmo com a mescla de atos oficiais com notícias locais, o jornal priorizava atender interesses do governo. Com frequência eram veiculadas em suas páginas exaltações da administração do governo territorial, contribuindo assim na construção positiva dos gestores frente aos cidadãos amapaenses, em especial a de Janary Nunes, governador que passou mais tempo no cargo.

Para isso, uma das estratégias do periódico era reproduzir declarações de autoridades que visitavam o Amapá. Como o território até então era considerado um espaço desconhecido dos políticos, muitos se deslocavam ao TFA a convite do próprio governo. Abaixo, Souza (2016) destaca trechos que ilustram a maneira como o *Jornal Amapá* colocava em prática sua intenção. Os relatos a seguir são respectivamente do deputado federal Vargas Neto e do jornalista Raimundo Brasil, do *Correio Paulistano*:

O que vi no Território do Amapá foi a supremacia do homem sobre a natureza agressiva, mas sobretudo, a vitória do trabalho bem dirigido, da planificação e da perseverança! Aqui, nos lindes da Pátria, se enraíza a fé e se cultiva a esperança para o futuro de uma nação. De cada um que trabalha pelo progresso do Amapá, se poderá dizer o que Rui Barbosa

desejava que lhe dissessem: “Estremeceu a Pátria, viveu no trabalho e não perdeu seu ideal”. (JORNAL AMAPÁ, DE 25 DE JANEIRO DE 1951 apud SOUZA, 2016, p.117).

Nenhum escrito, fotografias e filmes cinematográficos do Território Federal do Amapá chegaram a minha leitura e a meus olhos, que não merecessem a minha acurada atenção, examinando a progressão deste já famoso rincão. (JORNAL AMAPÁ, DE 1 DE NOVEMBRO DE 1952 apud SOUZA, 2016, p.117).

O periódico começou a perder importância para a administração do governo territorial na Ditadura Militar, com Luís Mendes da Silva – militar do Exército indicado pelo presidente Castelo Branco. Ele tomou posse em 7 de maio de 1964 e em 24 de julho do mesmo ano implementou o *Diário Oficial do Território Federal* exclusivamente para publicar os atos administrativos, que antes dividiam espaço com o *Jornal Amapá*.

As características de formato do periódico não mudaram muito em relação ao *Jornal Amapá*. Era formado por quatro páginas e como instrumento de manutenção de poder e ordem, contudo, apenas com atos administrativos.

Com mais um periódico para manter financeiramente, o governo territorial deu prioridade para o *Diário Oficial do Território Federal do Amapá*. Wilson Sena (apud Souza, 2016) tenta compreender as reais motivações para que o TFA extinguisse o *Jornal Amapá*, o que para ele, se tratou de um erro do ponto de vista político porque o governo não dispôs mais de uma mídia impressa própria.

Por mais de uma década, o *Jornal Amapá* foi a única mídia impressa da população do Amapá. Somente em 1956 surge mais um periódico, o *A Notícia*. Criado pelo servidor público da Secretaria de Administração do TFA, Danilo Du Silvan, tem sua marca na historiografia da imprensa amapaense por ser o primeiro jornal inteiramente financiado pela iniciativa privada, tornando-se o principal instrumento de divulgação da mineradora Icomi, conforme Edgar Rodrigues (2009).

Lançado em 7 de abril de 1956, *A Notícia* circulava semanalmente com média de 500 exemplares por edição. O formato era em tabloide, quatro páginas e com tipografia própria. Não existem números disponíveis em acervos públicos do Amapá, impossibilitando anotações sobre as editorias. As fontes bibliográficas e orais também não deram conta dessas informações de composição do jornal.

Do ponto de vista de sua sustentabilidade, o patrocínio da Icomi era estratégico para divulgar suas ações realizadas em duas cidades amapaenses: Serra do Navio, montada do zero aos moldes de uma civilização e arquitetura norte-

americana no meio de floresta amazônica; e Santana, com a construção do porto no rio Amazonas e Estrada de Ferro do Amapá (EFA).

A mineradora estava no Amapá desde o fim dos anos 1940, mas somente a partir de 1956 aconteceu a finalização das referidas obras. Du Silvan viu na Icomi a oportunidade de financiamento do jornal e a mineradora teve o jornal como seu porta-voz. A preferência pelo periódico do servidor público em detrimento ao *Jornal Amapá* foi uma tentativa de a empresa descolar a imagem do governo territorial. Segundo Edgar Rodrigues (2009), a proximidade entre Du Silvan e a mineradora fez *A Notícia* ser o único a publicar com detalhes o primeiro embarque de manganês extraído de Serra do Navio, em 1957, do porto de Santana para a Europa. Por outro lado, o periódico não poderia tocar em assuntos delicados para a Icomi, a exemplo das eventuais consequências sociais e ambientais provocadas pela exploração de minério. Foi na Secretaria de Administração que Du Silvan desenvolveu habilidade para o jornalismo, por ter sido diretor do Sistema de Imprensa e Propaganda pouco antes de montar o próprio jornal. Ao ser financiado pela iniciativa privada, *A Notícia* tinha liberdade para publicar qualquer assunto sobre a administração pública. Isso, inclusive, tem relação direta com o seu fim. O casamento entre o jornal e a Icomi durou pouco tempo. Em 1957, Du Silvan decidiu retornar para Manaus, no Amazonas, lugar onde nasceu. Lá, ele concluiu curso de Direito, tornou-se promotor público de Justiça e paralelamente a isso se dedicou a ufologia (MENDONÇA, 2017), sendo inclusive o primeiro a visualizar objetos voadores não identificados na Amazônia, ainda em 1957.

Diferentemente do cenário econômico enfrentado pelo *Jornal Amapá*, o periódico *A Notícia* entrou no mercado em outro contexto. O número de estabelecimentos da indústria de transformação no fim dos anos 1950 atingia a quantidade de 16 empresas, abrangendo diretamente 509 funcionários (IBGE, 1960), atrás somente do Amazonas e Pará na região Norte. Esse dado é importante para o jornalismo porque antes da Icomi, a economia era baseada na subsistência. A partir da instalação da empresa no Amapá, no fim dos anos 1940, esse quadro muda, dando poder de compra não apenas à elite, mas também às outras classes sociais. Virou uma oportunidade para o jornalismo do Amapá vender seus conteúdos.

Sobre o fim d'*A Notícia*, as respostas foram encontradas no livro "Meus Momentos Políticos", de autoria de um dos fundadores do PTB no Amapá, Amaury

Guimarães Farias (2007). Desde a criação da legenda, em 1946, até a Ditadura Militar, em 1964¹⁹, o partido protagonizou a principal oposição ao governo territorial, principalmente ao grupo político de Janary Nunes. É aí que está a motivação para *A Notícia* encerrar suas atividades.

Amaury Farias, militante do PTB, passou a escrever artigos de opinião para *A Notícia*. Os textos apresentavam tom crítico ao governo territorial, comandado naquele período por Pauxy Gentil Nunes, irmão de Janary Nunes. Sem detalhar o referido episódio – por não ser o foco do livro dele – Farias (2007) resume que o periódico passou a sofrer perseguições do grupo político da família Nunes. O fato provocou a saída de Du Silvan do Amapá para o Amazonas. “Pela afinidade de sua esposa, que era professora, com a minha mulher, ambas comungavam de ideias afins, passamos a nos relacionar melhor e logo vieram ensaios da perseguição que motivaram seu retorno a Manaus” (FARIAS, 2007, p.74).

A postura oposicionista do PTB no fim dos anos 1950 foi determinante para manter vivo um canal alternativo de jornalismo impresso diferente do *Jornal Amapá*. Os artigos publicados n’*A Notícia* viraram vitrine para as ideias do partido, chegando a ameaçar o domínio da família Nunes nas eleições para a única vaga de deputado federal destinada ao TFA, em 1958.

Apesar de derrotados nas urnas, o PTB quis permanecer aceso o debate político antagonista ao governo territorial. A referência como legenda de oposição provocou o surgimento d’*O Combatente*. Depois de ser demitido do poder executivo por se posicionar contrário a algumas medidas tomadas por Pauxy Nunes, Amaury Farias montou uma livraria na Rua São José, no Centro de Macapá. Com o tempo, o lugar virou o principal espaço de reunião do PTB. Em um desses encontros, um dos militantes, Crispo Mendes da Silva, apresentou aos companheiros de legenda o seu irmão, Luiz Mendes da Silva, conhecido como “Lula”. Jornalista, ele havia recém-chegado a Macapá depois de perseguições sofridas pelo governo territorial do Acre (FARIAS, 2007). O novo integrante do grupo político sugeriu a criação de um jornal para ser porta voz do partido. A ideia empolgou os demais membros. A euforia, no entanto, deu lugar a preocupação por encontrar recursos para financiar o empreendimento jornalístico.

¹⁹ Em 1964, o Partido Trabalhista Brasileiro teve o seu registro cassado pela Ditadura Militar (SILVA; LUNA, 2012)

A ideia de Lula era programar um jornal cujo principal escopo era de ser o nosso veículo de divulgação de nossas ações e informar os erros do governo. A ideia caiu como uma luva dos nossos pensamentos, mas esbarramos no sempre e famigerado problema: o dinheiro. Como fazer não era problema, pois apareceram vários focas para ajudar na redação. Onde fazer não seria empecilho, pois em Belém do Pará várias gráficas podiam imprimir o jornal, desde que pagássemos e esse era o nosso maior problema (FARIAS, 2007, p.71-27).

O problema financeiro foi sanado por dois militantes, o professor Mário Barata e o ex-candidato do PTB derrotado, em 1958, ao cargo de deputado federal, Dalton Lima. Eles bancaram a impressão com dinheiro do próprio bolso. A supervisão editorial e redacional ficou a cargo de “Lula”. Houve uma votação interna para escolher o nome do jornal. Além de *O Combatente*, estavam à mesa as opções *Oposição* e *Batalha*.

Segundo Farias (2007), a primeira edição foi um sucesso. Impresso em Belém em tamanho tabloide, não sobrou nenhum número dos 500 exemplares colocados à venda. Sua redação ficava na livraria de Amaury Farias e era basicamente composto por artigos de opinião escritos por integrantes partidários de forma voluntária sobre o que para eles era considerada como infração por parte do governo territorial.

O jornal saiu às ruas em 1 de março de 1959, com periodicidade semanal, apenas para Macapá. Entretanto, o sucesso durou até a quarta edição, quando “Lula”, responsável por todo o processo, publicou o artigo chamado “Boi da Cara Preta”. Houve uma enxurrada de críticas ao periódico. Em seu livro, Amaury Farias (2007) não detalha sobre quem esse artigo tratava, mas narra que o texto atacou ofensivamente a honra de uma família amapaense. O episódio fez o grupo político recuar da ideia, apesar de ser uma ferramenta bem avaliada internamente no partido.

Isso não era e nem estava em nossos planos o ataque a qualquer família. Só havia uma solução: acabar com *O Combatente*. Foi um duro golpe para nós, a revolta se espalhou tanto no nosso meio que apesar de a maioria ser operária, tinham dignidade. Quanto ao outro lado (pois o artigo feria uma das mais tradicionais famílias amapaenses), cujo passado de luto só tinha que ser enaltecido por ser um dos mais afamados pioneiros do interior do território. Nossa alegria durou um instante em que um meteorito leva para se inflamar e se apagar na imensidão do espaço. Maltratados pela desesperança, silenciados, mas no nosso íntimo combativo as tarefas de conseguir algo mais não cessaram e buscamos uma alternativa que viesse suprir a lacuna (FARIAS, 2007, p.72-73).

As historiadoras Maura Silva e Verônica Luna (2012) consideram *O Combatente* como representante de um marco por ser a gênese de uma voz contrária ao poder executivo territorial. Em outras palavras, o jornalismo de fato foi usado pela primeira vez como estratégia de oposição ao governo local porque até então os demais periódicos não tinham esse propósito. A *Notícia* se aproximou disso, porém, meio que por acaso, já que Du Silvan deixava passar as críticas de Amaury Farias mais pelos laços de amizade de ambos do que por outro motivo. *O Combatente* não. Nasceu com esse propósito.

Farias (2007), inclusive, nem considera que *O Combatente* tenha totalmente acabado, pois menos de dois meses depois de seu fim, nasce o segundo jornal editado pelo PTB, a *Folha do Povo*, lançado em 28 de maio de 1959. Foi concebido com a mesma finalidade de se posicionar contra o governo. A viabilidade do tablóide *Folha do Povo* contou com auxílio de Danilo Du Silvan, ex-proprietário do jornal *A Notícia*. O laço de amizade entre ele e Amaury Farias novamente teve papel determinante. O valor do maquinário tipográfico oferecido por Du Silvan ao partido era bem abaixo do mercado. A oferta foi levada aos demais integrantes da legenda. A decisão ocorreu na mesma reunião e em questão de dias, houve a aquisição da estrutura, montada na Avenida Presidente Vargas, no Centro de Macapá.

A compra gerou a Empresa Gráfica do Amapá (Egasa), juridicamente a dona da *Folha do Povo*. Outro militante do PTB, Alfredo Távora Gonsalves, também registrou em livro a saga do partido na tentativa de derrotar a dinastia da família Nunes, no Amapá. Em “Folhas Soltas do Meu Alfarrábio” (2010), existe um tópico dedicado ao jornal montado pela oposição no fim dos anos 1950.

Nos registros de Gonsalves (2010) é percebida a dificuldade financeira do grupo para colocar o jornal na rua. Com a falta de dinheiro e sem pessoas registradas como jornalistas na redação, as primeiras edições saíram com papel de embrulhar pão. Além disso, os profissionais ali tinham uma bicicleta e as próprias pernas como principal meio para locomoção na cidade. Era nítida a diferença de estrutura em comparação com o *Jornal Amapá*, bancado pelo governo; e d’*A Notícia*, financiado pela mineradora ICOMI.

No mesmo ano de lançamento, depois de editarem vários números, Amaury Farias, redator-chefe, e Alfredo Távora, diretor do periódico, conseguiram o registro como jornalista no Ministério do Trabalho e na Associação Brasileira de Imprensa (ABI). Farias (2007) considera que ambos foram os primeiros no Amapá a ter o

registro do exercício profissional. Ele aponta que isso possibilitou a aquisição do tão sonhado papel jornal com incentivos fiscais e a proteção profissional dada pela Lei de Imprensa, como o sigilo da fonte, algo essencial em meio a turbulenta relação com o governos intermediados pela família Nunes, pois o objetivo da *Folha do Povo* era bem claro: “acabar com a sistemática do momento, de que o Amapá era um feudo familiar, liderado pelo já coronel Janary [Nunes], dono de uma inteligência exacerbada” (FARIAS, 2007, p.75).

Mesmo diante das adversidades iniciais, a *Folha do Povo* incomodou o governo territorial pelo seu conteúdo de denunciar atos administrativos nas edições semanais de domingo, ao ponto de ter sofrido retaliações. Sem recordar o ano, Alfredo Gonsalves (2010) cita que durante do governo Pauxy Nunes (1958-1961), o jornal sofreu empastelamento.

Certo dia, quando chegamos à gráfica, havia empastelado todo o material na noite anterior. Uma vã tentativa de impedir a saída do jornal. Depois de um grande esforço, conseguimos colocar nas ruas na mesma semana. O empastelamento do jornal foi uma tentativa de calar a *Folha do Povo*. Outras se sucederam mais tarde. (GOLSALVES, 2010, p.84).

Essa não foi a única estratégia utilizada pelo governo para acabar com a *Folha do Povo*. A redação constantemente enfrentava queda de energia, geralmente nas 48 horas que antecediam o fechamento da edição. Como o maquinário também funcionava manualmente, os jornalistas tinham que rodar a impressão à luz de velas para colocá-la nas ruas (FARIAS, 2007). Em outra ocasião, três funcionários da gráfica foram chamados à sede do poder executivo a mando de funcionários próximos ao governador Terêncio Porto (1962-1964). Eles teriam recebido dinheiro para não comparecer ao jornal a fim de que a edição não fosse às ruas. Naquele fim de semana, os jornalistas se dividiram na gráfica nas funções de tipógrafos e paginadores para rodar o próximo número. “Domingo, graças a Deus, lá estava a *Folha do Povo* nas ruas, mais viva do que nunca, eivada de erros tipográficos, mas numa demonstração inequívoca de que a nossa força era maior do que as tramas contra nós” (FARIAS, 2007, p.78).

As perseguições, conforme relatos de Amaury Farias (2007) e Alfredo Gonsalves (2010) chegaram a ser mais incisivas ao ponto de atingir a integridade física dos jornalistas da *Folha do Povo*. Uma dessas vítimas foi Osmar Pelaes, colaborador do jornal na gráfica. Após mais um dia de trabalho na redação, ele

sofreu um esfaqueamento pelas costas desferido por Esdras Torres, secretário do governador Pauxy Nunes (FARIAS, 2007). O golpe não conseguiu ser fatal, mas deixou em alerta aos trabalhadores daquele semanário. Até o próprio chefe do poder executivo territorial teria praticado tentativa de atentado com as próprias mãos.

Num sábado à tarde, quando eu ia pela Avenida Jovino Dinoá, próximo ao bairro Beírol, onde eu morava, um automóvel em alta velocidade, dirigido por Pauxy Nunes, que voltava de uma de suas tradicionais farras na praia de Araxá, tirou um fino de mim, obrigando a me jogar de encontro ao muro de uma residência. As pessoas que assistiram a cena gritaram assustadas. Foi uma tentativa louca de me liquidar (GOLSALVES, 2010, p.67).

Tanto Amaury Farias (2007) quanto Alfredo Gonsalves (2010) relatam em seus respectivos livros de memórias políticas diversas ocasiões que precisaram comparecer à delegacia para prestar depoimentos em decorrência de denúncias publicadas no jornal. Para surpresa dos jornalistas e do governo, as retaliações impulsionaram financeiramente a *Folha do Povo*. De acordo com Alfredo Gonsalves (2010), a população amapaense se sensibilizou com as perseguições sofridas pelo periódico e passou a auxiliar com recursos a produção. Isso provocou a transformação jurídica da Empresa Gráfica Amapaense – dona do jornal – para uma sociedade anônima e cerca de 300 pessoas tornaram-se acionistas da *Folha do Povo*, com poder de decisão dos conteúdos, equipe editorial e administrativa. A contribuição da população bancou desde a impressão até o pagamento de funcionários que se dedicavam exclusivamente ao jornal. Com isso, também foram adquiridas novas fontes tipográficas.

Para ganhar ainda mais notoriedade na sociedade da época, a *Folha do Povo* passou a oferecer em suas dependências serviços odontológicos de graça. Os atendimentos eram ofertados por Félix Ramalho, funcionário demitido do governo territorial por votar no candidato do PTB para deputado federal no pleito de 1958. (FARIAS, 2007). Na visão dos jornalistas, o periódico deveria fazer jus ao nome para além do jornalismo.

O sucesso da *Folha do Povo* fez com que a população o procurasse para ajudar, mesmo que de graça. Isso refletiu num marco para o jornalismo local porque pela primeira vez durante a pesquisa da história do jornalismo amapaense, a figura do repórter é citada nos registros analisados como uma função específica dentro de uma redação em Macapá. Em todos os periódicos então tratados aqui nesta

pesquisa, não houve nenhuma menção desse cargo em suas composições. Frisa-se também que a *Folha do Povo* era produzida por uma equipe redacional, diferentemente dos seus antecessores, caracterizados por uma ou duas pessoas como autores dos textos publicados. O restante era todo empregado nas gráficas tipográficas, como ocorria com o *Jornal Amapá* e *A Notícia*.

Além de ser o primeiro jornal a ter uma equipe redacional, a *Folha do Povo* especificou o repórter. O pioneiro a exercer essa função, José Aragarino Mont'Alverne, era um ex-agente de segurança pública do governo territorial e passou a escrever notícias policiais. Sua antiga função como funcionário público também fez receber relatórios vazados de medidas autoritárias do governo com uso de força policial. Tudo era publicado na *Folha do Povo* (FARIAS, 2007; GONSALVES, 2010). Nenhum dos dois livros de memórias dos jornalistas militantes do PTB data o ano da aquisição do repórter, porém, é possível presumir que isso ocorreu entre 1962 e 1964, por ter sido o período do governo Terêncio Porto, alvo de uma das reportagens de José Aragarino.

Na notícia, o repórter policial narrou a saga de um preso com o mesmo nome do governador amapaense que fugiu de uma cadeia de Macapá e havia sido recapturado na Ilha de Camaleões, no Pará. Segundo Farias (2007) e Gonsalves (2010), do ponto de vista jornalístico, um preso com nome qualquer não ganharia destaque. Porém, por ser homônimo do governador, o fato estampou a manchete da capa da *Folha do Povo*, com o título "Preso Terêncio na Ilha dos Camaleões". A equipe sabia que tinha tudo para gerar repercussão. Estrategicamente, a quantidade de exemplares triplicou nesta edição, saltando de 1 mil para 3 mil, que se "esgotaram rapidamente" (FARIAS, 2007, p.81). Outro repórter citado nos livros de memórias dos jornalistas militantes do PTB é o de Wilson Sena – mesmo do *Jornal do Amapá*. Ele, no entanto, iniciou depois de José Aragarino e por sua ligação com o governo territorial, dedicava-se às crônicas esportivas de partidas de futebol local.

O mais duro golpe sofrido pela *Folha do Povo* ocorreu com a Ditadura Militar, desencadeada em 1964. Na primeira segunda-feira após a instalação do regime, o governador da ocasião, Terêncio Porto, aproveitou a oportunidade e mandou a polícia fechar o jornal sob o pretexto de que era feito por comunistas. Ao chegarem à redação do jornal, o primeiro delegado de polícia de Macapá, José Alves, informou à equipe que estava lá para intervir no periódico a mando da "revolução de 31 de

março” (FARIAS, 2007, p.86). A intervenção gerou a prisão de redator chefe Amaury Farias e do repórter José Aragarino, em Macapá; e do diretor Elfredo Gonsalves, que se encontrava em Brasília naquele dia. Todos foram soltos dias depois, mas o periódico manteve-se sob intervenção por parte do governo territorial.

A censura acabou somente quando o presidente Castelo Branco mudou o comando do Território Federal do Amapá. Saiu o general Terêncio Porto, intermediado por Janary Nunes; e entrou o também general Luiz Mendes da Silva. A passagem de governo ocorreu em 7 de maio de 1964. Não se tratou de uma mudança qualquer. Desde 1944, pela primeira vez um governador indicado pela presidência da República não tinha intermediação da família Nunes, acabando assim com uma dinastia que durou por duas décadas.

Com a posse de Luiz Mendes da Silva, um inquérito foi aberto para apurar se as acusações de Terêncio Porto tinham fundamento. Depois de concluída a investigação, os militares não encontraram nenhuma relação dos jornalistas com movimentos considerados comunistas para o regime. A intervenção caiu. A *Folha do Povo*, no entanto, não se reergueu. Ela havia perdido o seu propósito: derrubar a família Nunes. O periódico deixou de circular em dezembro de 1964 (FARIAS, 2007; GOLSALVES, 2010).

A Folha do Povo foi, sem dúvida alguma, importante formadora de opinião pública, na medida em que em determinada época da história do Amapá, conseguiu sensibilizar e conscientizar uma parcela da população amapaense, aglutinando-a em torno da defesa da liberdade de expressão e do respeito aos direitos humanos. (...) *A Folha do Povo* teve outra vantagem importante na vida do território: acabou com o medo. O povo não temia mais perder emprego ou sofrer quaisquer tipos de represálias. O governo passou a respeitar o povo. Até a ICOMI moderou o seu remanejamento de pessoal, pois a *Folha do Povo* estava lá para escutar e protestar (GOLSALVES, 2010, p.88-89).

A primeira metade dos anos 1960, aliás, a população amapaense teve quatro jornais a sua disposição. Era uma quantidade significativa em comparação aos hiatos de vazios de informações que atingiram aquele povo. Em 1962, os quatro periódicos circulavam. Além do *Jornal Amapá* e *Folha do Povo*, ainda rodavam o *Jornal de Opinião* e *A Voz Católica*.

O *Jornal de Opinião* nasceu com a intenção de se opor à *Folha do Povo*. Criado pelo ex-governador Pauxy Nunes, durou apenas o ano 1962. De tamanho tabloide e semanal, contou com uma equipe formada por sete pessoas: Alcy Araújo,

Agostinho Santos, Antonio Munhoz Lopes, Coaracy Barbosa, Ezequias Assis, Fernando Laércio dos Santos e Juarez Maués (RODRIGUES, 2009).

A tiragem alcançava 500 números por edição, sendo impresso no Departamento de Imprensa do TFA. Era financiado pelo governo territorial, que buscava uma alternativa à *Folha do Povo* que não fosse o *Jornal Amapá*, sabidamente controlado pelo poder executivo. Não foi possível encontrar exemplares do jornal em nenhum tipo de acervo e apenas o historiador Edgar Rodrigues (2009) o registrou como parte da linha dos periódicos que já existiram no Amapá. Segundo ele, circulou e noticiou apenas sobre Macapá, sendo de escala local.

Antes da repentina existência do *Jornal Opinião*, surgiu *A Voz Católica*, em 1 de novembro de 1959. Criada pela Prelazia de Macapá, atual Diocese, o periódico tinha formato tabloide, circulava semanalmente e tiragem de 500 exemplares por edição. Impresso com tipografia própria, inicialmente continha apenas duas páginas ao valor de Cr\$ 20. Depois de cinco anos, passou a quatro páginas, com o preço mais que dobrado para Cr\$ 50. O plano de assinatura anual era tabelado em Cr\$ 2.500. As vendas ocorriam durante as missas nas igrejas.

A Cúria Diocesana de Macapá tem disponível para consulta de pesquisa documental as edições de número de 12, de 17 de janeiro de 1960, até a de 659, de 17 de novembro de 1974. Sua principal fonte de renda era oriunda de anúncios e as vendas. Em texto publicado em 4 de outubro de 1964, o jornal justifica o aumento de Cr\$ 20 para Cr\$ 50 o valor da aquisição avulsa em decorrência da elevação dos preços do papel. No mesmo comunicado, como argumento para convencer seus leitores dos motivos para majoração do exemplar, *A Voz Católica* informa que o dinheiro seria todo revertido para o custeio com a impressão, pois os colaboradores escreviam gratuitamente.

Nos anos 1960, a *Folha do Povo* e *A Voz Católica* se aproveitaram do crescimento populacional do Amapá. De 28 mil em 1945, o quantidade saltou para 68.889 em 1960, sendo a terceira maior densidade demográfica da região Norte neste ano (IBGE, 1960). O território amapaense também configurava em 1960 com 847 estabelecimentos de ensino. Na economia, de 16 estabelecimentos de indústria de transformação no fim dos anos 1950, dez anos depois a quantidade alcançou 67 empresas, ocupando 2.887 pessoas ante os pouco mais de 500 empregados recenseados anteriormente, conforme dados do IBGE (1975). Além do mais, pela

primeira vez, a maioria da população habitava em área urbana, chegando a 51% (IBGE, 1995).

No início, *A Voz Católica* não era composta por editorias definidas. Os assuntos se misturavam, tendo como divisão apenas a origem da paróquia. Ressalta-se, aliás, que o jornal também começou apenas com informações de cunho religioso, de caráter interno da igreja. Isso mudou a partir de 1962, quando fiéis jornalistas começaram a participar da produção. O primeiro a ter coluna, Juarez Maués, noticiava o que acontecia em relação às atividades esportivas da época, sobretudo, o futebol. Nesse momento, *A Voz Católica* passou a contar com as seções fixas “Crônicas de Macapá”, “A Voz... De vocês”, “Pingo no I” e “Micro Reportagem” e “Corpo 8”.

A edição de 11 de outubro de 1964 é marcante do ponto de vista jornalístico para *A Voz Católica*. Nela, é introduzida a coluna “Notícias da Fronteira”. A ideia surgiu por intermédio do pároco de Oiapoque, na divisa do Amapá com a Guiana Francesa. Ele era identificado no jornal como “Padre Tomaz”, e ficou como correspondente no município para o envio de notícias para a redação de Macapá e responsável pela distribuição. Esses fatores tornam *A Voz Católica* como o primeiro periódico amapaense a adotar essa figura jornalística em seu corpo redacional, conforme constatado na pesquisa documental.

A partir de 1968, *A Voz Católica* passa ter colaboração dos jornalistas da Rádio Educadora São José. Ao longo desse período, a chefia de redação era ocupada pelo padre Jorge Basile, italiano de nascimento. Na direção, o cônego Ápio Campos respondia administrativamente.

Seu fim ocorreu por dois motivos. O primeiro tem relação com os altos custos para a igreja. Somado a isso, o periódico sofria constantes perseguições políticas por noticiar informações que desagradavam o governo territorial, avalizado pela censura imposta no período de Ditadura Militar. Anos mais tarde, em 1978, as mesmas motivações geraram a extinção da Rádio Educadora São José, mantida pela mesma instituição.

O controle da imprensa no último período ditatorial brasileiro ocorreu enquanto a *Voz Católica* circulava. Primeiramente em 1967, com a Lei nº 5.250, de 9 de fevereiro, que restringia a liberdade de expressão. A questão ficou mais crítica com a edição do AI-5, e com a promulgação do Decreto-Lei nº 898, denominado Lei de Segurança Nacional (LSN), de 29 de setembro de 1969.

A censura imposta n'A *Voz Católica* chegou a ser citada pelo relatório final da Comissão Estadual da Verdade (CEV) do Amapá, que investigou os crimes cometidos pela Ditadura Militar no estado entre 1964 e 1988. O documento aponta a designação de um censor exclusivo para o jornal, papel desempenhado por Antônio Munhoz Lopes, ex-delegado de polícia. Ele, segundo o relatório, fazia vistas grossas em algumas edições, deixando passar um protesto subliminar representado por uma tarja preta nas edições censuradas.

Para a *Voz Católica* foi designado um censor, o professor Antônio Munhoz Lopes, que, numa inexplicável falta de atenção, concordava que o jornal circulasse com uma tarja preta ao lado do título, onde se lia "Edição Censurada". Disse inexplicável, mas, hoje, compreende-se melhor a complacência de Munhoz. Sua sensibilidade e o seu espírito liberal absolutamente não combinavam com tarefas dessa natureza (CEV-RELATÓRIO FINAL, 2017, p.27).

Contudo, a censura chegou n'A *Voz Católica*, antes de a Ditadura Militar controlar a imprensa no país. Assim como ocorreu com a *Folha do Povo*, o periódico da Igreja Católica chamava atenção dos governadores. Um dos principais combativos do jornal religioso era o general Terêncio Porto, último indicado pela família Nunes. Em editorial comemorativo de cinco anos do jornal, *A Voz Católica* abordou de maneira sutil o seu caráter denunciador sobre os problemas do Amapá, independentemente, do assunto ou pessoa atingida.

A criança cresceu, a olhos vistos. De duas páginas passou, em curto espaço de tempo, para quatro páginas. Do tamanho pequeno, passou para o tamanho atual. Ficou importante o rapazinho, teve opinião própria, pensou com sua cabeça, informou, discutiu problemas, alertou grandes e pequenos, formou, teve muitos amigos, muitos começaram a temê-lo.

Dando um olhar ao quinquênio que se escoou, parece-nos ter a consciência do dever cumprido. Devíamos informar, formar, devíamos dizer a verdade na caridade. Assim fizemos. Se fomos, sobejas vezes, incompreendidos, a culpa ou menor a sina é da imprensa, que não pode agradar a todos – como a verdade que nem sempre pode agradar a todos.

Se ofendemos alguém, foi além das nossas intenções. Só queríamos ser independentes e justos. Nobre este nosso afã, não resta dúvida, embora tenha nos procurado inimigo de graça.

Também se erramos – errar é humano – não foi por baixeza de caráter ou por maldade. Sempre fomos norteados pelos supremos interesses da Igreja e do Amapá. Pois, não servimos a homens, mas a ideias. (A VOZ CATÓLICA, 1/15/1964).

A posição classificada como independente pelo jornal da Prelazia de Macapá quase gerou a prisão do padre Jorge Basile e do bispo Dom Aristide Piróvano. A detenção, expedida em 12 de maio de 1964, a mando do governador Terêncio Porto, deixou de ser cumprida pelo tenente Uadih Charrone, então diretor da Divisão

de Segurança e comandante da Guarda Territorial. O descumprimento da ordem causou uma crise institucional interna no palácio do poder executivo.

Assim que se apresentou, Charrone recebeu uma ordem que jamais esperava lhe fosse passada com tanto ímpeto e rancor: -“tenente Charone, prenda o Padre Jorge Basile e o próprio Bispo Aristides Piróvano se necessário”. Sem vacilar, o militar foi categórico em dizer que não a cumpriria. Foi imediatamente exonerado do cargo que ocupava e mandado que se recolhesse a Fortaleza São José. Esta determinação o tenente cumpriu imediatamente. Em pouco tempo os delegados de polícia, sargentos, cabos e soldados da Guarda Territorial também se recolheram à velha fortificação, deixando o Território do Amapá acéfalo quanto à segurança pública. Na época, ainda não havia corpo de tropa do Exército em Macapá. (MONTORIL, 2012, s/p).

O governador Terêncio Porto teve que chamar tropas federais para fazer a segurança pública de Macapá. Os militares chegaram por volta de 18h, durante um protesto a favor da liberdade do tenente que se recusou a prender o redator d’*A Voz Católica*. Os ânimos acalmaram somente por volta de 21h (MONTORIL, 2012). Três dias depois do ocorrido, o oficial conseguiu sair da prisão. Esse fato demonstra o poder de mobilização que o periódico produzido pela Prelazia possuía naquela época, em especial, por se colocar como alternativa de fonte de informação ao *Jornal Amapá* e Rádio Difusora de Macapá.

Nesse aspecto de linha editorial independente das relações de governo, o diferencial de *A Voz Católica* em relação à *Folha do Povo* – que também desempenhou tal papel – é a sua continuidade. Enquanto o periódico formado pelo PTB desfaleceu depois da saída de Terêncio Porto, o jornal da Prelazia continuou a saga como alternativa aos órgãos de comunicação oficiais por pelo menos mais dez anos em atividade, finalizando suas atividades em 1974.

Foi somente na referida década que surgiram outros empreendimentos jornalísticos impressos. O *Jornal do Povo*, fundado em 1973, pelo jornalista Haroldo Franco. Inicialmente ao valor de Cr\$ 10, o periódico deixou a sua marca no jornalismo amapaense por ser o pioneiro na adoção da circulação diária. Até então, todos os impressos locais eram semanários.

Isso se tornou viável tecnologicamente em razão da adoção da impressão de máquinas linotipo, a primeira do Amapá. Segundo Dunya Azevedo (2009), a tipografia mecânica em linotipo agilizou consideravelmente o processo de produção dos jornais ao possibilitar a composição de 6 a 9 mil caracteres por hora. Antes desse tipo de impressão, a tipografia era manual e fazia apenas 1,2 mil a 1,5 mil

composições de caracteres no mesmo intervalo de tempo. O pioneirismo para o jornalismo amapaense contrastou com o avanço que se encontrava as redações das grandes metrópoles, pois a linotipo era adotada nesses outros lugares desde o fim do século XIX e a partir de 1967, a impressão já era em máquinas rotativas.

Seu lançamento ocorreu em 29 de agosto de 1973. O alto custo com a impressão forçou o diretor-geral e fundador Haroldo Franco suspender a rodagem diária para semanal em 1978. O início surpreendente teve desembolso financeiro do próprio jornalista, que tinha como profissão paralela a de professor universitário na Universidade Federal do Pará (UFPA). Foi em Belém, inclusive, que conseguiu viabilizar a compra de um maquinário de gráfica para rodar o seu próprio jornal. Era um sonho que se realizava depois de passar pelas redações do *Diário do Pará* e *Folha do Norte*.

Segundo a jornalista Alcinea Cavalcante (2018)²⁰, a pretensão de Haroldo era fazer o Amapá ter “um jornal de verdade e sério”. Ela lembra que o emprego paralelo do jornalista na UFPA o impossibilitou de ficar direto em Macapá. No período que montou o *Jornal do Povo*, ele encontrava-se de licença remunerada de seis meses da instituição de ensino.

Figura 7 – Edição de 13 de abril de 1980 do Jornal do Povo



Fonte: Jornal do Povo (13/04/1980)

²⁰ Entrevista concedida ao autor, no dia 10 de julho de 2018, em Macapá, no Amapá.

De formato *standard*, o *Jornal do Povo* contava de oito a 12 páginas, o pioneiro a ter a referida quantidade em sua composição no Amapá. De acordo com Alcinea Cavalcante (2018), existiam páginas fixas para assuntos de esporte, polícia, cidades e política. No início, segundo ela, a maior parte das notícias era da área esportiva, por ser uma das editorias que mais chamava atenção dos leitores. Nas demais editorias, a Câmara Municipal de Macapá virou uma das principais fontes de informação para os jornalistas. A Assembleia Legislativa do Amapá existe somente dois anos depois da constituição do então território em Unidade da Federação.

Quando assistíamos a uma sessão na Câmara, uma indicação de um vereador pedindo a instalação de uma torneira pública em tal bairro, por exemplo, já sugeria que naquele lugar os moradores não tinham acesso ao serviço de água. Isso virava matéria. Funcionava muito nesse sentido. Também o governo era nossa fonte. (CAVALCANTE, 2018).

Em seu aspecto editorial, a linha editorial do *Jornal do Povo* iniciou de forma independente, de acordo com Alcinea Cavalcante (2018). Depois de ter virado semanal, o periódico passou a atender interesses do governo do Território Federal do Amapá. Essa mudança na conduta jornalística tem relação direta com a sua sustentação financeira. Apesar de pagar salário somente para os seus dois editores-chefes, Elson Martins e Valmir Botelho, os custos com a impressão fez aceitar financiamento do governo através de anúncios pagos.

A relação com o poder executivo do TFA chegou até a almejar o retorno da periodicidade para circulação diária, o que estava previsto para 1 de maio de 1980. Na chamada de capa “A circulação diária do jornal”, da edição de 13 de abril de 1980, o *Jornal do Povo* anuncia o retorno da impressão diária. Na informação publicada, o periódico estampa uma foto do engenheiro Antonio Fascio Filho, responsável pelo projeto de adaptação física do prédio da redação para a concretização da mudança. Ele, que aparece ao lado do governador da ocasião, Anníbal Barcellos, e era dono da empreiteira contratada pelo poder executivo para tocar obras públicas sob responsabilidade do Território Federal do Amapá. A retomada da circulação diária deixou de acontecer por motivos que esta pesquisa não conseguiu desvendar.

O engenheiro Antonio Armando Barrau Fascio Filho – na foto com o governador Anníbal Barcellos – tem emprestado excepcional apoio à implantação definitiva do *Jornal do Povo*, com frequência diária, em

Macapá, e em todo o território. A experiência de Antonio Fascio na administração de empresas levou o jornalista Haroldo Franco, nosso diretor-geral, a solicitar tão valioso *knowhow*, que a partir do dia 1 de maio será decisivo para o funcionamento não apenas da oficina do jornal, como também de uma tipografia capaz de executar serviços gráficos em até 24 horas após a encomenda. Enquanto isso, o dr. Antonio Fascio, que lidera no Amapá, o Grupo Sanecir, faz adaptações necessárias no prédio do Jornal do Povo, a fim de que ainda na próxima semana, a redação, a clichéria e o laboratório fotográfico e os sistemas de telex e telefoto deste matutino sejam montados (JORNAL DO POVO, 13/05/1980).

Parte das edições do periódico está arquivada com o ex-fotógrafo do *Jornal do Povo*, José Júlio Nunes²¹. Ele ainda mantém acervo com edições d'O Estado do Amapá, Marco Zero do Equador e Jornal do Amapá. A afirmação de que o *Jornal do Povo* não conseguiu voltar com a impressão diária ocorreu com base na consulta nas demais edições a partir da data prometida para a periodicidade anunciada. Em entrevista, Alcinéa Cavalcante (2018) também confirmou que o jornal não retomou com a referida circulação.

Somado aos recursos financeiros oriundos da iniciativa pública depois de ter virado semanal, o *Jornal do Povo* também passou a receber de empresários. Uma das estratégias de Haroldo Franco para captar dinheiro alternativo ao do governo tratou da abertura do capital da empresa. Empresários começaram a ser chamados para participar da sociedade. O primeiro foi Marlúcio Serrano, proprietário de uma rede de farmácias. Além dele, José Matos da Costa, conhecido localmente como “Zelito”; Nilde Santiago; Henrique Duarte; e Nilza Duarte. Ser diretor de jornal dava certo *status* social na época.

O Haroldo de vez em quando convidava um empresário para ser sócio. O Marlúcio Serrano, por exemplo, foi um deles. Ou às vezes, o Haroldo os colocava como diretores. Como os empresários tinham dinheiro, investiam no jornal. Era apenas para colocar nome de diretor lá e as coisinhas dele na coluna social. Além do Marlúcio, lembro que também teve o Nilde Santiago ex-prefeito de Itaubal e deputado, Henrique Duarte, engenheiro dono de construtora. Acredito que quando esses empresários se tocavam que estava gastando muito, ele saía e o Haroldo pegava outro (CAVALCANTE, 2018).

21 Por conta de desencontro na agenda causado pela saúde do fotojornalista, a entrevista de história oral ficou impossibilitada durante a pesquisa de campo do autor entre julho e agosto de 2018, no Amapá. Entretanto, houve total disponibilidade de consulta e reprodução dos arquivos, o que se mostrou de grande contribuição para o desempenho da pesquisa sobre as referidas mídias impressas.

Por ser um jornal de circulação inicialmente diária, o *Jornal do Povo* virou novidade e mudou a forma como as autoridades passaram a tratar a imprensa. Os secretários do TFA, vereadores e demais pessoas ligadas ao poder tornaram-se os principais compradores do periódico. Em média, cerca de 500 exemplares eram colocados à venda.

Como não estavam acostumados com isso, eles tratavam bem e davam a informação que o jornalista queria. Ninguém pegava chá de banco. Então quando o secretário dava uma entrevista, no outro dia, ele mesmo comprava uns 50 exemplares para guardar, dar para os amigos, mandar para os familiares de fora. Imagine na coluna social, então. Se hoje ainda tem uma briga, imagine naqueles anos. Quando alguém saía na coluna social, a pessoa comprava então 100 exemplares. (CAVALCANTE, 2018).

Outra marca deixada pelo *Jornal do Povo* é a inserção da mulher no jornalismo amapaense. Alcinéa Cavalcante foi a primeira, contratada logo no início do periódico, em 1973. Isto é, por 83 anos, as redações impressas amapaenses viram apenas homens trabalhando com as informações lançadas ao público.

O *Jornal do Povo* ainda se destaca por outros dois marcos. O primeiro é a contratação de profissionais de outros lugares do país para trabalhar especificamente no jornalismo amapaense. Valmir Botelho e Elson Martins deixaram suas atividades no Pará e no Acre, respectivamente, para atuarem no Território Federal do Amapá. Como vimos anteriormente, outros jornais também tiveram como editores nascidos fora das terras amapaenses. Contudo, nos demais casos, os profissionais chegaram ao Amapá por outros motivos. No *Jornal do Povo*, não. Botelho e Martins passaram a morar em Macapá em razão da oferta de atuar no jornalismo desse lugar.

Destaca-se que em 1973, o Amapá ainda não possuía nenhum curso superior. Isso ocorreu somente décadas depois, com a criação de um campus da UFPA, em Macapá, em 1991, que no mesmo ano virou a Universidade Federal do Amapá (UNIFAP). Em jornalismo, a demora se alongou ainda mais. Apenas em 2001, o curso passou a ser ofertado, primeiramente em instituição particular, na Faculdade Seama (atual Estácio); e depois na UNIFAP, em 2011.

Em relação a isso, como Haroldo Franco era professor, a qualidade dos textos recebia atenção especial. Ele viabilizou cursos de capacitação aos seus funcionários sobre orientações jornalísticas. Em edição de 16 a 19 de abril de 1983, do jornal *O Estado do Amapá*, também de propriedade de Haroldo Franco, é

publicado o texto “Jornal do Povo e agência publicitária preparam repórteres”. A empresa contratada para a capacitação, Graffith Publicidade e Propaganda, definiu o curso com os temas “A noticiabilidade do jornalismo regional”, com Haroldo Franco; “Radiojornalismo”, “Ética, censura e Lei de Imprensa”, com Guilherme Jarbas; “Produção de notícias e técnicas de entrevistas”, com Paulo Oliveira; e “Fotojornalismo”, com Alberto Uchôa. Em um trecho da matéria, a socialização de conhecimentos jornalísticos é um dos motivos elencados o *Jornal do Povo* e a agência ofertarem o curso.

A Graffith inicia assim sua trajetória promovendo o Curso de Orientações Jornalísticas com o fim de preparar pessoal para ingressar no campo da informação, observada, no entanto, a realidade do restrito mercado de trabalho e a falta de oportunidade. Assim como o rádio, o jornalismo impresso amapaense muito carece ser parcialmente renovado, já que essa atividade está restrita a um pequeno grupo de pioneiros, originários de antigos e extintos meios de comunicação de massa como a “A Voz Católica”, Rádio Educadora São José, Rádio Difusora, etc. São profissionais de larga experiência que deram tudo de si, para o surgimento de uma imprensa legitimamente nossa. São profissionais que individualmente são capazes de redigir, diagramar, paginar, compor e imprimir um jornal. Capazes de fazer locução, discotecar, produzir programas, operar áudios e transmissores. Entendem de tudo. Mas, torna-se necessário também que de se dê oportunidade para que outras pessoas também se projetem no jornalismo local. (O ESTADO DO AMAPÁ, 13-19/04/1983).

A história do *Jornal do Povo* tem um lapso temporal em inatividade. Ocorreu a partir de 13 de janeiro de 1984. Neste dia, o fundador, Haroldo Franco, morreu de infarto ao chegar à redação para uma festa surpresa preparada pelos funcionários da redação. O caso deixou todos em choque e o jornal retornou em 24 de maio de 1985. No seu retorno, inovou com uso da cor azul no nome, o primeiro a utilizar tal artifício no Amapá. Em uma das chamadas de capa, o periódico destaca a sua volta, com o texto “Nós, aqui de novo”. Abaixo a reprodução:

Fora de circulação há algum tempo, conseqüência de circunstâncias alheias à nossa vontade, está de volta o Jornal do Povo – e o que é mais importante: nas mãos de seus leitores. Nesses tempos em que tivemos ausentes, algumas coisas mudaram. Isso é natural. Por exemplo, o dr. Nova da Costa foi efetivado no cargo de governador do Amapá. Mudou também o timoneiro da CEA. Nosso dileto amigo Alberto Lima, chamado por Deus, hoje mora no céu. Mudaram os dirigentes dos partidos constituintes da Aliança Democrática como imperativo das convenções realizadas. Mudaram posições de natureza política, caso em que se acha nosso companheiro, confrade e vereador Odir Macedo, desencantado com certas atividades de dirigentes de seu partido, o PFL. Na Sead, houve troca de comando. Mudou o secretário. Saiu Edson Corrêa. Entrou Domício Magalhães.

Nós também estamos mudando. Um pouquinho só, mas mudando. Vamos mudar ainda mais pelo menos esse é o nosso desejo. Quando leito se der conta, vai acabar constatando que o Jornal do Povo mudou de feição. No mínimo em algum aspecto. É um propósito ainda voltar nossa atenção para o conteúdo do jornal de modo a torná-lo mais agradável. Mudar é preciso. Só não mudaremos e isso sob nenhum pretexto, nossa linha de conduta jornalística. Ela continuará sempre a mesma. Prometemos a nós mesmo e de público, seguir respeitando o leitor que é o nosso principal objetivo. A meta maior que temos em vista.

Não está nos planos deste jornal, como nunca esteve, caluniar e malhar quem quer que seja. Mesmo alguém que porventura se declare nosso inimigo ou do Jornal do Povo (JORNAL DO POVO, 24/05/1985)

O *Jornal do Povo* continuou com a mesma linha jornalística alinhada ao governo do TFA. Na composição da capa, a saída de Anníbal Barcellos do PDS para o Partido da Frente Liberal, o PFL (atual Democratas), recebe destaque maior que o retorno do periódico à ativa.

Figura 8 – Edição de 24 de maio de 1985 do Jornal do Povo



Fonte: Jornal do Povo (24/04/1985)

A retomada do *Jornal do Povo* não durou muito tempo. O periódico foi até meados de 1986. Coincidiu com a saída de Anníbal Barcellos do governo territorial para o cargo de deputado constituinte destinado ao TFA. Ele era o principal financiador.

Além do *Jornal do Povo*, ainda surgiram nos anos 1970 a reedição da *Folha do Povo* e *Marco Zero do Equador*. Nesse mesmo intervalo, destaca-se, ainda, o surgimento das TVs Amapá (afiliada Rede Globo), do conglomerado Rede Amazônica, com sede em Manaus; e a Equatorial (afiliada Record News), de José Matos da Costa, ex-proprietário do *Marco Zero do Equador* e *Jornal do Povo*. Ele também se tornou dono da Rádio Equatorial, em 1979, após aquisição da Rádio Educadora São José, vendida pela Igreja Católica. A radiodifusão será tratada em tópicos específicos ainda neste capítulo.

A *Folha do Povo* teve sua reedição em 1976, por Haroldo Franco, Rodolfo Juarez e José Matos da Costa, o Zelito²². A retomada do jornal tinha linha editorial diferente da primeira versão. Durante a sua primeira fase, entre 1959 e 1964, a principal característica era o confronto com atos que considerava irregulares praticados pelo governo do TFA. Na nova versão, houve um alinhamento com os governadores, motivado principalmente pela falta de alternativa de sustentação financeira para colocar o empreendimento para funcionar.

Nessa segunda fase, aliás, os membros do PTB, não tinham qualquer participação. Nem como sócios, nem como parte do corpo editorial. Houve apenas a cessão da marca “Folha do Povo”. Daí a mudança radical na conduta jornalística perante os governos locais.

O jornalista Rodolfo Juarez (2018)²³ conta que a *Folha do Povo* renasceu por meio de uma parceria societária, possibilitando a receita necessária para começar o empreendimento. No início, a redação localizou-se no Centro de Macapá. Em 1984, houve a mudança para Santana²⁴, a 17 quilômetros da capital amapaense. Isso marca como o primeiro a montar uma estrutura completa, com redação e gráfica na cidade santanense. Até então, todos tinham Macapá como sede.

²² Por ter sido proprietário de jornais impressos e dono de TV e rádio, Zelito estava entre os escolhidos para entrevista durante a pesquisa de campo em Macapá. No entanto, ele não recebeu o autor e através de sua secretária recusou participar como entrevistado do estudo.

²³ Entrevista concedida ao autor, em Macapá, em 17 de julho de 2018.

²⁴ Em 1984, Santana era distrito de Macapá. Mudou seu patamar para município em 1987, pelo decreto 7639, editado pelo governador territorial Jorge Nova da Costa. Atualmente, é o segundo maior do Amapá, com população estimada em 109 mil, segundo o IBGE. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ap/santana/panorama>>. Acesso em 30 de dez. 2018.

Segundo Juarez (2018), o espaço adquirido pelo jornal em Santana motivou a mudança. Diferentemente da primeira fase da *Folha do Povo*, entre o fim dos anos 1950 e início dos anos 1960, essa nova etapa possuía capital financeiro autossustentável para pagar funcionários e materiais da impressão, ainda realizada de maneira artesanal por meio da tipografia. Nenhum jornal do Amapá possuía impressões em máquinas rotativas. Isso vai ocorrer somente no fim dos anos 1980, com o *Jornal do Dia*, o que será tratado mais adiante.

Além disso, em 1984, depois de uma viagem para o Rio de Janeiro, Rodolfo Juarez conheceu o operário José Jansen Costa. Com passagens pela mídia impressa carioca, também possuía uma gráfica. Ele aceitou o convite de Juarez para levar o maquinário para o Amapá a fim de também tornar-se sócio da *Folha do Povo*. A aquisição exigiu que os proprietários procurassem um novo espaço para comportar a gráfica. Ao todo, com equipe de redação e operários, a soma de funcionários chegou a 18 pessoas. A gráfica, inclusive, passou a ser uma das fontes de renda, com serviços terceirizados.

O jornal era de 1976 e em 1984 fomos para Santana porque lá o espaço era maior e comportava a gráfica. Foi o primeiro jornal que Santana teve na cidade. Não tínhamos rotativa, então o jornal era a quente, tudo no chumbo derretido. O custo era alto, mas o jornal sustentava a gráfica e visse versa. O principal problema naquela época era a continuidade do jornal. Tinha que ter muita gente, uma boa gráfica, fora os jornalistas e administração. Éramos 18 pessoas. (JUAREZ, 2018).

A *Folha do Povo* era vendida a Cr\$ 40. Segundo Juarez (2018), com tiragem que variava entre 1 mil a 1,2 mil exemplares por edição, quase todos os números eram vendidos. Apesar do sucesso com a comercialização do jornal e dos serviços gráficos, “a sustentação vinha principalmente pelo patrocínio do governo e do comércio local”. A dependência da publicidade governamental fazia com que assuntos do poder executivo se sobressaíssem. Pelo menos é o que indica as manchetes principais de três capas encontradas durante a pesquisa de campo. Elas estão no Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) “As práticas representadas da figura Comandante Barcellos na imprensa escrita do Amapá – 1979/1985” (CHAGAS et al, 2001) ²⁵. A capa abaixo é um exemplo.

²⁵ O TCC é do curso de licenciatura e bacharelado em História, de autoria de Eliel Oliveira Chagas, Israel Mendonça Menezes, João Edinaldo Madureira Batista, Sandro Leônidas Picanço Damasceno e Wendel Marcel Brito.

Figura 9 – Capa da edição de 14 de julho de 1982 da Folha do Povo



Fonte: (Chagas ET AL, 2001)

Essa tendência de situação ao governo Anníbal Barcellos foi confirmada por Roberto Coelho do Nascimento (2018)²⁶, penúltimo sócio da empresa: “como jornalista empregado do jornal, recebia determinações de cima e havia alinhamento com o Barcellos”.

A publicidade governamental alcançava patamares inalcançáveis financeiramente em comparação com as vendas. Dentro da comercialização de espaços, a *Folha do Povo* ainda destinava espaços para reportagens pagas por autoridades e pela administração pública, além da estampagem de editais de licitações e de prestações de contas.

Havia matérias encomendadas, como questões de publicidade na administração pública. A CEA, por exemplo, deveria publicar seus balanços financeiros imensos no jornal. O mesmo ocorria com os editais. Entre venda e publicidade, a publicidade era sempre maior, chegando a 80% do faturamento do jornal. Isso quando a venda ainda era boa. (JUAREZ, 2018).

Inicialmente, a *Folha do Povo* circulou semanalmente. Depois da entrada de Jansen Costa e os novos equipamentos gráficos, a periodicidade passou para três

²⁶ Entrevista concedida ao autor em 31 de julho de 2018, em Macapá.

vezes por semana. Em todos os casos em tamanho *standard*, com 12 páginas, divididas em editorias de política, esportes e cidades. Somada a entrada do maquinário maior, equipe editorial da *Folha do Povo* avaliou que o cotidiano amapaense exigia com que o jornal tivesse mais de uma edição por semana. O principal problema, segundo Juarez (2018), era o fechamento em tempo hábil. Como a impressão ainda era em modo quase de artesanal, os textos deveriam estar prontos pelo menos até as 16h do dia anterior ao da circulação. A montagem da composição da edição na gráfica seguia até as 4h, pouco antes de ser colocado na rua, por volta das 6h.

No aspecto profissional, com base na pesquisa documental, bibliográfica e oral, a *Folha do Povo* se torna o primeiro periódico a assinar carteira de trabalho de seus profissionais na função de jornalistas. Todos na redação eram regidos pelas leis trabalhistas da profissão. Na redação, existiam o editor-chefe, quatro repórteres, um fotógrafo e um ajudante de fotografia.

Todos tinham carteira assinadas. Muitos até hoje tiveram o *Folha do Povo* como o primeiro jornal a assinar carteira deles. O detalhe é que todos trabalhavam para a gráfica. Era ela quem contratava o pessoal, o que fazia a gente seguir todas as regras trabalhistas, com todos os benefícios. Eles eram contratados como jornalistas. Existiam quatro repórteres, um fotógrafo e um ajudante de fotografia. (JUAREZ, 2018).

O começo do fim para a *Folha do Povo* tem como divisor de águas a saída dos sócios fundadores. Haroldo Franco foi o primeiro em detrimento a sua morte, em 1984. Um ano depois, Rodolfo Juarez vendeu suas cotas de participação para o jornalista Roberto Coelho do Nascimento, editor do jornal, que ficou com 25%. Na mesma esteira, José Matos da Costa repassou a parte da sociedade para José Jansen Costa, que arrematou 75%.

Engenheiro civil de formação, no caso de Rodolfo Juarez, a saída aconteceu em razão da aprovação em curso de doutorado na Fundação Getúlio Vargas, no Rio de Janeiro; e José Matos da Costa teve como motivação para a exigência de dedicação integral às suas empresas de radiodifusão: TV e rádio Equatorial.

Em entrevista, Roberto Nascimento (2018) explicou que nesse mesmo período a *Folha do Povo* se afundou em uma crise financeira, tendo como principal causa o rompimento com o governo do TFA, maior anunciante e fonte de receita do periódico. O estremecimento das relações se deu com a saída de Anníbal Barcellos,

em 16 de julho de 1985. Não houve celebração de contrato de publicidade com o mandatário seguinte, Jorge Nova da Costa, e assim a *Folha do Povo* virou oposição. Em relação à prefeitura, o sócio majoritário, José Jansen Costa, possuía uma desavença pessoal com Azevedo Costa, vencedor das eleições daquele ano, também afetando a captação de recursos com o município. A lacuna deixada na receita pelo corte das verbas publicitárias governamentais gerou uma dívida tributária considerada impagável para a *Folha do Povo*.

A imprensa aqui tem essa relação com o poder público. O contrato com o poder público foi encerrado. O Jansen, por exemplo, tinha uma briga com o Azevedo Costa. Infelizmente o Amapá continua desse jeito. Como a comunicação é cheia de altos e baixos, acabamos tendo dificuldade. Não houve alternativa por causa da relação com o principal parceiro do jornal. E não tem alternativa em uma economia incipiente como a nossa, totalmente estatizada e dependente de recursos federais. Não temos economia forte no setor privado. Se hoje, de cada R\$ 1 que entra na economia, 0,75 centavos são da União, imagine naquela época. (NASCIMENTO, 2018).

Para se livrar das dívidas na liquidação da empresa, Roberto Nascimento entregou suas cotas, a pedido do próprio José Jansen Costa, em 1986. Nascimento (2018) credita a decisão de aceitar ceder sua parte à inexperiência empresarial. No mesmo ano, o jornal encerrou suas atividades, tendo o gráfico carioca, que um dia aceitou se aventurar no Amapá, como o último e único dono. Ele faleceu em 1990, vítima de problemas no fígado, e nunca mais a *Folha do Povo* teve uma reedição.

O segundo periódico a aparecer em Macapá nos anos 1970 foi o *Marco Zero do Equador*. De propriedade do médico radiologista e agente de futebol, Roberto de Macedo, entre idas e vindas, durou até 1993. Entre 1985 e 1990, paralisou por duas vezes as atividades por problemas financeiros, também provocados com a saída de Anníbal Barcellos do governo do Território Federal do Amapá.

Alcinéa Cavalcante (apud SANTOS; MACIEL, 2017) ²⁷ recorda que o periódico era um “brinquedo” para Roberto de Macedo porque, segundo ela, o médico “não precisava de um jornal” por ser alguém “riquíssimo”. Porém, além de radiologista, Macedo ainda atuava como empresário de jogador de futebol, levando atletas de Macapá para fazer testes em clubes de Belém. O jornal servia como vitrine para os seus agenciados.

²⁷ Entrevista concedida para o Trabalho de Conclusão de Curso “Jornalismo Setentinha: a história do jornalismo amapaense na década de 70”, do curso de Jornalismo da UNIFAP, de autoria de Eloisy Caroline Almeida dos Santos e Sílvia Andréia dos Santos Cruz Maciel, publicado em 2017.

Ele tinha uma clínica conceituada em Belém, gostava muito daqui, vinha buscar jogadores daqui para levar para o Remo e resolveu fundar o jornal que diziam ser um brinquedo dele, porque não precisava de um jornal. Depois que ele largou o jornal e passou para o cara que na época era o chefe de redação, caiu porque se atrelou com política. (CAVALCANTE apud SANTOS; MACIEL, 2017)

De fato, logo a primeira capa, em 31 de março de 1978, o *Marco Zero do Equador* demonstrou a paixão de Roberto de Macedo pelo futebol e sua atuação como agente de jogadores. A principal chamada é “Futebol é tão bom que exporta”. Nela, o ex-atacante Ubiratan do Espírito Santo, o “Bira”²⁸, é colocado como o grande exemplo para os jogadores que naquele fim de década desejavam sair do Amapá para vestir a camisa de um clube de futebol em outro lugar. Bira, no ano do lançamento do jornal, pertencia ao paraense Remo, agremiação com laços com Roberto de Macedo.

Com circulação semanal às sextas-feiras, as editorias de Política, Polícia, Cidades e Esportes ocupavam 12 páginas. O *Marco Zero do Equador* ainda trabalhava edição de cadernos extras com quatro a oito páginas em datas comemorativas, como o aniversário de Macapá ou Círio de Nazaré²⁹, sendo o pioneiro nessa forma de divisão da paginação. Os demais não dividiam as folhas por cadernos.

²⁸ Bira atuou como atacante, com passagens no Norte pelo Paysandu e Remo. Em 1979, transferiu-se para o Internacional, do Rio Grande do Sul. Lá, conquistou a titularidade no time que venceu de maneira invicta o Campeonato Brasileiro daquele ano. Também foi convocado para atuar em jogos da Seleção Brasileira.

²⁹ Festa religiosa bicentenária iniciada primeiramente em Belém, no Pará. Os laços culturais com o Amapá fizeram a Diocese de Macapá adotar a festividade em homenagem a Nossa Senhora de Nazaré nos anos 1970. A procissão leva mais de 100 mil pessoas às ruas de Macapá, no segundo domingo de outubro de cada ano.

Figura 10 – Edição 01, do Marco Zero do Equador, de 31 de março de 1978



Fonte: Marco Zero do Equador (31/03/1978)

O preço por cada exemplar tamanho *standard* custava Cr\$ 40 e sua impressão ocorria na Gráfica Estado do Pará. O transporte das remessas de exemplares era realizado em avião comercial. A ligação do jornal com Belém era intensa por conta do proprietário. Desde o início, em 1978, Macedo designou um repórter para ser correspondente na capital paraense. Edgar Rodrigues, amapaense que cursava Filosofia na Universidade Federal do Pará (UFPA), se tornou o responsável por mandar notícias do outro lado da bacia do rio Amazonas para Macapá. É o primeiro registro da contratação de correspondente fora do Amapá para um periódico local.

Na equipe inicial, de acordo com o expediente da primeira edição, trabalhavam na reportagem os veteranos Guilherme Jarbas, Ubiratan Picanço Silva, Salomão Lauredo, Hélio Pennafort, João Corrêa Neto, João Marques, Cristina Homobono, Coaracy Barbosa, João Silva, Estácio Vidal Picanço, Raimundo Guimarães e Ferreira da Costa. Como editores, ocupavam a função os jornalistas Osvaldo Monteiro, Sérgio Noronha e Aloísio Brasil. A diagramação era feita por Mário Barbosa e José Costa; e a fotografia por Humberto Cruz e Hélio Ferreira.

Em 1985, o médico Roberto de Macedo decide repassar o jornal em diante para Osvaldo Monteiro, então editor. Em 1986, o *Marco Zero do Equador* paralisa suas atividades por dívidas e retoma em 1987. É interrompido, no entanto, no mesmo ano. Nesse retorno, a equipe ficou menor e houve mudanças. O editor-chefe passou a ser o padre Jorge Basile, que se destacou n'*A Voz Católica*, tendo como

repórteres Issac Diniz, João Cardoso Cardoso Neto, Osvaldo Monteiro Júnior e Raimundo Cunha. Na fotografia, apenas José Júlio Nunes desempenhou a função. Como correspondente fora do Amapá, Celso Saleh era o encarregado por mandar notícias de Brasília. Nesse período, o TFA aumentou sua atuação no Congresso Nacional em termos quantitativos. De apenas um, os territórios federais passaram a eleger quatro deputados federais.

Na edição de 12 de dezembro de 1987, é visto no expediente que o *Marco Zero do Equador* rompeu as barreiras do Norte do país em relação às vendas. Havia representação comercial em Belém, Brasília, Rio de Janeiro, São Paulo, Belo Horizonte, Florianópolis, Porto Alegre, Salvador, Goiânia e Blumenau.

Figura 11– Capa do caderno especial do Marco Zero do Equador sobre a ICOMI, de 16 de julho de 1987



Fonte: Marco Zero Do Equador (16/08/1987)

O jornal não teve nenhuma mudança radical, incluindo a manutenção de reportagens pagas e cadernos especiais. Um desses serviços foi sob encomenda da mineradora ICOMI. Na edição de 16 de julho de 1987, o periódico publicou um caderno extra sobre a atuação da multinacional na exploração em Serra do Navio, no Amapá. Aquele ano, por sinal, era comemorativo para a ICOMI, pois completava 30 anos da primeira exportação de manganês do porto de Santana para o exterior. Como a reportagem era especial, foi designado o padre Jorge Basile para a viagem

à região Centro-Oeste do Amapá para conhecer de perto a estrutura fincada no meio da Floresta Amazônica. O material gerou um caderno de quatro páginas.

Essa fase do *Marco Zero do Equador* durou pouco tempo. As atividades foram novamente paralisadas em 1988 por motivos financeiros, sendo retomado somente em 1990, sob administração do padre Jorge Basile e Júlio Nunes. Na última etapa, a circulação se estendeu até 1994. O retorno ocorreu na edição que circulou entre 13 e 19 de julho, durante o período eleitoral para escolha do primeiro governador do Amapá por meio de voto popular depois do fim da Ditadura Militar e da transformação do TFA em Unidade da Federação, em 1988³⁰. No pleito, *Marco Zero do Equador* apoiou Anníbal Barcellos, do PFL, principal aliado do jornal na transição dos anos 1970 para a década seguinte. O fim deste periódico é desconhecido. Coincidiu, no entanto, com o término do mandato de Barcellos no governo. Em 9 de junho de 1996, o italiano Jorge Basile morre aos 79 anos, em Macapá.

Nos anos 1980, a mídia impressa é marcada por passagens efêmeras de jornais. Quatro duraram menos de dois anos: *O Estado do Amapá*, *Jornal do Amapá*, *Correio Popular*, *Jornal Amazônia* e *Gazeta Trabalhista*. Os periódicos *Amapá Estado* e *Jornal do Dia* se colocaram como exceção dessas passagens repentinas e atravessaram a década seguinte, sendo que o segundo ainda permanece no mercado local.

Desses, o primeiro a circular foi *O Estado do Amapá*. Ele também surgiu da ideia de Haroldo Franco, que paralelamente mantinha o *Jornal do Povo* e *Folha do Povo*. Sua primeira edição saiu às ruas em 1981, sendo extinto em 1983. Com circulação semanal, ainda tinha como sócios o empresário José Matos da Costa, o Zelito; e Nilde Santiago, político que mais tarde conseguiu eleger-se deputado estadual para a primeira legislatura da Assembleia. Como Haroldo Franco possuía participação em outros dois jornais, ele utilizava a gráfica deles para também imprimir *O Estado do Amapá*.

De tamanho *standard*, custava Cr\$ 30. O periódico inovou ao ser o primeiro a possuir uma sucursal fora do Amapá, implantada em Belém. Até então, como vimos

³⁰ As Eleições 1990 aconteceram em 3 de outubro. No Amapá, Anníbal Barcellos consagrou-se o primeiro governador eleito depois de derrotar o petista Gilson Rocha. Na ocasião, também se elegeram como senadores José Sarney (PMDB), Henrique Almeida (PFL) e Jonas Pinheiro (PTB), além da primeira bancada da Câmara com o número de oito parlamentares, mais 24 deputados à Assembleia Legislativa do Amapá (Alap).

no *Marco Zero do Equador*, existia apenas correspondente. Assim como os demais impressos de propriedade de Haroldo Franco, existia alinhamento com o governo Anníbal Barcellos. Em troca, publicava atos administrativos e editais para gerar receita publicitária.

Figura 12 – Capa de 7 de agosto de 1981 d'O Estado do Amapá



Fonte: O Estado Do Amapá (21/03/1982)

Na capa que circulou 7 de agosto de 1981, a mais antiga encontrada no acervo do jornalista Júlio Nunes – que atuou como fotógrafo no periódico – há duas chamadas em destaque sobre a administração barcellista. A primeira é a manchete. *O Estado do Amapá* saudou a visita do ministro do Interior, Mário Andreazza³¹, mas a principal exaltação teve Barcellos como destinatário, chamado de “homem íntegro e administrador seguro”. Em outro trecho do mesmo texto, o jornal agradece o representante do governo federal por ter nomeado Barcellos como governador territorial.

Pode ser que existe no Território Federal um político que não suporte e nem aceite Barcellos. Pode ser, porque o próprio Cristo, que chegou a reinar,

³¹ Mário David Andreazza foi um militar brasileiro do Exército e durante a Ditadura Militar assumiu os ministérios de Transportes, no governo Emílio Médici; e do Interior, no de João Batista Figueiredo. Essa última pasta era a responsável direta pelos territórios federais.

saiu traído e crucificado, sob indiferença de Pilatos. Mas a grande verdade é que vossa excelência acertou quando nomeou o comandante Anníbal Barcellos para governar o Amapá. Pergunte ao povo. (ESTADO DO AMAPÁ, 7/10/1981).

O *Estado do Amapá* levou outra novidade para o jornalismo local no curto período que circulou. Pela primeira vez um jornal dedicou uma página inteira para notícias de outro lugar que não fosse Macapá. Assim, o semanário passou a publicar o “Jornal de Santana”. A página, no segundo caderno, era produzida pelo jornalista Olavo Almeida e permaneceu durante toda a existência do periódico.

Figura 13 – Capa de 23 a 28 de abril de 1983, d’O Estado do Amapá



Fonte: O Estado Do Amapá (23-28/04/1983)

O espaço “Jornal de Santana”, além de notícias sobre o então distrito de Macapá, ainda levava às suas páginas informações de Mazagão, com quem também faz divisa³². Mesmo sendo um distrito da capital amapaense, Santana era interesse do jornal pelo fato de a localidade ser uma das moradias dos operários letrados e bem remunerados da Icomi. Nos anos 1980, a mineradora encontrava-se em ritmo industrial de extração e exportação de matéria prima de manganês em decorrência da Guerra Fria. A extinção d’O *Estado do Amapá* ocorreu em 1983, por motivações que os registros encontrados não conseguiram indicar. Contudo,

³² Macapá, Santana e Mazagão mantiveram relações culturais, políticas e econômicas ao longo do tempo. Os laços fizeram com que formassem a Região Metropolitana de Macapá, iniciativa de lei do legislativo estadual aprovada e sancionada em 2015.

ressalta-se, que além desse jornal, Haroldo Franco ainda precisava se dividir entre as aulas da UFPA e outros dois, o *Jornal do Povo* e *Folha do Povo*.

Uma curiosidade sobre *O Estado do Amapá* envolve o próprio nome. Como o Amapá estava na condição de Território Federal, o uso do termo “estado” carregou a simbologia pela reivindicação da transformação daquelas terras na Amazônia em mais uma Unidade da Federação.

Essa visão em torno da proposta da mudança de patamar político-administrativa amapaense serviu como motivação para o surgimento de outro semanário pelo potencial mercado de consumidores que poderia surgir ali. Assim nasce o *Jornal do Amapá*.

Criado em 1985, era de propriedade do centenário *A Província do Pará*³³. Tratou-se da primeira iniciativa de uma empresa jornalística de mídia impressa de fora do Amapá a criar um produto específico para aquele território. Lembro que *O Democrata* (1890-1895) era de Belém, no entanto, o público amapaense recebia a mesma edição disponibilizada aos paraenses, com mesclas de assuntos entre as duas localidades, com sobreposição de temas de Belém em detrimento de Macapá. No caso do *Jornal Amapá*, não. Era feito para o Amapá, por jornalistas locais e somente com informações da região.

Das etapas de produção, a impressão ocorria em Belém, no parque gráfico d'*A Província do Pará*. Os jornalistas amapaenses enviavam o jornal montado por avião e recebiam no dia anterior à circulação, sempre às segundas-feiras pela manhã. Nesse período, a empresa paraense fazia parte do conglomerado dos Diários Associados, de Assis Chateaubriand. Daí a capacidade financeira para bancar a publicação no Amapá. A redação, inclusive, ficava no Macapá Hotel, à época principal estadia, à margem do rio Amazonas.

No dia 27 de maio de 1985, o *Jornal do Amapá* foi às ruas com a manchete “Paredão já produz energia há 10 anos”, em alusão ao aniversário de inauguração da Usina Hidrelétrica Coaracy Nunes, no rio Araguaary. Era a única chamada na capa, ocupando toda a página, de tamanho *standard*. Cada exemplar tinha como

³³ Fundado em 25 de março de 1876 por Joaquim José de Assis. Em 1947 passou a integrar o grupo dos Diários Associados e em 1997 foi vendido à editora paraense CEJUP. Deixou de circular em 2001 e retornou em 2018, durante o período eleitoral, após a compra pelo empresário Carlos Santos, porém somente na versão online, segundo o próprio site do jornal. Antes de finalizar o impresso, era o sexto mais antigo da América Latina em atividade e o terceiro do Brasil. Disponível em: <<https://aprovinciadopara.com.br/a-provincia-do-para/>>. Consultado em 28 de dez.2018.

preço Cr\$ 1.000, permanecendo com os mesmos tamanhos e valores até o fim de circulação no mesmo ano.

Figura 14 – Primeira capa do Jornal do Amapá, de 27 de maio de 1985



Fonte: Jornal Do Amapá (27/05/1985)

O destaque dado ao aniversário da primeira década da hidrelétrica no rio Araguari se dividiu apenas com o texto informativo sobre o surgimento do jornal, na metade superior da capa. Nele, o *Jornal do Amapá* diz que nasce apostando na mudança de patamar político-administrativa do Amapá.

É o nascimento de um jornal, uma aposta no grande futuro do Território, que muito cedo será Estado. Estamos aqui para trabalhar ombro a ombro com aqueles que com dedicação e esforço constroem os dias futuros, que certamente serão de progresso e bem estar geral.

Compreendemos a responsabilidade de freqüentar os lares amapaenses, de orientar a opinião pública, noticiando em obediência à ética. É necessário quando o país se vê irmanado pelos atos da Nova República que o homem cidadão seja cada vez mais informado. Só assim ele participará colaborando, opinando e cobrando. Muitas coisas importantes foram construídas a partir das críticas construtivas. O Jornal do Amapá, por isso, pretende ser também uma tribuna onde se fará o debate, a troca de pontos de vistas. Assim, sairão, certamente, ideias, metas e providencias.

O Jornal do Amapá saúda o povo amapaense, oferece trabalho e pede confiança. Começa aqui a convivência de um veículo de comunicação com a comunidade. A partir de agora, todas as semanas registraremos para as futuras gerações a historia deste território. (JORNAL DO AMAPÁ, 27/05/1985).

Além de ser o primeiro jornal impresso do Amapá pertencente a uma empresa de outro lugar do país, ele ainda tem como marca o pioneirismo de ser disponibilizado ao público sob a impressão em máquinas *offset*³⁴, algo que em grandes centros urbanos já ocorria desde o fim dos anos 1960 (AZEVEDO, 2009), sendo popularizado para demais regiões na década seguinte (FREIRE, 2009). Percebe-se o retardamento do Amapá nesse aspecto tecnológico, visto que para a época, esses equipamentos eram considerados muito caros, o veículo de comunicação deveria possuir recursos suficientes para sustentar o maquinário e a produção do jornal. Em Macapá, isso se mostrava complicado em virtude da dependência dos veículos de comunicação de verbas publicitárias governamentais, que compreendiam grande parte dos rendimentos dos jornais. Por esse motivo, o *Jornal do Amapá* acaba sendo o primeiro a circular em *offset*, visto que por trás existia a força estrutural e financeira de um dos maiores conglomerados que já existiu no Brasil, o *Diários Associados*.

A pesquisa documental com base nos exemplares disponíveis para acesso em arquivos pessoais mostra que o *Jornal do Amapá* era impresso em 12 páginas. Nele, existiam as editorias fixas de Cidades, Política e Polícia, além da coluna Plantão JA, com pequenas notas sobre o cotidiano e fatos políticos locais. Diferentemente dos demais jornais desse período histórico do Amapá, as notícias políticas recebiam menos atenção na disposição das chamadas de capas. O contrário ocorria com as de Cotidiano e Polícia, com maior destaque. Tal afirmação é com base em 35 capas analisadas do *Jornal Amapá*, catalogadas no acervo pessoal de José Júlio Nunes, que atuou nele como fotógrafo. Por motivos ainda desconhecidos, esse jornal circulou até 1985, mesmo ano de sua estreia no mercado jornalístico local, segundo Edgar Rodrigues (2015). Não há uma data exata da sua última edição, porém a mais antiga encontrada no arquivo pessoal de Nunes é de 25 de novembro de 1985.

Antes de ter suas atividades finalizadas no então território federal, o *Jornal do Amapá* já enfrentava mais um concorrente no mercado local, o *Correio Popular*.

³⁴ Segundo Freire (2009), as impressões em máquinas *offset* substituíram as tipográficas, que tiveram duas fases. A primeira, com montagem manual da composição do jornal; e a segunda com a mecânica, também chamada de linotipo. Na *offset*, a diagramação, tratamento de imagens e impressão passaram a ser feitas em questão de poucas horas e em grande escala. No Brasil, o primeiro a usar a tecnologia foi a Folha de São Paulo, em 1967. Na Amazônia, O Liberal, de Belém, adotou a impressão em 1969.

Lançado em 7 de setembro de 1985, foi o embrião de outros dois que surgiram nos anos seguintes, a *Gazeta Trabalhista* e *Jornal do Dia*. Todos de propriedade da família Pinto Pereira, composta por empresários e políticos amapaenses.

O primeiro marco do *Correio Popular* se tratou da contratação do primeiro jornalista com diploma no Amapá: Édi Prado Ribeiro³⁵. Amapaense, o jornalista ingressou por meio de concurso público no quadro de servidores da Câmara Municipal de Macapá e lá conheceu o vereador Júlio Maria Pinto Pereira. O político o convidou para auxiliá-lo na produção do *Correio Popular*. A ideia era montar um jornal para servir de vitrine a Júlio Pereira, que em 1985 disputaria a primeira eleição para prefeito de Macapá, sendo derrotado por Raimundo Azevedo Costa.

Segundo Édi Prado Ribeiro (2018), Júlio Pereira era um político em ascensão no Amapá. Filho dos empresários Irene Pinto Pereira e Otaciano Bento Pereira, nasceu em 1954 e ganhou a primeira eleição para vereador aos 22 anos. Em 1985, fundou o PDT no Amapá depois de sair da base do PSD. Entre 1982 a 1984, presidiu a Câmara Municipal de Macapá. Deixou a vereança para se lançar à prefeitura, sendo derrotado por Azevedo Costa³⁶.

O *Correio Popular* era bancado pelas próprias empresas da família, que atuava no ramo da construção civil e automotiva. De tamanho *standard*, custava Cr\$ 2.000. Com 16 páginas, era dividido em dois cadernos, sendo o primeiro composto pelas notícias das editorias de Política, Polícia e Cotidiano. O segundo chamado de “Vida a Vida” continha informações da editoria de Cultura e História. Nessa mesma parte do jornal, existia ainda uma coluna dedicada ao público feminino, chamada de “Mulher para Mulher”.

Uma das matérias que mais repercutiu, segundo Édi Ribeiro (2018), esteve na primeira edição. Intitulada “Peron fugiu pelo Amapá”, relembrou a saga do presidente deposto da Argentina, Juan Domingo Perón³⁷, a caminho da Espanha para pedir exílio depois do golpe sofrido em 15 de setembro em Buenos Aires. A reportagem afirma que o solo amapaense foi o último sul-americano pisado pelo

³⁵ Aos 64 anos, concedeu entrevista ao pesquisador no dia 3 de agosto de 2018. Amapaense, saiu do Amapá em 1976 para estudar Jornalismo na Faculdade Hélio Alonso, no Rio de Janeiro. Graduiu-se em 1981 e retornou ao Amapá em 1985, depois de ter passado por redações cariocas, paulistas e mineiras.

³⁶ Azevedo Costa foi o primeiro prefeito eleito de Macapá. Quilombola, ainda ostenta como o único negro a governar a capital amapaense. Era filiado ao MDB.

³⁷ Militar e político argentino. Exerceu o cargo de presidente por três mandatos (1946-1952, 1952-1955, 1973-1974). Foi deposto do cargo em 15 de setembro por um golpe militar, buscando refúgio na Espanha até 1973, quando retornou e venceu as eleições daquele ano.

político argentino antes de partir para Europa, passando 20 horas na Escola Agrícola do município de Amapá, que tinha uma base aérea militar construída pelos Estados Unidos durante a II Guerra Mundial (1938-1944).

Figura 15 – Edição 01 do Correio Popular, de 7 de setembro de 1985



Fonte: Correio Popular (7/09/1985)

O fato de ter dado um nome ao caderno e uma página às mulheres eram novidades até então no jornalismo local. Édi Prado (2018) credits esses marcos editoriais como reflexos da sua formação acadêmica e experiência em redações de outros lugares do país.

Figura 16 – Capa do segundo caderno do Correio Popular



Fonte: Correio Popular (7/09/1985)

Figura 17– Coluna Mulher para Mulher do Correio Popular



Fonte: Correio Popular (26/10/1985)

Édi Ribeiro (2018) ainda considera que o *Correio Popular* introduziu uma “nova forma de fazer jornalismo” no Amapá (RIBEIRO, 2018) por três razões. A primeira, na visão dele, tem relação com as influências externas na produção das notícias.

Quando sai do Amapá para estudar em 1976, os jornais que lia, era algo muito ligado ao governo, tudo voltado para atender ao executivo. Não existia aquele dito bom jornalismo. Era mais algo no sentido de divulgação oficial das coisas que ocorriam no governo e da sociedade. Mas a sociedade para eles não era a gente, pessoas comuns. Era apenas quem interessava aos jornais, com exaltação somente da classe média em diante da época. Quando retornei para Macapá, estava cheio de ânimo, com todo o gás, já que voltava do Rio de Janeiro para a minha cidade com memórias bem vivas do jornalismo feito em outro lugar. Comecei a criar uma nova perspectiva de jornalismo. Lembro que às vezes apareciam na redação pessoas acostumadas com outro tipo de jornalismo dizendo que determinada matéria não poderia sair na edição. Eu dizia que ela poderia falar até o presidente da República que mesmo assim iria ser publicada. Tem gente que até hoje é meu inimigo por causa disso. (RIBEIRO, 2018).

Até que ponto não existia interferência externa, sendo que Júlio Pereira era político e queria crescer ainda mais na carreira, sendo candidato a prefeito em 1985? Para Édi Ribeiro (2018), havia uma relação de confiança entre ele o vereador. Somado a isso, o jornalista ainda considera que o fato de possuir formação acadêmica na área o legitimava a ser o único a responder pelo jornalismo do *Correio Popular*, mesmo com uma linha editorial voltada a notícias políticas.

Ele [Júlio] tinha interesses, mas não afetava [no jornalismo]. Pelo contrário, quando eu comecei a fazer isso, as pessoas passavam a procurá-lo para pedir a intervenção. O Júlio respondia a essas pessoas que sobre jornalismo, tudo tinha que ser resolvido comigo porque era eu que entendia. Isso até ajudou na credibilidade do jornal. As pessoas começaram a pensar que havia algo de diferente naquelas páginas, com o *Correio Popular*. Às vezes, o Júlio realmente achava que a pessoa teria razão, mas o jornalismo era tratado comigo. Somente a parte administrativa era com ele. (RIBEIRO, 2018).

A segunda marca no fazer jornalístico deixado pelo *Correio Popular*, na visão de Édi Ribeiro (2018), envolveu a estrutura das notícias. O jornal teria sido o primeiro, de acordo com o jornalista, a introduzir no Amapá o texto de caráter informativo, com introdução do *lead*, sem a opinião subjetiva do jornalista e com a busca pela objetividade na reprodução dos fatos. Somado a isso, emerge o terceiro ponto: a reportagem. De acordo com o jornalista, o periódico ocupou grande parte do segundo caderno com reportagens especiais. A da fuga do presidente argentino Perón pelo Amapá nos anos 1950, conforme citada acima, é um exemplo.

O jornal passou a trazer a reportagem. O pessoal que a gente pegava tinha a ótica daqueles jornais que eu comentei que existiam antes de eu viajar. Eu sentava ao lado dos jornalistas e explicava tudo certinho, ensinando o

lead e linguagem fácil. Também tive que encorajá-los a escrever sobre quem quer que seja de forma objetiva sobre o fato. (RIBEIRO, 2018).

A impressão do *Correio Popular* ocorria em Belém, em *offset*. A tiragem por edição não foi recordada por Édi Ribeiro. Com periodicidade semanal, durou até janeiro de 1987. Ao todo, foram 17 meses em atividade. Nesse período, a família Pinto Pereira montou outro jornal, a *Gazeta Trabalhista*, em 1986. Ele mantinha as mesmas características do *Correio Popular* sobre o aspecto gráfico, com exceção do seu tamanho, em formato tabloide. Também impresso em Belém, semanal, com valor de Cr\$ 2.000 e 16 páginas. Quanto às editorias e cadernos, Édi Ribeiro (2018), durante entrevista, não recordou sobre esses pontos. Ele também era o editor.

A *Gazeta Trabalhista* surgiu depois da fundação do PDT, no Amapá. Daí o nome inspirado na legenda partidária. A criação da agremiação política no território federal ocorreu em 5 novembro de 1985³⁸.

Segundo Édi Ribeiro (2018), apesar ser “um jornal para vender, a princípio, a ideologia do PDT”, não existia censura para matérias do cotidiano de Macapá. Também não era considerado um jornal interno do partido, pois era colocado à venda nas bancas. A atividade, aliás, remete ao *O Democrata* (1890-1895)³⁹, que também nasceu de um partido político e mesclava seus ideais com informações dos locais onde circulava.

No acervo pessoal de Édi Ribeiro encontrou-se apenas uma página da *Gazeta Trabalhista*. O cabeçalho não dispõe de data, mas é possível deduzir que ela é de janeiro de 1987 por ter na legenda os votos de felicidades do jornal a uma criança pela passagem de seu aniversário no dia 7 do mesmo mês e por um dos textos da página anunciar que o lançamento do Jornal do Dia “no próximo dia 4 de fevereiro”.

A referida página, aliás, não tem em seu cabeçalho nenhuma indicação sobre de qual editoria se trata. Nela, estão fotografias de autoridades da época na inauguração de uma churrascaria em Macapá e demais imagens de outras pessoas da sociedade acompanhadas de uma legenda. Essa composição mostra a preocupação da *Gazeta Trabalhista* com classes mais e menos privilegiadas da capital do território federal, algo que incomodava Édi Ribeiro em outros periódicos.

³⁸ Partido Democrático Trabalhista no Amapá – História. Disponível em: <<http://www.pdtap.org.br/historia.php>>. Acesso em 08 de jan. 2019.

³⁹ Este periódico circulou no Amapá entre 1890 e 1895 e foi tratado no capítulo anterior.

Figura 18 – Página de janeiro de 1987 da Gazeta Trabalhista



Fonte: Gazeta Trabalhista (1987)

O término das atividades da *Gazeta Trabalhista* e do *Correio Popular* ocorreu ao mesmo tempo. A paralisação teve como motivo a criação de um terceiro periódico da família Pinto Pereira, o *Jornal do Dia*, em 4 de fevereiro de 1987. Como o próprio nome sugere, nasceu para se tornar um veículo de comunicação de circulação diária.

Após Júlio Pereira ser derrotado na disputa para a prefeitura de Macapá, a sua principal ambição política era uma das vagas para deputado estadual, em um pleito que iria ocorrer anos mais adiante, tendo ainda como condicionante a transformação do Amapá em unidade da federação. O político pedetista, portanto, com apoio financeiro da família decidiu colocar em prática a circulação de diária de um novo jornal para dar uma visibilidade mais rotineira aos seus ideais, sobretudo na defesa do fim da condição política administrativa amapaense, conta Édi Ribeiro, primeiro editor do *Jornal do Dia*.

O Júlio tinha uma visão de futuro bem mais ampla que seus irmãos em termos políticos. Na época, estava em discussão a transformação do Amapá em Estado. Nesse sentido, o Júlio já pretendia uma das vagas para deputado estadual. Olha só a cabeça dele. Então, ele pensou em fazer a campanha para deputado. Na proposta dele, era essa mesmo, além de o jornal defender essa ideia de o Amapá virar um Estado. Com um jornal diário, ele queria "botar para quebrar" em Macapá. (RIBEIRO, 2018).

O jornalista Randolph Scoot (2018)⁴⁰, que fez parte da primeira equipe de repórteres do *Jornal do Dia*, comenta que as ambições de Júlio Pereira sempre tiveram aporte financeiro da família. A criação desse último periódico ainda recebeu apoio do irmão, José Arcângelo, médico dermatologista que flertava com o jornalismo pelo gosto por escrever artigos de opinião. A principal coluna, a “Dia a Dia” era escrita pelos dois irmãos.

Na realidade, o Júlio não gostava de estudar. O pai deu tudo para todos os filhos e como ele quis ser político, o pai financiou. Ele quis ter o jornal, o pai financiou. O José Arcângelo, que é irmão do Júlio, e na minha concepção, o melhor dermatologista que conheço no Amapá, também queria ser jornalista. Eu até disse para o José pedir uma clínica, mas ele queria fazer uma coluna no *Jornal do Dia*. Mas esse sonho do jornalismo veio primeiro do Júlio Pereira. Foi questionado e tudo, mas cobriu um dos maiores buracos do jornalismo do Amapá na época, que era a circulação diária. (SCOOT, 2018).

O *Jornal do Dia* circulou com 32 páginas pela primeira vez. Esse número ainda se mantém. Dividido em três cadernos, o primeiro era composto pelas colunas de opinião e editoria de Política. No segundo, as páginas se dividiam entre Cidades e Polícia. Já o terceiro era menor, apenas com as notícias de Esporte, em razão de quatro páginas serem apenas dos anúncios dos “Classificados”, sendo o primeiro jornal a destinar um caderno específico para publicidade.

Para preencher a quantidade de páginas, eram mescladas notícias locais com de outros lugares do país de acordo com determinada editoria. Os conteúdos de fora do Amapá eram adquiridos com as agências UPI, EBN e Sport Press. Aos domingos, lembra Édi Ribeiro (2018), o *Jornal do Dia* trabalhava com reportagens especiais semelhantes às publicadas no *Correio Popular*, sobretudo com temas históricos do Amapá.

Apesar dessa variedade, Randolph Scoot (2018) considera que o principal tom da linha editorial era política, se colocando como crítico ao segundo governo de Anníbal Barcellos no início dos anos 1990 e ao de João Alberto Capiberibe, do PSB, prefeito de Macapá entre 1986 a 1990. O pessebista decidiu não apoiar Júlio Pereira, aliando-se a Raimundo Azevedo Costa nas eleições para o mandato tampão à prefeitura em 1985.

⁴⁰ Randolph Scoot Antônio Pinheiro da Silva é jornalista amapaense. Iniciou a carreira na Gazeta Trabalhista e depois passou para o *Jornal do Dia* antes de estudar sair do Amapá para estudar jornalismo. Concedeu entrevista ao autor em 7 de agosto de 2018, em Macapá.

O Jornal do Dia batia muito no Barcellos. Tinha edição que a dona Mariinha [esposa de Barcellos] era chamada até de prostituta [Risos]. Mas quem fazia essa coluna era o próprio Júlio com o José Arcângelo, em uma coluna. Eram a "Dia-Dia". Agora, nós profissionais, tínhamos a preocupação de fazer a coisa bem feita. (SCOOT, 2018).

Durante a pesquisa de campo no Amapá, houve três tentativas de contato com membros da família Pinto Pereira para entrevistas e solicitação de acesso ao acervo do jornal nos dias 18 e 26 de julho e 3 de agosto. A tentativa de acesso aos empresários ocorreu pessoalmente na própria sede do jornal. Lá informaram que apenas Inerine Pereira poderia falar, contudo, ela encontrava-se em tratamento de saúde, sem previsão de recuperação. A capa mais antiga encontrada durante a pesquisa é datada de 12 de junho de 1987, sob posse do acervo pessoal de Édi Ribeiro.

Figura 19 – Capa de 12 de junho de 1987 do Jornal do Dia



Fonte: Jornal Do Dia (12/07/1987)

O *Jornal do Dia* preencheu o espaço deixado no fim dos anos 1970 pelo *Jornal do Povo* na periodicidade diária de um veículo de comunicação impresso. Édi Ribeiro (2018) lembra que no começo “foi um choque” para os demais jornalistas e o público. “As pessoas pensavam que estávamos ficando doidos, colocando um jornal diário nas ruas, sem estrutura nenhuma” (RIBEIRO, 2018).

O principal questionamento em torno da viabilidade do *Jornal do Dia* era o fato de o Amapá não ter gráfica capaz de colocar para rodar um periódico diariamente. Até então, todas as máquinas eram de tipografias mecânicas. Para

imprimir em *offset* de maneira mais rápida era necessário o deslocamento até Belém. Porém mesmo assim, outro desafio deveria ser superado: o transporte em tempo hábil entre as cidades. Nos anos 1980, existia apenas um voo entre Macapá e Belém. Portanto, não dava para ir e voltar no mesmo dia para colocar o material impresso nas ruas. A alternativa, segundo Randolph Scoot (2018), era trabalhar uma edição que ele chama de “pré-diária”. Os números circulavam todos os dias, com conteúdo produzido dois dias antes para poder superar a logística de impressão.

Era uma circulação que eu chamo de pré-diário. Fechávamos o jornal às 19h de um dia, mandava para Belém e retornava no voo do início da noite seguinte para ser colocado nas ruas um dia depois. Por isso eu chamo de pré-diário. Ele saía todo dia, mas a produção dele não ocorria com um dia antes, mas com dois dias. (SCOOT, 2018).

Mesmo se optasse pela mesma dinâmica de trabalho e decidisse imprimir seu material em Macapá com máquinas de tipografias linotipos, não daria tempo para colocar o *Jornal do Dia* nas ruas, de acordo com Scoot (2018), pois a quantidade de páginas era o dobro dos demais jornais da época, no Amapá. Ao todo, sua composição continha 32, além do uso abundante de fotos. Nas gráficas de Macapá, as imagens exigiam o uso de clichê, chapa de alumínio montada junto com o texto na impressão por meio do processo tipográfico, o que implicava ainda mais no tempo de produção.

No meu caso, como era repórter policial, era dado uma vertente além do factual. Tinham as mesmas barbaridades de hoje em dia. Chegávamos sempre antes da polícia porque no nosso carro existia um rádio com frequência no rádio da polícia. Era acompanhado sempre de um fotógrafo. Fizemos fotografias que você nem imagina. Como trabalhávamos com esse problema no tempo da circulação do jornal em relação ao fato, também deixávamos de dar algumas afirmações, justamente para deixar a sequência para a próxima edição. (SCOOT, 2018).

Novidade para quem nunca teve oportunidade de se informar diariamente por um jornal impresso depois do *Jornal do Povo*, logo os exemplares passaram esgotar a cada edição. Édi Ribeiro (2018) afirma que eram impressos mil números todos os dias. Além de Macapá, onde o jornal custava Cr\$ 10, eram cobertos pela circulação os municípios de Amapá, Calçoene, Mazagão e Oiapoque. Nessas outras localidades, o preço aumentava para Cr\$ 12 em razão da logística terrestre.

Todos os exemplares eram vendidos. Tivemos edições que foi preciso refazer. A tiragem era de mil exemplares. Digo isso porque eu mesmo iria para Belém rodar o jornal na gráfica e trazia no avião. Essa era a tiragem mesmo. Tem jornal por ai que tem a “mentiragem”. Diz que é uma coisa, mas na verdade o número é outro [Risos]. (RIBEIRO, 2018).

Como a gráfica era terceirizada e ocorria o desembolso diário de passagens aéreas para um jornalista da redação do jornal acompanhar a impressão em Belém, os custos começaram a pesar no bolso da família Pinto Pereira, até então única mantenedora do *Jornal do Dia*. A alternativa, segundo Édi Ribeiro (2018), foi o alinhamento ao governo Nova da Costa, indicado pelo presidente José Sarney para administrar o Amapá depois da saída de Barcellos em setembro de 1985. Daí também emerge a relação de amizade entre o político maranhense, que mais tarde virou senador pelo Amapá, com os membros da família Pinto Pereira.

O *Jornal do Dia* não foi diário numa sequência. Teve um período que as empresas não deram condições de manter, pois tinham duas passagens aéreas diárias, uma de ida e outra de volta para Belém. Lá, ainda teria que pagar a gráfica. Se não pagasse, não tinha jornal. O custo operacional ficou bastante alto. Nisso, o Nova da Costa entrou como cliente do jornal, aí houve a regularidade, desafogando o bolso das empresas da família Pereira. (RIBEIRO, 2018).

Na edição que circulou em 4 e 5 de fevereiro de 2005⁴¹, o *Jornal do Dia* publicou uma reportagem contando a própria história. O texto, escrito pelo repórter Rodolfo Londero, cita essa paralisação na periodicidade provocada pelo alto custo. A última edição saiu às ruas em 9 de setembro de 1987. Segundo o jornalista, ao perceber que Júlio havia interrompido um sonho, o pai Otaciano Bento Pereira começou a construção de uma casa para comportar uma máquina de impressão *offset* que seria comprada por ele ao filho para finalmente pôr fim ao problema de gráfica. A obra, na Avenida Padre Júlio Lombarde, terminou somente no ano seguinte. O dia 15 de maio de 1988 marcou o retorno do *Jornal do Dia*. O jornalista Humberto Moreira (2018) revela que a gráfica teve intermédio de José Sarney, que teria conseguido um empréstimo a fundo perdido à família Pinto Pereira na Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM).

Para Randolph Scoot (2018), o periódico da família Pinto Pereira acabou tornando-se uma escola, em um lugar sem capacitação acadêmica, algo que viria acontecer somente no século XXI.

⁴¹ Este recorte de jornal foi encontrado no acervo pessoal de Édi Ribeiro, durante entrevista ao autor.

[O *Jornal do Dia*] conseguiu formar a primeira geração de jornalistas sob a orientação de Édi Prado, que foi o primeiro jornalista formado no Amapá, com outra mentalidade de jornalismo que era praticado aqui. Foi um divisor dessa orientação, pois até os textos começaram a ganhar outro corpo. Depois ainda veio o Marcelo Roza, também do Rio de Janeiro. Foi um aprendizado a todos que passaram nessa época por lá (SCOOT, 2018).

O *Jornal do Dia* ainda existe sob o comando da família Pinto Pereira. É o único nascido nos anos 1980 que permanece no mercado jornalístico do Amapá. Nessa última década do Amapá como território federal, outro veículo impresso surgiu próximo a um período eleitoral. Chamado de *Jornal Amazônia*, era de propriedade do então jornalista da Rádio Difusora de Macapá, Eraldo da Silva Trindade⁴². Ele lançou o periódico de circulação semanal em dezembro de 1985 e se candidatou ao cargo de deputado federal nas eleições do ano seguinte, conseguindo se eleger pelo PFL.

Em entrevista ao autor, Eraldo Trindade (2018) informou que a ideia inicial era lançar o *Jornal Amazônia* em circulação diária. A proposta não seguiu em diante, novamente, em razão das estruturas gráficas disponíveis em Macapá naquele ano e dificuldades e valores da logística entre Amapá e Pará. Como demais da mesma época, Cotidiano, Política e Polícia eram as únicas editorias fixas. Suas edições, compostas por 16 páginas, circulava e noticiava apenas sobre Macapá. A produção exigia, além de Eraldo Trindade, mais duas pessoas, sendo um diagramador.

Apesar da modesta quantidade de pessoas por trás do jornal e circulação restrita à capital do território, o jornal deu projeção a Eraldo Trindade. Em 1986, com 5.259 votos, conseguiu eleger-se deputado federal constituinte ao lado de Anníbal Barcellos e Geovani Borges pelo PFL e Raquel Capiberibe, do PMDB⁴³. Naquele ano, segundo o jornalista, o *Jornal Amazônia* encontrava-se no seu auge.

Era semanal porque não tínhamos aqui no Amapá uma gráfica que pudesse imprimir um diário. Então a gente fazia semanal e impresso em Belém. O foco era bem variado, como todos que se propõem. Tínhamos política,

⁴² Engenheiro florestal, advogado e jornalista. Exerceu três mandatos de deputado federal entre 1987 a 1999 pelo Amapá. Era da base do PFL, do ex-governador Anníbal Barcellos. Também é proprietário da Rádio Cidade e TV Cidade, no Amapá. Ainda ocupou o cargo de Secretário de Manutenção Urbanística no governo de Roberto Góes (PDT) a frente da prefeitura de Macapá entre 2009 e 2012. Concedeu entrevista ao autor em 30 de julho de 2018.

⁴³ Candidatos Eleitos entre 1945 – 1990: Amapá. Disponível em: <<http://inter04.tse.jus.br/ords/dwtse/f?p=1945:1:.....>>. Acesso em: 07 de jan. de 2019.

cidade e polícia. Não tinha capa colorida porque custava muito caro. O nosso público foi bem variado ao longo do tempo, todos os segmentos se interessavam pelo seu conteúdo. O jornal existia antes de eu ter o mandato de deputado federal. A primeira sede dele foi na Avenida Presidente Vargas, no Centro de Macapá, em dezembro de 1985. Em 1986, estávamos no auge, mas acabei sendo candidato a deputado federal por uma questão de conjuntura política. Fui lançado para conseguir votos a outro candidato, mas acabei ganhando dele e me tornei parlamentar. O jornal continuou mesmo assim. Estava como deputado federal e nunca larguei o jornalismo por ser algo que está no sangue. (TRINDADE, 2018).

A principal forma de sustentação do *Jornal Amazônia* seguia o modelo dos demais. O governo do território federal era o principal patrocinador. Quando esteve em atividade, até 1990, Jorge Nova da Costa, indicado pelo então presidente José Sarney, comandava o executivo. “O próprio governo tinha interesse [no anúncio] pelo conteúdo que se apresentava” (TRINDADE, 2018).

O fim do *Jornal Amazônia* começou a se desenhar com a saída de Nova da Costa do governo. Além disso, as receitas provenientes de anunciantes passaram a ser divididas com a Rádio Cidade e TV Cidade, concessões adquiridas em 1989 por Eraldo Trindade. Os esforços da captação dos recursos foram redirecionados para esses outros dois novos veículos de comunicação da família Trindade.

Outro motivo para o término das atividades do *Jornal Amazônia* tem a ver com a concorrência, segundo Eraldo Trindade (2018): “para mantermos o jornal competitivo, acreditava que era necessário ser diário porque o Jornal do Dia circulava todo dia, mas o custo se tornou muito alto para isso. (...) Decidimos então ficar com a rádio e a TV”.

Quando o *Jornal da Amazônia* deixou o mercado, o Amapá já possuía duas gráficas em *offset*. Uma era do *Jornal do Dia* e outra do *Amapá Estado*.

O periódico da família Pinto Pereira, inclusive, reivindica o pioneirismo neste tipo de impressão em Macapá. Esse marco, no entanto, é contestado por Alcinéa Cavalcante (2018), que trabalhou no *Amapá Estado*, periódico que surgiu em 1987, mesmo ano do *Jornal do Dia*.

Segundo a jornalista, o *Amapá Estado* saiu às ruas pela primeira vez impresso em *offset* em 8 de maio de 1988, em edição especial do Dia das Mães, uma semana antes do *Jornal do Dia*, que lançou sua máquina *offset* na edição de sábado, 15 de maio do mesmo ano.

O *Amapá Estado* circulava semanalmente. Inicialmente, era impresso em Belém. Somente depois de adquirir a impressora *offset* do Senado Federal passou a ter toda a sua produção em Macapá. Alcinéa Cavalcante (2018) recorda que existia

uma expectativa entre os jornalistas para saber qual jornal seria impresso primeiro com essa tecnologia em Macapá. O mentor foi o jornalista paraense Silas Assis, que segundo a entrevistada, tinha histórico de criar periódicos em Belém e depois vender.

O Silas sempre foi de querer montar um monte de jornal, sempre semanal e rodava em Belém. Depois, ele cansava da rotina, acaba em dívida e passava um tempo e abria outro. Quando uma vez, resolveu igual ao Haroldo Franco, montar um jornal sério, com *offset*, já que o Jornal do Povo era estilo linotipo. O Silas montou o Amapá Estado e começou semanalmente. Disse para os jornalistas que havia mudado. [Ele] fazia negociatas. Então disse que havia mudado porque o povo do Amapá merecia. Estava cheio de intenções. Ele montou um parque gráfico e nesse tempo, o Jornal do Dia também fazia a mesma coisa. Ficou então aquela expectativa de qual jornal impresso da cidade seria o primeiro a ser *offset* em Macapá. Cheios da vaidade, o Silas montou uma equipe boa, uma redação legal. A primeira impressão foi muito elogiada pela qualidade do papel. Saiu uma semana antes. Foi num domingo, Dia das Mães, dia 8 de maio e o Jornal do Dia, em 15 de maio. O Jornal do Dia já rodava antes em Macapá, mas era impresso em Belém. A disputa era para ver qual seria o primeiro a ser impresso em *offset* em Macapá. (CAVALCANTE, 2018).

Ao confrontar a informação com Randolph Scoot (2018), ele não soube precisar qual de fato foi o primeiro a circular com impressão *offset* realizada em Macapá, mas garantiu que Alcinéa Cavalcante “é confiável porque ela é muito séria quando se trata da história da imprensa do Amapá”. Aqui optou-se em deixar as duas versões, sem privilegiar para uma ou outra.

Para a época, a estrutura do *Amapá Estado* impressionava localmente. Depois de sair do *Jornal do Dia*, Édi Ribeiro (2018) passou a trabalhar no semanário de Silas Assis. Ele afirma que pela primeira vez viu uma redação com computadores, no Amapá. Para o jornalista, o referido jornal foi o primeiro a ser informatizado. Alcinéa Cavalcante (2018) lembra que todas as salas ainda eram equipadas com aparelhos de ar-condicionados e a equipe tinha carro disponível para o deslocamento dos profissionais e parque gráfico, estrutura não vista até então em demais redações amapaenses. Além disso, o *Amapá Estado* se tornou conhecido no meio jornalístico por pagar os maiores salários aos jornalistas, com quitação em dia, carteira assinada e promoção de festas de fim de ano com distribuição de presentes aos funcionários.

Alcinéa Cavalcante (2018), que chegou a ser editora do periódico, não soube dizer como o jornal conseguia receita para manter a estrutura. Ela, no entanto, disse que a família Assis sempre se mostrou muito próxima ao poder, tanto em âmbito

estadual, quanto federal. Além de Silas Assis, o jornal era administrado pelos filhos Silvio e Silas Assis Júnior.

Um dos políticos mais próximos a eles é José Sarney, que na época do lançamento do jornal gozava do mandato de presidente da República. Essa relação ainda parece ser próxima. Em todas as ocasiões em que visitei o jornal *a Gazeta*⁴⁴, de propriedade de Silas Assis Júnior, em Macapá, em sua sala existia um quadro com uma fotografia ao lado de Sarney durante a inauguração da *TV Gazeta*⁴⁵.

Segundo Alcinéa Cavalcante (2018), no mandato de José Sarney também entrava “uma grana boa” em decorrência dos anúncios do governo federal. Édi Prado (2018) lembra que essa relação da família com o poder na linha editorial do jornal:

[A linha editorial] era sempre a de atender aos interesses de quem pagasse. Era mais política do que outros temas, atendendo aos interesses do poder. Tirando a cara do governador, no resto poderia chutar. A única coisa que eles não queriam que a gente batesse era em cima do governador, na época era o Nova da Costa. Depois dele, no Barcellos. Era a única imposição. (RIBEIRO, 2018).

Silas Assis permaneceu pouco tempo a frente do *Amapá Estado*. Em 1988, houve a troca de comando da propriedade para Silvio Assis, que ficou até o fim do jornal, em 2002. Logo no início dos anos 1990, o irmão dele, Silas Júnior se mudou para o Pará. Lá, criou um jornal em Ananindeua, região metropolitana de Belém.

⁴⁴ Surgiu em 5 de outubro de 2001. É um dos três de circulação diária existentes no Amapá, ao lado do *Jornal do Dia* e *Diário do Amapá*.

⁴⁵ *TV Gazeta* era afiliada da Record, no Amapá, e nasceu em 2004 depois de uma sociedade entre Silas Assis Júnior e os então deputados estaduais Edinho Duarte, Jorge Amanajás e Dalto Martins. Todos já deixaram os cargos políticos. Edinho está preso por corrupção após condenação em segunda instância; Jorge deixou o parlamento para se candidatar ao governo em 2010 e nunca mais ganhou nenhuma eleição; e Dalto morreu vítima de acidente aéreo em 2012. O grupo comprou a concessão do empresário José Alcolumbre, que também é dono da *TV Amazônia* (SBT) e duas rádios FM e uma AM. A *TV Gazeta* virou *TV Equinócio*, quando Silas saiu da sociedade, em 2006. O trio de políticos vendeu a emissora em 2010 à família dos irmãos Marcos Reátegui (delegado de Polícia Federal e ex-deputado federal) e Moisés Souza (ex-presidente da Assembleia Legislativa e cumpre pena por corrupção). Desde 2014 é do grupo empresarial liderado pelo vice-governador Jaime Nunes, eleito em 2018, na chapa com Waldez Góes (PDT).

Figura 20 – Capa do Amapá Estado, de 9 de julho de 1995



Fonte: Amapá Estado (9/07/1995)

Segundo Alcinéa Cavalcante (2018), a linha editorial se mostrou diversificada até 1990, quando houve a primeira eleição para governador, tornando-a estritamente voltada ao noticiário político. No pleito, ela conta que o semanário passou a tomar lado, apoiando Anníbal Barcellos ao executivo estadual e o ex-comandante da Polícia Militar (PM), Júlio Miranda, para o cargo de deputado na Assembleia Legislativa. Um ano antes, em 1989, a família Assis apoiou Fernando Collor para a presidência da República. Na visão da entrevistada, antes de 1990, o *Amapá Estado* só não havia tomado lado porque os irmãos Assis ainda não sabiam como funcionava o poder local.

Em 1990, quando tivemos a primeira eleição, começou a decadência editorial porque veio a questão de apoiar tal candidato. Nesse caso, apoiou o Barcellos para o governo. No entanto, me deixava meu colocar o Gilson Rocha, do PT. Era sempre assim. Tudo abria com o Barcellos e no segundo parágrafo com o Gilson. No segundo turno, quando estava entrando muito dinheiro e pediram para irmos para baixaria, dizendo que o Gilson batia em mulher, disse que estava fora e saí. Desse jeito não fiquei. Para presidente, eles apoiaram o Collor. Para deputado estadual o Júlio Miranda. (CAVALCANTE, 2018).

O *Amapá Estado* tinha formato tabloide, conforme a única capa encontrada durante a pesquisa de campo realizada em Macapá. Datada de 9 de julho de 1995, nela é possível perceber que o tom da linha editorial continuou a mesma.

Das 11 manchetes, nove eram notícias negativas em relação ao governo de João Capiberibe⁴⁶, desafeto político de Anníbal Barcellos, que por sua vez, era aliado de Silvio Assis. Segundo Alcinéa Cavalcante (2018), o periódico era composto por 16 páginas. Édi Ribeiro (2018), por outro lado, lembra de 32. Ambos não recordam a quantidade de tiragem nem se circulava em outro lugar além de Macapá, apesar de ter colaboradores que mandavam informações de outros municípios – sem precisar quais –, dando pluralidade ao regionalismo das notícias em seu aspecto geográfico da cobertura dos acontecimentos.

O jornal encerrou suas atividades em 2002 por conta de problemas judiciais enfrentados pelo próprio dono. Em julho daquele ano, o juiz federal Anselmo Gonçalves expediu mandado de prisão contra o empresário por sonegação fiscal⁴⁷. Na mesma decisão, o magistrado mandou lacrar o *Amapá Estado* e a mansão onde Assis morava no bairro Alvorada, área nobre de Macapá. Por essa casa, inclusive, Silvio Assis carregou a fama de praticar extorsão de autoridades amapaenses filmadas no imóvel em festas com bebidas, drogas e mulheres⁴⁸. Com mandado de prisão em aberto, saiu foragido do Amapá, se refugiando em Brasília, onde ainda mantém residência.

Antes disso, Silvio Assis foi indiciado na Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) do Narcotráfico da Câmara dos Deputados⁴⁹, depois de ser apontado por uma testemunha como um dos principais traficantes de drogas e armas para o Amapá. O caso gerou a prisão temporária de Assis, em 2000, por não ter comparecido aos

⁴⁶ João Capiberibe, do PSB, assumiu o governo em 1 de janeiro de 1995 ao vencer as eleições do ano anterior depois da coalizão de partidos de esquerda para derrotar o “Barcellismo”.

⁴⁷ Disponível em: <<https://congressoemfoco.uol.com.br/opiniaao/colunas/o-passado-do-lobista-que-pagou-viagem-de-vava/>>. Acesso em: 09 de jan. de 2019.

⁴⁸ Relatório Final da CPI do Narcotráfico. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-temporarias/parlamentar-de-inquerito/51-legislatura/cpinarco/relatoriofinal.pdf>>. Acesso em: 09 de jan. de 2018.

⁴⁹ Foi uma CPI presidida pelo então deputado Magno Malta e que percorreu todos os estados brasileiros entre 1999 e 2000. Ao todo, a comissão ouviu 355 pessoas em 129 reuniões, gerando o indiciamento de 800 investigados, segundo o relatório, de dezembro de 2000. No Amapá, sete receberam indiciamento por formação de quadrilha, enriquecimento ilícito, sonegação fiscal e associação criminosa para tráfico, ou facilitação de tráfico de drogas. Entre eles estiveram empresários, deputados estaduais, vereadores, prefeito e conselheiros do Tribunal de Contas. O documento foi encaminhado às autoridades judiciárias, no entanto, nenhum dos indiciados amapaenses recebeu acusação na Justiça em decorrência da CPI.

depoimentos enquanto a comitiva da CPI esteve no estado⁵⁰. Em um dos trechos do relatório final da investigação da Câmara dos Deputados, Silvio Assis recebe as seguintes considerações envolvendo o jornal *Amapá Estado*:

Segundo os depoimentos, SILVIO ASSIS é conhecido chantagista em Macapá/AP. Organizava festas com mulheres ditas de “vida fácil”, convidava políticos locais, os fotografava em situações comprometedoras e depois utilizava esse material para alcançar seus objetivos. Também utilizava-se de seu jornal “Amapá Estado” para caluniar e extorquir as pessoas. Talvez essas atitudes justifiquem os altíssimos valores pagos pelo Tribunal de Contas do Estado para confecção de seu regimento interno às empresas de SILVIO ASSIS. Por diversas vezes a Presidente do TCE entrou com ações judiciais contra matérias caluniosas publicadas no jornal Amapá Estado contra a sua pessoa. (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2000, p. 309).

Um dos contratos celebrados entre o *Amapá Estado* e o Tribunal de Contas do Estado (TCE) virou denúncia promovida pelo Ministério Público (MP) do Amapá, ingressada na Justiça em 2000. A acusação apontou que Silvio Assis e Margareth Salomão⁵¹ – então presidente do TCE – celebraram um contrato com finalidade de desviar dinheiro público através de fraude em licitações e preços superfaturados em serviços gráficos e de publicidade prestados pelo *Amapá Estado*. As irregularidades teriam ocorrido entre 1995 e 1997 e envolvido o montante de R\$ 4 milhões. O caso teve resolução somente em 2018, inocentando os réus dos crimes de improbidade administrativa⁵². A Justiça não considerou que houve superfaturamento e que a dispensa de licitação seguiu a legislação.

Todo esse histórico conturbado de Silvio Assis culminou para que o *Amapá Estado* nunca mais fosse relançado depois de fechar as portas em 2002. Sua gráfica, adquirida do Senado Federal, em 1989, foi repassada a Silas Júnior para imprimir a *Gazeta*, que ainda permanece no mercado.

Com o *Amapá Estado*, o jornalismo impresso contabiliza 16 jornais no período do território federal. Destaca-se no *Jornal Amapá* o pioneirismo em circular em outros municípios além de Macapá em um lugar que no século XXI ainda sofre com a precariedade de logística das estradas e hidrovias. O periódico, criado por Janary Nunes, também deixou sua marca por inserir em sua redação a figura do

⁵⁰ Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidian/ff0604200024.htm>> . Acesso em 09 de jan. de 2019.

⁵¹ Morreu em Macapá, em 2012, vítima de câncer.

⁵² Disponível em: <<https://www.diariodoamapa.com.br/cadernos/politica/dezoito-anos-depois-juiza-inocenta-empresario-silvio-assis-e-ex-presidente-do-tce-amapa-de-acusacoes-do-ministerio-publico/>> . Acesso em: 09 de jan. de 2018.

repórter fotográfico, função desempenhada desde o fim do século XIX no jornalismo brasileiro (AZEVEDO, 2009). No *Jornal Amapá*, pela primeira vez uma equipe compôs a produção, algo limitado a até duas pessoas na primeira fase do jornalismo amapaense.

O *Jornal Amapá* representou o que Aguiar (2016) considera como o ideal de jornalismo regional por circular e produzir informações de outras cidades além do lugar onde está sediado e por possuir uma equipe com divisão de funções delineadas. A existência de um fotógrafo dá sustentação para essa suposição. O periódico também está inserido no que Aguiar (2016) considera como um veículo regional a partir da perspectiva da escala geográfica de abrangência. A iniciativa, aliás, conseguiu ser a mais estruturada até o fim dos anos 1960 ao ter por trás um aporte financeiro do governo territorial em um lugar com economia polarizada entre a administração pública e mineração (IBGE, 1975).

Uma característica desse período político-administrativo do Amapá em relação aos jornais impressos se refere a sua sustentação. O governo territorial se tornou a principal fonte de renda para 9 dos 16 periódicos até o fim de 1990. De fato, isso é uma peculiaridade de lugares semelhantes ao Amapá. Isto é, afastados de grandes centros populacionais desenvolvidos economicamente (BELTRÃO, 2013; BUENO, 2013; PERUZZO, 2005).

Destaca-se, contudo, iniciativas que decidiram ir à contramão dessa característica financeira. O jornal *A Notícia*, de Danilo Du Silvan, é o primeiro. O periódico aproveitou-se a oportunidade das inaugurações de obras da mineradora ICOMI e conseguiu patrocínio integral da sua produção pela empresa. Manter um jornal para atender seus interesses também era de interesse da multinacional. Outro que seguiu a mesma linha, a *Folha do Povo*, ousou. O periódico, criado por militantes do PTB, decidiu abrir as cotas da empresa e 300 pessoas viraram acionistas no início dos anos 1960, demonstrando o interesse da população por um informativo de contraponto ao *Jornal Amapá*, do governo. A iniciativa do PTB ainda representou o marco da inserção do repórter. Era mais que um jornal, tinha molde de uma empresa, com diretor, cargos definidos na redação e na tipografia, representando mais um marco do jornalismo. Isso ocorria nos jornais brasileiros desde meados da primeira metade do século XX (BAHIA, 2009; MARTINS; LUCA, 2008).

Um marco do ponto de vista da cobertura tem *A Voz Católica* como protagonista. O periódico, que se colocou como alternativa à censura imposta aos demais jornais, teve o primeiro correspondente no Amapá. A função pioneira, desempenhada por um padre, era fixada em Oiapoque, na fronteira com a Guiana Francesa.

Nos anos 1970, três jornais surgiram. Desses, o *Jornal do Povo* se mostrou o mais ousado do ponto de vista de inovações. Quatro marcas deixadas pelo periódico se destacam: o primeiro a circular diariamente, a ser impresso em tipografia linotipo, a ter uma mulher na redação e um correspondente fora do Amapá. Seu mentor era experiente no jornalismo. Haroldo Franco se revezava entre aulas proferidas na UFPA e a atuação jornalística belenense. Amapaense, decidiu abrir um periódico em sua terra natal. Para bancar a estrutura, contudo, também teve participação do governo territorial, o que não apaga a sua importância para o jornalismo do Amapá.

Ainda nos anos 1970, outro marco a ser destacado é o do *Marco Zero do Equador*, que destinou uma página específica para Santana, então distrito de Macapá. Isto é, a cobertura da localidade virou algo rotineiro e não de forma pontual. Na mesma esteira de romper o limite geográfico da cidade macapaense, a segunda versão da *Folha do Povo* se tornou o primeiro a instalar sua redação em Santana, sendo o pioneiro fora de Macapá.

Nos anos 1980, o *Amapá Estado* inovou no aspecto tecnológico por dois marcos no jornalismo amapaense. O primeiro trata da impressão. Com todos os jornais impressos em máquinas tipográficas manuais ou linotipos até então, a família Assis adquiriu a inédita *offset* para o Amapá. Isso ocorreu 20 anos depois de a tecnologia ser usada pela primeira vez no Brasil pela *Folha de São Paulo*, em 1967. Esse marco gerou outro: a informatização de uma redação amapaense. Diferentemente de outros atrasos tecnológicos, o computador não demorou a chegar ao *Amapá Estado*. Ele já iniciou, em 1987, com computadores substituindo as máquinas de escrever. A *Folha de São Paulo* é a pioneira no uso da ferramenta no país em 1982 (VILLAMÉA, 2008). A última década também representou mudanças editoriais. O *Correio Popular*, segundo Édi Ribeiro (2018), abdicou do tom opinativo e literário que ainda permeava o jornalismo amapaense e introduziu o caráter informativo, com uso de lead e textos objetivos.

O atraso tecnológico das máquinas de impressão dos jornais do Amapá refletiu na periodicidade. Apenas dois circularam diariamente. O restante semanalmente. Cabe ainda destacar o aspecto logístico. O Amapá aumentou em apenas 5% a quilometragem de estradas entre os anos 1960 e 1970, segundo o IBGE (1960; 1975). Todas se encontravam sem asfalto até início dos anos 1970 (IBGE, 1975). Nas rodovias federais, por exemplo, até 2018, nenhuma possuía obra concluída. Para citar um exemplo, a principal rodovia que liga o Amapá de Norte a Sul, a BR-156, começou a ser asfaltada em 1976 e ainda não está pronta. Isso afeta diretamente a distribuição de exemplares, pois gerava um custo a mais do previsto para os jornais, que viviam no limite financeiro por conta da dependência dos governos territoriais. Mesmo assim, sobre o regionalismo no aspecto de abrangência da circulação e da cobertura das notícias (AGUIAR, 2016), dos 16 periódicos, sete romperam o limite de suas cidades sede.

No campo da radiodifusão, são estabelecidos neste capítulo 21 marcos do jornalismo. Se nos jornais impressos, o fator político da atuação do governo territorial perante os jornais impressos se mostrou determinante para o surgimento das iniciativas jornalísticas, na rádio e TV o poder público também aparece como principal marca para a entrada dessas mídias no mercado.

Quanto às rádios, são mapeadas cinco iniciativas que existiam entre 1943 até 1990. A catalogação se deu a partir do cruzamento de informações de três técnicas: pesquisa bibliográfica, pesquisa documental e entrevistas de história oral.

5.2. RADIOJORNALISMO

Se no caso dos impressos a partir do *Jornal Amapá*, o governo territorial teve papel crucial para interromper o vazio de iniciativas jornalísticas que existia desde 1918 quando o *Correio de Macapá* deixou de circular, no rádio não foi diferente. A primeira emissora também surgiu como desdobramento das ações do Serviço de Imprensa e Propaganda a fim de criar uma imagem positiva do poder executivo recém-instalado, em especial ao “Janarismo”⁵³. Assim surgiu a Rádio Difusora de Macapá, instalada em 15 de dezembro de 1945, depois de 23 anos da primeira transmissão de rádio no Brasil.

⁵³ Período político que compreende a 1943 a 1964, quando Janary Gentil Nunes exerceu o comando do governo territorial do Amapá e indicou seus sucessores para o mesmo cargo (SILVA, 2017).

O embrião da Difusora foi um sistema de alto-falantes, existente nas principais ruas de Macapá, inaugurado em 25 de fevereiro de 1945 pelo governo territorial. Os próprios registros oficiais da rádio, entretanto, não consideram essa data como o da sua instalação, porque inexistia frequência no serviço de alto-falante e equipe (RÁDIO DIFUSORA DE MACAPÁ, s/d). Isto é, não se tratava de uma rádio, mas um sistema de som para divulgar informações de interesse do governo territorial.

Na primeira transmissão através do serviço de alto-falantes, às 17h de 25 de fevereiro de 1945, o então diretor do Serviço de Imprensa e Propaganda, Paulo Eleutério, já anunciava que aquele sistema de som se tratava da gênese da Rádio Difusora de Macapá, de frequência de Amplitude Modulada (AM).

A apresentação do Serviço foi feita pelo jornalista amazonense e Diretor do S.I.P., Paulo Eleutério Cavalcanti de Albuquerque. Segundo os registros históricos, Paulo Eleutério, em seu pronunciamento ao microfone, explicou que “modesto ainda, o Serviço de Imprensa e Propaganda iniciava a utilização do rádio, dotando a cidade de um aparelhamento sonoro de alto-falantes, preparando-se para a tarefa maior de uma estação rádio-emissora que abrangesse todo o Território e pudesse levar ao Brasil, a palavra fraterna e confiante do Amapá” (RÁDIO DIFUSORA DE MACAPÁ, s/p, s/d).

O funcionamento da Difusora em 15 de dezembro de 1945 ocorreu em caráter experimental. Com o *slogan* “A voz mais jovem do Brasil”, começou apenas com duas horas de programação, das 20h às 22h. Em 15 de junho de 1946, o horário mudou para das 16h às 18h e das 21h30 às 22h30.

O primeiro evento externo da Difusora ocorreu em 23 de julho de 1946, nas homenagens a Iracema Carvão Nunes, primeira esposa do governador Janary Nunes, que havia morrido no mesmo dia do ano anterior, em 1945. Naquele, a rádio ainda não ocupava o atual prédio, na Rua Cândido Mendes. A mudança se deu em 11 de setembro do mesmo ano. Até então, a emissora funcionava na antiga intendência de Macapá, na Avenida Mário Cruz. Ambos os endereços são no Centro (RÁDIO DIFUSORA DE MACAPÁ, s/d).

O dia 11 de setembro de 1946, quando houve a mudança para as instalações do prédio novo, também marcou o fim da programação em caráter experimental dos equipamentos. A nova programação, às 20h, foi inaugurada com uma palestra sobre prevenção e tratamento de tuberculose, pelo médico Carlos Alberto Monteiro Leite.

Por permanecer como a única rádio até surgir a Rádio Equatorial em 1962, a Difusora também realizou a primeira transmissão de um evento esportivo no Amapá. O fato ocorreu em 7 de setembro de 1948, na partida de futebol entre o Amapá Clube e Esporte Clube Macapá, pela quinta rodada do Campeonato Amapaense, no campo da Praça Veiga Cabral, no Centro de Macapá. A partida terminou com o placar de 1 a 1 (RÁDIO DIFUSORA DE MACAPÁ, s/d).

Frisa-se que a Difusora, apesar de ter nascido dois meses depois do fim do Estado Novo (1937-1945), a mentalidade desse período ditatorial liderado por Getúlio Vargas, ainda desencadeava o comportamento do governo territorial com a emissora amapaense em seus anos iniciais, principalmente enquanto o Janarismo ainda predominava no Amapá.

O governador Janary Nunes utilizou da mesma estratégia de massificação através do rádio adotada pelo seu padrinho político, Getúlio Vargas, para também construir uma imagem positiva em torno de sua figura diante da população amapaense. Uma das maneiras de popularizar o rádio no Estado Novo se desdobrou na inauguração de emissoras ao longo do território nacional. De 42 no país, em 1937, o número saltou para 111, em 1945, segundo Marialva Barbosa (2013a). Todas eram acompanhadas rigorosamente pelo Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), do governo federal.

No Amapá, no entanto, se tornava inviável criar mais uma emissora por uma simples razão. O aparelho de rádio era considerado muito caro para a população amapaense. O jornalista Ruy Guarany Neves⁵⁴ (apud LÁZARO, 2015), um dos primeiros funcionários da Difusora, recorda que o governador Janary Nunes tinha conhecimento de que a maioria dos cidadãos de Macapá não possuía condições o aparelho de rádio em casa. Pelo menos até no início dos anos 1940, o “alto custo da tecnologia impedia a sua proliferação” (BARBOSA, 2013a, p. 233).

Para driblar o problema, Janary Nunes se inspirou no antigo corredor de alto-falantes como solução. Diferentemente do sistema anterior, dessa vez, apenas um equipamento irradiava as ondas da Difusora à população. O projetor sonoro ficou na Praça Veiga Cabral, principal ponto de encontro dos macapaenses naquela época. O fim de tarde era o principal horário de aglomeração de pessoas para acompanhar a programação da rádio estatal.

⁵⁴ Morreu em 2017 em São José dos Campos, em São Paulo.

Ciente de que parte da população de Macapá não possuía rádio, o governo Janary Nunes determinou a instalação de um projetor de som na praça matriz, onde muita gente comparecia a partir das 18 horas para ouvir as últimas notícias. O pequeno transmissor funcionava no próprio prédio da emissora, próximo à console de operação (NEVES apud LÁZARO, s/p, 2015).

Com o passar dos anos 1940, o rádio caiu de valor. No início dos anos 1950, a aquisição do aparelho se tornou viável. No comércio de Rio de Janeiro e São Paulo, por exemplo, o comércio ofertava a tecnologia com modelos de prestações a Cr\$ 20 para um salário mínimo da época de Cr\$ 380 (BARBOSA, 2013a).

A queda no preço do aparelho refletiu também em Macapá. No início dos anos 1950, segundo Ruy Neves (apud LÁZARO, 2015), o rádio acabou se tornando um equipamento popular na casa dos habitantes da capital do Território Federal do Amapá. Com isso, para propagar ainda mais os ideais de seu governo, Janary Nunes determinou a aquisição de um transmissor com potência quatro vezes maior que o anterior. A compra possibilitou que pela primeira vez o interior do território federal também acompanhasse a transmissão da Difusora, até então restrito a Macapá. O marco da inauguração da abrangência do novo sinal é de 13 de setembro de 1952. Era a data de aniversário de nove anos do desmembramento do Amapá do território do Pará.

O governador Janary Nunes determinou a aquisição de um transmissor de fabricação Indeletron, potência de 1kw, faixa tropical de 4.915 Khz, que entrou em operação no dia 13 de setembro de 1952. Com essa providência, o interior passou a receber as informações sobre os atos do governo. A primeira notícia vinda do exterior dizia que os sinais da RDM estavam sendo recebidos na Alemanha. (NEVES apud LÁZARO, s/p, 2015).

Na grade de programação desde o início das atividades em definitivo da Difusora, o Grande Jornal Falado E-2, era o principal. De segunda-feira a sexta-feira, às 21h, com duração de uma hora. Era composto pelos seguintes quadros: Comentário do Dia, A Cidade em Revista, Indústria Comércio e Finanças, Notas Científicas, Notícias dos Estados, O que vai pelo Mundo, Atualidades do Esporte, Siga Este Exemplo e Galeria dos Homens Célebres. Seu formato e nome tiveram como inspiração ao Grande Jornal Falado Tupi, da Rádio Tupi de São Paulo (RÁDIO DIFUSORA DE MACAPÁ, s/d).

As informações locais eram mescladas com as nacionais. Os jornalistas selecionavam o que ocorria de notícia em outros lugares do país a partir da programação de demais emissoras de rádio Brasil afora. Em 1961, entrou em operação na Difusora um setor de radiotelegrafia especificamente criado para captar noticiários internacionais por meio de código Morse, das agências internacionais *United Press Internacional*, *France Press* e *Meridional*, possibilitando assim que o Grande Jornal Falado E-2 também pudesse dar informações de âmbito mundial.

O jornalista Humberto da Costa Moreira (2018)⁵⁵, um dos pioneiros da Difusora e que ainda permanece na rádio, ingressou como repórter em 1967. Ao longo do tempo, por ser estatal, a emissora nunca deixou de ser o principal porta-voz da ideologia dos governos que passaram pelo território federal. Ele também lembra que na captação das notícias de fora do Amapá, o telegrafista ficava praticamente o dia inteiro atento na escuta das agências de notícias para saber o que acontecia de notícias para redigi-las e serem lidas à noite no Grande Jornal Falado E-2.

Éramos uma espécie de diário oficial do governo. O que o governo fazia, tínhamos que divulgar, até porque era o único do estado. O programa principal era o Jornal Falado E2, às 21h. Comecei no esporte, mas com dois anos, acabei parando em outros programas. A maior parte das notícias era do governo do estado. As notícias nacionais eram redigidas a partir de um telegrafista. Ele ficava em um rádio com um fone de ouvido e uma máquina de escrever na frente, captando as notícias de agências por código Morse. (MOREIRA, 2018).

Destaca-se, aliás, que mesmo pertencente ao governo territorial, a Difusora não escapava da censura imposta pela Polícia Federal na Ditadura Militar. Humberto Moreira (2018) conta que os *scripts* dos jornais e a programação das músicas a serem reproduzidas na programação eram vistoriados pelos censores. Apesar disso, os jornalistas da emissora não enfrentavam problemas, pois como atuavam em uma estatal, os informativos eram alinhados às normas impostas à época.

Eles ficavam em cima da gente o tempo todo para não deixar passar nada contra o governo. Nesse período deveríamos ter muito cuidado com o que dizíamos. Quando vinha alguma autoridade do governo federal, não poderíamos falar nada. Tinha até jornalista de outras empresas presos para depois ser solto após a autoridade federal deixar o Amapá. Nós, da Difusora

⁵⁵ Concedeu entrevista ao autor em 10 de julho de 2018, em Macapá.

não chegamos a esse ponto. Havia muito cuidado por parte dos jornalistas para não ser pego. (MOREIRA, 2018).

Na Ditadura Militar, o principal marco histórico da Difusora foi sua cessão pelo governo territorial à União. Em 1975, o presidente Emílio Médici criou a Empresa Brasileira de Comunicação, a RádioBrás, para gerir as emissoras de rádio e televisão no país. Era o pretexto que o então governador capitão da Marinha, Arthur de Azevedo Henning, precisava para o governo se desfazer da Difusora a fim de cortar custos.

De acordo com o jornalista e historiador Nilson Montoril (2012, s/p), desde quando Henning assumiu a gestão do Amapá, a Difusora perdeu importância para o governo, chegando a parecer “um arremedo de emissora”. Além dos custos, Humberto Moreira (2018) acrescenta que o governador da ocasião acreditava que a TV merecia mais atenção. Quando foi repassada ao governo federal, em 28 de agosto de 1978, já funcionava em Macapá a TV Amapá, afiliada Rede Globo.

Com a passagem de administração, a Difusora mudou de nome para Rádio Nacional de Macapá. Não houve mudança significativa na programação (MOREIRA, 2018; MONTORIL, 2012). A principal ocorreu na estrutura da emissora. Por ter ficado sem investimentos desde o início dos anos 1970, novos equipamentos surgiram e os que existiam ali ficaram considerados obsoletos.

Seu prédio passou por soberbas reformas para a instalação de dois modernos estúdios para locução, um estúdio para gravações e um estúdio para uma emissora de frequência modulada. Os bens da Difusora, tidos como velharia, foram declarados inservíveis e relegados ao lixo. (MONTORIL, 2012).

A RádioBrás transformou a Difusora em referência. O governo federal implantou na emissora amapaense o modelo que acreditava ser o ideal de rádio em aspecto estrutural e editorial. Houve a construção de estúdios e qualificação técnica dos profissionais. A nova gestão ainda buscou renovar o quadro. Os mais velhos foram demitidos, permanecendo os mais jovens.

Quando a RádioBrás chegou aqui, os jornalistas mais antigos foram descartados pela emissora e novos profissionais foram contratados. O Pedro Silveira, que era grande redator e locutor, já tinha 60 anos, por exemplo, então foi demitido. Ficaram os mais novos. Depois disso, fizemos cursos profissionalizantes relacionados ao rádio. Antes o nosso trabalho era meio empírico. Além disso, houve um avanço técnico, com bons aparelhos tecnológicos modernos para a época. A gestão nacional da RádioBrás dizia

que a Difusora era uma espécie de modelo de rádio que eles pretendiam implantar para que outros lugares do Brasil se inspirassem (MOREIRA, 2018).

O jornalista Paulo Silva (2018)⁵⁶, que entrou na emissora em 1972, também acompanhou de perto essa transição. Além da estrutura, ampliada e moderna para a época, houve intercâmbio de profissionais entre as rádios estatais administradas pela RádioBrás, tendo a Difusora como referência. Jornalistas de outros lugares do país desembarcavam em Macapá para aprimorar o conhecimento na emissora amapaense. Nesse período ainda houve o incremento de jornalismo na programação. Somado ao Grande Jornal Falado E-2, a rádio ofertou ao público jornais no início da manhã, meio-dia, fim de tarde e boletins a cada hora. Essas alterações na grade refletiram na equipe, com aumento de pessoal (MOREIRA, 2018; SILVA, 2018; MONTORIL, 2012), surgindo a figura do repórter de rádio. Até então, não existia estrutura técnica para que jornalistas entrassem ao vivo das ruas, restringindo a realização dos jornais às leituras de notícias.

Gente de fora vinha fazer curso aqui e gente daqui viajava para fora. A Difusora era pioneira, mas a modernidade veio com a Rádio Nacional. Até então, os equipamentos eram velhos, não tinham nada de moderno. Todos os grandes radialistas do Amapá passaram por lá. Agora a modernidade, veio com a Rádio Nacional. (...) Aí passamos a ter jornal pela manhã, meio dia, fim da tarde e noite. Além dos noticiários hora a hora. Foi ampliando a equipe, inclusive. Essa situação se manteve quando a Rádio Nacional deixou de existir. (SILVA, 2018).

A modernidade técnica implantada pela RádioBrás durou até a saída da gestão do governo federal da Difusora. O governador Jorge Nova da Costa requereu novamente os direitos de concessão e administração da emissora, assim como os equipamentos. A RádioBrás aceitou devolver, mas desde que o poder executivo local comprasse todo o patrimônio. A doação foi recusada. A União entendeu que deveria ser indenizada por ter investido recursos na modernização dos equipamentos e construção de estúdios.

O retorno da Difusora sob administração do governo territorial ocorreu em junho de 1989, depois da compra por 800 mil cruzeiros divididos em 12 parcelas. Por trás da decisão do governo territorial de requerer a emissora existia o interesse político. A transação financeira, considerada abaixo do preço de mercado, teve intermédio do então presidente José Sarney, que um ano depois mudou seu

⁵⁶ Concedeu entrevista ao autor em 16 de julho, em Macapá.

domicílio eleitoral para o Amapá para disputar e vencer a eleição para o Senado. Ele e Jorge Nova da Costa são primos.

A Rádio Nacional de Macapá funcionou até junho de 1989. Neste ano, o governador Jorge Nova da Costa requereu a devolução da concessão da emissora e pediu a doação dos equipamentos da Rádio Nacional para o governo territorial. A Radiobrás disse, que, se o governo do Amapá quisesse reinstalar a RDM, deveria comprar os bens que constituíam a Rádio Nacional de Macapá. E assim ele fez. Em fevereiro de 1990, quando assumi a Secretaria de Administração, a qual a rádio estava subordinada, tomei conhecimento de que o pagamento das parcelas estava em atraso e a Radiobrás ameaçava reavê-la. Autorizado pelo Dr. Jorge Nova da Costa fiz contato com o Benedito Picanço, Secretário de Finanças e regularizamos a dívida. Ao deixar a SEAD, a Difusora estava paga (MONTORIL, 2012, s/p).

Além da falta de pagamento das parcelas citada por Montoril (2012), os jornalistas Paulo Silva (2018) e Humberto Moreira (2018) consideram que o retorno da administração ao governo territorial representou retrocesso à emissora:

Os gerentes [da emissora] da época mantiveram [a estrutura], mas depois infelizmente foi caindo a qualidade até por falta de apoio do próprio governo, que é o dono da rádio. Os governadores não se interessam muito pela rádio porque não apanham dela. Eles apanham das emissoras privadas. Lá ninguém vai bater nele, por isso não se interessam muito em dar apoio para a rádio oficial. (SILVA, 2018).

Quando a RádioBrás foi embora, deixou todo o equipamento e pessoal para o governo. Só que não houve o mesmo cuidado. Quando RadioBrás estava aqui, semanalmente técnicos vinham em Macapá para fazer manutenção. Com o governo, não. Não quis nem saber. Não sei nem como ainda está no ar. (...) Os caras não querem nem saber. A Difusora virou um patinho feio. O governo nem se deu ao trabalho de transformá-la em FM. O governo poderia até utilizar a rádio para diminuir o que faz com a imprensa, que é o pagamento para falar bem dele. O governo paga para os jornalistas falarem bem, mesmo que seja mentira. A rádio é relegada em segundo plano porque paga para essas pessoas fazerem isso e a rádio se ferra. (MOREIRA, 2018).

A Difusora atravessou do início do ao fim o período que o Amapá esteve na condição de território federal, porém não foi a única a existir nesse intervalo. Ela teve que enfrentar concorrência de outras quatro emissoras. Dessas, as duas primeiras surgiram no cenário local nos anos 1960. A primeira foi a Rádio Equatorial.

Criada em 19 de dezembro de 1962, teve uma passagem efêmera no cenário local, sendo interrompida pela Ditadura Militar no controle da imprensa. Apesar de sua curta duração, representa um marco por ter sido a primeira rádio de caráter

privado. Isto é, sem vinculação com qualquer entidade pública, religiosa ou sem fins lucrativos, no Amapá.

Apenas quatro dias depois de criada juridicamente, entrou ao ar de maneira experimental em 23 de dezembro de 1962, em frequência de estação AM (LÁZARO, 2016). A propriedade da emissora pertencia à Sociedade Anônima Técnica de Rádio do Amapá (Satra), formada por funcionários públicos do governo territorial e autônomos alinhados ao poder executivo, comandado por Terêncio de Furtado Mendonça Porto.

O jornalista João Lázaro (2016) escreveu sobre a efêmera vida da rádio em seu blog “Porta Retrato”. Ele narra que ao longo dos dois anos em operação, o transmissor utilizado possuía uma baixa potência, cobrindo apenas um raio de 30 quilômetros. Essa abrangência dava para cobrir apenas Macapá. Mesmo assim, segundo Lázaro (2016), a rádio conseguiu conquistar o público, que naquela década já estava habituada com a presença da tecnologia em razão da Difusora, que surgiu em meados dos anos 1940.

A Equatorial funcionou primeiramente na Avenida Padre Júlio Maria Lombaerde, no bairro Santa Rita, à época na região do Centro de Macapá, mas que atualmente faz parte da Zona Sul.

A nova emissora entrou em operação em 23 de dezembro de 1962, e cumpriu um período experimental, até final de janeiro de 1963, no horário de 12h às 14h e de 20h às 23h. Devido à boa qualidade do som e pela diversificação de sua programação, conseguiu conquistar boa parte da audiência, até então monopolizada pela Rádio Difusora de Macapá, que, por ser a única, reinava absoluta nesse campo desde sua fundação em 1946. (LÁZARO, s/p, 2016).

O controle acionário da Satra era formado pelos jornalistas Alcy Araújo Cavalcante e José Maria de Barros (diretor artístico da nova emissora); radiotécnicos Remy do Rego Barros, Arinaldo Gomes Barreto e Raimundo Rodrigues; radiotelegrafistas Agenor Rodrigues de Melo, Manoel Joaquim Esteves Rodrigues; o empresário José de Matos Costa, o Zelito, além dos técnicos em eletrônica Mário Chagas da Costa e Ivaldo Alves Veras. Na equipe, também a primeira mulher locutora de rádio no Amapá, função desempenhada por Osvaldina Siqueira. Ela também cuidava da discoteca da emissora. Na Difusora, a pioneira, Terezinha Fernandes, ingressou em 1964.

Como todos eram ligados ao governo do território federal, a programação da rádio Equatorial não se mostrou como um contraponto em relação às notícias veiculadas na estatal Difusora. A proximidade com o poder executivo rendeu a cessão de um novo prédio para a instalação dos equipamentos. O imóvel na Avenida Padre Júlio Maria Lombaerde ficava embaixo da torre, o que provocava interferência nas transmissões. A solução ao problema era mudar o estúdio ou a torre de lugar. Com isso, os equipamentos foram transferidos para a Rua Tiradentes, no Centro de Macapá. Não houve pagamento de alugueis para o governo territorial.

A rotina dos jornalistas do governo territorial na Equatorial dependia do trabalho desempenhado no Serviço de Imprensa e Propaganda. Eles se dedicavam à rádio privada nos dias de folga porque a administração pública, apesar de manter proximidade, não os liberava.

Uma curiosidade marcou a rápida passagem da Equatorial. Os membros da sociedade mantenedora da rádio apresentaram ao governo territorial um documento de autorização de funcionamento falsificado com se tivesse sido emitido pelo governo federal. Segundo Lázaro (2016), o tempo ainda não revelou quem do grupo de jornalistas praticou o ato.

De posse do documento falso, a Equatorial funcionou sem problemas durante todo o ano de 1963. A derrocada aconteceu com o golpe militar de 1964. Ao assumir a presidente da República, Castelo Branco mandou realizar um pente fino na documentação das rádios que funcionavam nos territórios federais. Na inspeção, houve a constatação de que a emissora de propriedade privada do Amapá operava de maneira clandestina (LÁZARO, 2016).

O jornalista João Lázaro (2016) considera que os membros da Equatorial optaram pela clandestinidade em razão do tempo que o processo de liberação da concessão poderia levar no governo federal. Na descoberta da fraude, o general Luiz Mendes da Silva exercia o cargo de governador no Amapá. Ele mandou reaver o prédio cedido à emissora e lacrar os equipamentos. O fato ocorreu em meados de julho de 1964 (LÁZARO, 2016).

Com a medida, a rádio Difusora recebeu todos os equipamentos e acervo artístico da Equatorial. João Lázaro (2016) comenta que naquele período, o ato resolveu um problema de operação técnica da emissora estatal em razão dos novos itens. Quanto aos jornalistas, os registros encontrados durante a pesquisa não

apontam para nenhum tipo de punição sofrida por eles em decorrência da ilegalidade do funcionamento da rádio.

Durante a Ditadura Militar, além da Equatorial, outra emissora também recebeu atenção especial dos censores, a Rádio Educadora São José, criada pela Prelazia de Macapá. A vontade de a Igreja Católica aumentar a propagação de seus ideais religiosos através das ondas radiofônicas iniciou ainda quando a Equatorial existia. Sem saber da clandestinidade da emissora, o bispo Dom Aristide Piróvano fez uma oferta aos proprietários. A proposta seria o investimento financeiro por parte da igreja sem qualquer pretensão de recebimento de receita, mas com a condicionante de 51% das cotas societárias serem repassadas à Prelazia de Macapá, além da mudança da programação para o caráter religioso. A oferta teve pronta recusa dos jornalistas (CUNHA, 2007).

A intenção da Igreja Católica no Amapá através dos meios de comunicação tinha como pano de fundo duas intenções, atesta Rodrigo Cunha (2007). A primeira seria o caráter religioso para inibir o crescimento do protestantismo em Macapá, que começava a se solidificar com adesão de adeptos antes católicos. De acordo com o IBGE (1975), em 1970, os evangélicos abrangiam 7.702 pessoas, número bem maior que os 529 recenseados em 1950. A outra proposta era política. A Prelazia entendia que a população do território deveria ter uma opção a mais de programação informativa a ofertada pela Difusora.

A motivação política afetou a programação da Educadora São José. Se na Equatorial a pretensão era sobrepor a religião na grade de programas, ao ganhar a concessão em 1966, a igreja acreditou por bem apostar na variedade com noticiários, radio teatro e programas de auditório e musicais.

Ao estrear em 4 de agosto de 1968, a Rádio Educadora São José representou dois marcos no segmento do jornalismo amapaense. Ao se contrapor à Difusora, pela primeira vez o governo territorial teria uma rádio que pudesse ferir seus interesses políticos. Além disso, a Educadora é a pioneira em relação a propriedade de emissoras pertencentes a instituições religiosas no Amapá.

Desde a montagem da equipe e sua preparação antes de entrar no ar, a Educadora buscou se diferenciar da Difusora. Foi realizado um processo seletivo com jovens entre 16 e 24 anos de Macapá. Ao todo, 108 homens e mulheres se inscreveram. Desses, 24 passaram pela aprovação em uma seleção que incluiu prova objetiva de língua portuguesa, escrita e interpretação de textos e por último a

de locução (LÁZARO, 2010). Entre o fim dos anos 1960 e início dos anos 1970, o Amapá possuía 58.505 pessoas que sabiam ler e escrever. Vinte anos antes, em 1950, esse quantitativo era de 12.008 habitantes (IBGE, 1975).

Depois dessas fases, eles ainda passaram dois meses em treinamento antes de inaugurarem no microfone. A forma da escolha da equipe seguiu rito totalmente diferente da sua principal concorrente, a Difusora. Lá, conforme citado anteriormente por Humberto Moreira (2018), os jornalistas eram funcionários do território federal e faziam o trabalho de maneira empírica, sem qualquer qualificação, pelo até 1978. Isso seguiu até 1978, quando o governo federal incorporou a referida emissora estatal amapaense.

Ao final do estágio são aproveitados os que demonstram maior capacidade, não prevalecendo nesse aproveitamento - de forma alguma – preferências pessoais ou recomendações. Não há, preferidos, muito menos, o melhor pelo pior, pois uma das finalidades do "Cursinho de Preparação", é formar uma equipe de elevado padrão, na qual o candidato seja ao mesmo tempo, locutor I, redator e também datilógrafo. (LÁZARO, s/p, 2010).

Um dos principais responsáveis por tirar todas essas propostas do papel foi o padre Domenico Bottan. Formado em Engenharia de Rádio pela Universidade de Ohio, nos Estados Unidos, acompanhou de perto a montagem da estrutura e o processo de seleção, que também contou a participação do padre Jorge Basile, editor do jornal *A Voz Católica*.

Quanto a estrutura, aliás, a Educadora construiu um prédio do zero, em um terreno na Rua Leopoldo Machado, no Centro de Macapá, com biblioteca, auditório, dormitório e dois estúdios. Todo esse aparato tecnológico e estrutural fez a Educadora ganhar o apelido de “caçulinha avançada” (CUNHA, 2007).

Luiz de Melo Ferreira (2018)⁵⁷, jornalista que atuou entre 1968 e 1972 na Educadora, lembra que toda estrutura necessária para a reportagem era oferecida pela Prelazia de Macapá. As reportagens nas ruas e entradas ao vivo eram constantes na programação. A primeira transmissão ao vivo de uma partida de futebol pela emissora também representou o pioneirismo de uma cobertura de um veículo de comunicação do Amapá em outro território. Aconteceu em 7 de setembro de 1968. A equipe de esportes acompanhou, em Belém, o jogo entre Juventus, de

⁵⁷ Concedeu entrevista ao autor em 10 de julho de 2018, em Macapá.

Macapá, contra o Sport Club Belém. Participaram deste feito o narrador Ivo Guilherme de Pinho, o comentarista José Moacir Banhos de Araújo e o repórter da Rádio Clube do Pará, Guilherme Jarbas Barbosa Santana, que colaborou com entrevistas à beira do campo (LÁZARO, 2010). O setor esportivo era um dos principais atrativos da Educadora, entretanto, o principal programa da grade se chamava “Fatos, Boatos e Vice-Versa”, apresentado por Bonfim Salgado⁵⁸ de segunda-feira a sexta-feira, das 13h às 14h. Nele, ficava clara a posição da emissora em relação a contraposição de ato do governo territorial e eventuais deslizes a administração pública (CUNHA, 2007; MONTORIL, 2012).

O entrevistado Luiz de Melo Ferreira (2018) recorda que a própria Igreja Católica incentivava os jovens jornalistas a criticarem a gestão governamental. Os textos lidos na programação passavam pelo crivo dos padres dirigentes da rádio.

A atração apresentada por Bonfim Salgado foi a que chamou para si essa conduta em relação ao governo. A atitude o fez receber vigilância constante dos militares do regime vigente no país.

Como a Difusora era apenas governo, todo sábado o governador prestava contas às 19h, o que era escroto. Na Educadora, éramos incentivados a dar “porrada” e o programa do Bonfim tinha esse perfil. (...) Tudo passava pelo padre antes. O Bonfim era muito bom e tinha uma voz boa. Chegou a ser preso, mas não pela Polícia Federal. Era pela polícia civil local a mando do governador. (FERREIRA, 2018).

De acordo com Nilson Montoril (2012), Salgado chegou a ser preso por oito vezes ao longo da existência da Educadora em razão dos comentários sobre a administração territorial e ditadura e ainda sofreu racismo em um dos diversos episódios de retaliação ao ser chamado de “macaco torrado” em um dos programas da Difusora, que buscava usar sua programação para responder as críticas da rádio religiosa.

Os deslizes dos governos territorial e municipal eram evidenciados de forma incisiva e o povo tinha voz ativa. Para tentar frear a grande aceitação do programa da RE, o governo contra atacou através da Rádio Difusora de Macapá. Os textos eram produzidos pelo jornalista Alcy Araújo Cavalcante e outros articulistas e lidos com soberba maestria pelo Pedro Silveira. Sem argumentos para contestar o que o Bonfim dizia, chegaram a chamá-lo, no ar, de “Macaco Torrado”. Altivo ele ignorou a ofensa. (MONTORIL, s/p, 2012).

⁵⁸ Faleceu em 2012, vítima de infarto, em Macapá.

Além de Bonfim Salgado, existiram outros casos de prisão a mando dos governadores ao longo da história da Educadora nesse período ditatorial. O jornalista Luiz de Melo Ferreira (2018) acrescenta que o então chefe de jornalismo, Edinardo Souza, era tido como comunista pelo Serviço de Imprensa e Propaganda. Os padres Gaetano Maiello e Jorge Basile sofreram ameaças por parte do governo territorial.

Em um dos ofícios enviados pelo governador Ivanhoé Martins, em 1975, é pedido que um dos apresentadores, de nome não relevado, seja afastado da emissora (CUNHA 2007). O fato é que o padre Gaetano Maiello saiu da Educadora por determinação da Confederação Nacional dos Bispos (CNBB). Jorge Basile, que segundo Ferreira (2018), se classificava como comunista, chegou a receber advertência pelas crônicas recheadas de ironias à administração pública.

A pressão exercida pela Ditadura se acentuou a partir de meados dos anos 1970, virando um dos motivos para a Prelazia de Macapá consultar os padres sobre a possibilidade de fechar a emissora. Em entrevista a Rodrigo Cunha (2007), Nilson Montoril, que apresentava o programa “Cidade Alerta” nos últimos anos da Educadora, frisa que a igreja não suportou as investidas do governo local.

A Rádio Educadora tinha uma postura crítica, com apoio de padres de vanguarda, como o Jorge Basile e o padre Gaetano Maiello, que tinham uma outra visão e não concordavam com tudo que estava acontecendo. Nós também tínhamos essa visão: o militar não poderia estar certo e o resto da sociedade errada. E por isso foi causando incômodo no Governo. Por conta disso, alguns políticos se uniram para fechar a rádio. (MONTORIL apud CUNHA, p.11, 2007)

Somado à questão política, a Educadora se afundava em dívidas tributárias em consonância os cortes de verbas do Vaticano para manter a estrutura, composta por 34 funcionários, todos de carteira assinada (FERREIRA, 2018; CUNHA, 2007).

O INSS, por exemplo, nunca pagaram, segundo disseram para gente na época. O Bispo nesse período era o Dom José Maritano, uma santa pessoa. puta que pariu. Tinha medo do governo e como viviam pressionando lá, a rádio começou a entrar em dívida ao mesmo tempo em que o Vaticano não mandava mais dinheiro. Então, além da dor de cabeça política, tinha questões da dívida. (FERREIRA, 2018).

Desde o seu primeiro ano, em 1968, Cunha (2007) afirma que a Educadora apresentava déficit. As despesas, mês a mês, tornavam-se maiores que as receitas. Nesse período, o governo territorial buscava patrocinar iniciativas jornalísticas

impressas, conforme mostrado anteriormente, entretanto, no caso da rádio religiosa, o padre Jorge Basile recusava o auxílio financeiro estatal por entender que poderia afetar a linha editorial da emissora.

Em 1971, as dívidas já somavam Cr\$ 43 mil. Nos anos de 1970 e 1971, não foram realizados os serviços de contabilidade. Resultado: despesas de Cr\$ 6.400. Nesta mesma época, os dois veículos utilizados pela emissora estavam na oficina, com peças para serem trocadas depois de tanto tempo de rodagem. Com as constantes faltas de energia, a rádio precisou comprar um gerador de Cr\$ 3 mil, mas até agosto de 1971, só foram pagos Cr\$ 500 e não havia dinheiro para o restante. As cabines de locução necessitavam de reformas, além de haver uma dívida com a Associação Brasileira de Rádio e Televisão (Abert), órgão que ainda exigia a construção de cercado em torno do parque transmissor, localizado a dois quilômetros da sede da emissora, na mesma rua Leopoldo Machado (CUNHA, p.13, 2007)

Diante do cenário de caos financeiro e pressão política, em março de 1978, o conselho eclesiástico da Prelazia de Macapá aprovou em consulta aos padres o fechamento da emissora. Um questionário com 12 perguntas em italiano deveria ser respondido no mesmo idioma pelos sacerdotes. De acordo com Cunha (2007), vinte padres responderam o documento. Apenas Dante Bertolazzi, José Busato e Lino Simonelli se posicionaram contra ao fim da Educadora. Outros 16 votaram pela interrupção. O padre Paulo Lepre se absteve. Era o aval que o bispo Dom José Maritano necessitava para silenciar a principal voz contra o governo territorial e a Ditadura, no Amapá. Em 17 de abril de 1978, a Rádio Educadora São José encerrou suas atividades, com um pronunciamento emocionado do padre Jorge Basile por conta da decisão tomada pelos seus pares religiosos.

Mais de um ano depois do fim da Educadora, o empresário José Matos da Costa, o Zelito⁵⁹, arrematou a concessão, os equipamentos e o acervo discotecário. A homologação, oficializada pelo decreto 83.867, de 16 de agosto de 1979⁶⁰, concedeu por mais dez anos a exploração do serviço de radiodifusão em frequência AM à “Z Sistema de Comunicação e Publicidade”, pertencente a Zelito.

Até entrar no ar, em 16 de janeiro de 1980, a emissora chamava-se Rádio Educadora de Macapá. Já na inauguração adotou o nome Rádio Equatorial, inspirado na homônima que existiu clandestinamente entre 1962 e 1964. O

⁵⁹ Como informado anteriormente, Zelito atuou como empresário no ramo do jornalismo amapaense como sócio dos impressos *O Estado do Amapá*, *Jornal do Povo* e segunda versão da *Folha do Povo*. Ele também foi um dos proprietários da primeira rádio Equatorial, que funcionou entre 1962 e 1964.

⁶⁰ Decreto 83.967, de 16 de agosto de 1979. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1970-1979/decreto-83867-16-agosto-1979-433091-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 02 de jan. de 2019.

empresário Zelito era um dos membros da cooperativa de jornalistas proprietária antiga Equatorial (CUNHA, 2007). A mudança de propriedade alterou a proposta da emissora, deixando de ser religiosa para estritamente comercial. Nela, inclusive, iniciou a prática de venda de espaços na grade de programação para iniciativas independentes. Desde o início, a Equatorial nunca montou uma equipe para atuar no radiojornalismo. “A nova rádio apresentou ares de maior comercialismo. A programação musical adotou estilo mais popular, com pouco espaço para o religioso e para o noticiário”, ratifica Rodrigo Cunha (2007, p.15). O único bem da Educadora São José não repassado a Zelito foi o prédio. Houve a necessidade de construir outro, desta vez na Avenida Eliezer Levy, no bairro Laguinho, região Central de Macapá. Até a realização desta pesquisa de campo, ela permanecia neste espaço, que na década de 1980 também passou a abrigar a TV Equatorial e Rádio Equatorial FM.

A Rádio Equatorial AM e a Difusora dividiram atenção do público na frequência amplitude modulada até 1988. Neste ano, apareceu no cenário local a primeira emissora local em FM, depois de mais de 20 anos do surgimento no país. No Amapá, a Tropical Radiodifusão marcou esse pioneirismo.

Depois de ter saído da direção da TV Amapá, o jornalista Luiz de Melo Ferreira decidiu criar a Tropical Radiodifusão, em 1988. A concepção da ideia surgiu após saber que a RádioBrás, que possuía desde 1986 uma autorização para montar uma emissora em FM, iria vender a referida concessão.

Na avaliação de Luiz Ferreira (2018), para ganhar a disputa, seria necessário mais que dinheiro. Também era preciso prestígio. Por esse motivo, chamou para entrar na sociedade o deputado Giovani Borges (PMDB), que exercia o segundo mandato, para facilitar o trânsito no governo federal.

Segundo Luiz Ferreira (2018), existia a especulação de que o deputado federal Eraldo Trindade, que também era jornalista, pudesse entrar na disputa; ou o ex-governador Anníbal Barcellos, que ganhou em 1986 a concessão da TV Amazônia, afiliada Bandeirantes, poderiam arrematar a compra.

Eu pensei que se entrasse sozinho, não ganharia, porque Eraldo, que é radialista e deputado federal, poderia ganhar a concorrência; ou o Barcellos, que também poderia decidir entrar na disputa. Eu não tinha nenhum mandato, não tinha voto. Então chamei o Giovani Borges, que estava no segundo mandato de deputado federal. Peguei um avião, fui até Brasília e primeiramente ele recusou porque era FM. Alertei que a FM em alguns anos iria ser sucesso e a AM iria acabar. Pedi para que ele entrasse como sócio

e usasse o prestígio como deputado para ajudar a vencer. (FERREIRA, 2018).

Ainda como estratégia para sair vencedor na disputa, o jornalista amapaense decidiu chamar para a sociedade o diretor financeiro da RádioBrás que iria comandar o processo de venda. Ele aceitou, mas por ser funcionário público do referido órgão, indicou um parente (FERREIRA, 2018). A oferta ocorreu em um encontro no restaurante do Congresso Nacional marcado pelo deputado Giovani Borges. A última cartada na aquisição da concessão foi convidar o deputado federal Eraldo Trindade, iminente concorrente na disputa pela emissora FM. No total, o primeiro contrato teve quatro sócios, com divisão igual das cotas.

A concorrência se aproximava e nada do Eraldo se manifestar se também iria disputar. Antecipamo-nos e também o chamamos. Ficamos em quatro e tudo igual nas cotas, ninguém ficou maior que ninguém. Como tínhamos o diretor, ganhamos, já que também não houve outra pessoa disputando. (FERREIRA, 2018).

Em 1988, o grupo adquiriu a concessão e colocou a Tropical FM no ar. Durante as entrevistas, fontes relacionadas à rádio não conseguiram precisar a data daquele ano que a emissora propagou suas ondas sonoras pela primeira vez. O Diário Oficial da União publicou a homologação da concessão em 19 de agosto de 1988, indicando que rádio pode ter funcionado depois deste dia.

A rádio sofreu a primeira baixa na sociedade com a saída em 1989 do parente indicado pelo diretor financeiro da RádioBrás em razão de problemas de foro íntimo. As cotas foram adquiridas em partes iguais por Luiz de Melo Ferreira e Giovani Borges. Em 1989, Eraldo Trindade, que havia ganhado a concessão da sua própria rádio, também decidiu sair. Entretanto, apenas Giovani Borges comprou a participação, tornando-se sócio majoritário⁶¹ até o fim 1990, ano de recorte desta pesquisa.

⁶¹ Tramita desde 2013 no Tribunal de Justiça do Amapá (TJAP) uma ação de dissolução e liquidação de sociedade comercial com pedido de indenização de cotas, protocolada por Luiz de Melo Ferreira contra Reginaldo Borges e Jucileide Pereira Borges, que receberam a participação de Giovani Borges. Em 2007, depois de dois meses internado em hospital particular, Luiz de Melo Ferreira, que tinha propriedade da sede da emissora, decidiu consultar os demais sócios sobre a venda do imóvel para quitar o tratamento de saúde submetido. A sugestão foi recusada, tornando-se o estopim para uma relação que já estava desgastada por discórdia sobre os rumos empresariais e editoriais da rádio. Luiz Ferreira pede que a família Borges pague R\$ 1,5 milhão pela sua participação. Após laudo pericial, a Justiça condenou os réus a desembolsar R\$ 880 mil pelas cotas. O processo está em fase de recurso, sob o número 0058662-42.2013.8.03.0001. Disponível em: <www.tjap.jus.br/tucujuris>. Acesso em 28 de dez. 2018.

Ainda em 1988, a rádio mudou o nome Tropical FM e passou a se chamar Antena 1 Macapá depois de se tornar afiliada da Antena 1, fundada em 1975, em São Paulo, que ocupou parte da programação com transmissão de programas em rede. A parceria durou apenas dois anos. Mesmo depois do rompimento, a emissora amapaense continuou com o mesmo nome. Foi a primeira afiliação de uma rádio local a uma emissora de outro estado.

Tanto o ingresso quanto a dissidência da transmissão em rede não afetaram a produção de jornalismo no Amapá em FM, que possuía programas próprios. O pioneiro foi o “Luiz Melo Entrevista”. A iniciativa representou um marco no radiojornalismo amapaense porque mudou a faixa nobre da programação, repercutindo nas concorrentes. Até então, os principais programas jornalísticos eram realizados entre 12h às 14h. O jornal, apresentado por Luiz de Melo Ferreira, adotou o horário de 7h às 9h. A mudança teve como inspiração os jornais matutinos da TV Amapá, criados por ele próprio enquanto exerceu o cargo de diretor da televisão.

Segundo Ferreira (2018), os programas matutinos da TV Amapá repercutiam bastante no público e por serem os primeiros do dia, também acabam pautando demais veículos de comunicação. Outro marco representado pelo “Luiz Melo Entrevista” tem a ver com o formato dos programas. As notícias lidas com alternância de locutores deram lugar a uma mesa de debates com participação de ouvintes e autoridades políticas.

Como eu tinha vindo da TV Amapá, com a experiência do Bom Dia Amapá, onde entrevistávamos governadores, deputados, vereadores e prefeitos, decidi colocar um programa de entrevista no ar. Estudei um horário bom em que as pessoas estivessem em casa ainda pela manhã e como eu também tinha certo nome dado pela TV, optei em colocar o “Luiz Melo” como marca do programa. Fizemos uma banca com dois microfones, um pra mim e outro para o entrevistado. Coloquei no ar e comecei a levar políticos, levando governador e deputado. Fui tomando conta da audiência. (FERREIRA, 2018).

A consolidação da faixa de 7h às 9h como um horário nobre do radiojornalismo amapaense teve participação dos governadores. Ao perceberem a popularização do programa “Luiz Melo Entrevista”, o poder público “começou a comprar horários em outras rádios, colocando programas no mesmo estilo para competir” (FERREIRA, 2018). Essa prática acentuou-se nos governos de João

Alberto Capiberibe (1995-2002)⁶², segundo Luiz Ferreira (2018), por iniciativa do então secretário de Comunicação, Manoel Dias.

Por décadas, “Luiz Melo Entrevista” se tornou o principal programa jornalístico da Antena 1 Macapá. Depois de adquirir a própria rádio, a Diário FM, em 2010, Luiz Ferreira transferiu o jornal para a nova emissora.

Destaca-se ainda do início da Antena 1 Macapá a estratégia para tornar-se popular localmente, já que até sua inauguração, existiam apenas emissoras de frequência AM. Isto é, deveria ser criado o hábito de as pessoas também acessarem a nova sintonia em seus aparelhos.

A ideia de popularizar a rádio FM teve inspiração na Mundial FM, do Rio de Janeiro. A emissora carioca promovia festas como forma de se aproximar do público. Assim surgiram os “Bailes da Antena 1”, com *DJ's* em clubes sociais de Macapá e Santana. Durante as músicas, vinhetas da rádio eram reproduzidas. Além de tornar a emissora mais conhecida, também auxiliou no faturamento.

O interessante é que no começo a Antena 1 não tinha faturamento, então fizemos vários bailes em vários clubes pela cidade para divulgá-la. Teve o baile da banda *A-ha*, em Santana, lotado. No meio das músicas, entravam as vinhetas da Antena 1 e a galera ia ao delírio. Teve a noite do *Pet Shop Boys*, no clube Trem. Eu comandava essa porra todinha com as vinhetas [Risos]. (FERREIRA, 2018).

Na Antena 1 Macapá, através do “Luiz Melo Entrevista”, que surgiram os correspondentes de outros municípios do território federal no radiojornalismo. Eles entravam ao vivo por telefone com informações das cidades onde o sinal da sintonia FM alcançava. Além de Macapá, recebiam a frequência os moradores de Santana e Mazagão, municípios que ficam a 18 e 32 quilômetros da capital, respectivamente. Como além de abrangerem essas outras localidades em seu aspecto geográfico do sinal da frequência e em seus conteúdos, rádio também se apresentou como pioneira e evocar o jornalismo regional neste tipo de mídia no Amapá.

O sucesso da Antena 1 Macapá ocorreu de maneira imediata ao público (FERREIRA, 2018). Todavia, o domínio solitário da emissora durou pouco tempo. Pelo fato de o sinal de FM conseguir abranger os três municípios até então com a

⁶² Em entrevista em 2016, a um site de notícias locais, Luiz de Melo Ferreira comentou que a participação dos ouvintes para falar direto com as autoridades criou inimizades com alguns políticos. O atrito mais acentuado se deu com João Capiberibe, que ao longo de seu governo, processou o jornalista por pelo menos 70 vezes (FERREIRA, 2016).

maior parcela da população do território federal e ser de qualidade superior ao de AM, chamou atenção de mais jornalistas.

O primeiro a se interessar e conseguir uma concessão de FM foi o então deputado Eraldo Trindade, que era sócio da Antena 1 Macapá. No caso dele, a outorga para montar a sua própria emissora não teve processo de compra. Por ser parlamentar, ele recebeu uma doação do governo federal. Com o nome Rádio Amazônia, entrou no ar em 1989. Ainda no mesmo ano, filou-se à Rede Cidade de Rádio para preencher espaço na grade de programação. A parceria provocou a mudança de nome para Rádio Cidade Macapá⁶³. A partir de 2018, passou a se chamar 101 FM em referência a sua sintonia: 101.9 FM.

A 101 veio de uma concessão dada pelo governo federal. Na época, não era igual hoje, com licitações. O governo concedia aos grupos de acordo com o próprio interesse e visão do governo federal. A nossa situação é talvez a mais justificável porque sou jornalista. Antes de ter a rádio 101, fui jornalista na RadioBrás de Macapá. Então me elegi deputado federal e como sou jornalista, lutei para que uma concessão viesse para o Amapá. Nesse sentido, conseguimos a Rádio Amazônia, que por muito tempo utilizou este nome. Além de termos uma programação de entretenimento, a nossa proposta era ter programas com foco na informação. (TRINDADE, 2018).

Perguntado se o mandato de deputado federal ajudou a ter ganhado a concessão, Eraldo Trindade (2018) acredita que ficou próximo ao poder através do cargo, mas considera que as concessões pararam em suas mãos por ter “sorte” e “abençoado”.

Conto com o fator sorte, mas o mandato ajuda porque aproxima do poder. Quem falar que não aproxima do poder está dizendo bobagem. O sonho de um jornalista é ter seu próprio jornal e do advogado o seu escritório. Meu sonho era ter emissora de rádio por ter trabalhado nisso. Tinha a maior vontade de ter a minha emissora. Eu diria que sou um cara abençoado porque consegui isso (TRINDADE, 2018).

Dois programas de radiojornalismo destacaram-se no início da Rádio Cidade Macapá, o Jornal Amazônia, de 12h às 13h e das 20h às 21h; e o Feira Livre, de 8h às 10h. Ambos de segunda-feira a sexta-feira. Ambos ficaram no ar por dez anos, os mais longos da emissora. O formato de ambos os programas era semelhantes ao

⁶³ A Rede Cidade de Rádio surgiu em 1989 e durou até 1994. Mesmo assim, a emissora de Eraldo Trindade continuou adotando o nome.

implantado por “Luiz Melo Entrevista”, com participação de ouvintes e autoridades, na Antena 1 Macapá.

Dos dois programas jornalísticos da Rádio Cidade, o “Feira Livre” se sobressaiu. Na esteira do formato do jornal “Luiz Melo Entrevista” também apareceram as inimizades. Assim como aconteceu com Luiz Ferreira, Eraldo Trindade enfrentou pressão do poder público.

A gente colocou o rádio como se fosse um canal para as pessoas falarem no microfone de forma bastante aberta. Em um estado onde as coisas são muito controladas com o governo tentando influenciar as linhas editoriais, quando acabamos colocados alguns fatos, criamos muitas inimizades. Isso fez refletir que muita coisa ainda falta mudar no jornalismo local, que é ainda provinciano. Mesmo assim, tínhamos uma visão diferenciada. (TRINDADE, 2018)

O que diferenciou o “Feira Livre” do programa “Luiz Melo Entrevista” foi o nicho de público atendido pelo jornal da Rádio Cidade Macapá. Naturalmente, as donas de casa tornaram-se a principal parcela da audiência. Eraldo Trindade (2018) conta que viu nas mulheres uma maneira de consolidar a programação das manhãs da emissora. O jornal “Feira Livre” decidiu, portanto, criar a Associação Amapaense das Donas de Casa, que chegou a reunir mais de mil filiadas. Elas se cadastravam gratuitamente na entidade e recebiam uma carteirinha de identificação que poderia ser usada para ganhar descontos em estabelecimentos comerciais. Em troca, o empreendimento que participasse da promoção, ganhava publicidade na rádio. Eraldo Trindade (2018) lembra que a iniciativa se tornou um sucesso. Isso também corroborou com a própria carreira política dele, que conseguiu ainda se reeleger deputado federal nas eleições de 1990 e 1994.

Diferentemente de hoje, que a mulher está cada vez mais empoderada, dona de si, naquela época, as donas de casas realmente ficavam em suas residências, muito dedicadas ao lar. Atualmente, há um novo perfil de mulher dona de casa, o que é bom. Com isso, nessa época entre fim dos anos 1980 e início de 1990, vendo que esse era nosso principal público, decidimos criar a Associação Amapaense das Donas de Casa, chegando a reunir mais de seis mil mulheres, com carteirinha e tudo de associado. No programa, dávamos os anúncios aos empresários que faziam convenio com a associação. Então a associada ganhava desconto nas compras. Em troca, as empresas ganhavam os anúncios (TRINDADE, 2018)

Segundo Eraldo Trindade (2018), a interação com esse público específico era tão próxima que em algumas reuniões de pautas, donas de casa chegavam participar da escolha dos temas que seriam tratados na próxima edição do “Feira

Livre”. Os encontros aconteciam presencialmente ou por telefone com a produção do programa, formada por cinco pessoas. Esse era o tamanho da equipe de jornalistas da emissora. O número ainda se mantém. Todos cobrem o cotidiano de Macapá, sinal da cobertura da emissora.

As donas de casa participavam das reuniões de pauta com a produção, seja por telefone ou indicando alguém nos encontros. Elas quem indicavam o que estava faltando em determinado bairro. Ao mesmo tempo em que mantínhamos esse trabalho com as donas de casa, um repórter específico era deslocado para ir atrás da autoridade pública para saber sobre a resolução daquele problema (TRINDADE, 2018).

Com participação colaborativa das mulheres na produção do “Feira Livre”, Eraldo Trindade (2018) avalia que a primeira fase da emissora gozava de uma linha editorial de caráter comunitário, deixando temas políticos em segundo plano⁶⁴.

Além das rádios Antena 1 e Cidade Macapá, outras concessões foram doadas pelo governo federal no fim dos anos 1980, durante a presidência de José Sarney, que viria a ser candidato ao Senado pelo Amapá, em 1990.

Em 1987, o empresário José Matos da Costa, o Zelito, ganhou a concessão frequência FM da rádio Equatorial (94.9). Um ano depois, em 1989, o empresário José Alcolumbre⁶⁵ arrematou a Rede Amapaense de Radiodifusão, que tem o nome fantasia de Marco Zero (99.1 FM). Ambas entraram no ar em 1991. O grupo ligado ao então deputado Giovani Borges também ganhou concessões de rádio, uma em Oiapoque e outra em Santana. As outorgas têm como data homologação 8 de dezembro de 1988. Essas rádios demoraram mais para operarem, o que aconteceu 1998 e 1999⁶⁶, respectivamente. As informações foram obtidas por meio de três

⁶⁴ Na entrevista, Eraldo Trindade (2018) comentou que desde 2018 a Rádio Cidade havia adotado linha editorial de entretenimento por estratégia comercial, passando a se chamar “101 FM”. Ao jornalismo, é cedida uma hora e meia da grade de programação, com o Cidade News, de segunda-feira a sexta-feira, das 7h30 às 10h. No dia da entrevista, em 30 de julho de 2018, a atração encontrava-se suspensa pela desincompatibilização imposta a Eraldo por Lei Eleitoral. Ele estava na condição de candidato a deputado federal pelo PR e não poderia apresentar o programa. Não obteve sucesso no pleito de 2018.

⁶⁵ José Alcolumbre é empresário na comunicação, ramo automotivo e produção de alimentos. É dono da TV Amazônia, afiliada SBT; e das rádios Marco Zero (99.1 FM) e Nova (107.9 FM). Já foi proprietário da afiliada Rede Record, vendida em 2004; e do Diário Marco Zero, impresso que durou de 1995 a 1996. É de família de políticos, composta pelo ex-deputado estadual Isaac Alcolumbre, ex-vereador Moisés Alcolumbre e do senador Davi Alcolumbre, que também exerceu os cargos de vereador e deputado federal por três vezes. Na família, ainda há Josiel Alcolumbre, primeiro suplente de Davi e proprietário da TV Macapá, afiliada Rede Bandeirantes, desde 2004. José Alcolumbre não aceitou conceder entrevista ao autor desta pesquisa. Os Alcolumbre detêm o comando diretório regional do DEM.

⁶⁶ A família Borges detém o maior conglomerado do Amapá, chamado Sistema Beija-Flor de Comunicação, composto pela TV Tucujú (Macapá), afiliada RedeTV; Jovem FM (Santana), Porto FM (Porto Grande), Oiapoque FM (Oiapoque), Mazagão AM (Mazagão) e Antena 1. O principal programa

pedidos com base na Lei de Acesso à Informação (LAI) ingressados no Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovação e Comunicação. Por não terem funcionado até 1990, período máximo adotado como recorte temporal desta pesquisa, elas não fazem parte do inventário.

Dentre as cinco rádios do período territorial do Amapá, frisa-se o papel pioneiro da Difusora por iniciar a era da radiodifusão nos anos 1940, quando o aparelho ainda era considerado caro até no Rio de Janeiro, cidade que habituada com o referido tipo de mídia desde o início dos anos 1920. Por causa disso, Janary Nunes retomou o sistema de auto-falantes utilizado anteriormente à emissora no mesmo ano de sua criação. Foi o suficiente para que o político conseguisse a popularidade tão almejada na capital territorial, tendo em vista que o *Jornal Amapá* o tornava conhecido apenas no meio da elite alfabetizada. No rádio, não. Também atingia os que não sabiam ler nem escrever em razão da oralidade.

A Difusora ainda evocou pela primeira vez o regionalismo no aspecto de abrangência do sinal (AGUIAR, 2016). O rompimento dos limites de Macapá se deu justamente pelo êxito obtido por Janary Nunes em torno de sua imagem. Ambicioso, pretendia que todo o território pudesse saber de seus atos governamentais. Nos anos, 1940, destaca-se, que a maioria da população ainda era rural. Isto é, existia potencial de público para aumentar a capacidade em termos quantitativos. Contudo, torna-se perigoso cientificamente afirmar, em razão da inexistência de registros, se a estratégia deu certo, tendo em vista que a elite amapaense capaz de comprar o aparelho encontrava-se na capital. Ao radiojornalismo, a emissora ainda conseguiu ser referência enquanto esteve nas mãos do governo federal. Entre 1978 e 1988, a rádio amapaense tornou-se ponto de encontro para capacitações de profissionais de radiodifusão de outros lugares do Brasil, conforme atestam as entrevistas de história oral (MOREIRA, 2018; SILVA, 2018). Esse período, aliás, é apontado como o melhor da Difusora ao longo de seus mais de 60 anos em todos os aspectos, desde a programação até às condições de trabalho, passando pela valorização profissional

jornalístico do grupo, “O Estado é Notícia”, é transmitido em cadeia para a televisão, emissoras de rádio comercial e mais 16 rádios comunitárias com quem possuem parceria de cooperação técnica em todos os municípios. Depois de Giovani Borges, a família conseguiu eleger Gilvam Borges para o cargo de deputado federal (1991-1995) e senador (1995-2003 e 2005-2011), além de Nilson Borges à Câmara dos Deputados (2015-2019), Elcias Borges à prefeitura de Ferreira Gomes (2013-2016) e Dilson Borges à prefeitura de Mazagão (2013-2016). Após as Eleições de 2018, a família ficou sem nenhum membro com mandato eletivo. Os Borges ainda presidem o MDB, no Amapá.

por meio de capacitação, algo primordial em um estado sem curso superior em jornalismo.

Diferentemente da Difusora, o caráter religioso conduziu a criação da Rádio Educadora São José pela Prelazia de Macapá. Com intuito de inibir o crescimento das adesões de fieis ao protestantismo, a Igreja Católica viu na emissora a oportunidade de reconquistar o seu público. Por outro lado, a linha editorial adotada pelos jovens jornalistas contratados por meio de processo seletivo à época a tornou alvo de perseguições da Ditadura Militar, sendo um dos motivos para o seu fechamento. Seu sinal abrangeu somente Macapá, caracterizando-a como local (AGUIAR, 2016). Ressalta-se que somente a Difusora conseguiu ir além da capital territorial. O caráter local também permeou as rádios Equatorial AM, que funcionou clandestinamente no início dos anos 1960; a Tropical FM e Rádio Cidade, na frequência modulada, nos anos 1980.

A primeira emissora FM do Amapá, a Tropical FM, inaugurou depois de 20 anos da transmissão pioneira por meio de frequência modulada no país, em Manaus, em 1967. Até então, todas em Macapá eram AM.

Diferentemente dos jornais impressos, que em sua maioria era sustentado pelo governo territorial, cada rádio obtinha uma forma de manter financeiramente o empreendimento no ar. Com exceção, da Difusora, que era financiado com dinheiro público por ser um veículo de comunicação do poder público, os demais buscam outra maneira de captar receita. Na Educadora São José, a Igreja Católica através de anúncios e doações de fieis conseguia o mínimo para manutenção da emissora. O dinheiro, contudo, não era suficiente para pagar dívidas tributárias, sendo outro motivo, além do político, para o conselho eclesiástico fechá-la. As rádios Equatorial AM dos anos 1960 e a Tropical FM buscavam no comércio e por meio de promoção de bailes, respectivamente, como suas fontes financeiras. A Rádio Cidade alternou entre receitas publicitárias do fim do governo territorial de Jorge Nova da Costa e a iniciativa privada como meio de sobrevivência.

Destaca-se ainda que, apesar de a linha editorial não ser predominantemente política, diferentemente dos veículos regionais de radiodifusão (PINTO, 2015), a política de alguma maneira atravessa a história das rádios. Enquanto a Difusora, era totalmente acrítica, a Educadora se colocava como contrapontos aos atos do governo. Já a política auxiliou no surgimento das duas primeiras FMs. Em ambas, deputados federais estavam como um dos sócios. No

caso da Tropical FM, eram Geovani Borges e Eraldo Trindade; e na Rádio Cidade apenas Eraldo Trindade. Em entrevista, ele considerou que o mandato tenha ajudado no trânsito para conseguir a concessão nos anos 1980. A partir da metade desta década, durante o governo de José Sarney, Pamela Pinto (2015) mostra que o governo liberou centenas de doações de licenças para exploração do serviço de rádio.

Dinâmica semelhante de doação de concessões de rádio durante o governo Sarney ocorreu com as de TV, no Amapá. Na gestão do então futuro senador, o empresário José Alcolumbre recebeu duas concessões em 1990 para retransmitir as programações do SBT e Record. Antes disso, em 1986, o empresário José Matos da Costa, o Zelito, ganhou três autorizações para operar com a TV Equatorial em Serra do Navio, Tartarugalzinho e Ferreira Gomes. A emissora já atuava em Macapá desde 1981. Em 1989, Eraldo Trindade também conseguiu a concessão da TV Cidade. Dessas, apenas a última citada funcionou antes do fim de 1990, limite desta pesquisa.

A distribuição de concessões no governo Sarney virou uma prática institucionalizada em troca de apoios do presidente no Congresso, segundo Pamela Pinto (2015). Somente nos três primeiros anos do político na presidência, 1.028 outorgas receberam autorização para funcionar. Dessas, 91 acabaram nas mãos de deputados e senadores da referida legislatura.

A história da televisão no Amapá inicia muito antes das benesses do governo José Sarney a empresários e políticos locais. A linha do tempo deste segmento da imprensa começa em 13 de junho de 1974, com a inauguração da TV Amapá. Em 25 de janeiro de 1975, a emissora tornou-se afiliada Rede Globo e adotou o jornalismo como um dos seus produtos.

5.3. TELEJORNALISMO

No caso da TV, a exemplo da história da rádio, existiu intervenção do governo territorial em seu início. A diferença é que no caso da televisão, a paixão pelo futebol do chefe do executivo à época, o capitão Arthur de Azevedo Henning, foi a principal causa para a administração pública se mobilizar e implantar a primeira emissora.

O telegrafista e jornalista Ruy Guarany Neves⁶⁷ acompanhou de perto a gênese da televisão no Amapá. Ele era um dos membros do grupo de trabalho criado em 1972, pelo governador José Lisboa Freire, para estudar a viabilidade da instalação da tecnologia. Faziam parte da equipe os funcionários da Rádio Difusora de Macapá.

Os trabalhos demoraram apenas três meses. Um dos resultados sugeriu que o governo territorial criasse uma empresa própria para gerar a emissora, conta Ruy Neves (apud SANTOS; MACIEL, 2017). O então governador Lisboa Freire pediu a autorização ao governo federal, que autorizou a exploração do serviço, contudo, a TV não saiu do papel, frustrando a expectativa criada em torno da possibilidade de finalmente o Amapá sair do mapa dos lugares que ainda não detinham sinal de televisão no país naquela época.

A ideia foi colocada em prática somente com a posse em 1 de abril de 1974 do governador Arthur de Azevedo Henning. Carioca, era apaixonado por futebol, e naquele ano, haveria a Copa do Mundo na Alemanha. Ao aterrissar em terras amapaenses e saber que poderia perder as partidas da seleção brasileira, mandou em caráter de urgência o Serviço de Imprensa e Propaganda adquirir os equipamentos necessários para a transmissão dos confrontos. (NEVES apud SANTOS; MACIEL, 2017).

As dependências do prédio da Rádio Difusora receberam o material. A estrutura montada, no entanto, não conseguiu transmitir as partidas ao vivo. A saída para resolver o problema exigiu o empenho da logística do governo. Os confrontos passaram a ser gravados em Belém. Um avião de propriedade do território federal se deslocava até a cidade paraense somente para pegar a fita e reproduzi-la na TV Amapá.

Ele [governo territorial] comprou os equipamentos, transmissor e mesa de corte para uma pequena emissora. Serviria apenas para apresentar o vídeotape dos jogos. Não era nem ao vivo. O jogo começava às 12h na Alemanha. O governo tinha dois aviões e um deles se encaminhava para Belém somente para pegar a fita e retransmitir no Amapá depois das partidas (MOREIRA, 2018).

Segundo Ruy Neves (apud SANTOS; MACIEL, 2017), quando entrou no ar pela primeira vez, em 13 de junho de 1974, partida de estreia do Brasil contra a

⁶⁷ Faleceu em 2017, em São José dos Campos (SP).

Iugoslávia⁶⁸, a tecnologia não era novidade para alguns lares amapaenses. Como desde 1972 existia expectativa da entrada da televisão no território, algumas famílias, em especial as com maior poder de compra, se anteciparam e adquiriram aparelhos.

Enquanto a Copa de 1970 já possuía transmissão em cores no restante do país, no Amapá, além de a população acompanhar as partidas somente horas depois do apito final, as imagens ainda eram em preto e branco. Passada a euforia do campeonato mundial de futebol, o governo territorial demonstrou desinteresse na TV (MOREIRA, 2018; NEVES apud SANTOS; MACIEL, 2018) devido ao custo exigido para mantê-la no ar. A programação passou a reprisar novelas e filmes. Em um período de Ditadura Militar e com um governador capitão da Marinha, o longa-metragem “A Noite dos Generais” foi o primeiro a ser exibido aos amapaenses. O sinal abrangia apenas Macapá e transmitia a programação da Rede Record de São Paulo.

De acordo com Humberto Moreira (2018), o jornalista amazonense Phelippe Daou⁶⁹ viu no desinteresse do governo territorial a oportunidade para aumentar seu poderio midiático na Amazônia. A oferta da compra da concessão e equipamentos chegou à mesa do governador Arthur Henning em novembro de 1974. A transação não demorou. Em 25 de janeiro de 1975, a TV Amapá⁷⁰ entrava no ar como afiliada Rede Globo. Antes de entrar no mercado amapaense, Daou havia conseguido inaugurar afiliadas em Manaus (AM), em 1972, e Rio Branco (AC) e Porto Velho (RO), em 1974.

O preto e branco não durou muito tempo na TV Amapá, assim como os programas gravados. Ruy Neves (apud SANTOS; MACIEL, 2017) pontua que o avanço tecnológico na transmissão teve um salto de qualidade somente quando a Empresa Brasileira de Telecomunicações (Embratel) se instalou no Amapá. Com a estatal, a emissora passou a ter suporte estrutural para receber o sinal via satélite

⁶⁸ Confronto aconteceu na cidade de Frankfurt às 17h (horário de Brasília) e terminou empatado em 0 a 0. Naquela Copa, o Brasil ficou em quarto lugar.

⁶⁹ Phelippe Arce Daou nasceu em 1928 e morreu em 2016. Ao lado de João Margarido e Milton Cordeiro, era sócio majoritário do Grupo Rede Amazônica, maior conglomerado de mídia do Norte do país, com 13 emissoras afiliadas Rede Globo em quase todos os estados do Norte, com exceção do Pará e Tocantins. Montou ainda o canal de TV Amazon Sat e detém os direitos da CBN em seis Unidades da Federação da região. O grupo também administra 12 páginas do G1 e GloboEsporte.com.

⁷⁰ A partir de 2017, a TV Amapá passou a adotar o nome “Rede Amazônica Amapá”.

para transmitir suas atrações ao vivo e em cores. A mudança de patamar aconteceu em 1976. Dois anos depois, outro marco tecnológico, o Grupo Rede Amazônica obteve licença para operar o sinal para além de Macapá⁷¹, inaugurando em 13 de setembro de 1978, as TVs Oiapoque e Cabralzinho, nas cidades de Oiapoque e Amapá, respectivamente. É a primeira TV de caráter regional em sua escala de sinal.

Especificamente ao jornalismo, o “Jornal do Amapá” é o mais antigo telejornal. Ele existe ao vivo desde 1975, quando a afiliada da Rede Globo entrou no ar pela primeira vez em âmbito local. Inicialmente ocupava o horário que antecedia ao “Jornal da Globo”, transmitido em cadeia nacional.

A TV Amapá primou pela experiência na composição da primeira equipe de jornalistas. Em razão disso, os funcionários da Rádio Difusora de Macapá acabavam tendo preferência. Segundo o jornalista João Lázaro (2010), o locutor Benedito Andrade foi o primeiro apresentador de telejornal amapaense ao capitanear o “Jornal do Amapá”. Ele ficou neste posto por um ano. Em 1976, Sebastião Oliveira assumiu o comando da atração.

A participação da TV Amapá como uma emissora de conglomerado não refletiu em estrutura. Humberto Moreira (2018), membro da primeira equipe, conta que como os jornalistas não tinham conhecimento do funcionamento de uma redação de TV, o aprendizado se deu com o passar do tempo. Existia, por exemplo, apenas um paletó para todos os apresentadores.

Esse cenário se arrastou até a chegada do jornalista Luiz Ferreira (2018) no cargo de direção da emissora. Ele não recorda o ano, mas presumisse-se que ingressou no quadro entre o fim dos anos 1970 e início dos anos 1980, porque quando assumiu o cargo, um dos jornalistas, Antônio Corrêa Neto, encontrava-se afastado a mando do então governador Anníbal Barcellos, que assumiu o executivo pela primeira vez entre 1979 e 1985. “O Corrêa Neto estava afastado porque batia muito no Barcellos e prejudicava a rede” (FERREIRA, 2018).

⁷¹ A estadualização completa do sinal da TV Amapá aconteceu somente em 2010, quando todos os 16 municípios passaram a receber a transmissão da afiliada amapaense da Globo. Mesmo sem atingir todas as cidades, a emissora buscou garantir a presença nessas localidades com a produção de reportagens de eventos pontuais. Depois da estadualização, o transbordo da fronteira de Macapá em seus conteúdos passou a ser frequente, gerando a criação do programa jornalístico Amazônia Repórter, dedicado ao interior do estado. A atração acabou em 2017, dando lugar ao Amazônia Rural, transmitido em rede para as emissoras do Grupo Rede Amazônica, com rodízio de produção entre as afiliadas.

O jornalista Luiz Ferreira recebeu o convite depois de se aproximar da família Daou, cliente do Banco da Amazônia, onde trabalhava. A gestão da Rede Amazônica decidiu chamá-lo depois de receber imposição da Rede Globo para se adequar ao que Luiz Ferreira (2018) classifica como “padrão Globo de qualidade”. A função dele, no entanto, transbordaria isso. Ele teria que cuidar do administrativo. Segundo Marialva Barbosa (2014), a emissora carioca da família Marinho aderiu nos anos 1980 como padrão para o seu telejornalismo tendências do praticado nos Estados Unidos, já testados desde o início dos anos 1970 no Jornal Nacional. A medida refletiu em todas as suas retransmissoras, que passaram a adotar a mesma maneira de fazer jornalismo.

Ao chegar à emissora, a estrutura era considerada precária. Existia apenas uma câmera para a externa e gravações em estúdio. A equipe de reportagem saía para produzir o material e deveria retornar para o prédio da emissora no máximo meia hora antes de o Jornal do Amapá entrar no ar para o cinegrafista utilizar o mesmo equipamento na transmissão.

A Globo nesta época estava exigindo que as praças melhorassem para seguir o padrão Globo de jornalismo e precisava de gente para gestar isso. Na época, havia, inclusive venda de horário na TV Amapá. Como me dava bem no banco e com o Phelippe Daou, fui chamado para tirar licença do emprego porque tinha experiência de jornalismo e administrativo. Consultei o banco se poderia me dar um ano de licença sem remuneração. Assim negocieei um salário bom como diretor geral. Nessa época, a Rede Globo mandou gente para cá para dar treinamento, houve compra de equipamentos. Quando cheguei lá, era uma bagunça, até com cadeira quebrada. Fiz uma permuta com uma loja para trocar os móveis. Estava saindo do banco, tudo era organizado lá, oras. (FERREIRA, 2018).

Com as mudanças imposta pela Globo às praças no início dos anos 1980, novos equipamentos foram inseridos no cotidiano da redação. Com isso, jornalistas de outros estados também desembarcavam no Amapá para dar cursos de capacitação técnica e de redação de TV. Ainda aconteceu o inverso do ponto de vista geográfico. Profissionais da emissora amapaense deslocaram-se para outras afiliadas para conhecer a rotina dos colegas em outro contexto social (MOREIRA, 2018). Os principais destinos eram Manaus e as sucursais do Distrito Federal, Recife e Belo Horizonte.

Uma das primeiras medidas de Luiz Ferreira a frente do comando do jornalismo da TV Amapá pôs fim ao afastamento de Corrêa Neto. Na visão dele,

para ser ainda mais popular, a emissora deveria ter em seu quadro pessoas com nome consolidado no jornalismo daquela época. “Eles [diretores] negaram inicialmente porque estavam de bem com o Barcellos e iria prejudicar o faturamento. Eu disse que o controlaria e precisaria ainda contratar mais duas pessoas” (FERREIRA, 2018). João Silva, que atuou na Rádio Educadora São José; e Guilherme Jarbas, ex-jornalista da Rádio Clube do Pará, somaram à equipe. Eles atuaram inicialmente atrás das câmeras, na produção. Ao todo, seis atuavam diretamente na redação de textos.

Na programação, Luiz Ferreira (2018) criou o Bom Dia Amapá⁷², primeiro jornal matutino da TV local. Nesse período, a Rede Globo abriu mais um espaço para programação das praças no horário da noite. Com isso, surgiu o Amapá TV⁷³. Não demorou um ano, mudou para meio-dia, horário ainda destinado para o jornalismo.

Durante a gestão de Luiz Ferreira, que durou até 1985, apareceu o “Santana Hoje”, plantão noticiário de apenas cinco minutos em duas edições. Uma pela manhã e outra à tarde, de segunda-feira a sexta-feira, apresentado por Olavo Almeida. Era uma atração voltada exclusivamente para Santana, que à época, ainda era distrito de Macapá⁷⁴. O programa virou o primeiro a possuir conteúdo regionalizado na televisão amapaense. O referido noticiário não existe mais na grade de programação.

Com governadores influentes no jornalismo impresso e nas rádios, a TV Amapá também não escapou da tentativa de blindar deslizes da administração pública. A relação entre a emissora e políticos locais se revezou entre “amor e ódio”, segundo Humberto Moreira (2018).

Entre 1975 e 1990, três governadores passaram pelo Amapá. Todos buscaram exercer influência no conteúdo da emissora (NEVES apud SANTOS, MACIEL, 2017). Com exceção de Arthur de Azevedo Henning, os demais, Anníbal Barcellos e Jorge Nova da Costa, pressionavam a TV Amapá por meio do financeiro, tendo em vista que naquela época, o comércio tinha o rádio como

⁷² Desde 2014 adota o nome de Bom Dia Amazônia.

⁷³ Desde 2018 se chama JAP1.

⁷⁴ Santana virou município em 1987, pelo governador Jorge Nova da Costa.

principal destino da publicidade, segundo Evandro Luiz⁷⁵ (apud SANTOS; MACIEL, 2017). No caso de Henning, era diferente. A própria emissora entendia ser grata ao governador por viabilizar a implantação da empresa em solo amapaense (NEVES apud SANTOS, MACIEL, 2017).

Por tentar interferir demasiadamente no jornalismo da emissora, Barcellos provocou mudanças na linha editorial. Luiz Ferreira (2018) diz que durante a segunda metade do governo do militar, a TV passou a mostrar de maneira mais rotineira os deslizes da administração pública. Na visão do jornalista, ao atender demandas de reivindicação da população, o governo se habituaria a lidar com críticas, sem afetar o faturamento da empresa, pois o executivo também precisava da mídia para anunciar.

Quando batíamos, o Barcellos pegava o telefone ligava para o Phelipe Daou para cortar o faturamento. Mas depois, o próprio Barcellos foi se habituando às críticas da TV Amapá. Contudo, até hoje isso acontece. Pensa que o Waldez [governador em 2018] não liga para cá? (FERREIRA, 2018).

Em relação a Jorge Nova da Costa, a preocupação era com seu padrinho político, o então presidente José Sarney. Nesse período, Luiz Ferreira (2018) já havia saído da TV. O jornalista Humberto Moreira (2018) revela que um coronel da Polícia Militar era o responsável por intermediar a situação. Havia clima de temor entre os profissionais da emissora pela possibilidade de demissão como consequências do cargo ocupado por Sarney. Por ser presidente, poderia agir contra a concessão da empresa, já que antes da Constituição de 1988, não existiam regras específicas para emissão de licenças de radiodifusão.

Tinha um coronel que cobrava a TV Amapá quando batia nele. O pessoal que geria a TV amapaense ficava com medo de que isso chegasse a Manaus. Então quando alguém assumia a direção da TV, a pessoa sabia que iria ser demitida caso batesse no governo. (MOREIRA, 2018).

Segundo Evandro Luiz (apud SANTOS; MACIEL, 2017), a dependência demasiada das verbas publicitárias mudou a partir de 1989 com a adoção de sistema de metas para o setor comercial atingir com empresas privadas. Essa

⁷⁵ Evandro de Souza Luiz é o segundo jornalista com diploma a trabalhar no Amapá, em 1986, quando ingressou na afiliada Rede Globo depois de chegar recém-graduado em Jornalismo na Faculdade Hélio Alonso, no Rio de Janeiro. Ficou na emissora até 2016 sempre no cargo de repórter por opção própria, segundo ele. Aposentado, luta contra o *Parkinson*. Por motivo de saúde, não foi possível entrevistá-lo durante pesquisa de campo em Macapá, entre julho e agosto de 2018.

prática se consolidou somente a partir de meados dos anos 1990, quando o Amapá já era uma Unidade da Federação, com o aumento de instalação de empresas que buscaram o estado para se beneficiar das isenções tributárias da Área de Livre Comércio de Macapá e Santana.

Nos anos 1980, aliás, a TV Amapá ainda disputava a atenção do setor privado com outras duas emissoras, a TV Equatorial e a TV Cidade. A primeira surgiu em 1981. A outra apareceu no cenário em 1989. Ambas também representaram marcos para o telejornalismo local.

Fundada pelo empresário José Matos da Costa, o Zelito, a TV Equatorial entrou no ar em 15 de setembro de 1981, em cadeia com a transmissão da programação da Rede Bandeirantes apenas para Macapá. Desde 2009 transmite a Record News. Ganhou a concessão com apoio do então governador Anníbal Barcellos.

Ao longo da pesquisa sobre a emissora, poucas informações emergiram em fontes bibliográficas e documentais. Até na entrevista oral, realizada com o jornalista Édi Prado Ribeiro, que passou pela emissora em 1985, a memória falhou. O jornalismo da emissora, aliás, sempre deixou de receber atenção de Zelito. A TV nunca possuiu um telejornal fixo e teve apenas uma equipe ao longo de sua história (RIBEIRO, 2018). Constatou-se com funcionários do setor administrativo do Z Sistemas de Comunicação - empresa que gere os veículos de imprensa de propriedade de Zelito – que o número ainda permanecia o mesmo⁷⁶.

Apesar do tratamento dado ao telejornalismo, a TV Equatorial tem em sua trajetória histórica três marcos. Um aconteceu na noite de 29 de setembro de 1983. Nesta data a emissora realizou a primeira transmissão ao vivo externa. A equipe, liderada pelo jornalista Nilson Montoril, se mobilizou para cobrir a chegada no aeroporto do governador Anníbal Barcellos, que retornava de uma reunião com o ministro do Interior, Mário Andreazza, em Brasília. No encontro, realizado um dia antes, ficou decidido que o Amapá se tornaria uma Unidade da Federação, no ano seguinte, promessa que se concretizou somente com a Constituição de 1988. A possibilidade da mudança de patamar político-administrativo era o evento que a TV

⁷⁶ Apenas um repórter e um cinegrafista realizam o telejornalismo na TV Equatorial. Durante o período de pesquisa, em Macapá, percebeu-se que somente o “Equatorial Notícias” encontrava-se na grade. Não era uma atração com o formato tradicional de telejornal. Entrava no ar durante os intervalos, com *stand-up* do repórter na rua ou com algum entrevistado.

Equatorial necessitava para inaugurar seus equipamentos. Em seu blog, Montoril (2010, s/p.) relembrou o acontecimento:

Na noite do dia 29 de setembro, como passageiro da VASP, Barcellos retornou a Macapá, sendo recebido, no aeroporto, por centena de amigos e admiradores. Devido à repercussão da notícia da criação do Estado do Amapá, a imprensa local também marcou presença. A TV Equatorial utilizou pela primeira vez o seu moderno equipamento de externas e eu tive a primazia de realizar a primeira transmissão ao vivo da televisão amapaense. Postado no pátio de estacionamento da aeronave entrevistei o Comandante Barcellos de maneira objetiva e esclarecedora.

De acordo com Montoril (2010), a transmissão virou notícia na edição de 6 de outubro de 1983 do *Jornal do Povo*⁷⁷. Em um dos trechos do texto, lembra o jornalista, o periódico parabeniza Zelito e a TV Equatorial pelo feito realizado na chegada do governador Anníbal Barcellos ao Amapá após agenda em Brasília. O acontecimento, registrado pelo fotógrafo José Júlio, ilustrou os elogios.

Figura 21 – Primeira transmissão ao vivo do telejornalismo do Amapá



Fonte: MONTORIL (2010)

A tecnologia da TV Equatorial parecia ser o forte da empresa no início dos anos 1980. O jornalista Édi Ribeiro (2018) afirma que a emissora foi a primeira a receber um *teleprompter*⁷⁸, no Amapá, equipamento existente no Brasil desde 1971 (BARBOSA, 2014). A possibilidade ser a pioneira nessa tecnologia é real. Evandro Luiz (*apud* SANTOS; MACIEL, 2017) lembra que quando entrou na TV Amapá, em 1986, os apresentadores ainda eram obrigados a decorar os textos.

⁷⁷ No acervo pessoal de José Júlio, visitado pelo autor em 10 de agosto de 2018, o ano de 1983 do *Jornal do Povo* ainda não estava catalogado. Isso impossibilitou que encontrasse a edição citada por Nilson Montoril.

⁷⁸ Aparelho que permite que o jornalista leia o texto e ao mesmo tempo olhe para a câmera de maneira mais natural. Também conhecido pela sigla “TP”, é um acessório acoplado à câmera. Chegou ao Brasil em 1971, sendo usado pela primeira vez no *Jornal Nacional*.

Apesar de ter sido a primeira a receber, é temerário atestar que a TV Equatorial tenha sido a pioneira na utilização da tecnologia no telejornalismo amapaense. Segundo Édi Ribeiro (2018), o dono da emissora acreditava que o jornalista deveria decorar o texto do telejornal. Em 1985, somente o “Equatorial Notícias”, com duração de dez minutos, fazia parte da programação local.

A TV Equatorial foi a primeira a receber um TP, em 1985, mas ele nunca saiu da caixa, inclusive, ainda permanece guardado até hoje. Para o Zelito, o jornalista precisava decorar. Ou seja, ao mesmo tempo em que tínhamos um equipamento totalmente novo e revolucionário para o Amapá, ainda trabalhávamos na contramão. Eu já conhecia essa tecnologia porque retornava do Rio de Janeiro. Aqui, ninguém sabia nem operar, nem nada. Isso em 1985. (RIBEIRO, 2018).

A ida de Édi Ribeiro se tornou a primeira contratação de um veículo de comunicação no Amapá de um jornalista com diploma na área. Ele ficou pouco tempo na emissora, mudando-se depois para o jornal *Correio Popular*, que posteriormente virou *Jornal do Dia*. O tratamento dado ao jornalismo pelo proprietário, na visão dele, o desmotivou a continuar. Naquele ano, em 1985, Nilson Montoril também já havia saído.

[A equipe] era eu, eu e eu. Só não fazia apenas a edição, que tinha uma pessoa encarregada somente para isso, mas saía para rua, com o cinegrafista, fazia a pauta e escrevia a reportagem. Tinha uma pessoa na redação, que era uma espécie de “faz tudo” na questão de operacional de pós-produção. Passei um mês lá e decidi sair. Vi que não teria muito futuro ali. O salário era pouco. Estava chegando em Macapá com a esposa, que também veio do Rio de Janeiro. Aceitei logo o emprego porque precisava de um mínimo para viver. Ele dizia que não poderia aumentar salário porque eu usava a TV, carro e equipamentos dele para me projetar. Era assim a conversa dele e não tinha condições de continuar assim, com uma mentalidade dessas. Nem era carteira assinada. (RIBEIRO, 2018).

Em 1985, a TV Equatorial passa a transmitir a programação do SBT. A parceria vai até 1987, quando se filia às emissoras da recém-inaugurada Rede Manchete. Em 1986, Zelito consegue autorização para operar em Serra do Navio, Tartarugalzinho e Ferreira Gomes. Ele, no entanto, decide não investir na geração do sinal para essas cidades no Centro-Leste do Amapá, ficando em caráter local.

Até 1990, a TV Cidade foi o último veículo de comunicação a surgir no mercado. Entrou no ar em 1989. Em entrevista, o seu proprietário, o jornalista e político Eraldo Trindade, não soube precisar a data de sua inauguração. Como citado anteriormente, ele exercia o cargo de deputado federal. Filiado ao PFL, assim

como na Rádio Cidade, não pagou nada pela concessão da TV. Recebeu como doação por “fazer parte de grupos de interesse” (TRINDADE, 2018) da União.

A concessão e a abrangência do sinal abrangem apenas Macapá desde o seu início, sendo afiliada à Central Nacional de Televisão (CNT). A emissora representou o marco de colocar no ar o primeiro programa de jornalismo policial do Amapá, chamado “Rota da Cidade”. Era apresentado das 12h às 14h, por Eraldo Trindade. “Fui o primeiro apresentador de programa policial do Amapá, chamado Rota da Cidade, no primeiro ano da TV. Houve uma audiência muito grande. Claro que depois outros surgiram, mas digo de certeza que fomos o primeiro a abordar esse segmento” (TRINDADE, 2018).

A equipe de jornalista era composta por cinco pessoas. As mesmas que também prestavam serviços à Rádio Cidade. Não existiam reportagens com formatos tradicionais, com mescla de *off* e sonora de entrevistados. Os jornalistas faziam apenas *stand-up* com autoridades policiais ou pessoas investigadas (TRINDADE, 2018). O programa durou até 1992, sendo o único a existir na emissora com produção local.

O Rota acabou bem mais cedo, em 1992. O que tinha de polícia era o mesmo de hoje, mas com uma frequência menor. Existiam crimes impactantes com teor de quantidade muito menor. Pelo o seu conteúdo policial, chamava muita atenção da população. Nossa audiência era muito grande. Era e sempre foi o único programa jornalístico na emissora. Também eram cinco profissionais. Não tínhamos redação. O repórter chegava já na ilha de edição, com o material gravado em forma de *stand-up* e eu apenas fazia os comentários em cima. Como saímos do rádio, não existiam dificuldades para verbalizarmos. Não necessitava de produção grande. (TRINDADE, 2018).

Apesar de não fazer parte do recorte temporal desta pesquisa, destaca-se que a dificuldade em realizar programas jornalísticos com conteúdo local, de acordo com Eraldo Trindade (2018), em razão do custo inesperado investido na compra de um novo transmissor depois de o antigo apresentar problemas de funcionamento, em 2000. Desde então, o sinal não abrangeu mais Macapá inteira. Apenas os bairros da Zona Sul são atendidos pela emissora, o que também inviabilizou economicamente a captação de recursos de publicidade. Desde 14 de agosto de 2018 está fora do ar depois do desligamento do sinal analógico. Eraldo Trindade (2018) contou que um empresário local – de nome não revelado – aceitou bancar a

compra de novos equipamentos para o sinal digital. No dia da entrevista, não havia previsão da TV retornar.

Como apontado, a transformação do Amapá em território federal impulsionou o jornalismo até 1990. Nos 47 anos nessa condição político-administrativa sob tutela da União, surgiram 16 jornais impressos, quatro emissoras de rádio e mais três de TV.

O ingresso da televisão no cotidiano dos amapaenses se deu a partir da estrutura montada pelo governo territorial para transmitir a Copa do Mundo de 1974, depois de 24 da primeira emissora no Brasil, a TV Tupi, em 1950. Inicialmente, todas nasceram com escala de abrangência local. O sinal alcançava apenas Macapá. O processo de cobertura das demais localidades ocorreu de maneira gradativa. Até o fim dos anos 1990, no entanto, nenhuma emissora de rádio nem de TV cobria totalmente o território amapaense. Apenas a Rádio Difusora e TV Amapá eram regionais em seus sinais de transmissão.

Mesmo a TV Amapá sendo a pioneira e com o aparato de uma afiliada da Rede Globo, a TV Equatorial foi a primeira a realizar transmissão ao vivo fora dos estúdios. O marco, ocorrido em 1983, teve caráter político. O evento aconteceu durante uma entrevista com o governador da ocasião, Anníbal Barcellos. O dono da emissora, José Matos da Costa, era amigo próximo do político.

Uma característica que atravessa todas as mídias, jornais impressos, rádios e TVs, é a influência política. A peculiaridade até então relatada por estudos de maneira acentuada no jornalismo impresso (ROCHA; ZAUITH, 2014; BUENO, 2013; PERUZZO, 2005; AGUIAR, 2016), a partir do mapeamento de iniciativas jornalísticas do Amapá, é percebido nos outros tipos de mídias. Esse controle do governo territorial não acontecia somente em forma de financiamento público através de verbas publicitárias, mas por meio de censuras, mesmo antes da institucionalização desse procedimento pela Ditadura Militar; além de pressão por demissão de jornalistas, e distribuição de benesses, a exemplo de concessões, em troca de eventuais apoios.

No caso da televisão, aspectos tecnológicos emergem como os principais influenciadores da formação do telejornalismo amapaense. Na criação da primeira TV, por exemplo, apesar de existir a participação do governo territorial, a tecnologia disposta pelo poder executivo se torna tão importante quanto a própria decisão política do então governador Arthur Henning de mandar comprar os equipamentos

para satisfazer uma vontade pessoal de assistir futebol. A Copa do Mundo de 1974, assim como no Amapá, teve a mesma influência decisória no Acre, Rondônia e Roraima. Esse é um dos achados contidos nesta pesquisa.

CONCLUSÃO

A pesquisa teve por objetivo a sistematização da conformação do jornalismo do Amapá em seus primeiros 100 anos, entre 1890 e 1990. O desdobramento desencadeou outros quatro específicos: a) Mapear jornais impressos, emissoras de rádios e de televisão que existiram no referido período; b) estabelecer marcos jornalísticos eventualmente representados pelas referidas iniciativas para o jornalismo amapaense; c) identificar eventuais fatores sociais, políticos, econômicos, tecnológicos e culturais que possam ter contribuído para o surgimento e desenvolvimento do jornalismo no Amapá dentro do referido recorte temporal e; d) apontar as características da imprensa do Amapá e suas particularidades de regionalidade.

O intervalo entre 1890 e 1990 é significativo para o Amapá por ter representado dois momentos político-administrativos distintos. Até 1943, esse lugar, que atualmente compreende o estado amapaense, estava subordinado ao Pará. Era uma época com baixa densidade demográfica, elevados índices de analfabetismo, população predominantemente rural e economia de subsistência. Esse quadro começou a mudar em 13 de setembro de 1943, quando o então presidente Getúlio Vargas transformou o Amapá em território federal, status que durou até 1990. Nesse segundo momento, o letramento da população aumentou a partir da construção de escolas, o índice populacional se elevou com a chegada de imigrantes de outros lugares do país, os habitantes tornaram-se mais urbanos e a economia passou a ter como principais aportes a administração pública e a exploração de minério de manganês.

A partir do cruzamento de dados colhidos através de pesquisa bibliográfica e documental e entrevistas de história oral com jornalistas que atuaram no mercado amapaense antes de 1990, a pesquisa conseguiu catalogar 27 veículos de comunicação nos 100 primeiros anos de jornalismo do Amapá. A quantidade divide-se entre 19 jornais impressos, cinco rádios e três TVs.

Com o aparecimento dos veículos de comunicação, emergiram os marcos do jornalismo amapaense. Ao todo, 47 foram estabelecidos. O jornalismo impresso, que representou a maioria dos veículos de comunicação, soma 26 marcos. Outros 11 são demarcados no telejornalismo e 10 no radiojornalismo.

Pode-se destacar dentre os marcos a própria gênese do jornalismo amapaense no impresso, rádio e TV, representados pelo *O Democrata*, em 1890, Rádio Difusora de Macapá, em 1945, e TV Amapá, em 1975. Especificamente aos jornais impressos, frisa-se ademais o *Pinsônia*, em 1895, por ter sido o primeiro a contar com tipografia no Amapá; o aparecimento das figuras do fotógrafo em 1945 e do repórter no início dos anos 1960, na *Folha do Amapá*; o início da circulação diária, uso da impressão em linotipo e da inserção da mulher no jornalismo, no *Jornal do Povo*, em 1973; a adoção de leads e textos objetivos, em 1985, pelo *Correio Popular*; a informatização das redações e aquisição das gráficas com máquinas em *offset*, no fim dos anos 1980, pelo *Amapá Estado*. No rádio, é possível frisar o aumento da cobertura do sinal para além de Macapá em 1948 pela Difusora; a criação da Rádio Equatorial AM, em 1962, a primeira de propriedade privada; o surgimento da Rádio Educadora, a primeira de cunho religioso, em 1968; a transferência da Difusora para a RádioBrás, em 1978, que provocou o aparecimento da figura do repórter de rádio; e a estruturação da Rádio Tropical, pioneira em FM. Os marcos do telejornalismo podem ser representados pela adaptação da TV Amapá ao chamado “padrão Globo”, no fim dos anos 1970; e a primeira transmissão ao vivo da externa e aquisição do *teleprompter* pela TV Equatorial, em 1983.

Como a história do jornalismo não está dissociada de questões da sociedade na qual está inserida (SCHUDSON, 1997), a conformação da imprensa ao longo dos seus primeiros 100 anos esteve atravessada por fatores sociais, políticos, econômicos, tecnológicos e culturais.

A política, por exemplo, apareceu como o principal motivo para que a população do Amapá tivesse contato pela primeira vez com o jornalismo por meio d’*O Democrata*, em 1890, que buscou em Macapá um novo público para propagar seus ideais contra o regime republicano vigente da época. A criação do Território Federal do Amapá em 1943 provoca a criação da Rádio Difusora de Macapá e da TV Amapá, pioneiras da radiodifusão. Enquanto a primeira surgiu como estratégia política em torno da criação de uma imagem positiva do então governador Janary Nunes, a segunda teve como motivação a vontade do então chefe do executivo, Arthur Henning, de acompanhar as partidas da Copa do Mundo de 1974. A tentativa de censura apareceu como um aspecto político que marcou a imprensa do Amapá. Contudo, a perseguição não se deu somente com a Ditadura Militar, em especial depois do AI-5, em 1968. Os jornalistas conviviam com essa prática desde o fim dos

anos 1950, quando surgiu a *Folha do Povo*, primeiro periódico de oposição ao governo territorial, criado pelo Partido Trabalhista Brasileiro. Seus editores chegaram a ser presos e sofreram rotineiros atentados, sendo um dos atos praticado até pelo próprio governador da época, Pauxy Nunes. O semanário ainda enfrentou boicotes praticados pelo poder executivo no fornecimento de energia elétrica ao jornal e aliciamento de funcionários da gráfica como estratégia para impossibilitar a impressão. Além do mais, a própria existência do governo territorial fez surgir outras iniciativas jornalísticas, sejam para serem patrocinadas por verbas publicitárias ou para se posicionarem como oposição. A política como influente no surgimento de iniciativas jornalísticas, destaca-se, não se resumiu ao poder executivo. Parlamentares igualmente atuaram nesse contexto. Exemplo disso são as rádios Antena 1 e Cidade, com deputados federais como sócios. No âmbito de influência dos poderes de Brasília, o então presidente José Sarney, autorizou cinco concessões de TVs e outras cinco de rádio, e ainda articulou empréstimo financeiro ao *Jornal do Dia* a fundo perdido na SUDAM para que a família Pinto Pereira adquirisse as máquinas *offset*. Na eleição seguinte, em 1990, o político elegeu-se senador pelo Amapá, cargo deixado somente em 2015.

No aspecto tecnológico, a entrada da Embratel, em 1976, possibilitou a TV Amapá transmitir sua programação em cores; a compra da Difusora pela RádioBrás a tornou uma das emissoras mais modernas do país ao ponto de ser referência para treinamentos de técnicos no uso de equipamentos de radiodifusão. Em relação a questões econômicas, o início da atividade mineral bancou jornais impressos, como *A Notícia* e *Marco Zero do Equador*. Por outro lado, a inexistência de uma economia consolidada nos setores secundários e terciários causou a dependência dos veículos jornalísticos das verbas de publicidade do governo territorial. Um fator até então não previsto, mas que surgiu durante a pesquisa, foi o religioso. Para conter o crescimento da comunidade evangélica, a Igreja Católica criou a Rádio Educadora São José. Os sacerdotes do catolicismo viraram ativos participantes na conformação do jornalismo amapaense. Eles estão presentes desde 1914, no *Correio de Macapá*, editado pelo padre Júlio Maria Lombaerde. Capitaneado pelo padre italiano Jorge Basile, a igreja montou *A Voz Católica*, periódico que buscava se opor ao governo territorial. Basile, que na Ditadura Militar, era tido como comunista, também comandou a criação da rádio Educadora e depois auxiliou no jornal *Marco Zero do Equador*. Também é de um sacerdote o papel pioneiro de

correspondente, desempenhado pelo padre Tomaz, n'A *Voz Católica*, em Oiapoque, na fronteira com a Guiana Francesa.

Uma questão que chamou atenção no decorrer da pesquisa tratou da preferência dos jornais impressos em circularem uma vez por semana. Essa peculiaridade tem relação com um fator logístico do Amapá. Como até 1973 as impressões eram em tipografias mecânicas, não existia tempo hábil para colocar o periódico na rua no dia seguinte. A única gráfica com linotipo era de Haroldo Franco, que imprimia com o mesmo maquinário o *Jornal do Povo*, *O Estado do Amapá* e a segunda versão da *Folha do Povo*. Isso fez com que os demais periódicos terceirizassem o serviço em Belém, mas a falta de voos diários para Macapá até meados de 1980 impossibilitava a circulação regular diária. O trecho entre as duas capitais de navio dura 24 horas. Não existe ligação por meio de estradas. A logística deficiente refletiu na própria circulação dos jornais. A concentração em Macapá e Santana era decorrência da infraestrutura precária para o interior. Entre 1960 e 1970, a quilometragem das rodovias aumentou somente 5% e nenhuma possuía asfalto. A primeira a receber o serviço de revestimento, a BR-156, que liga o Amapá de Norte a Sul, teve as obras iniciadas em 1976 e até 2018 ainda encontrava-se sem conclusão. A peculiaridade de infraestrutura de transportes, aliás, torna o jornalismo na região único, ao ponto de podermos chamá-lo de Jornalismo Amazônico.

Quanto às características da imprensa do Amapá e suas particularidades de regionalidade, o jornalismo amapaense em seus primeiros 100 anos têm as seguintes marcas: 1) dependência financeira em demasia de verbas publicitárias do governo territorial, provocando assim uma imprensa acrítica sobre os atos da administração pública; 2) atraso em relação ao restante do país, pois o jornal impresso apareceu no cenário local 82 anos depois do primeiro no Brasil, e a rádio e TV somente após mais de 20 anos das emissoras brasileiras pioneiras; 3) cursos profissionalizantes oferecidos pelos jornais, nos anos 1980, com profissionais graduados em jornalismo em outros lugares do país, tendo em vista que no Amapá, a graduação é ofertada pela primeira vez somente em 2001; e 4) a concentração do público alvo das publicações entre Macapá e Santana tanto nas coberturas noticiosas quanto na abrangência de circulação dos impressos ou do sinal das frequências.

Ao procurar posicionar o lugar do jornalismo do Amapá no contexto geográfico da Amazônia, a pesquisa revela o pioneirismo dividido entre Amazonas e Pará no jornalismo impresso, radiojornalismo e telejornalismo. Eles eram e ainda são as duas principais economias e os estados mais bem estruturados da região. O Amapá aparece como o terceiro dentre os que atualmente compõem o Norte do Brasil a ter jornal impresso circulando em seu território. No campo da radiodifusão, a população amapaense tornou-se a quinta a contar com rádio e TV, a frente somente Roraima e Tocantins. Foi constatado que assim como ocorreu no Amapá, os governos territoriais de Acre, Guaporé (atual Rondônia) e Rio Branco (atual Roraima) exerceram papel determinante para as gêneses das emissoras nesses lugares.

O esforço em sistematizar a conformação dos primeiros 100 anos do jornalismo amapaense coloca esta pesquisa no início de um processo de preenchimento de um vazio científico sobre o referido campo no Amapá. O mapeamento de veículos, estabelecimento dos marcos jornalísticos, apontamento das conexões entre o jornalismo e aspectos da sociedade e as características dessa imprensa podem subsidiar ou ainda fomentar futuras investigações científicas. O presente estudo não tem a pretensão em esgotar a história do jornalismo amapaense no seu primeiro século.

Ressalta-se, ainda, a revisão conceitual apresentada nesta pesquisa sobre o uso dos termos “regional” e “local” para definir uma imprensa à margem geográfica dos grandes centros populacionais e mais desenvolvidos do país. O estudo mostrou que seria inviável adotar um dos termos pelas perspectivas estruturais da redação, periodicidade, sustentabilidade e do conteúdo publicado pelo veículo de comunicação, como alguns estudiosos preferem (DORNELLES, 2010; BUENO, 2013; ASSIS, 2013; PERUZZO, 2005). Além de esses autores se preocuparem apenas com o impresso, nem sempre um determinado jornal atende todas as exigências para ser classificado como “quase artesanal” e “regional”, como por exemplo, aponta Wilson Bueno (2013). Há casos em que o mesmo contemple características de ambos os termos. Por isso, a opção de não usar o conceito por essas classificações, e sim pelo regionalismo em escala geográfica de abrangência de circulação e/ou do conteúdo, não necessariamente os dois, conforme Sônia Aguiar (2016). Essa perspectiva delimitou o mapeamento dos veículos na formação

da história do jornalismo do Amapá. É a contribuição que a academia deixa para o campo desse lugar no extremo Norte do Brasil.

REFERÊNCIAS

- ABERT. **Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão**. Disponível em: <<https://www.abert.org.br/web/index.php/bibliotecas/2013-05-22-13-32-13>>. Acesso em 7 de junho de 2018.
- ABI. **Associação Brasileira de Imprensa**. Disponível em: <<http://www.abi.org.br/publicacoes/>>. Acesso em 7 de junho de 2018.
- ABEPEC. **Associação Brasileira das Emissoras Públicas, Educativas e Culturais**. Disponível em: <<http://www.abeppec.com.br/associados/>>. Acesso em 7 de junho de 2018.
- ABRACO. **Associação Brasileira de Comunicação Comunitária**. Disponível em: <<http://www.agenciaabraco.org/site/>>. Acesso em 7 de junho de 2018.
- ABTU. **Associação Brasileira das TVs Universitárias**. Disponível em: <<https://www.abtu.org.br/copia-quem-sao>>. Acesso em 7 de junho de 2018.
- ADA. **Plano de Desenvolvimento Sustentável da Amazônia legal**: estudos diagnósticos setoriais – PDSA 2005-2008. Agência de Desenvolvimento da Amazônia/Universidade Federal do Pará: Belém, 2006.
- ANATEL. **Agência Nacional de Telecomunicações**. Disponível em: <<http://sistemas.anatel.gov.br/siscom>>. Acesso em 7 de agosto de 2018.
- ANJ. Associação Nacional dos Jornais. Disponível em: <<https://www.anj.org.br/site/#sp-inset-5>>. Acesso em 7 de junho de 2018.
- AGUIAR, S. **Territórios do jornalismo**: geografias da mídia local e regional no Brasil. Petrópolis: Editora Vozes, 2016.
- ALBERTI, Verena. Histórias dentro da história. In PINSKY, C (org.). **Fontes históricas**. São Paulo: Contexto, 2008.
- ALMEIDA, G. C. C.de. A mulher na pesquisa em jornalismo teses e dissertações defendidas em Programas de Pós-graduação em Jornalismo e Comunicação do Brasil (1972-2015). **Dissertação (Mestrado em Jornalismo)**, Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, 2018.
- ALMEIDA, G. T. **Imprensa do interior**: um estudo preliminar. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 1983.
- ALVES, D. C. Estudo exploratório da radiodifusão comunitária no Amapá na perspectiva do marco regulatório brasileiro para o setor. **Monografia (Jornalismo)**. Universidade Federal do Amapá, 2017.
- ASSIS, F. **Imprensa do interior**: conceitos e contextos. Chapecó: Argos, 2013.
- AUGUSTO, I. R.; TORRES, A. M. Anotações sobre a imprensa e modernidade nas terras do Cabo Norte. In MUNARO, L. F. (org.). **Rios de palavras**: a imprensa nas periferias da Amazônia (1821-1921). Porto Alegre: Editora Fi, 2017.

AZEVEDO, D. A evolução técnica e as transformações gráficas nos jornais brasileiros. **Revista Mediação**, v. 10, n. 09, 2009. Disponível em: <<http://www.fumec.br/revistas/mediacao/article/viewFile/296/293>>. Acesso em 29 de dez. de 2018.

BAHIA, B. J. **História, jornal e técnica: história da imprensa brasileira** 5.ed. Rio de Janeiro: Mauad X, 2009.

BARBOSA, C. S. **Personagens Ilustres do Amapá**. Macapá: Imprensa Oficial, 1997.

BARBOSA, M. **História da Comunicação no Brasil**. Petrópolis (RJ): Editora Vozes, 2013a.

BARBOSA, M. O método e a análise histórica do jornalismo. In: Anais **XXXVI Congresso Brasileiro De Ciências Da Comunicação**. Manaus-AM, 2013. Disponível em: <http://www.intercom.org.br/sis/2013/resumos/R8-0251-1.pdf>. Acesso em 12 de dez. de 2018.

BARBOSA, M. **História Cultural da Imprensa: Brasil 1800-1900**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2010.

BARBOSA, J. S.. Narrativas desenraizadas: comunicação pública e representação da memória social na linha imaginária do Equador. **Tese (Doutorado em Interfaces Sociais da Comunicação)**, Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.

BARCELLAR, C. O uso e mau uso dos arquivos. In PINSKY, C (org.). **Fontes históricas**. São Paulo: Contexto, 2008.

BARRETO, B. A. A. Geografia da Comunicação no Centro do Brasil. **Tese (Doutorado em Comunicação Social)**, Universidade Metodista De São Paulo, São Bernardo do Campo, 2011.

BDTD. Banco de Teses e Dissertações Brasileiras – Biblioteca Nacional. Disponível em <bdtd.ibict.br>. Acesso em 4 de jun. de 2018.

BELTRÃO, L. O jornalismo interiorano a serviço das comunidades. In ASSIS, F (org.). **Imprensa do interior: conceitos e contextos**. Chapecó: Argos, 2013.

BIANCO, N. E o rádio, vai morrer na era da convergência tecnológica? In DANGELO, N.; SUELI, S. **90 anos de rádio no Brasil**. Uberlândia: Editora UFU, 2016.

BUENO, W. C. Jornal do interior: conceitos e preconceitos. In ASSIS, F (org.). **Imprensa do interior: conceitos e contextos**. Chapecó: Argos, 2013.

CABRAL, E. D. T. História da televisão amazonense. In **Anais I Encontro Nacional da Rede Alfredo de Carvalho**. 2002. Disponível em: < <http://www.ufrgs.br/alcar/encontros-nacionais-1/encontros-nacionais/1o-encontro-2003-1/historia%20da%20televisao%20amazonense.doc>>. Acesso em 11 de jan. de 2018.

CALABRE, L. A. No tempo do rádio: radiodifusão e cotidiano no Brasil (1923-1960). **Tese (Doutorado em História)**, Universidade Federal Fluminense, 2002.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. **Relatório Final da CPI do Narcotráfico**. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes->

temporarias/parlamentar-de-inquerito/51-legislatura/cpinarco/relatoriofinal.pdf>. Acesso em 09 de jan. de 2018.

CARILLI, J. Folhas da Província: a Imprensa Amazonense durante o período imperial (1851-1889). **Dissertação (Mestrado em História)**, Universidade Federal do Amazonas, 2014.

CARVALHO, J. **Momentos da História do Amapá**. Imperatriz: Tauá, 2008.

CAVLAK, I. Aspectos da Colonização na Guiana Francesa e no Amapá: Visões comparadas e imbricações históricas. **Revista de Estudos e Pesquisas sobre as Américas**, v. 10, n. 2, 2015. Disponível em: <http://periodicos.unb.br/index.php/repam/issue/download/1360/pdf_6#page=157>. Acesso em 13 de mai. de 2018.

CHARRON, J.; BONVILLE, J. **Natureza e transformação do jornalismo**. Florianópolis: Insular, 2016.

COLFERAI, Sandro Adalberto. Entre trilhos e barrancos: a primeira fase da imprensa em Rondônia. In MUNARO, Luís Francisco (org) **Rios de Palavras**. Porto Alegre: Editora FI, 2017.

CONTATO, A. C. F. As transformações do telejornalismo brasileiro e a influência da ditadura militar na televisão nas décadas de 1960 e 1970. In **Anais Encontro Nacional de Comunicação e Imagem**. Londrina-PR, 2014. Disponível em: <<http://www.uel.br/eventos/encoi/anais/TRABALHOS/GT1/AS%20TRANSFORMACOES%20DO%20TELEJORNALISMO.pdf>>. Acesso em 23 de dez. de 2018.

CONTATO, A. C. F.; SOUZA, F. N. Percurso do telejornalismo brasileiro e o uso das novas tecnologias em favor da interatividade: um estudo do Paraná TV 1ª Edição. In **Anais X Encontro Nacional de História da Mídia**. Porto Alegre-RS, 2015. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/alcar/encontros-nacionais-1/encontros-nacionais/10o-encontro-2015/gt-historia-da-midia-audiovisual-e-visual/percurso-do-telejornalismo-brasileiro-e-o-uso-das-novas-tecnologias-em-favor-da-interatividade/at_download/file>. Acesso em 23 de dez. 2018.

CORREA, C. H. P. O documento de história oral como fonte histórica: uma experiência brasileira. **Dissertação (Mestrado em História)**, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1977.

COSTA, A. M. D. Tempos heróicos? Atuação profissional na fase experimental da televisão no Pará, 1961-1976. **Revista de História de Estudos Culturais**. v.11, n.1, jun.2014. Disponível em: <http://www.revistafenix.pro.br/PDF33/ARTIGO_4_SECAO_LIVRE_ANTONIO_MAURICIO_DIAS_DA_COSTA_FENIX_JAN_JUL_2014.pdf>. Acesso em 11 de jan. de 2018.

COSTA; L.; TEIXEIRA, I.; PAINKOW, A. Folha do Norte (1891-1894), o jornal pioneiro da imprensa tocantina. In **Anais II Encontro Nacional da Rede Alfredo de Carvalho**. Florianópolis-SC, 2015. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/alcar/encontros-nacionais-1/encontros-nacionais/2o-encontro-2004-1/FOLHA%20DO%20NORTE%20-1891-1894-%20.doc>>. Acesso em 01 de jan. 2019.

CUNHA, R. E. S. Rádio Educadora São José: o recurso radiofônico na comunicação católica durante os anos de chumbo no Amapá. In **Anais V Congresso Nacional de História da Mídia**. São Paulo, 2007. Disponível em: < <http://www.ufrgs.br/alcar/encontros-nacionais-1/encontros-nacionais/5o-encontro-2007->

1/Radio%20Educadora%20Sao%20Jose%20o%20recurso%20radiofonico%20na.pdf>.

Acesso em 15 de nov. de 2018.

DORNELLES, B. **O Localismo nos jornais do interior**. Revista Famecos. Porto Alegre, v. 17, n. 3, 2010. Disponível em <<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/revistafamecos/article/viewFile/8191/5880>>. Acesso em 23 de abril de 2017.

DORNELLES, B. **Imprensa Local**. Enciclopédia do Pensamento Comunicacional Latino-Americano (Encipecom). São Paulo: Umesp. 2009. Disponível em <http://encipecom.metodista.br/mediawiki/index.php/Imprensa_Local_-_Beatriz_Dornelles>. Acesso em 04 de abril de 2017.

FARIAS, W. G. Em nome da República: imprensa, eleições e deportações no Pará republicano. In **Anais IV Congresso Internacional de História**. Maringá-PR, 2009. Disponível em: <<http://www.pph.uem.br/cih/anais/trabalhos/572.pdf>>. Acesso em 08 de mai. de 2018.

FERRARETTO, L. A. De 1919 a 1923, os primeiros momentos do rádio no Brasil. **Revista Brasileira de História da Mídia**, v. 3, n. 1, 2014. Disponível em: <<http://www.ojs.ufpi.br/index.php/rbhm/article/viewFile/3961/2299>>. Acesso em 11 de dez. de 2018.

FERRARETTO, L. A. Uma proposta de periodização para a história do rádio no Brasil. **Revista EPTIC**, v.9, n.2, mai/ago, 2012. Disponível em: <<https://seer.ufs.br/index.php/eptic/article/download/418/332>>. Acesso em 13 de dez. de 2018.

FENAJ. **Federação Nacional dos Jornalistas**. Disponível em: <<http://fenaj.org.br/publicacoes/>>. Acesso em 7 de junho de 2018. Disponível em: <<http://fitert.org.br/jornais/>>. Acesso em 7 de junho de 2018.

FNDC. **Federação Nacional pelo Direito à Comunicação**. Disponível em: <<http://www.fndc.org.br/publicacoes/pesquisas-e-relatorios/>>. Acesso em 7 de junho de 2018.

FREIRE, E. O design no jornal impresso diário. Do tipográfico ao digital. **Galáxia**, n. 18, 2009. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/html/3996/399641244019/>>. Acesso em 28 de dez. de 2018.

FREITAS, R. L. A. Evolução do radiojornalismo no Brasil. In **Anais XXXV Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação**, Fortaleza-CE, 2012. Disponível em: <<http://www.intercom.org.br/sis/2012/resumos/R7-2415-1.pdf>>. Acesso em 12 de dez. de 2018.

KANTAR IBOPE. Disponível em: <<https://www.kantaribopemedia.com/conteudo/dados-rankings/>>. Acesso em 7 de junho de 2018.

IBGE. **Censo Demográfico 1950**. Rio de Janeiro, 1950.

IBGE. **Estados do Para e Amazonas e Territórios do Amapá e Rio Branco em números**. Rio de Janeiro, 1960.

IBGE. **Sinopse estatística Amapá**: 1975. Rio de Janeiro, 1975.

IBGE. **Censo Demográfico 1991** – situação demográfica, social e econômica: primeiras considerações do Estado do Amapá. Rio de Janeiro, 1995.

JAMBEIRO, O. **A TV no século XX**. Salvador: EDUFBA, 2001.

JUNIOR, J. M. **As cores da mídia**: a educação das relações étnico-raciais como caminho para a promoção da igualdade racial na imprensa do Amapá. Dissertação Mestrado em Desenvolvimento Regional, Universidade Federal do Amapá, 2018.

LAVILLE, C; DIONNE, J. **A Construção do Saber**: Manual de Pesquisa em Ciências Humanas. Belo Horizonte: Editora UFMG/ Artmed, 1999.

LEAL, P. M. V. Um olhar histórico na formação e sedimentação da TV no Brasil. In **Anais VII Encontro Nacional de História da Mídia**. Fortaleza-CE, 2009. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/alcar/encontros-nacionais-1/encontros-nacionais/7o-encontro-2009-1/Um%20olhar%20historico%20na%20formacao%20e%20sedimentacao%20da%20TV%20no%20Brasil.pdf>>. Acesso em 18 de dez. de 2018.

LÁZARO, J. **ZYA - 52 - Rádio Educadora São José de Macapá**. Blog Porta Retrato, 2010. Disponível em: <<https://porta-retrato-ap.blogspot.com/2010/08/zya-52-radio-educadora-sao-jose-de.html>>. Acesso em 13 de nov. de 2018.

LÁZARO, J. **Memórias do Rádio Amapaense**: “Os caminhos da Pioneira”... na versão de Ruy Guarany Neves. Blog Porta Retrato, 2015. Disponível em: <<https://porta-retrato-ap.blogspot.com/2015/09/memorias-do-radio-amapaense-os-caminhos.html>>. Acesso em 15 de dez. de 2018.

LÁZARO, J. **Foto Memória do Rádio Amapaense**: O advento da antiga Rádio Equatorial de Macapá. Blog Porta Retrato, 2016. Disponível em: <<https://porta-retrato-ap.blogspot.com.br/2016/08/foto-memoria-do-radio-amapaense-o.html>>. Acesso em 26 de dez. de 2018.

LE GOFF, J. **História e memória**. Campinas: Editora Unicamp, 1990.

LOBATO, S. S. **Educação na fronteira da modernização**: a política educacional no Amapá (1944-1959). Dissertação (Mestrado) Programa de Pós-Graduação em História, PUC-SP, São Paulo, 2009.

LOKSHIN, M.; YEMTSOV, R. Has rural infrastructure rehabilitation in Georgia helped the poor? **The World Bank Economic Review**, v. 19, n. 2, 2005. Disponível em <http://www-wds.worldbank.org/external/default/WDSPContentServer/WDSP/IB/2013/05/23/000333037_20130523143540/Rendered/PDF/774900JRN020050cture0Rehabilitation.pdf>. Acesso em 3 de jun. de 2019.

LUSTOSA, I. **Insultos impressos**: a guerra dos jornalistas na Independência (1821-1823). São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

GADINI, S. L.; WOITOWICZ, K. J. A pesquisa jornalística, a busca de métodos e as demandas atuais: Retrato dos temas e das estratégias investigativas utilizadas em dissertações de mestrado da UEPG defendidas entre 2015 e 2017. **Estudos em Jornalismo e Mídia**, Florianópolis, v. 14, n. 2, p. 49-61, jan. 2018. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/jornalismo/article/view/1984-6924.2017v14n2p49/35876>>. Acesso em: 14 mar. 2018.

GALVAO, M. C.; PLUYE, P.; RICARTE, I. Métodos de pesquisa mistos e revisões de literatura mistas: conceitos, construção e critérios de avaliação. **InCID: Revista de Ciência da Informação e Documentação**, v. 8, n. 2, p. 4-24, 4 out. 2017.

GENRO FILHO, A. O segredo da pirâmide: para uma teoria marxista do jornalismo. **Dissertação** – Programa de Pós Graduação em Ciências Sociais. Universidade Federal de Santa Catarina: Florianópolis, 1987.

GOIS, F. C. L. Jornalismo digital: a relação entre a mídia privada de Rondônia e a Agência Senado. **Monografia Especialização em Comunicação Legislativa**, Universidade do Legislativo Brasileiro, Brasília, 2008.

GONSALVES, E. T. **Folhas soltas do meu alfarrábio: um livro para meus filhos**. Macapá: Gravo Papers, 2010.

GUIA DE MÍDIA. Disponível em: <<https://www.gm.org.br/midia-dados-2018>>. Acesso em 7 de junho de 2018.

IVC. **Instituto Verificador de Comunicação**. Disponível em: <<https://ivcbrasil.org.br/#/auditorias>>. Acesso em 7 de junho de 2018.

MAFRA, E.; MONTEIRO, G. V. **O Rádio Migrado no Amazonas**: Um Estudo Sobre a Rádio Rio Mar no Cenário de Migração de Amplitude Modulada (AM) In Anais 40º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação. Curitiba-PR, 2017. Disponível em: <<http://portalintercom.org.br/anais/nacional2017/resumos/R12-2935-1.pdf>>. Acesso em 13 de dez. de 2018.

MARQUES, I. C. R. Território Federal e mineração de manganês: gênese do Estado do Amapá. **Tese (Doutorado em Geografia)**, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009.

MARQUES DE MELO, J. Os jornais do interior estão mais receptivos às demandas comunitárias. **Revista Eletrônica Temática**, 2005. Disponível em: <<http://www.insite.pro.br/2005/29Os%20jornais%20do%20interior%20estão%20mais%20receptivos%20às%20demandas%20.pdf>>. Acesso em 2 de out. de 2017.

MARQUES DE MELO, J. Sociologia da imprensa brasileira: a implantação. Petropolis: Vozes, 1973.

MARTINS, B. R. C. Alô, alô, Amazônia oralidade mediada pelo rádio: análise de produções radiofônicas na Amazônia. 2002. 206 f. **Dissertação (Mestrado em Comunicação)** - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2002.

MARTINS, B. R. C. Marabaixo, ladrão, gengibirra e rádio: traduções de linguagens de textos culturais. 2012. 214 f. **Tese (Doutorado em Comunicação)** - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2012.

MARTINS, A. L.; LUCA, T. R. **História da imprensa no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2008.

MATTOS, S. **Um perfil da TV brasileira**. Salvador: Abap, 1990.

MCTIC. **Ministério da Ciência, Tecnologia, Informação e Comunicação**. Disponível em: <http://www.mctic.gov.br/mctic/opencms/indicadores/detalhe/dados_setor_comunicacoes/2018.10.01_TB_Fichas-Estaduais-Ago2018.xlsx>. Acesso em 21 de agosto de 2018.

MENDONÇA, R. **Danilo Du Silvan**. Blog do Coronel Roberto: escrevendo histórias, 2017. Disponível em: <<http://catadordepapeis.blogspot.com/2017/09/danilo-du-silvan.html>>. Acesso em 13 de set. de 2018.

MENDES, J. F. O silêncio das Geraís: o nascimento tardio e a lenta consolidação dos jornais brasileiros. **Tese (Doutorado em Comunicação)**, Universidade Metodista de São Paulo, 2007.

MOM-Brasil. **Media Owersneship Monitor Brasil**. Disponível em: <<https://brazil.mom-rsf.org/br/midia/>>. Acesso em 7 de junho de 2018.

MOURA, D. A. Imprensa em foco: notícias antigas, outras abordagens (1886-1890). In: **Anais XXIX Simpósio Nacional de História**. Brasília-DF, 2017. Disponível em: <http://www.snh2017.anpuh.org/resources/anais/54/1502807815_ARQUIVO_ArtigoANPUH2017DaniellaMoura.pdf>. Acesso em 9 de mai. de 2018.

MOLINA, M. M. **História dos jornais no Brasil: da era colonial à regência (1500-1840)**. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

MONTORIL, N. **Amapá estado, o efetivo sinal da transformação**. Blog Arambaé, 2011. Disponível em: <<http://montorilaraujo.blogspot.com/2011/08/amapa-estado-o-efetivo-sinal-da.html>> Acesso em 16 de nov. de 2018.

MONTORIL, N. **Bonfim Salgado: repórter acima de tudo**. Blog Arambaé, 2012a. Disponível em: <<http://montorilaraujo.blogspot.com/2012/03/bonfim-salgado-reporter-acima-de-tudo.html>>. Acesso em 16 de nov. de 2018.

MONTORIL, N. **A velha boa com novo som**. Blog Arambaé, 2012b. Disponível em: <<http://montorilaraujo.blogspot.com/2012/04/velha-bom-com-novo-som.html>>. Acesso em 14 de dez. de 2018.

MONTORIL, N. **Programa Bom Dia Amapá**. Blog Arambaré, 2013. Disponível em: <<http://montorilaraujo.blogspot.com/2013/05/programa-bom-dia-amapa.html>>. Acesso em 16 de nov. de 2018.

MORGADO, A.V; PORTUGAL, L. S.; MELLO, A. J. R. Accessibility in the Amazon region through the water transportation. **Journal of Transport Literature**, v. 7, n. 2, 2013. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S2238-10312013000200006&script=sci_arttext>. Acesso em 5 de jun. de 2019.

MUNARO, L. F. Aspectos da imprensa e da modernidade amazônicas: um estudo do centro às periferias. **TROPIS**, v. 1, n. 2, 2014. Disponível em: <http://revistas.ufac.br/revista/index.php/tropis/article/download/26/pdf_15>. Acesso em 12 de jun. de 2018.

MUNARO, L. F. __. Introdução. In MUNARO, L. F. **Rios de palavras: a imprensa nas periferias da Amazônia (1821-1921)**. Porto Alegre: Editora Fi, 2017.

MUNARO, L. F. F.; ZOUEN, M. E. Os jornais do Rio Branco e o processo de civilização em Boa Vista. In MUNARO, L. F. (org.). **Rios de palavras: a imprensa nas periferias da Amazônia (1821-1921)**. Porto Alegre: Editora Fi, 2017.

NETO, T. O.; NOGUEIRA, R. J. B. Geopolítica e rodovias na Amazônia: um debate necessário. **Revista de Geopolítica**, v. 6, n. 2, 2016. Disponível em <<http://www.revistageopolitica.com.br/index.php/revistageopolitica/article/download/142/140>>. Acesso em 5 de jun. de 2019.

NJOH, A. J. The development theory of transportation infrastructure examined in the context of central and West Africa. **The Review of Black Political Economy**, v. 36, n. 3-4, 2009. Disponível <<https://link.springer.com/article/10.1007/s12114-009-9044-4>>. Acesso em 4 de jun. de 2019.

OLIVEIRA, J. A. Uma cultura, como cidades e os rios na Amazônia. **Cienc. Culto.** São Paulo, v. 58, n. 3, set. 2006. Disponível em <http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0009-67252006000300013&lng=en&nrm=iso>. acesso em 04 de jun. de 2019.

ORTRIWANO, G. S. Radiojornalismo no Brasil: fragmentos de história. **Revista USP**, n. 56, p. 66-85, 2003. Disponível em: <<http://www.periodicos.usp.br/revusp/article/download/33808/36546>>. Acesso em: 23 de jan. de 2019.

ORTRIWANO, G. S. França 1938, III Copa do Mundo: o rádio brasileiro estava lá. **Universidade de São Paulo, ECA**, 2000. Disponível em: <<http://www.bocc.ubi.pt/pag/ortriwano-gisela-copa1938.pdf>>. Acesso em 12 de dez. de 2018.

PAIXÃO, C. C.; ROCHA, L. V. O rádio no Tocantins: o processo de implantação e consolidação das primeiras emissoras. **Revista Rádio-Leituras**, Mariana-MG, v. 09, n. 01, jan./jun. 2018. Acesso em 12 de dez. de 2018.

PAULA, J.; FERNANDES, P.; SEIXAS, N. Protagonistas da imprensa blelenense entre 1820 e 1830. In **Anais VIII Encontro Nacional de História da Mídia**. Guarapuava, 2012. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/alcar/encontros-nacionais-1/8o-encontro-2011-1/artigos/Protagonistas%20da%20imprensa%20belenense%20entre%201820%20e%201830.pdf/at_download/file>. Acesso em 24 de dez. de 2018.

PAZ, A. A voz do extremo Norte: crise, trabalho e desenvolvimento nas páginas do jornal Pinsonia (1895-1897). In **Anais XXVIII Simpósio Nacional de História**. Florianópolis-SC, 2015. Disponível em: <http://www.snh2015.anpuh.org/resources/anais/39/1439584055_ARQUIVO_ArtigoAdalbertoPazANPUH2015.pdf>. Acesso em 12 de jun. de 2018.

PERUZZO, C. M. K. Mídia regional e local: aspectos conceituais e tendências. **Comunicação & Sociedade**. São Bernardo do Campo: Póscom-Umesp, a. 26, n. 43, p. 67-84, 1o. sem. 2005. Acesso em 14 de mai. de 2018.

PINHEIRO, F. A história acreana nas ondas do rádio. **Revista Brasileira de História da Mídia**, v. 1, n. 2, 2015. Disponível em: <<http://www.ojs.ufpi.br/index.php/rbhm/article/download/4026/2359>>. Acesso em 24 de dez. de 2018.

PINHEIRO, F. M.; ALVES, M. N. A Rádio Difusora Acreana e o Movimento Autonomista. In **Anais VI Encontro Nacional de História da Mídia**. 2008. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/alcar/encontros-nacionais-1/encontros-nacionais/6o-encontro-2008->

1/A%20Radio%20Difusora%20Acreana%20e%20o%20Movimento%20Autonomista.pdf>. Acesso em 11 de dez. de 2018.

PONTES, F. S.; ALMEIDA, G. C. C.. A pesquisa acadêmica sobre jornalismo na pós-graduação brasileira: dados sobre as teses e dissertações publicadas nos programas de Comunicação e Jornalismo (1972-2015). **Estudos em Jornalismo e Mídia**, Florianópolis, v. 14, n. 2, p. 09-21, jan. 2018. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/jornalismo/article/view/19846924.2017v14n2p09>>. Acesso em 14 mar. 2018.

PORTO, J. Transformações espaciais e institucionais do Amapá: conflitos e perspectivas. In **Anais do X Encontro de Geógrafos da América Latina - USP**. São Paulo, 2005. Disponível em <<http://observatoriogeograficoamericalatina.org.mx/egal10/Geografiasocioeconomica/Geografiaespacial/29.pdf>>. Acesso em 21 de jun. de 2018.

PORTO, J. Amapá: principais transformações históricas e institucionais (1943-2000). **Tese (Doutorado em Economia)**, Universidade de Campinas, Campinas, 2002.

RÁDIO DIFUSORA DE MACAPÁ. **História da Rádio**, s/d. Disponível em: <<http://www.difusora.ap.gov.br/interno.php?dm=459>>. Acesso em 18 de dez. de 2018.

ROCHA, P. M.; ZAUITH, G. **Jornalismo e modo de produção: as transformações dos impressos no nordeste do estado de São Paulo**. Campinas: Editora Unicamp, 2014.

ROSTOW, W. W. **Etapas do desenvolvimento econômico**: um manifesto não-comunista. Zahar Editores: São Paulo, 1974.

RIBEIRO, E. B. Informativo de curta duração na Rádio Difusora de Roraima. **Monografia (Jornalismo)**, Universidade Federal de Roraima, Boa Vista, 2003.

SANTOS, R. F. **História do Amapá**. Macapá: Valcan, 2001.

SANTOS, J. S. A História da mídia audiovisual: a televisão no Tocantins. In **Anais V Congresso Nacional de História da Mídia**. São Paulo, 2007. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/alcar/encontros-nacionais-1/encontros-nacionais/5o-encontro-2007-1/A%20Historia%20da%20midia%20audiovisual%20%20a%20televisao%20no%20Tocantins.pdf>>. Acesso em 7 de jan. de 2018.

SANTOS, D. R.; CASTRO, J. M. Jornalismo do Interior: Características, estigmas e seu papel na sociedade. In **Anais 9º Encontro Nacional de História da Mídia**, 2013. Disponível em <<http://www.ufrgs.br/alcar/encontros-nacionais-1/9o-encontro-2013/artigos/gt-historia-do-jornalismo/jornalismo-do-interior-caracteristicas-estigmas-e-seu-papel-na-sociedade>>. Acesso em 17 de abril de 2017.

SANTOS, E. K. A.; MACIEL, S. A. S. C. **O Jornalismo Setentinha: A História da Imprensa Amapaense na década de 70**. Macapá: Universidade Federal do Amapá, 2017.

SARNEY, J.; COSTA, P. **Amapá: a terra onde o Brasil começa**. Brasília: Senado Federal, 2004.

SCHEIBE, R.; AUGUSTO, I. R. Por uma conversão do olhar: Desbravações epistemológicas no Amapá. **Jornal Alcar**: ano 2, nº 9, agosto de 2013. Disponível em <<http://www.ufrgs.br/alcar/jornal-alcar-9/por-uma-conversao-do-olhar-desbravacoes-epistemologicas-no-amapa>>. Acesso em 17 de abril de 2017.

SCHUDSON, M. Toward a troubleshooting manual for journalism history. **Journalism & Mass Communication Quarterly**, v. 74, n. 3, p. 463-476, 1997. Disponível em: <<http://www.webpages.uidaho.edu/jamm445hart/SchudsonTowardATroubleshootingManual.pdf>>. Acesso em 9 de jan. de 2019.

SCHUDSON, Michael. **Descobrimos a notícia**: uma história social dos jornais nos Estados Unidos. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

SCHUMPETER, J. A. **Teoria Do Desenvolvimento Econômico**: uma investigação sobre lucros, capital, crédito, juro e o ciclo econômico. Tradução Maria Sílvia Possas. Editora Nova Cultural: São Paulo, 1997.

SILVA, E. V. A.; BERTONCINI, B.V.; SILVA, F. G. F. Infraestrutura de transporte e desenvolvimento econômico: Uma análise a partir da construção da ferrovia Transnordestina. **Revista Espacios**. v. 38, n. 47, 2017.

SILVA, R. N. De vilão a herói republicano: Veiga Cabral e a política no Pará. In: **Anais XV Encontro Regional de História da Anpuh-Rio**. Rio de Janeiro, 2012. Disponível em: <http://www.encontro2012.rj.anpuh.org/resources/anais/15/1338422667_ARQUIVO_textoparaanpuhfinal.pdf>. Acesso em 15 de mai. de 2018.

SILVA, M. L. “O TERRITÓRIO IMAGINADO”: Amapá, de Território à autonomia política (1943-1988). **Tese (Doutorado em História)**, Universidade de Brasília, Brasília-DF, 2017. Disponível em: <http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/23698/1/2017_MauraLealdaSilva.pdf>. Acesso em 27 de fevereiro de 2018.

SILVA, M. L.; LUNA, V. X. De lugar dado a espaço construído: memórias petebistas no alvorecer do Território do Amapá (1946-1964). In **Anais Encontro Nacional de História Oral**, 2012. Disponível em: <https://www.encontro2012.historiaoral.org.br/resources/anais/3/1340408851_ARQUIVO_MemoriaspetebistasnoalvorecerdoTerritoriodoAmapa.Finalizado.pdf>. Acesso em 20 de set. de 2018.

SILVEIRA, C. L. C. O Rádio no país das Amazonas em tempos de internet. In **Anais XXXIV Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação**. Recife-PE, 2011. Disponível em: <<http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2011/resumos/R6-2572-1.pdf>>. Acesso em 14 de dez. de 2018.

SODRÉ, N. W. **História da imprensa no Brasil**. Rio de Janeiro: Mauad, 1999.

SOUZA, M. A. Imagens, memórias e discursos: a construção das identidades amapaenses no Jornal Amapá - 1945 a 1968. 2016. 264f. – **Tese (Doutorado em Sociologia)**, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2016.

THOMPSON, P. **A voz do passado**: história oral. 2.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1999.

VIEIRA, E. B. C. Cidade e cultura: a Belém de 1950 nas ondas do rádio. **Dissertação (Mestrado em Filosofia e Ciências Humanas)**, Universidade de Campinas, Campinas, 2017.

VILLAMÉA, L. Revolução tecnológica e reviravolta política. In MARTINS, A. L.; LUCA, T. R (orgs.). **História da imprensa no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2008.

WILLIAMS, R. **História de la comunicación**: del lenguaje a la escritura. Barcelona: Bosch, 1992.

ZUCULOTO, V. R. M. As fases da história do rádio brasileiro e as transformações da notícia radiofônica. In **Anais IV Encontro do Núcleo Gaúcho de História da Mídia**. São Borja-RS, 2012. Disponível em: <<https://docplayer.com.br/16197592-As-fases-da-historia-do-radio-brasileiro-e-as-transformacoes-da-noticia-radiofonica-1.html>>. Acesso em 13 de dez. de 2018.

APÊNDICE A – Entrevista com o jornalista Édi Prado Ribeiro

Édi Prado, como foi o início da sua carreira no Amapá?

O primeiro local, no retorno para Macapá, em 1985, foi na TV Equatorial, a mesma que existe ainda hoje, a do Zelito, no bairro Laguinho. Mas ela já existia, quando eu cheguei. Eu trabalhava somente na TV. Também existia a rádio, mas não tinha função nela. Eu era repórter, editor e apresentador.

Como era fazer jornalismo nessa TV em 1985?

É o avesso do avesso. Primeiro que a TV Equatorial foi a primeira a receber um TP, em 1985, mas ele nunca saiu da caixa, inclusive, ainda permanece guardado até hoje. Para o Zelito, o jornalista precisava decorar. Ou seja, ao mesmo tempo em que tínhamos um equipamento totalmente novo e revolucionário para o Amapá, ainda trabalhávamos na contramão. Eu já conhecia essa tecnologia porque retornava do Rio de Janeiro. Aqui, ninguém sabia nem operar, nem nada. Isso em 1985. Para você ver, no Amapá, houve um avanço muito grande já em 1987, quando o *Amapá Estado* instalou um computador da redação. Até onde eu sei, foi o primeiro veículo de comunicação no Amapá a ter um computador. Instalaram, não deram curso nenhum e fomos aprendendo pelos sentidos próprios.

Em 1985, como era a equipe de jornalismo na TV Equatorial?

Era eu, eu e eu. Não fazia apenas a edição, que tinha uma pessoa encarregada somente para isso. Eu saía para rua, com uma equipe de cinegrafista, fazia a pauta e escrevia a reportagem. Tinha uma pessoa na redação, que era uma espécie de "faz tudo" na questão de pós-produção.

De jornalismo existia o que lá?

Era apenas um jornal, de 10 minutos.

Qual o nome do jornal?

Era Equatorial Notícias.

Do que a Equatorial tem hoje não se difere muito daquela época?

Não acompanhei muito depois. Passei um mês lá e decidi sair. Vi que não teria muito futuro ali. O salário era pouco. Estava chegando em Macapá com a esposa, que também veio do Rio de Janeiro. Aceitei logo porque precisava de um mínimo para viver. Ele dizia que não poderia aumentar salário porque eu usava a TV, carro e equipamentos dele para me projetar. Era assim a conversa dele e não tinha condições de continuar assim, com uma mentalidade dessas. Nem era carteira assinada.

De lá, o senhor foi para onde?

Fiz concurso público para a Câmara Municipal de Macapá no curso de técnico em comunicação.

E no jornalismo?

Bom nisso, enquanto estava já na Câmara, nasceu a Gazeta Trabalhista, do então vereador Júlio Pereira. Ele me convidou e aceitei. Era um jornal mesmo, e não algo interno do PDT. Era distribuído nas bancas.

Isso em 1985?

Não, já foi em 1986. Já era funcionário da Câmara e o Júlio vereador. Como éramos amigos de infância, ele soube que cheguei e como eu do jornalismo na Câmara, me chamou.

Qual era a proposta desse jornal?

Bom, foi um jornal para vender, a princípio, a ideologia do PDT, mas também era livre para fazermos matérias.

Esse alinhamento das idéias ao PDT ocorria de forma no jornal?

Não havia censura de nada. Até porque nunca aceitei isso. Nunca aceitei trabalho sujo. Se isso ocorresse, não aceitaria o convite. Pode ser que um dia aconteça, mas até hoje, com 64 anos, não aceitei. Nunca fui demitido de nenhum emprego, justamente por manter a mesma postura. A função do jornalismo é manter esse padrão. É claro, que o jornalismo precisa sobreviver, mas deve se manter de forma correta.

Qual era a periodicidade da Gazeta?

No começo era quinzenal, depois passou para semanal.

Depois de quando mais ou menos?

Um ano depois. Esse jornal deu uma projeção muito grande ao Júlio Pereira. Era feito com 16 páginas e rodado em Belém. A equipe era formada por mim, redator e revisor; além disso, o diagramador, chamado Astrogildo, da Província do Pará, que vinha a Macapá apenas para fazer isso e depois retornava; junto com o Marco Leal, também na formatação.

A Gazeta durou até quando?

Até 1987, quando o Júlio teimou em fazer o Jornal do Dia. Mas antes disso, desculpa pela falha, houve o Correio Popular. Veio primeiro o Correio do Popular, do mesmo grupo familiar. Esse Correio que gerou a Gazeta. Eu me lembro desse Correio. Nele, além de mim, tinha o Haroldo Pinto, Júlio Pereira e Emmanuel Pereira. Ou seja, o mesmo grupo empresarial e familiar. Só foi mudando de nome.

Por que apenas mudou de nome?

O Correio nasceu em 1985 e tinha uma proposta mais eleitoreira, já que o Júlio era um político em ascensão na época. Depois disso, já continuamos com algo mais sólido, na Gazeta Trabalhista. Esse Correio Popular teve uma repercussão muito grande, era uma nova forma de fazer jornal.

Como assim uma nova forma de fazer jornal no Amapá?

Quando sai do Amapá para estudar em 1976, os jornais que lia, era algo muito ligado ao governo, tudo voltado para atender ao executivo. Não existia aquele dito bom jornalismo. Era mais algo no sentido de divulgação oficial das coisas que ocorriam no governo e da sociedade. Mas a sociedade para eles não era a gente, pessoas comuns. Era apenas quem interessava aos jornais. Apenas com exaltação da classe média em diante da época. Quando eu retornei para Macapá, estava cheio de ânimo, com todo o gás, já que voltava do Rio de Janeiro para a minha cidade com memórias bem vivas do jornalismo feito em outro lugar. Comecei a criar uma nova perspectiva de jornalismo. Lembro que às vezes apareciam na redação pessoas acostumadas com outro tipo de jornalismo dizendo que determinada matéria não poderia sair na edição. Eu dizia que ela poderia falar até com o presidente da República que mesmo assim iria ser publicada. Tem gente que até hoje é meu inimigo por causa disso. Aquele Carlitão, da Banda Placa, é um exemplo disso. Eles fizeram uma c... na Avenida FAB e eu sem saber quem era essa pessoa por ter ficado fora do Amapá, publiquei. Então, quando digo que mudei, não houve mais, pelo menos nesses jornais, intervenção de gente importante sobre o que poderia ou não ser publicado.

O que mais o Correio trouxe para o jornalismo local na sua visão?

Ele passou a trazer a reportagem. O pessoal que a gente pegava tinha a ótica daqueles jornais que eu comentei que existiam antes de eu viajar. Eu sentava ao lado dos jornalistas e explicava tudo certinho, ensinando o lead e linguagem fácil. Também tive que encorajá-los a escrever sobre quem quer que seja de forma objetiva sobre o fato.

O Júlio tinha interesses político através dos jornais. Como isso afetava?

Ele tinha interesses, mas não afetava. Pelo contrário, quando eu comecei a fazer isso, mais pessoas passaram a procurá-lo para pedir a intervenção dele. O Júlio respondia a essas pessoas que sobre jornalismo, tudo tinha que ser resolvido comigo porque era eu quem entendia. Isso até ajudou na credibilidade do jornal. As pessoas começaram a pensar que havia algo de diferente naquelas páginas, já com

o Correio Popular. Às vezes os Júlio realmente achava que a pessoa teria razão, mas o jornalismo era tratado comigo. Somente a parte administrativa era com ele.

Essa chamada credibilidade ajudou em que o jornal?

Principalmente na aquisição de anúncios, o que dava condições para que o jornal fosse lido sem a visão de ser um jornal comprado.

O Correio Popular foi até quando?

O Correio Popular existiu até 1987. Paralelo a ele, foi montada a Gazeta Trabalhista, que voltado mais para a atividade parlamentar do Júlio, com publicações de suas indicações, projetos de lei e visitas nas comunidades, sempre com a mescla com notícias locais, tanto que não era um jornal interno do PDT. Ele circulava nas bancas.

Então o grupo tinha dois jornais ao mesmo tempo?

Sim.

Por que esses dois jornais acabaram?

O Júlio quis criar um jornal diário, algo bem ousado para a época, o Jornal do Dia. Era algo muito caro, pois o grupo não tinha nem gráfica, tanto que as impressões do Correio Popular e da Gazeta eram feitas em Belém.

Como surgiu essa ideia do Jornal do Dia?

O Júlio era meio doido. [Risos]

Como assim?

O Júlio tinha uma visão de futuro bem mais ampla que seus irmãos em termos políticos. Na época, estava em discussão a transformação do Amapá em Estado.

Nesse sentido, o Júlio já pretendia uma das vagas para deputado estadual. Olha só a cabeça dele. Então, ele pensou em fazer a campanha para deputado. Na proposta, era essa mesmo, além de o jornal defender essa ideia de o Amapá virar um Estado. Com um jornal diário, ele queria "botar para quebrar".

Como foi a repercussão local de um jornal diário?

A primeira edição foi no dia 4 de fevereiro de 1987. Foi um choque. As pessoas pensavam que estávamos ficando doidos, colocando um jornal diário nas ruas, sem estrutura nenhuma. Funcionávamos ali na Rua São José, com a Rua Ernestino Borges. Mas era um prédio melhor que o do Correio Popular, que funcionava em outro espaço.

Com o Jornal do Dia, perdeu a necessidade dos outros dois?

Sim porque aí tudo iria ser colocado num único jornal, tanto que o número de páginas era maior. Colocamos nas ruas o jornal com 32 páginas. Para todos os domingos fazíamos uma página sobre os pioneiros do Amapá, além da coluna social para atender a clientela dos donos. Também foi o primeiro a trabalhar com os "Classificados", com um caderno específico.

Quanto tempo demorou para montar a primeira edição do Jornal do Dia?

Desde a concepção da ideia, até a montagem da estrutura e produção da edição, mais ou menos um mês. Isso apenas eu e o diagramador. Depois do jornal já na rua foi que chamamos o Joseli Dias para ser o nosso repórter da editoria de polícia. Ele foi o primeiro a ocupar essa função lá.

Como era a questão trabalhista no Jornal do Dia?

Olha, eu fiquei nas primeiras 100 edições. Depois eu sai. Nesse tempo, não existiam carteiras assinadas. O pagamento era por prestação de serviço. Existia o equivalente a um salário mínimo. Meu salário, por ser editor, era sempre maior. Na cabeça deles, para reduzir meu salário, me colocaram como sócio proprietário, me

dando 10% da propriedade do jornal, mas nunca recebi nada a mais desse percentual, coisa nenhuma.

Como foi a aceitação do público em relação ao Jornal do Dia, já que não existia um diário há muito tempo?

Todos os exemplares eram vendidos. Tivemos edições que foi preciso refazer. A tiragem era de mil exemplares. Digo isso porque eu mesmo iria para Belém rodar o jornal na gráfica e trazia no avião. Essa era a tiragem mesmo. Tem jornal por aí que tem a mentiragem. Diz que é uma coisa, mas na verdade o número é outro. [Risos]

Como esses jornais se sustentavam?

Quem bancou tudo foi a família Pereira. Eles tinham empresas em vários ramos, na venda de carros e construção civil. Depois entrou o governador Nova da Costa.

Como assim, depois Nova da Costa?

O Jornal do Dia não foi diário numa sequência. Teve um período que as empresas não deram condições de manter, pois eram duas passagens aéreas diárias, uma de ida e outra de volta para Belém. Lá, ainda teria que pagar a gráfica. Se não pagasse, não tinha jornal. O custo operacional ficou bastante alto. Nisso, o Nova da Costa entrou como cliente do jornal, aí houve a regularidade, desafogando o bolso das empresas da família Pereira.

Por que o senhor decidiu sair do jornal?

Não tinha condições. Os caras queriam me manter como diretor sem receber nada, mas tinha família para cuidar e com despesas pessoais.

Depois, o senhor foi para qual jornal?

Fui para o jornal Amapá Estado, o primeiro a ter computador no Amapá, pelo o que tenho de informações até hoje. Ele ficava em frente ao Folha do Amapá, um jornal da base do Capiberibe.

Como era a linha desse jornal?

Era sempre de atender aos interesses de quem pagasse. Era mais de política do que de outros temas, atendendo aos interesses do poder. Tirando a cara do governador, no resto poderia chutar.

Mas tinha um grupo de interesse específico?

A única coisa que eles não queriam era que a gente batesse em cima do governador, na época o Nova da Costa. Depois dele, no Barcellos. Eram as únicas imposições.

O Amapá Estado tinha uma estrutura boa?

Tinha, sim. Pelo o que sei, a primeira redação a ser informatizada no Amapá foi lá. Isso foi em 1988, quando eu sai do Jornal do Dia, que meu uma projeção muito grande, com nossas reportagens especiais, sobretudo nos assuntos históricos.

Esquanto esteve no Amapá Estado, a equipe era grande comparada aos demais?

Sim. Além de mim, ainda existiam o Edson Cardoso, Everlando Matias, Gê Paes, Jara e outros jornalistas. Era uma equipe grande e boa.

Como era a influencia do Silvio Assis no jornalismo?

Eu sei que ele pagava o melhor salário do jornalismo do Amapá, sempre em dia e certinho. Era mais ou menos o dobro do que pagavam os demais. Também dava presentes e fazia comemorações de fim de ano. Trabalhei lá pouco tempo, apenas um ano, até 1989. Quando fiquei lá, nesse período, ele passou a ser diário, mas tinha uma gráfica própria. Eles até compraram do Senado, aquelas que administração pública sempre se desfazem. Fechávamos o jornal por volta das 23 horas e às 0h já começava a rodar.

Ele tinha quantas páginas?

Era tamanho standard, com 32 páginas e o mesmo valor do Jornal do Dia. Assim era essa época.

APÊNDICE B – Entrevista com o jornalista Luiz de Melo Ferreira

Melo, como você começou sua carreira?

Na Educadora. É a que foi vendida para o Zelito, atual Equatorial. O jornalismo era com Bonfim e Elson Martins. O Bonfim tinha um programa, que era Fatos, Boatos e Vice e Versa. Era uma puta de um programa. Se eu tivesse outra pessoa com o mesmo estilo dele, reeditaria o programa. Nessa época, a rádio surgiu comandada pela Prelazia de Macapá. O diretor geral era o Caetano Maiello, indicado pelo Papa Pini. Davam tudo pra gente, gravador de disco, produzíamos jingles, gravadores, entre outras coisas. Eu fazia as externas, cobria o dia-dia do esporte. Nessa época o governador era o Invanhoé Martins, um general escroto para c... Como a Difusora era apenas governo, todo sábado o governador prestava contas às 19h, o que era escroto para c.... Na Educadora, éramos incentivados a dar porrada e o programa do Bonfim tinha esse perfil. Tudo lá era escrito...

Por que, tinha que passar pela censura?

Não. Era porque tinha um locutor um e locutor dois. Tudo passava pelo padre antes. O Bonfim era muito bom e tinha uma voz boa. Chegou a ser preso, mas não pela Polícia Federal. Foi pela polícia civil local a mando do governador, o que foi até uma frustração dele porque ser preso pela Polícia Federal dava um status de preso político [Risos]. Ele botou no currículo como preso político e eu brincava que era mentira. Mas passamos por um momento difícil. Surgiu em Macapá, uma história do “engasga engasga”, que teria sido um boato para se justificar a criação da Polícia Militar e o ex-comandante da guarda territorial teria sido o autor dessa história porque ele seria o comandante da nova polícia. Falavam que era coisa de comunistas, essas coisas. Nós noticiamos isso e atribuíram isso ao João Capiberibe que retornava do exílio, enfim, criaram uma porção de versões sobre essa p..., mas não era nada no fim das contas. Em função disso, o Exército tomou a rádio e só entrava lá quem era funcionário mesmo. Um dia, o Edinardo, que virou depois delegado de polícia, tido comunista como chefe do jornalismo... Uma vez o exército entrou com os c... na sala dele nos fundos do prédio e o retirou preso. O colocaram num jipe do exército.

Você entrou lá quando?

Cheguei lá em 1968, tive que fazer um processo seletivo. Ela estava com quase um ano. Não fazia porra nenhuma porque apesar de ser uma rádio moderna, ainda prevalecia aquele negócio de privilegiar os locutores. Eu fazia esportes, acompanhava os clubes do São José, Santana e outros. Quando tinha jogo importante, eu concentrava junto com os jogadores desde o sábado e domingo de manhã, dia de jogo, entrava ao vivo na rádio. Também cobria os treinos e levava escrita a reportagem para o editor. Assim fui aprendendo na Rádio Educadora.

Saiu quando?

Deixei quando fiz o concurso do Banco da Amazônia, em 1972, nessa época era tudo rigoroso, e tive que deixar a rádio. A equipe da rádio era nova e bem preparada.

Por que a rádio acabou?

Depois que o Caetano saiu, assumiu o padre Botam, engenheiro eletrônico, que c... as mulheres para c... na rádio, é meu amigo e hoje mora em Campinas. O padre Botam não era muito ligado a administração e passou para o Padre Jorge Basile, também metido a comunista. Ele dizia para dar porrada. Então havia compromissos de fim de mês. O INSS, por exemplo, nunca pagaram, segundo disseram pra gente na época. O bispo nesse período era o Dom José Maritano, uma santa pessoa. P... que pariu. Tinha medo do governo para c... e como viviam aumentando pressionando lá, culminou da rádio começar a entrar em dívida ao mesmo tempo em que o Vaticano não mandava mais dinheiro. Então, além da dor de cabeça, tinha questões da dívida. O problema não foi nada de questões religiosas. O padre Jorge enchia o saco com rezas em alguns horários, mas não foi isso.

Como era a rotina do jornalismo lá?

Eu ficava muito tempo na rádio, era sempre um dos últimos a sair porque sempre fui muito dedicado. No banco também. Tinha muita audiência porque não existia TV. A Rádio Difusora, apesar de ser apenas governo, tinha uma boa audiência, o jornalismo era de excelência, mas o Jornal Falado E2 a noite era tudo de governo,

apesar de uma ótima redação, com Odivar Mota, Alcy Araújo, Pedro da Silveira, o Ezequias Assis, com quem criamos o *Fronteira* depois e tio do Silinhas, e única pessoa que presta da família, inclusive.

Sobre a TV Amapá, como você foi parar lá?

Eu era gerente de banco e o banco tinha uma rigorosidade. O Phelippe Daou queria uma pessoa para a direção e fui indicado. A Globo nesta época estava exigindo que as praças melhorassem para seguir o padrão Globo e precisava de gente para gestar isso. Na época, havia venda de horário, inclusive na TV Amapá. Como me dava bem no banco e com o Phelippe Daou, fui chamado para tirar licença do emprego porque acumulei experiência de jornalismo e administrativo. Consultei o banco se poderia dar um ano de licença sem remuneração. Negociei um salário bom, como diretor geral. Nessa época, a Rede Globo mandou gente para cá para dar treinamento, houve compra de equipamentos. Quando cheguei lá, era uma bagunça, até com cadeira quebrada. Fiz uma permuta com uma loja para trocar os imóveis. Estava saindo do banco, oras, tudo era organizado lá.

E no jornalismo da TV?

Quando cheguei lá, o Corrêa Neto estava afastado porque batia muito no Barcellos e prejudicava a rede.

Então você assumiu nos anos 1980?

Isso. Pediram para arrumar o administrativo e o jornalismo. Pedi uma verba a minha disposição porque antes, para tudo, até para comprar papel higiênico, precisaria pedir autorização de Manaus. Solicitei essa liberdade. Pedir autorização não funcionava comigo. Por isso mudei muito. Depois disso, fui para o jornalismo. Como o Corrêa Neto foi afastado, tomei pé da situação, fui a Manaus e pedi o retorno dele à equipe. Eles negaram inicialmente porque estavam de bem com o Barcellos e iria prejudicar o faturamento. Eu disse que o controlaria e precisaria ainda contratar mais duas pessoas. Aceitaram e chamei o João Silva, por ser um bom redator, e o Guilherme Jarbas, que havia trabalhado na Rádio clube do Pará. Precisava de

gente com nome. Lembra do jornal que o Júlio Miranda criou para o Jara? Quando tu pegavas o jornal e via o nome do superintendente, tu se perguntavas quem era esse Jara. Diferente d'O *Liberal*, de Belém. Lá, o superintendente é Romulo Maiorana, um filho da p..., mas com nome. Agora quem é Jara? Jornalismo tem que ter gente de nome. Quando montei a Diário FM, precisávamos de nome para ganhar da 102. Mas voltando a TV Amapá, então, criei o Bom dia Amapá, na TV ao vivo, com o Corrêa Neto e Nilson Montoril. Começamos a levar governador, secretários e outros políticos...

Antes de você entrar, existiam quais jornais?

Apenas o Jornal do Amapá a noite. Quando entrei, criei o Bom dia Amapá e o APTV, que é ao meio-dia atualmente, antigamente passava antes do Jornal da Globo. O Corrêa redigia e o apresentava. Depois saiu da noite e veio para o horário de meio-dia.

Porque dois jornais à noite?

Havia uma janela aberta para isso. Só depois que eliminaram esse horário e mandaram para meio dia. Mas criei o Santana Hoje, com o Olavo Almeida. Era gravado e a intenção era regionalizar o noticiário, com um minuto de duração, uma vez pela manhã e outra a tarde.

A TV Amapá tinha uma ligação com os governos locais?

Tinha que ter por causa do faturamento, mas não a considero como parte de uma imprensa Barcellista. O Phelippe cobrava muito o faturamento. Ele queria faturar, mas agora eles estão com um CEO na matriz, em Manaus.

O Correa, por exemplo, às 17h, deveria colocar a redação do jornal da noite na minha mesa e quando lia, era porrada no Barcellos. Chamava o Correa e ele tinha argumento. Ele me pergunta se era notícia. Eu dizia que sim. Ele questionava de novo se o Barcellos realmente não havia feito tal ato. Eu respondia também que sim. Então, ele finalizava que necessitávamos dar. Mas quando batíamos, o

Barcellos pegava o telefone ligava para o Phelippe Daou para cortar o faturamento. Mas depois, o próprio Barcellos foi se habituando a isso, com as críticas da TV Amapá. Contudo, até hoje essa prática acontece. Pensa que o Waldez não liga para cá? Faço essas críticas hoje em dia porque tenho nome e não sou puxa saco. Ele sabe que sobrevivi oito anos no governo Capiberibe. Se o Waldez deixar de pagar a mídia, vou ficar f... para c.... mas continuarei fazendo jornalismo.

Vocês tinham interferência de Manaus em relação a posicionamentos?

Havia uma espécie de entendimento. Eu, talvez tenha sido aquele que mais buscou um caminho próprio, de tornar a emissora menos dependente deles, do que ia pro ar ou não e na parte administrativa. Eu tirei coisas do ar que eles mandavam daqui dizendo que ia pro ar. As notas fúnebres, por exemplo, dava dinheiro para c... porque morria gente todo dia e todo mundo gostava de comunicar o falecimento. Eu tirei isso do ar porque não podia colocar uma cruz no ar. O Phelippe me telefonou sobre isso, falando que eu estava cortando o faturamento. Mas eu respondia que estava era melhorando a qualidade da programação. No comércio local, tínhamos poucas coisas, até porque não existia agencias de publicidade.

Quando você chegou à TV Amapá, como era a estrutura de equipamentos?

A pior possível. Depois, após de pressão, mandaram uma câmera melhor. Cheguei lá e só tinha uma. Mande reformá-la para não ir igual um ferro velho para rua. E os cinegrafistas tinham que chegar pelo menos 30 minutos antes dos jornais porque era a mesma que gerava imagem no estúdio. Era uma correria do c... Carro só tinha um, para externa, comercial e administrativo.

O que passava nos jornais eram as mesmas matérias?

Não. Tinham redações de texto totalmente diferentes.

Ao todo, quantos trabalhavam no jornalismo?

Eram seis jornalistas que trabalhavam diretamente, sobretudo o João Silva e Correa Neto. O restante era mais para apresentar.

Enquanto você estava na TV Amapá, houve o processo de conquista da concessão da Antena 1?

Isso ocorreu da seguinte maneira. Eu sempre tive uma visão de futuro. Antes, a Antena 1 fazia parte da RádioBrás. O governo federal decidiu vender. Eu escutava muito a Mundial FM, do Rio de Janeiro, principalmente o Baile da Pesada, pai d'égua para c... Depois criamos o Baile da Pesada, com o J Ney, e ganhamos dinheiro para c... mas indo para Aenta 1 de novo. O Eraldo Trindade, que trabalhou como radialista na Difusora, estava como deputado federal, junto com o Barcellos, que não gostava de mim. O Eraldo também nunca gostou, mas convivemos. Iriam abrir concorrência e criei logo a empresa Tropical Radiodifusão, a enquadrando do jeito que poderiam exigir. O endereço era da minha casa e a primeira intenção era colocar o nome de Tropical FM. Eu pensei que se entrasse sozinho, não ganharia, porque Eraldo, por ser radialista e deputado federal, poderia ganhar a concorrência, e o Barcellos também acabaria decidindo entrar na disputa, sendo que eu não tinha nenhum mandato, não tinha voto. Então chamei o Giovani Borges, que estava no segundo mandato de deputado federal. Peguei um avião, fui até Brasília e primeiramente ele recusou porque era FM. Eu disse que a FM em alguns anos iria ser sucesso e a AM iria acabar. Pedi para que ele entrasse como sócio e usasse o prestígio como deputado para ajudar a vencer. O Arnaldo, diretor administrativo financeiro da RádioBrás, era quem iria comandar a concorrência. Pedi para o Giovani arrumar um almoço com ele no restaurante do Congresso para conversarmos. Participamos do almoço e na hora “H” fiz a proposta e pedimos para que indicasse alguém, e ele aceitou. Colocou um parente no meio da sociedade. A concorrência se aproximou e nada do Eraldo se manifestar se também iria disputar. Então nos antecipamos e o chamamos. Ficamos em quatro e tudo igual nas cotas, ninguém ficou maior que ninguém. Como tínhamos o diretor da RádioBrás, ganhamos, já que também não houve outra pessoa disputando. O indicado pelo diretor teve problemas pessoais em Brasília e chegou conosco oferecendo a parte dele. Depois de um tempo no ar, eu pedi demissão do banco e fiquei com uma reserva da indenização. Aí quando esse fulano quis vender, eu e Gioavani dividimos a cota dele entre a gente. O Eraldo também pediu para sair, mas quando ele chegou com essa proposta, também estávamos pagando a RádioBrás e eu não tinha mais a minha reserva no banco, já o Giovani era deputado e poderia pedir para um aqui e

outro ali. Ele pagou e como tinha que apresentar a mudança no Ministério, já entrou com maioria, na minha frente. Quando arranjei dinheiro, ele não quis mexer no contrato social e caminhamos mesmo assim. No fim das contas, eu, o pai da criança, acabei me f.... Quando eu passei um tempo no hospital, após receber alta, estava f... para c... de dinheiro. Os meninos estavam trabalhando para c... mas não era eu, o Melo, a frente do negócio. Para abrir porta do governador, tinha que ser eu, né? Quando avisavam que era o meu filho, ficava horas esperando. É Macapá, né? Quando cheguei do hospital de São Paulo em Macapá, além de pagar os médicos lá no Sírio Libanês, os funcionários do jornal estavam com salários atrasados, me colocando na Justiça. Peguei documento do terreno no Araxá, onde a rádio estava, chamei o Giovane e pedi o imóvel porque precisava fazer dinheiro. O Giovani não quis a princípio. Fiz o pedido por escrito e sugeri que eles fossem para o prédio da TV Tucuju porque lá já tinha a torre e uma estrutura, demitindo o administrativo da rádio, ficando tudo centralizado na TV Tucuju. Isso deu uma confusão do c... até que me entregaram o prédio. Quando o Giovani veio aqui para eu ver a desocupação, quase que eu choro ao chegar lá. Tudo arrebitado. Tínhamos uma casa embaixo da torre para acomodar o transmissor e foi toda quebrada com marreta. Aonde tinha ar condicionado, foi quebrada a parede todinha. O cinismo era tão grande que ele veio aqui me convidar para ver o prédio. O prédio era velho, mas se eu o reformasse, estava alugado até hoje. Não reagi e veio uma empresa aqui para fazer um contrato para construir um prédio naquele lugar, o que seria a nossa aposentadoria. Tenho documento de toda a compra daquele terreno da prefeitura, mas mesmo assim sabe o que eles fizeram? Eles me denunciaram na Advocacia Geral da União dizendo que eu estava vendendo uma área de Marinha, em Macapá. A primeira providência da AGU foi acionar a SPU, o que fez embargar a obra. Quando fazem uma denuncia dessa, apesar de não dar em nada, tu tem uma dor de cabeça de anos para provar a inocência. Chegou ao ponto do MPF me denunciar como réu por vender bens da União, mesmo com o terreno no meu nome. O caso foi parar no TRF1, em Brasília. Quando o Papaléo assumiu a prefeitura [em 1993] e precisou reformar a orla, a Sudam exigiu que o município tivesse o domínio dessa área, foi quando a União passou essas áreas para Macapá. Por isso que comprei depois da prefeitura. Nesse meio tempo, o desembargador do TRF1 veio aqui, não me recordo o nome dele. O chamei para uma entrevista longa no programa Viva o Rádio e viramos muito amigos, tanto que nos comunicamos até

hoje. E quando soube que o processo havia desembarcado lá, pedi ajuda dele. Havia caído na mesa de outro desembargador. Pedi para que ele verificasse o processo dentro das possibilidades dele. Passou uns três meses, houve um parecer favorável para o processo descer para a Justiça Federal do Amapá, na mão do juiz João Bosco, que deu sentença favorável para mim. Passei seis anos com essa dor de cabeça. Não tive condições de ficar mais na rádio e passei a fazer o programa do prédio do Diário do Amapá, mas com o sinal de lá. Daí, o Gilvam Borges perdeu as eleições 2010 e segundo o Reginaldo [Borges], eles haviam feito um acordo com o Randolfe de voto casado para o Senado, mas o Randolfe não teria cumprido o acordo, pedindo voto somente para si mesmo. Certa vez entrevistei o Randolfe aqui e ocorreu algo que nunca aconteceu em todos esses anos de carreira na minha vida, que foi a intervenção deles no meu jornalismo. O Reginaldo me ligou e disse um monte de coisa, me chamando de f... da p..., de covarde por ter entrevistado o Randolfe. No dia seguinte, eles cortaram o meu sinal e uma semana depois, o horário foi ocupado pelo Carlos Lobato no meu lugar. Eu tive um problema com o Carlos Lobato criado por ele mesmo e com o tempo, eu chamei o Giovani aqui, já que eles tinham medo de eu vender minha parte para o Camilo Capiberibe [governador entre 2011 e 2014], disse que também era o dono da rádio e ordenei que retirassem o Carlos Lobato daquele horário. Poderia colocar quem eles quisessem de outra pessoa. Aí ficou na Justiça essa disputa.

Como foi o início da rádio?

O interessante é que no começo a Antena 1 não tinha faturamento, então fizemos vários bailes em vários clubes pela cidade para divulgá-la. Teve o baile do A-HÁ, em Santana, lotado. No meio das músicas, entravam as vinhetas da Antena 1, e a galera ia ao delírio. Teve a noite do Pet Shop Boys, no Trem. Eu comandava essa p... todinha com as vinhetas. Depois da divulgação nos bailes, precisávamos ter audiência com um programa. Como eu tinha vindo da TV Amapá, com a experiência do Bom dia Amapá, onde entrevistávamos governadores, deputados, vereadores e prefeitos, decidi colocar um programa de entrevista no ar. Estudei um horário bom, em que as pessoas estivessem em casa ainda pela manhã e como eu também tinha um certo nome dado pela TV, optei em colocar o Luiz Melo como marca do programa. Fizemos uma banca com dois microfones, um pra mim e outro para o

entrevistado. Coloquei no ar e comecei a levar políticos, levando governador, deputado... Fui tomando conta da audiência. Ai surgiram as operações da Polícia Federal e só eu no ar. Audiência total. O Joãozinho Gomes foi quem criou a música de abertura do Luiz Melo entrevista, depois de uma bebedeira nossa, quando eu pedi. Na semana seguinte, numa sexta-feira, eu pensando que ele iria mostrar a letra, foi logo a música inteira no toca fita do carro. Quando eu coloquei no ar, virou marca. Mas nunca fui ambicioso, de negociar o jornalismo.

De jornalismo, o carro chefe da 102 foi o Luiz Melo Entrevista por décadas?

Total. O que chamo depois eu digo que é a teoria do hot dog [risos]. Imagine um cara vendendo o lanche com uma fila imensa em determinado lugar. Diante do sucesso dele, outro faz a mesma coisa no mesmo lugar. O cliente, mesmo sabendo que a qualidade do vendedor novo é inferior, ele acaba o escolhendo por diversos fatores. Ai a fila começa a diminuir. Então, começaram a surgir concorrentes no mesmo horário do meu programa por ideia do Manoel Dias, ex-secretário do Capiberibe [governador entre 1995 e 2002]. Ele começou a comprar horários em outras rádios, colocando programas no mesmo estilo para competir. Aí a minha fila de audiência diminuiu, mas mesmo assim continuei mandando e continuo até hoje.

APÊNDICE C – Entrevista com o jornalista Humberto Moreira

O senhor começou a sua carreira trabalhando em qual veículo?

Comecei no rádio e depois fui para televisão.

De rádio, aonde foi que o senhor começou?

Iniciei minha carreira em 1967, a partir do mês de setembro. A Difusora entrou ao ar em 1943.

Percebe-se então que quando senhor começou, a ditadura militar já estava instalada e a Difusora é uma empresa estatal. Como foi trabalhar lá nesse período?

Nessa época, o rádio era feito por script. Quando tu vai ler, tem que escrever. E isso tinha que passar pela censura da Polícia Federal, que analisava e liberava ou não. A própria seleção musical da rádio tinha que ir para a censura. Naquela época havia alguns compositores censurados e para sacanear deixávamos até passar alguns. Eles ficavam em cima da gente o tempo todo para não deixar passar nada contra o governo. Nesse período tinha que ter muito cuidado com o que dizíamos. Quando vinha alguma autoridade do governo federal, não poderíamos falar nada. Tinha até jornalista de outras empresas preso para depois ser solto após a autoridade federal deixar o Amapá. Nós, da Difusora não chegamos a esse ponto. Havia muito cuidado por parte dos jornalistas para não ser pego.

Ficou de 1967 até qual ano?

Estou até hoje, mas atualmente encontro-me a disposição do Senado Federal.

Nesse período, quais foram as mudanças mais significativas do jornalismo da Difusora?

Era muito diferente fazer jornalismo naquela época. Éramos uma espécie de diário oficial do governo. O que o governo fazia, tínhamos que divulgar, até porque era o único do estado. O programa principal era o Jornal Falado E2, às 21h. Comecei no esporte, mas com dois anos, acabei parando em outros programas. A maior parte das notícias era do governo do estado. As notícias nacionais eram redigidas a partir

de um telegrafista. Ele ficava em um rádio com um fone de ouvido e uma máquina de escrever na frente, captando as notícias de agências por código moss.

Então nem tinha certo *delay* entre o que saia nas agências e o que era publicado na Difusora?

Não. Eles ficavam o dia inteiro captando essas notícias para serem lidas a noite no Jornal Falado E2.

Ao longo dos anos, a Difusora passou por diversos governos. Teve algum que podemos colocar como a melhor fase da rádio?

A importância da Difusora diminuiu ao longo do tempo com a entrada de novos veículos de comunicação no Amapá. Enquanto ela estava sozinha, tinha uma importância muito grande por parte dos governos. A primeira concorrência foi a partir do fim dos anos 1960, com a entrada da rádio Educadora, que veio com uma proposta bastante jovem para aquela época. O governo dava uma importância a rádio. Com o advento da TV, a atenção foi diminuindo, ao ponto de ela ser um apêndice. A fase mais áurea foi quando ela virou rádio nacional, da RádioBrás, sob gestão do governo federal. Como havia muitas frequências de rádios de fora na Amazônia, como a rádio Havana, BBC, Voz da América, resolveram se implantar, em 1977.

Ela permaneceu até quando?

Ficou até 1988. Eles resolveram fazer uma coisa muito bem feita, algo que chegou a ser modelo no país. As rádios estatais de outros lugares do Brasil vinham fazer treinamento em Macapá porque ela era muito bem montada. Esse foi o melhor momento do rádio no Amapá. Era muito pai d'égua, dentro dos padrões de qualidade.

Dessa época, quais eram os principais programas da Difusora?

Tínhamos o Informativo Nacional, o Jornal Falado E2 e Rádio Comunidade. Na época da gestão da RádioBrás, tínhamos coisas que não havia antes, como repórteres, que surgiram nesse período, reportagens externa com bons equipamentos.

Antes tinha uma forma de jornalismo e depois outra com a RádioBrás?

Quando a RádioBrás chegou aqui, os jornalistas mais antigos foram descartados pela emissora e novos profissionais foram contratados. O Pedro Silveira, que era grande redator e locutor, já tinha 60 anos, por exemplo, então foi demitido. Ficaram os mais novos. Depois disso, fizemos cursos profissionalizantes relacionados ao rádio. Antes o nosso trabalho era meio empírico. Além disso, houve um avanço técnico, com bons aparelhos tecnológicos modernos para a época. A gestão nacional da RádioBrás dizia que a Difusora era uma espécie de modelo de rádio que eles pretendiam implantar para que outros lugares do Brasil se inspirassem. Vários profissionais de fora faziam estágios em Macapá para aprender como era que trabalhava nesse meio.

Depois de 1988, quando a RádioBrás saiu, como esse avanço se comportou ao longo do tempo, continuou moderna?

A Difusora parou no tempo. O equipamento é algo que vai perdendo a validade e fica obsoleto. Quando a RádioBrás foi embora, deixou todo equipamento e pessoal para o governo. Só que não houve o mesmo cuidado. Quando RádioBrás estava aqui, semanalmente técnicos estavam em Macapá para fazer manutenção dos equipamentos. Com o governo, não. Não quis nem saber. Não sem nem como está no ar. O governo Barcellos comprou um transmissor, mas ficou dentro de um barracão passando dois anos sem uso e quando foram instalar quase pega fogo tudo lá. Os caras não querem nem saber. Aí voltou aquela situação anterior, com equipamento quebrado. A Difusora virou um patinho feio. O governo nem se deu o trabalho de transformá-la em FM. O governo poderia até utilizar a rádio para diminuir o que faz com a imprensa, que é o pagamento para falar bem dele. O governo paga para os jornalistas para falarem bem do governo, mesmo que seja mentira. A rádio é

relegada em segundo plano porque paga para as pessoas fazerem isso e a rádio se ferra.

Tivemos quatro governadores eleitos. Houve alguma mudança significativa de gestão em algum desses governos?

O Capiberibe tentou transformar a rádio nos moldes no que existe no Pará, que a Funtelpa, que abrange a TV Cultura do Pará e rádios. Esse modelo de administração direta do governo na Difusora é prejudicial. Quem deveria dirigir a rádio era um radialista. Geralmente quando vira o governo, quem vai comandar é uma pessoa que não entendo porra nenhuma e não sabe completamente nada. Na época do Camilo, a Juliana Coutinho só havia passado pelo impresso. Deveriam tratar a Difusora de foram profissional, mas não querem nem saber.

Um programa tradicional da Rádio Difusora é o Alo, Alo Amazônia, não é?

Fui o arrendatário desse programa. Comecei com o Mensageiro Difusora, que foi o precursor. Quando veio a Radio Nacional que houve a troca de nome para Alo, Alo Amazônia. Passei um ano e meio a frente, redigia e lia as mensagens. Antes, fui do Mensageiro Difusora.

Em relação a jornal impresso, qual foi o primeiro que você trabalhou?

Comecei na Província do Pará, que tinha páginas do Amapá nos fins de semana. Então, editor Rubens Onete queria uma pessoa para fazer o jornalismo esportivo. Fui contratado pela Província do Pará. Eram apenas duas páginas sobre o Amapá, mas depois de um tempo acabaram com esse encarte. Continuei na rádio e teve uma vez que o Barcellos montou o jornal Hoje Amapá e fui fazer esportes lá, na década de 1990. Fiquei um ano. Depois, fui para o Jornal do Dia também trabalhar com esporte.

Como era trabalhar no Jornal do Dia, que nasceu para projetar um político?

O Jornal do Dia nasceu na época que o Barcellos mandava. Os caras do jornal tinham que conviver bem com o Barcellos, então não batiam nele de jeito nenhum. A família Pereira tinha uma empresa de construção civil que prestava serviços para

o governo Barcellos e por isso não podia bater nele. Além disso, eram ligados ao Sarney, que conseguiu um empréstimo a fundo perdido na Sudam para que comprassem as máquinas. Eles têm medo dele até hoje.

No Hoje Amapá, como era a fonte de renda?

Era totalmente bancada pelo governo. Isso que se faz hoje, que é muito pesado.

Não tinham nenhuma liberdade?

Não, nenhuma.

Quem era o editor desse jornal?

Apolonildo Brito. Depois do jornal, ele se mudou para Manaus. Está lá até hoje.

Como era a equipe no Hoje Amapá?

Que eu lembre, trabalhou lá o Seles, o Edgar e outras pessoas, que não me recordo.

Gostaria agora que o senhor falasse do seu período da TV Amapá, já que esteve lá em sua gênese?

Bom, a TV Amapá veio para cá porque teve a Copa do Mundo de 1974 na Alemanha e aqui não tinha televisão. O governador à época, Artur Hening, resolveu que colocaria uma emissora para funcionar no Amapá. Ele comprou os equipamentos, transmissor e mesa de corte para uma pequena emissora. Serviria apenas para apresentar o vídeo dos jogos. Não era nem ao vivo. O jogo começava às 12h na Alemanha. O governo tinha dois aviões e um deles se encaminhava para Belém somente para pegar a fita e retransmitir no Amapá.

Existia um *delay* de quanto tempo?

Era uma hora até se ir para o ar.

Depois dos jogos da Copa, a TV montada pelo governo estadual virou a TV Amapá, afiliada Rede Globo?

Depois da Copa, em julho nós fizemos jornalismo como se fosse um rádio com uma foto 3x4 na tela. Era áudio, não tinha externa. Era um cara sentado lendo notícias. Não tinha programação. Quando foi em novembro, o Phelippe Daou se interessou em comprar esses equipamentos. Em janeiro de 1975, eles colocaram a TV Amapá no ar.

O senhor fez parte da primeira equipe de jornalismo da TV?

Sim, eu era o cara que lia o jornal, apresentava um jornal, o Operação Esporte, longo para cacete, com meia hora e as 20h, depois do jornal. O restante da programação era composta por filmes. O primeiro a ser exibido na TV no Amapá foi a Noite dos Generais, sobre a II Guerra Mundial. O negócio era tão empiricamente que uma máquina de exibir filme jogava a imagem na parede branca e a câmera captava. Era uma dificuldade para ler as legendas porque os filmes eram em inglês.

O senhor ficou na TV Amapá até quando?

Fiquei até 1993, ao todo, 19 anos. De 1974, quando era TV do governo, no ano seguinte passei para a Rede Amazônica e fiquei até 1993.

Como foi o processo de adequação da afiliada ao padrão da cabeça de rede, que no caso foi a Globo?

Conforme melhorava os equipamentos a gente aprendia mais, viajava para Manaus para fazer estágios. Tive que aprender algumas coisas para chegar a chefia do jornalismo.

Agora Humberto, atualmente a Rede Amazônica vende uma imagem de isenta quanto a questões políticas do Amapá. Como era esse ponto na sua época?

Da mesma forma que te contei em relação ao governo Barcellos. Ninguém podia bater nele, tanto que a minha saída deve-se ao fato de que eu era chefe do departamento de jornalismo e houve um seqüestro de uma pessoa em Macapá. Era um sindicalista da CEA, o Pery Arquilao. Ele e o Luis Banha eram vereadores e foram sequestrados a noite, levados para perto do Santo Antonio da Pedreira, apanharam muito e depois foram deixados no mato. Com o sumiço deles, ficamos em alerta e todo mundo passou a procurá-los. A TV ficou em cima, na porta do pronto socorro. Pegamos a chegada deles. Esse fato aconteceu em fevereiro e quando foi em dezembro, fomos fazer uma retrospectiva dos fatos mais importantes naquele ano. O meu chefe era o Oscar Filho. Nós fomos para o estúdio montar isso enquanto o pessoal estava na churrascaria na festa de fim de ano. Então entrou a matéria do sequestro, que foi ordenado pelo filho do Barcellos, o Sérgio Barcellos. Eles não queriam que fosse exibido aquilo no último jornal do ano. Como não queriam que fosse exibido aquilo, ligaram para a diretora da TV pedindo a nossa cabeça e ela deu. Era a Etra Lúcia a diretora. Ela informou que eu e Oscar estávamos afastados por seis meses. Quando o Phelippe Daou veio em Macapá, informei a ele que não queria mais trabalhar pela falta de confiança na gente.

Sempre teve um atrelamento com o governo pelo menos no período que o senhor trabalhou lá?

Foi uma relação de amor e ódio. É o governo quem paga, mas por outro lado, o governo tem medo da TV. Fica nesse impasse.

Depois da TV, o senhor ainda teve mais alguma experiência nesse ramo do jornalismo?

Fui para o SBT, mas fiquei pouco tempo porque o José Alcolumbre é uma pessoa intratável. Fazíamos o jornal que antecedeu ao programa Meio Dia, que fez existe até hoje e fez muito sucesso. O Meio Dia foi ideia do Olimpio Guarany, que chegou a pedir para que eu apresentasse. Mas como eu estava em rota de colisão com o José Alcolumbre e não dava para trabalhar com ele, quando me convidaram para apresentar, mas não quis, mandei o Zé tomar no c... e fui para casa. [Risos].

O SBT era uma TV nova nos anos 1990, não era?

Sim. Ela iniciou no fim a década de 1980. A influência do José Alcolumbre para ganhar concessões era por causa do Sarney. Era o Sarney quem dava essas concessões. Com era puxa saco do Sarney, acabou ganhando tudo.

As eleições do Sarney tiveram como influencia os meios de comunicação?

Com certeza. O Sarney pegou a comunicação e monopolizou. Pegou o Jornal do Dia, deu a TV pro José Alcolumbre e bater no Sarney nem a TV Amapá fazia. Tinha um coronel que cobrava a TV Amapá quando batia nele. O pessoal que geria a TV amapaense ficava com medo de que isso chegasse a Manaus. Então quando alguém assumia a direção da TV, a pessoa sabia que iria ser demitida caso batesse.

No início da TV Amapá, como eram os equipamentos e como foi a evolução das equipes?

Eram três equipes que tínhamos, com cada uma com cinegrafista, repórter e iluminador. Em 1993 continuava basicamente com a mesma quantidade.

APÊNDICE D – Entrevista com o jornalista Paulo Silva

Paulo, para situarmos nossa conversa, você passou por quais tipos de mídia do no Amapá?

Eu comecei pelo rádio em 1975, na Rádio Difusora. Sou servidor público de lá, mas nesse espaço de tempo, fui diretor lá três vezes. Duas vezes como rádio Difusora e uma como Rádio Nacional porque entre 1978 e 1989, ela passou a ser do então território e foi para o quadro do governo federal e fui o último diretor dela aqui, até julho de 1989, quando voltou a ser chamada rádio Difusora e pertencer ao governo do Amapá, já transformado em estado. A RádioBrás foi de 1978 a 1988.

Então vamos começar logo pelo rádio...

Comecei como integrante na equipe de esportes, em 1975. Pela Educadora não cheguei a passar. Fui para a Difusora justamente no lugar de um amigo que saiu dela para ir para Difusora. Fui em 1975 e 1978 virou Rádio Nacional, o que durou até 1989.

O que tinha de jornalismo nessa época?

Tinha que ser dinâmico. Na época da Difusora, era praticamente um Diário Oficial, com o Jornal Falado E2, as 21h e notícia a cada uma hora, com pessoas que praticamente não estão mais entre nós. De jornalismo, antes de assumir, era basicamente isso. Com a Rádio Nacional, o quadro mudou para melhor, quando chegou a modernidade que até então o rádio do Amapá não possuía. Aí passamos a ter jornal pela manhã, meio dia, fim da tarde e noite. Além dos noticiários hora a hora. Foi ampliando a equipe, inclusive. Essa situação se manteve quando a Rádio Nacional deixou de existir. Os gerentes da época mantiveram, mas depois infelizmente foi caindo a qualidade até por falta de apoio do próprio governo, que é o dono da rádio. Os governadores não se interessam muito pela rádio porque eles não apanham dela. Eles apanham das emissoras privadas. Lá ninguém vai bater nele, por isso não se interessam muito em dar apoio para a rádio oficial.

Nessa época da Rádio Nacional, podemos colocar como a melhor fase da Difusora?

Gente de fora vinha fazer curso aqui e gente daqui viajava para fora. A Difusora era pioneira, mas a modernidade veio com a Rádio Nacional. Até então, os

equipamentos eram velhos, não tinham nada de moderno. Todos os grandes radialistas do Amapá passaram por lá. Agora a modernidade, veio com a Rádio Nacional. Em 1991 fiquei o ano todo como diretor no governo Barcellos e depois em 2010 a pedido do governador Pedro Paulo. Continuo lá, mas às vezes a política tira a gente. Por exemplo, eu passei um tempo, talvez sete ou oito anos fora, no governo Waldez, apenas batendo ponto.

Mesmo sendo concursado, vocês então não tem uma estabilidade de continuar na Difusora?

Continuamos, mas não trabalhamos. Eles te afastam. Simplesmente não te dão trabalho. Você pode até ir lá, mas não te dão trabalho. Como estou velho, nem passo por isso e nem vou lá.

De 1991 a 2010 foram quase vinte anos de intervalo entre as direções que você assumiu. Nesse tempo, você sentiu alguma diferença?

Não. Foi feita para atender interesse do governo. Até piorou porque passou a ser usada para fazer política, não apenas agora, mas o que se fez depois que o Amapá passou a ter eleições para governador. A Difusora ao longo do tempo passou a ser usada para fazer política de forma bem violenta e acredito que não precisava disso. Bastava continuar com o que uma rádio realmente tem como finalidade, que é informar. Agora quando é utilizada como instrumento político e piorou.

Em questão de equipamentos, melhorou algo?

Em termos de equipamentos, não mudou nada. É tudo velho. Da época de 1991 não tem nada, mas o que tem é tudo obsoleto, praticamente. O que tem mais de moderno é a *live* no Facebook. Tirando isso, de equipamento, é tudo obsoleto. Todos os governos fizeram isso. Diria, no entanto, que apenas dois governadores deram certa atenção, mas porque precisavam dela. Um foi o Capiberibe, quando a utilizou para se reeleger e outra foi quando o estúdio pegou fogo e tiveram que refazê-lo, no governo Waldez Góes, depois de um curto circuito.

Em relação a produção jornalística, quando você fala que Capiberibe deu certa atenção, o que significa isso?

Então, era mais interesse político. A CPI do Narcotráfico, por exemplo, quem trouxe para o Amapá, foi o Capiberibe, e brigou com todo mundo. Certa vez, eu e o Roberto Gato viajamos para o Paraná acompanhar o depoimento dos interrogados. Quando o interrogatório não tinha permissão para ser transmitido ao vivo, nós gravávamos e depois colocávamos no ar. Ou seja, o governador sempre tinha em mãos tudo o que os depoentes diziam. A gente mandava para o Capiberibe ouvir para atender seus interesses políticos. Mas é aquele negócio. Quando está lá dentro, tem que fazer. A mesma coisa ocorreu com o Waldez. Só não aconteceu com o Pedro Paulo porque não tinha dinheiro para nada. Uma vez, ele chegou comigo e perguntou quanto seria para reformar a rádio. Eu disse que no mínimo R\$ 2 milhões. Ele deu um pulo e perdeu a eleição.

De jornal impresso, você começou em qual?

Foi um antes do Jornal do Dia, foi a Folha do Povo. Era semanal, eu e Rodolfo Juarez fazíamos praticamente sozinhos e mandávamos rodar em Belém. Começamos no tempo da linotipo, quando o cara derretia as letras para compor o jornal. Depois de um tempo, passamos a rodar o jornal em Belém. Esse jornal, o Édi Prado passou por lá. Depois passei pelo Diário do Amapá, em seguida para O Liberal...

No caso d'O Liberal, você foi editor, né? Como foi esse interesse do Grupo Rômulo Maiorana no Amapá?

Foi puramente financeiro, diferentemente de hoje, que não circula mais nem O Liberal aqui. A intenção da família era ampliar o mercado, quando o Jader Barbalho começou a ganhar poder. Mas mandaram para cá, um cara muito safado, que já até morreu, e acabou não dando certo. Ele veio cheio de cifrão, começou a vender o jornal e pegar o dinheiro para ele mesmo, e quando viram, já tinha um rombo. O jornal, creio que durou no segundo mandato do Capiberibe. Ele foi reeleito. Eu assumi a editoria porque o Paulo Silber resolveu ir embora. Fazia apenas esportes lá e política. Nomearam-me e foram me deixando na função até chegar o Rubens

Onete. Era muito trabalho porque tinha que fechar o jornal até às 18h para retornar de madrugada e ir para banca.

Quantos tinham na equipe?

Era eu, Ubayara, Edson Cardoso, Anibal Sérgio, Germana Duarte, Adilson Potronieri e mais umas cinco pessoas.

O Liberal tinha uma preferência por pessoas com uma estrada no mercado?

Sim, inicialmente o jornal preferia quem já tinha uma carreira no jornalismo.

Isso tem alguma razão?

Acredito que eles não tinham muita paciência para recrutar gente que estava começando no mercado, acabando formando essa equipe, que na época, poderíamos dizer ser da pesada. Depois, eu fui para a Gazeta e Jornal do Dia.

Ainda tratando d'O Liberal, pelo fato de ele ser de Belém, havia uma influencia política local?

Os políticos do Amapá tinham mais medo do O Liberal do que dos jornais daqui. Vou te contar uma história. Nós fizemos uma matéria sobre o comandante Barcellos, isso ele na condição de prefeito de Macapá. Ele processou o jornal. A equipe de advogados do O Liberal perdeu o prazo e o juiz condenou. O jornal então mandou aqui o José Hipojucá Nunes e o José Salamani. Eles falaram para o Barcellos tirar a ação ou a porrada em cima dele iria ser maior, não se resumindo apenas no Liberal daqui, mas no Belém e na TV Liberal ainda. Essa conversa aconteceu nos altos do Altair Pereira Imóveis. Na sala estavam o Sérgio Barcellos, o comandante Barcellos e os advogados. Tudo o que saiu no jornal foi com base em documentos. O advogado na época era o José Caxias.

Que matéria foi essa?

Sobre a atuação dele como gestor, algo muito específico, mostrando algumas falcatruas, sendo um trabalho conjunto, a quatro ou seis mãos mais ou menos.

Vinha ordem de Belém quanto a censurar alguma coisa?

Não. Poderia falar com todo mundo. Nunca tive esse problema. Eu sai de lá só porque a Margareth [Salomão, ex-presidente do TCE] me tirou do jornal. Quem estava aqui era o Rubens Onete e ela dava dinheiro para ele por fora, então eu sai.

O Liberal tinha uma linha mais voltada a investigação e grandes reportagens, né?

Sim. Aquelas que eram para fim de semana. Nós cuidávamos do factual, mas ao fim de semana sempre tinha que existir uma reportagem explosiva para ir para capa.

Dos anos 1990 para cá, foi um dos únicos que atuou nesse sentido?

Sim. Hoje não se investiga mais nada, sem dúvida nenhuma do ponto de vista jornalístico, não a investigação com outros interesses, tanto que muitas autoridades apareciam lá. A redação funcionava na Leopoldo Machado, entre Coaracy Nunes e Antonio Coelho de Carvalho.

O mais antigo que trabalhou foi o Folha do Povo, com o Rodolfo Juarez. Esse jornal tinha certa ligação com o governo Barcellos?

Todos tinham. Não era apenas esse. Era governo de regime militar, então não tinha como escapar. Ele não censurava, mas os jornais deveriam encher a bola dele, caso contrário não recebiam mídia. Ninguém falava mal dele. Não havia jornal de oposição. Teve na época o do Capiberibe porque ninguém gostava dele. O Barcellos liberava dinheiro e não tinha controle, ele era o mandatário geral, tanto que a Constituição do Amapá foi realizada da maneira que ele queria. Ele governou um ano por decreto enquanto os deputados enchiam linguiça. Ele montou o Tribunal de Contas, Tribunal de Justiça e Ministério Público. A imprensa tem grande parte de responsabilidade da imagem positiva dele para a população. Ele fez um bom

governo? Fez, mas era muito corrupto e mandava a polícia bater. Basta ver o caso do seqüestro do Pery e do Luiz Banha [citado na entrevista de Humberto Moreira].

Como foi a cobertura desse caso do seqüestro?

Os jornais cobriram, mas dando porrada sempre no Pery e Luiz Banha. Não tinha jeito. Mesmo depois de eleito, continuou com poder de mando. A Assembleia durou um ano para fazer Constituição, deixando ele governado por decreto lei. Assim, o Barcellos montou o TCE, TJAP e MP como quis.

Você também passou pelo Diário do Amapá. Como era o jornalismo no começo do jornal?

Olha, era mais na base da colaboração. O pessoal que se doava, que era contra o Barcellos, que escrevia, fazia algum artigo. O salário atrasava bastante, como até hoje. Tem desse detalhe do Amapá também: ou tu recebe do poder público ou não tem dinheiro. É um quadro que não vai mudar tão cedo. Não mudou muito, não. O jornalista que se chegar. O comércio não prestigia. Quando tu vai vender uma publicidade, o cara pensa que está prestando um favor, entende?

Quanto ao Jornal do Dia, qual foi o período que passou por lá?

Não lembro, mas eles montaram uma equipe lá com vários nomes do jornalismo do Amapá. O Otaciano queria fazer do jornal uma Folha de São Paulo. Foram contratados eu, o Rodolfo, Humberto Moreira, Carlos Lobato... Assumi a editoria quando a Patrícia Leal ficou de férias. Depois, eu fui para a Gazeta, quando o Silas ofereceu o dobro do que o Jornal do Dia me pagou.

Deu certo essa ideia do Otaciano?

Deu nada. Está até quase fechando.

Por que o Jornal do Dia, mesmo tendo várias empresas por trás, não alavancou financeiramente?

AS empresas também estão falindo por briga de família. Sei porque acompanho os processos judiciais e eles estão perdendo tudo. O Júnior é praticamente empregado do Jaime, da Domestilar. Eles se meteram na sociedade do Garden, mas tomaram apenas prejuízo. Além disso, os caras pegavam dinheiro lá para se manter. O único meio de vida deles é o Júnior, que nem está tão bem assim. Aumentou também a fiscalização em torno da publicidade. Até então, os caras liberavam muito dinheiro. Hoje, a publicidade é auditada pelo Ministério Público. Se o cara fazia três inserções, cobrava por 300 mil porque ninguém auditava. Isso começou com a Operação Eclésia e com a Mãos Limpas. A partir daí, eles ficaram com o pé atrás.

Na sua época do jornal do dia, como era a linha editorial?

Era de puxar saco do governador e bater do Capiberibe. O Capiberibe não dava dinheiro assim, não. Ele dizia que tinha tal valor para a mídia e só. Por isso que muita gente não gosta dele.

No Jornal do Dia, como era a estrutura?

Tínhamos carros, uma ótima redação. Montaram uma boa estrutura, mas não se manteve porque começou a atrasar salário e surgiram outros tipos de propostas. Mas o Jornal do Dia ganhou muito dinheiro. Chegamos a fazer um documentário. Trouxeram a Cristiane Pelajo para apresentar um premio que criaram. Dos donos, quem vivia o jornal era a Inerine, que não sabia nem como se fazia um jornal. As vezes, é ruim para o jornalista porque ele chega com uma matéria, mas depois não pode sair por conhecido ou patrocinador do jornal. Nunca aconteceu comigo, mas vi muito com outros. Eles sempre me respeitaram. Agora, com focas, que saiam e traziam alguma pauta que afetasse os interesses do jornal, era barrado.

Você acredita que esses jornais acabam dando passos maiores que as pernas na montagem das estruturas ao ponto de não conseguirem se manter quando falta a verba governamental?

Exatamente isso. Depois não dão conta.

APÊNDICE E – Entrevista com o jornalista Eraldo Trindade

Eraldo, falando um pouco das rádios. A Rádio Amazônia, que é a 101 FM, começou primeiro que a 102 FM?

A 102 é muito antes da 101 FM porque veio da Rádio Nacional. O governo colocou a venda e a gente teve a oportunidade de fazer a aquisição, que inicialmente se chamou Tropical. A 101 veio muito depois, de uma concessão dada pelo governo federal. Na época, não era igual hoje, com licitações. O governo concedia aos grupos de acordo com o próprio interesse e visão do governo federal. A nossa situação é talvez a mais justificável porque sou jornalista. Antes de ter a rádio 101, fui jornalista na RadioBrás de Macapá. Então me elegi deputado federal e como sou jornalista, lutei para que uma concessão viesse para o Amapá. Nesse sentido, conseguimos a Rádio Amazônia, que por muito tempo utilizou este nome. Além de termos uma programação de entretenimento, a nossa proposta era ter programas com foco na informação. Fomos a primeira emissora FM a participar de uma rede de rádios nacional, que foi a Rede Cidade. A partir daí, colocamos o rádio do Amapá no circuito nacional. Isso em 1989, dois anos depois da inauguração da rádio.

Você foi deputado por quanto tempo?

Fui deputado constituinte. Essa nomenclatura deixou de existir com a Constituição. Nesse período, como jornalista, é claro que teria que lutar por uma concessão para fazer a minha paixão.

Como era a programação no início em relação ao jornalismo?

Não mudou muito. Como em todo lugar, o jornalismo de rádio da 101 era voltado a atender o interesse de uma sociedade. Dávamos espaços muito grandes a diversas vozes, sobretudo para temas políticos. O programa principal era o Jornal Amazônia, apresentado em duas edições, às 12h até as 13h. Depois as 20h às 21h.

Quem apresentava?

Um já faleceu, o Joaquim Ramos. O outro, Benedito Silva, está fora do rádio. Foram os primeiros apresentadores. Foi um jornal que durou cinco anos. Ele foi inspirado no jornal impresso, também depois vinculado à rádio.

Durou quanto tempo esse jornal?

Era semanal porque não tínhamos aqui no Amapá uma gráfica que pudesse imprimir um diário. Então a gente fazia semanal e impresso em Belém. O foco era bem variado, como todos que se propõem. Tínhamos política, cidade e polícia. Não tinha capa colorida porque custava muito caro. O nosso público foi bem variado ao longo do tempo, todos os segmentos se interessavam pelo seu conteúdo.

Ele surgiu a partir de qual ideia?

O jornal existia antes de eu ter o mandato de deputado federal. A primeira sede dele foi na Avenida Presidente Vargas, no Centro de Macapá, em dezembro de 1985. Em 1986, estávamos no auge, mas acabei sendo candidato a deputado federal por uma questão de conjuntura política. Fui lançado para conseguir votos a outro candidato, mas acabei ganhando dele e me tornei parlamentar. O jornal continuou mesmo assim. Estava como deputado federal e nunca larguei o jornalismo por ser algo que está no sangue.

Como se mantinham para colocar o jornal nas ruas?

Tínhamos muito patrocínios do empresariado local e o governo também anunciava. Naquela época era o Nova da Costa. O próprio governo tinha interesse pelo conteúdo se apresentava.

Com esse sucesso financeiro, qual a razão para o jornal acabar?

Foi uma questão de conjuntura econômica do país. As coisas começaram a dar dificuldade para órgãos de comunicação se manter com anúncios. Essa mudança toda no país no ano de 1990 para as empresas fez a gente optar a ficar apenas com rádio e televisão. Para mantermos o jornal competitivo, acreditada que era

necessário ser diário porque o Jornal do Dia circulava todo dia, mas o custo se tornou muito alto.

Durante o período do jornal, gráficas passaram a se instalar no Amapá. Por que mesmo assim continuou sendo impresso em Belém?

Lá, nós ganhávamos um bom desconto e tornou até menos caro imprimir em Belém. Nosso jornal era standard e 16 páginas, ao todo com três pessoas ao longo de todo o tempo.

Agora retornando para a rádio, teve um programa que marcou na 101 FM que foi a Feira Livre. Me conte um pouco sobre ele...

Ele ficou no ar durante 10 anos. Foi o que mais durou. Além de falarmos a linguagem do povo, abordávamos assunto do povo. O nome vem da proposta de ele se colocar como uma feira, de fato. A gente colocou no rádio como se fosse um canal para as pessoas falarem no microfone de forma bastante aberta. Em um estado onde as coisas são muito controladas com o governo tentando influenciar as linhas editoriais, quando acabamos colocados alguns fatos, criamos muitas inimizades. Isso fez refletir que muita coisa ainda falta mudar no jornalismo local, que é ainda provinciano. Mesmo assim, tínhamos uma visão diferenciada.

Ele começou quando?

O Feira Livre começou em 1989 e durou até 1999. O Feira Livre era um programa jornalístico de informações variadas. Foi o mais marcante de toda a história da rádio. As autoridades eram obrigadas a responder ao povo porque abríamos o microfone. Por mais de dez anos, se tornou o verdadeiro porta-voz do povo, sempre das 8h às 10h, de segunda-feira a sexta-feira. Nunca me preocupei com a concorrência. Se eu fazia um bom trabalho, as pessoas iriam te prestigiar. Continuo tendo a concepção que a qualidade do teu trabalho é que faz a diferença com o mercado.

O Feira Livre tinha um público muito fiel que eram as donas de casas. Como foi isso?

Diferentemente de hoje, que a mulher está cada vez mais empoderada, dona de si, naquela época, as donas de casas realmente ficavam em suas residências, muito dedicadas ao lar. Atualmente, há um novo perfil de mulher dona de casa, o que é bom. Com isso, nessa época entre fim dos anos 1980 e 1990, vendo que esse era nosso principal público, decidimos criar a Associação Amapaense das Donas de Casa, chegando a reunir mais de seis mil mulheres, com carteirinha e tudo de associada. No programa, dávamos os anúncios aos empresários que faziam convenio com a associação. Então a associada ganhava desconto nas compras. Em troca, as empresas ganhavam os anúncios. Fora isso, as donas de casa participavam das reuniões de pauta com a produção, seja por telefone ou indicando alguém. Elas quem indicavam o que estava faltando em determinado bairro. Ao mesmo tempo em que mantínhamos esse trabalho com as donas de casa, uma repórter específica era deslocada para ir atrás da autoridade pública para saber sobre a resolução daquele problema.

Eram quantas pessoas no jornalismo da rádio?

Tínhamos cinco pessoas e mais três apresentadores. Eles davam apoio a todos os programas. No caso do Feira Livre, éramos eu e mais duas pessoas fixas. Porém, muitos assuntos também acontecem na hora, quando os moradores ligam.

Em relação a programação jornalística da Rádio Cidade, esses programas, o Feira Livre e Jornal Amazônia, eram da própria rádio ou hora comercializada?

Eram da própria rádio e os profissionais recebiam pela rádio. Com o tempo, passamos a diminuir a linha jornalística da emissora porque o público mudou. Atualmente, temos apenas o Cidade News, com duração de apenas uma hora e meia pela manhã de segunda-feira a sexta-feira, que vai de 7h às 8h30. Atualmente, a programação é praticamente toda musical. Esse Cidade News começou em 2016, quando diminuimos o jornalismo. Temos uma concorrência muito grande, que é a internet. Acredito que as emissoras de rádio e televisão terão uma dificuldade de

subsistência por conta da internet. Temos a juventude que não ouve mais rádio. Essa juventude está no celular consumindo por streaming. Ninguém escuta rádio desse público, praticamente. Uma prova disso é que as emissoras estão todas a internet também de forma simultânea.

Como a 101 está neste cenário?

Estamos nas redes sociais. Estamos nos organizando para transmitir nossa programação pela internet. Ainda precisamos ajustar estúdio e equipamentos para fazer algo bem feito. Colocar só uma câmera qualquer um faz. Na concorrência, devemos fazer o diferencial e isso exige planejamento.

Desde quando está com transmissão streaming por aplicativo?

Desde mais ou menos de 2010, quando surgiram essas ferramentas. no Amapá, temos o problema da internet, que é uma dificuldade permanente, então determinados horários não conseguimos transmitir nada.

O quadro societário da 101 está de que forma?

Atualmente está 100% comigo, diferentemente da TV, que pretendemos fazer uma parceria por ser algo muito caro de manter.

Quanto a TV, quando iniciou?

Em 1989, já retransmitindo a CNT. Desde o início foi para o ar. Fui o primeiro apresentador de programa policial do Amapá, chamado Rota da Cidade, no primeiro ano da TV. Houve uma audiência muito grande. Claro que depois outros surgiram, mas o primeiro, digo de certeza que fomos o primeiro a abordar esse segmento. Depois demos uma parada na programação local, no início dos anos 1990, porque perdemos qualidade do sinal por problemas no transmissor. Adquirimos um, mas não foi suficiente para cobrir a cidade inteira. Passamos assim a retransmitir somente o sinal da CNT. Agora compramos equipamentos novos para retornar com sinal digital. Mas desta vez, com parceria.

Por quanto tempo ficou com esse problema?

Desde os anos 2000. O Rota acabou bem mais cedo, em 1992. O que tinha de polícia era o mesmo de hoje, mas com uma frequência menor. Existiam crimes impactantes, com teor de quantidade muito menor. Pelo o seu conteúdo policial, chamava muita atenção da população. Nossa audiência era muito grande. Era e sempre foi o único programa jornalístico na emissora. Também eram cinco profissionais. Não tínhamos redação. O repórter chegava já na ilha de edição, com o material gravado em forma de *stand-up* e eu apenas fazia os comentários em cima. Quando saímos do rádio, não existia dificuldade de verbalizar. Não necessitava de produção. Ele passava de 12h às 13h.

E como é essa parceria atual?

É um empresário do estado, que pediu para não revelar o nome. Ele não vai entrar no quadro societário, mas na divisão de lucros. Será o canal 33 agora. Ainda não tem previsão de entrar no ar, apesar de já termos comprado o equipamento, assim como a programação local. A princípio, vai retransmitir o sinal da CNT. Atualmente, o sinal sobre apenas parte de Macapá, principalmente nos bairros da Zona Sul, que é onde a emissora está localizada. A licença que possuímos é apenas para Macapá. A nova TV vai funcionar no mesmo espaço da rádio. Temos um espaço muito bom para isso. Neste momento da nossa conversa, a única preocupação é colocar no ar.

Eraldo, mudando um pouco de veículos, como se deu sua saída do quadro societário da 102 FM?

Foi para viabilizar a implantação da 101. Eu não tinha recursos para implantar a rádio e ser sócio de suas emissoras da mesma cidade é considerado monopólio. E tinha que tomar uma decisão. Precisei escolher entre os 100% de participação da 101 FM e os 40% da 102 FM, claro que preferi vender o que tinha lá, pegar o dinheiro e fazer o investimento aqui.

Eraldo, um dos atuais sócios da 102 FM chegou a dizer que houve o convite a você para de fato viabilizar a disputa da concorrência da compra da concessão por ser deputado federal. Você acredita que isso influenciou de maneira mais fácil mesmo?

Não porque essa concessão foi vendida e não dada pelo governo. A concessão da 102 FM já existia, então o governo vendeu a concessão, embora o preço não tenha sido alto. Só que naquele ano, não tínhamos no Amapá empresários que se interessassem pelo rádio. Não acho que minha participação influenciou, até porque não mantinha relação política tão importante que pudesse favorecer. Conto com o fator sorte, mas o mandato ajuda porque se aproxima do poder. Quem falar que não aproxima do poder, está dizendo bobagem. Fui chamado para a sociedade e participei pelo fato de ser mais radialista mesmo. O sonho de um jornalista é ter seu próprio jornal e do advogado é ter seu escritório. Meu sonho era ter emissora de rádio por ter trabalhado nisso. Tinha a maior vontade de ter a minha emissora. Eu diria que sou um cara abençoado porque consegui isso.

Só para ficar claro, da 102 FM foi comprada. As outras eram doadas?

Sim, foram dadas. Como na 102FM o governo havia montado uma estrutura de equipamentos, não poderia ser dado. Deveria ter se desfeito.

Pois é, queria entender porque as concessões da rádio Cidade e TV Cidade foram dadas a você, o que pesou para isso?

Uma concessão na época, antes das licitações, eram naturalmente dadas pelo governo federal, que estudava sobre os sócios e do capital disponível. Eram esses critérios. Atualmente, não. Hoje é preciso fazer um edital e lá estabelecer um critério de acordo com a legislação vigente.

Como poderíamos caracterizar as linhas editoriais da rádio Cidade e TV Cidade?

São linhas populares. Damos voz ao que o público quer dizer. Quando determinados setores querem influenciar, podemos até dar espaço institucional ao governo, mas nunca carregamos a característica de ser chapa branca. Talvez por isso sempre foram bem consumidas pelo público.

APÊNDICE F – Entrevista com a jornalista Alcinéa Cavalcante

Para começar, Alcinéa, gostaria que você me falasse por quais veículos de comunicação você passou na imprensa do Amapá

Em Macapá, eu passei pelo Jornal do Povo, o primeiro jornal diário da cidade, Amapá Estado, Diário do Amapá. Também colaborei como freelancer com muitos outros jornais.

Começando pelo Jornal do Povo, quando e como foi que ele surgiu?

Se não me engano foi em 1963. O Haroldo Franco, que foi um dos editores da Folha do Norte e o Diário do Pará, resolveu montar um jornal porque acreditava que o Amapá já merecia ter um jornal de verdade. Comprou o parque gráfico de um jornais de Belém que estava mudando a sua gráfica. Montou na Diógenes Silva, quase de Esquina com a Rua Leopoldo Machado. Também trouxe o Valmir Botelho, que era editor do Liberal, e Elcio Martins, do Acre, para dar um cursinho para quem quisesse trabalhar em jornal. Nessa equipe tinha o Raimundo Rodrigues, Edgar Rodrigues, Edvaldo Leal, Odilardo Lima, uma equipe muito boa. O que ele quis? Um jornal diário e não tinha aquela história de não tirar edição na segunda-feira. Nesse dia, ele era praticamente 90% apenas esporte. Não sei precisar quanto tempo durou. O Haroldo investiu bem na equipe. De vez em quando ele levava alguém para aprender ainda mais no Pará. Mas depois, o jornal virou semanário. De qualquer forma, foi uma grande escola.

Virou semanário por causa de custos?

Custos e também porque quando o Haroldo montou o jornal, ele entrou de licença premio da carreira de professor da UFPA. Ele ficou seis meses direto em Macapá. Depois ficou indo e voltando, o que complicou na atividade do jornal. Ele ficou mais de um ano na circulação diária.

Como você entrou no jornal?

Eu já tinha trabalhado em rádio e o Haroldo chegou em casa por ser muito amigo da família e falou para eu trabalhar com ele no jornal. Acreditava que não conseguiria e

dizia que não sabia nada de jornal. Mas ele falou que filho de peixe, peixinho é. Ele insistiu e fui. Foi uma grande escola porque naquele tempo, o que acontecia em Macapá? Tinha que procurar muita notícia para preencher um jornal diário e com bastante texto porque naquele tempo não se usava fotos.

O jornal do povo era quantas páginas e como era feito seu preenchimento?

Eram oito páginas e às vezes variava para 12. Existia uma página de esporte, uma de polícia, as de cidade e políticas. A maior fonte era a Câmara de Vereadores. Quando assistíamos uma sessão, uma indicação de um vereador pedindo a instalação de uma torneira pública em tal bairro, por exemplo, já sugeria que naquele lugar os moradores não tinham acesso ao serviço de água. Isso virava matéria. Funcionava muito nesse sentido. Também o governo era nossa fonte.

O jornal do povo viveu qual governo e como era a relação?

Era essa relação que a gente conhece: a boa relação. Naquela época então existia uma relação de proximidade com os governos?

Existia porque não me consta que tenha entrado dinheiro do governo no jornal do povo pelo menos na época que era diário, mas quando era semanário e começou a entrar. Na época que era diário, não me consta. Nosso foco era governo e câmara. E assim, se fosse algo contra o governo, no outro dia, já estavam fechados entre eles. Se hoje já é difícil, imagine naquela época.

Tinha muita censura no jornal do Povo, já que viveu anos da ditadura?

O jornal do povo chegou a ter os equipamentos apreendidos pela Polícia Federal, mas não me recordo como se deu isso. Mas sei que foi apreendido.

Como era a sustentabilidade do jornal, como se mantinha?

Olha, muito veio do bolso do próprio Haroldo. Como era o pagamento? Ninguém trabalhava de carteira assinada e no sábado, ele dava um vale que se fosse hoje,

seria mais ou menos R\$ 50, e não reclamávamos porque gostávamos de trabalhar no jornal.

Mas era a principal receita dos que estavam ali?

Era porque todos eram muitos novos, estudantes ainda. Mas o Haroldo também teve muitos colaboradores. O Valmir e Élcio, por exemplo, ficavam hospedados no Macapá Hotel por algum tempo. Então era assim. Esses dois recebiam salários, mas o resto da turma era na base do vale. O pessoal da gráfica era na base do vale também. Ainda existia alguns anúncios pequenos e o Haroldo de vez em quando convidava um empresário para ser sócio. O Marlúcio Serrano, por exemplo, foi um deles. Ou às vezes, o Haroldo os colocava como diretores e como os empresários tinham dinheiro, investiam no jornal.

O empresário tinha autonomia para decidir sobre o jornal também?

Não. Era apenas para colocar nome de diretor lá e as coisinhas dele na coluna social. Além do Marlúcio, lembro que também teve o Nilde Santiago ex-prefeito de Itaubal e deputado, Henrique Duarte, engenheiro dono de construtora. Acredito que quando esses empresários se tocavam que estava gastando muito, ele saía e o Haroldo pegava outro. [Risos].

Você ficou até quando no jornal do Povo?

Trabalhei lá até 1976. Depois, em 1977, ele passou a ser semanal. Fui embora estudar fora do Amapá, mas de vez em quando mandava alguma coisa. O jornal do povo era apenas com notícias locais. Algo de âmbito nacional ou internacional era apenas quando tinha um acontecimento bem relevante, que pegávamos no rádio.

E no jornal fronteira, como era esse jornal?

Bom, o Fronteira era do Ezequias Assis, Silas Assis e o meu pai, o Alcy Araújo. Montaram como semanário, era gosto de ler, mas nesse caso já entrava dinheiro do governo porque apoiavam o Barcellos. Não me recordo o ano do surgiu, mas sei

que funcionava na Rua Tiradentes, no Centro. A redação funcionava praticamente na casa do papai. Quem escrevia no jornal eram eles três, e eu de vez em quando, assim como Fernando Canto, na Cultura, e João Silva, o esporte. Entregávamos o material e a impressão ocorria em Belém. O jornal parou por um tempo. Também não sei o motivo disso, mas reabriu anos depois apenas com o Ezequias e o Luís Melo. O Alcy e o Silas abriram mão do nome do jornal.

Como era alinha editorial do fronteira?

Era diversificado. Naquela época, até o tempo do Fronteira, a política tinha o quê? Elegia-se apenas dois deputados federais, não tinha Assembleia Legislativa, não tinha senador e nada mais. Quando era ano político, surgia apenas aqueles que duravam o período eleitoral. Na editoria de polícia, era muito complicado porque não tinha muitos crimes. Um carro encostar no outro era praticamente tratado como um acidente, mesmo não tendo machucado ninguém. O que deu de polícia mesmo, com crime de repercussão foi o encontro de um cadáver perto da agência do Banco do Brasil, na orla de Macapá; uma mulher que havia matado uma bebezinha ao tê-la jogado no canal no Centro; um amigo nosso encontrado morto no Gruta. Então era muito raro ter casos desse tipo na época. Quando tinha um crime nesse estilo, ficávamos suitando quase um mês.

Os jornais eram bem vendidos...

O jornal do povo era vendido a um cruzeiro, isso eu lembro bem. No Fronteira não me recordo. Falo mais do jornal do povo porque passei mais tempo lá e era um jornal diário. Não tínhamos carro para cobrir as pautas. Depois que o Corrêa Neto entrou, aí pegávamos carona com ele porque ele tinha um fusca. Quando o Corrêa aparecia no jornal para fazer a coluna, na saída dele, pedíamos uma carona. Como morávamos perto. Quando saíamos de casa, cada jornalista passava cedo na banca para pegar um jornal e de lá íamos a pé para fazer a notícia. Se a gente conseguisse pegar pelo menos três notícias de manhã cedo, escrevíamos no jornal. Caso contrário, a gente aparecia apenas depois do almoço para fazer essas da manhã e corre atrás de outras. Saíamos apenas a noite e todos gostavam antigamente. Era muita sacanagem, brincadeira, era uma cachaça. Terminávamos a

matéria, mas não queríamos ir embora. E muita gente aparecia lá na sede do jornal para comprá-lo. O Horóscopo fazia sucesso, tanto que quando não saia, alguns leitores reclamavam porque se sentiam enganado com a esperança de comprar o jornal para ser a coluna.

Qual era o público, então do Jornal do Povo?

Atingíamos tanto classe baixa e alta. A baixa gostava do esporte e política. Na classe alta, como éramos o primeiro jornal que podemos dizer ser sério, todo mundo queria sair no jornal. Um secretário de estado, por exemplo, se estivesse em alguma reunião, ele parava para atender os jornalistas do jornal do povo. O jornalista do jornal do povo era tratado com tapete vermelho porque as autoridades queriam sair no jornal. Apesar de não ter fotografias, o nome deles aparecia. Tinha o rádio, mas as palavras, o vento leva. Com o jornal, não. Ele fica na biblioteca e é guardado. Como não estavam acostumados com isso, eles tratavam bem e davam a informação que o jornalista queria. Ninguém pegava chá de banco. Então quando o secretário dava uma entrevista, no outro dia, ele mesmo comprava uns 50 exemplares para guardar, dar para os amigos, mandar para os familiares de fora. Imagine na coluna social, então. Se hoje ainda tem uma briga, imagine naqueles anos. Quando alguém saia na coluna social, a pessoa comprava então 100 exemplares.

Já o Amapá Estado, como foi a sua concepção?

Bom, o Silas [Assis] sempre foi de querer montar um monte de jornal, sempre semanal e rodava em Belém. Depois, ele cansava da rotina, acaba em dívida e passava um tempo e abria outro. Quando foi uma vez, resolveu igual o Haroldo Franco montar um jornal sério, com offset, já que o jornal do povo era estilo linotipo. O Silas montou o Amapá estado, começou semanalmente e disse para os jornalistas que havia mudado...

Ele era estilo chapa branca?

Fazia negociatas. Mas disse que havia mudado porque o povo do Amapá merecia. Estava cheio de intenções. Ele montou um parque gráfico e nesse tempo, o Jornal

do Dia também fazia a mesma coisa. Ficou então aquela expectativa de qual jornal impresso da cidade seria o primeiro a ser *offset* em Macapá. Cheios da vaidade. O Silas montou uma equipe boa, uma redação legal. A primeira impressão foi muito elogiada pela qualidade do papel, da impressão...

Mas saiu primeiro que o Jornal do Dia?

Saiu uma semana antes. Foi num domingo, Dia das Mães, dia 8 de maio e o Jornal do Dia, em 15 de maio. O Jornal do Dia já rodava antes em Macapá, mas era impresso em Belém. A disputa era para ver qual seria o primeiro a ser impresso em *offset* em Macapá.

Isso foi em qual ano?

1988

O Amapá Estado durou muitos anos, não foi?

Sim, era um jornal muito bom. Mas certo momento o Silas teve um desentendimento com os filhos, o Silas Jr. e o Silvio, e resolveu largar. Os dois não entendiam nada de jornal e não conheciam ninguém. Como não conheciam o poder, o governador, secretário e nada, não tinham como chegar até eles. Isso por outro lado, deu liberdade para gente fazer um jornal bacana. Era bonito, imparcial entre aspas porque digo que não existe imparcialidade em nada. Depois, os irmãos começaram a frequentar o poder e desandou.

Esse jornal durou início dos anos 2000?

Sim, mas o período bom dele começou em 1987 e foi até 1989 ou início de 1990, sendo um bom jornal e todo mundo elogiava.

Se pudéssemos caracterizar a linha editorial do jornal, como seria?

Ele não era político no período inicial porque tinha política, notícias nacionais, esporte, cultura. Ele tinha 16 páginas e havia edições que saia com muito mais,

além dos cadernos em datas especiais, como no Natal, que tinha um específico, com crônicas, poesias, lendas e imagens da data. Tinha também um encarte infantil, em tamanho tablóide, com fotos e desenhos das crianças. Os pais mandavam as fotografias e desenhos feitos por seus filhos para saírem no jornal e dava uma boa venda. Em 1990, quando tivemos a primeira eleição, começou a decadência editorial porque veio a questão de apoiar tal candidato. Nesse caso, apoiou o Barcellos para o governo. No entanto, deixavam eu colocar o Gilson Rocha, do PT. Era sempre assim. Tudo abria com o Barcellos e no segundo parágrafo com o Gilson. No segundo turno, quando estava entrando muito dinheiro e pediram para irmos para baixaria, dizendo que o Gilson batia em mulher, disse que estava fora e saí. Desse jeito não fiquei. Para presidente, eles apoiaram o Collor. Para deputado estadual o Júlio Miranda.

O jornal tinha um pensamento ideológico de centro direita?

Bastante. O Júlio Miranda era uma espécie de sócio sem aparecer.

Lá no Amapá Estado, Fronteira e Jornal do Povo eram de carteira assinada?

No Amapá Estado tinham jornalistas com carteira assinada, mas eu não quis porque era funcionária federal e não me interessava. No Fronteira e Jornal do Povo não assinavam carteira dos jornalistas. Os jornais que começaram a assinar carteira mesmo no Amapá foram o Amapá Estado, Jornal do Dia e Diário do Amapá. Antes, não lembro de alguém ter assinado.

Nessa época, os donos dos jornais exigiam algum tipo de expertise para trabalhar?

Às vezes o cara tinha apenas ensino médio e curso superior era em outra área. Então as escolhas eram pela escrita da pessoa, não escrevendo cachorro com X, além do faro de repórter. Era feito um teste. O editor contava uma história e você teria que escrever uma notícia. O português era o primeiro ponto a ser analisado. Depois, o faro jornalístico e em seguida se sabia organizar as ideias. A última fase mandava a pessoa para a rua. Essa desse jeito.

Agora as pessoas procuravam emprego nos jornais ou era mais no convite?

Procuravam muito. As pessoas diziam lá que gostavam do jornal e que tiravam 10 nas redações da escola. Naquele tempo também o jornalismo era dito como o quarto poder, né?

No Amapá Estado, eram quantos profissionais?

Era uma equipe grande. Tinha o João Silva, no esporte. Na polícia, eram três jornalistas. Em cidades eram quatro ou cinco de cidades. Também estavam a Tica Lemos e o Jara Dias. Era uma equipe grande. Eu editei no início e como a equipe era grande, dava para cumprir a carga horária de cinco horas. Era uma equipe pela manhã e uma a tarde. Às vezes as pessoas nem cumpria as cinco horas porque se chegasse da rua com as matérias e terminasse antes, poderia ir para casa.

No Jornal do Povo não existia uma estrutura quando na logística do repórter. No Amapá Estado como era essa questão?

No Amapá Estado tínhamos carros à disposição. Todas as salas com ar condicionado...

De onde veio todo esse dinheiro para investimentos?

Não se te dizer como o Silas sustentava. Mas tinha anúncios, vendas, e muita mídia do governo federal, que era uma grana boa.

O Amapá Estado era o principal periódico do início dos anos 1990?

Sim. Apesar de ser semanal, dava banho no Jornal do Dia, que era de circulação diária. A ideia inicial do Amapá Estado era chegar a ser diário, mas chegou a ficar apenas no máximo até três vezes por semana.

Mas no Fronteira foi assim também quanto a carga horária?

Não. Os únicos que começaram a cumprir normas foram o Amapá Estado, Diário do Amapá e Jornal do Dia. O restante era mais na base da colaboração. Os editores, por exemplo, eram sempre os donos. O pessoal da reportagem recebia um agrado financeiro. Como não tinha curso superior no amapá, os jornalistas queriam mais era aprender.

Você lembra da primeira equipe do Jornal do Povo?

Eu, Elcio Martins, Valmir Botelho, Fernando Rodrigues, Raimundo Rodrigues, Edivaldo Leal, Odilardo Lima e na coluna social a Maria Augusta. Eram oito pessoas, uma equipe grande. Ainda tinha o papai que escrevia os editoriais e o Corrêa Neto para fazer colunas. Mas na reportagem, era o Fernando, eu, o Edivaldo, Raimundo e Odilardo.

No período inicial do Amapá Estado, você como editora do jornal sofria muita interferência no seu trabalho por parte dos donos?

Não. Como os irmãos eram muitos jovens e não sabiam como funcionava o poder, eles ainda não conheciam ninguém. Isso ajudou o jornalismo.

APÊNDICE G – Entrevista com o jornalista Randolph Scoot

No Amapá, como se deu o início da sua carreira no jornalismo?

Comecei na Gazeta Trabalhista. Ele iniciou para ser diário, mas foi semanal. Logo depois virou Jornal do Dia. Quando ficou pronto o projeto para a Gazeta se tornar diário, acabou virando o Jornal do Dia. Os primeiros editores eram o Édi Prado e o Astrogecildo, do Pará. Ele vinha só para editar o jornal.

Esses jornais da família Pereira foram criados como se fossem uma espécie de vitrine para o Júlio?

Na realidade, o Júlio não gostava de estudar. O pai deu tudo para todos os filhos e como ele quis ser político, o pai financiou. Ele quis ter o jornal, o pai financiou. O José Arcângelo, que é irmão do Júlio, e na minha concepção, o melhor dermatologista que conheço no Amapá, também queria ser jornalista. Eu até disse para o José pedir uma clínica, mas ele queria fazer uma coluna no Jornal do Dia. Mas esse sonho do jornalismo veio do Júlio Pereira. Foi questionado e tudo, mas cobriu um dos maiores buracos do jornalismo do Amapá na época, que era a circulação diária.

Como foi o início?

Era uma circulação que eu chamo de pré-diário. Fechávamos o jornal às 19h de um dia, mandava para Belém e retornava no voo do início da noite seguinte para ser colocado nas ruas um dia depois. Por isso eu chamo de pré-diário. Ele saía todo dia, mas a produção dele não ocorria com um dia antes, mas dois dias.

E como era trabalhar as notícias pensando nesse lapso temporal?

Algumas davam até problema, mas aí veio o talento do Édi Prado e o Astrogecildo. Além disso, veio a repórter Edna Bueno, uma das primeiras repórteres do Jornal do Dia. No meu caso, como era repórter policial, era dado uma vertente além do factual. Tinham as mesmas barbaridades de hoje em dia. Chegávamos sempre antes da polícia porque no nosso carro existia um rádio com frequência no rádio da polícia. Era acompanhado sempre de um fotógrafo. Fizemos fotografias que você

nem imagina. Como trabalhávamos com esse problema no tempo da circulação do jornal em relação ao fato, também deixávamos de dar algumas afirmações, justamente para deixar a sequência para a próxima edição.

Como esse sonho de Júlio de se projetar influenciou no Jornal do Dia?

Ele usava politicamente o jornal como todo mundo faz no Amapá até hoje, algumas vezes batendo nos seus opositores.

No caso do Jornal do Dia, o periódico era oposição a alguém?

Dependia sempre do Júlio Pereira. O Jornal do Dia batia muito no Barcellos. Tinha edição que a dona Marinha era chamada até de prostituta [Risos]. Mas quem fazia essa coluna era o próprio Júlio com o José Arcângelo, em uma coluna. Eram a "Dia-Dia". Agora, nós profissionais, tínhamos a preocupação de fazer a coisa bem feita. Quando cheguei na redação pela segunda vez, já nos anos 1990, depois de um tempo em Brasília, mandei meu currículo e quem estava na direção era a dona Nerinha Pereira. Como constava minha experiência fora do Amapá, ela pensava que eu não era daqui. Então quando eu mandei, me contrataram sem conversar comigo. Depois caiu na real que era daqui. Nisso, certa vez o José Arcângelo me chamou na sala dele para eu dizer o que eu achava ser uma notícia. Expliquei sobre o interesse público e tudo mais, daí ele veio com aquela história do homem que morde o cachorro. Olha a visão dele sobre o jornalismo [Risos]. Mas na verdade, no dia anterior, eu havia feito uma matéria sobre o Barcellos e não sabia que eles estavam em rota de colisão com o governo. Ele me perguntou o motivo de ter feito aquela matéria e disse que o jornal era deles e se eu quisesse dar alguma opinião sobre alguma coisa, eu precisaria montar meu próprio jornal. Eles são assim até hoje. A partir desse dia, percebi que deveria dançar conforme a música.

Como a concorrência era vista pelo Jornal do Dia?

Ele era diário, então tinha que sair sempre na frente. De 1989 para 1990, eles compraram a gráfica. Fiquei lá até 1993.

Qual o tipo de marco que o Jornal do Dia deixou no jornalismo local na sua opinião?

Ele foi o primeiro jornal diário, conseguiu formar a primeira geração de jornalistas sob a orientação de Édi Prado, que foi o primeiro jornalista formado no Amapá com outra mentalidade de jornalismo que era praticado aqui. Foi um divisor essa orientação, pois até os textos começaram a ganhar outro corpo. Depois ainda veio o Marcelo Roza, também do Rio de Janeiro.

Quando o Jornal do Dia comprou a gráfica própria, no que isso mudou no jornalismo?

Muita coisa. O tempo para fechar as matérias passou a ser mais ágil. O jornal também trouxe jornalistas de fora para dar treinamentos para os seus profissionais.

Tem uma questão é sobre a impressão em off set do Jornal do Dia, que diz ter sido o primeiro do Amapá. Por outro lado, outro entrevistado, a Alcinea, comentou que o Amapá Estado foi o primeiro. O que você sabe sobre isso?

Bom, se a Alcinea falou pode anotar. É confiável porque ela é muito séria quando se trata da história da imprensa do Amapá.

APÊNDICE H – Entrevista com o jornalista Roberto Nascimento

Roberto, como você começou na Folha do Povo?

Eu iniciei em 1983 como estagiário. Em 1984 virei revisor e depois passei a ser redator, editor e por último dono do jornal. Virei em 1985 e saí na metade de 1986, quando eu entreguei minhas cotas para o José Jansen Costa, meu sócio majoritário. Entrei lá pelas mãos do Rodolfo Juarez. O processo de montagem era bem artesanal, com chumbo fundido a quente, ainda com tipografia. Era bem rudimentar, mas era o que tinha na época. Estávamos em vias de receber no Amapá a impressão *offset*, com chapas de alumínio. No nosso caso, as fotos ainda eram feitas no clichê na linotipo

Como foi o processo de venda da sua cota para o jornal?

Na realidade, quando eu sai, o jornal terminou, porque o Jansen, que era majoritário, estava com problema de fígado e hepatite C. Além disso, estávamos com uma dívida muito grande com o INSS. Quem assumiu a responsabilidade da empresa foi o irmão dele, o Jaci Jansen. Para eu não sair como devedor, eles pediram para que eu repassasse as cotas de graça. Assim eu procedi. O Jaci chegou comigo e disse que se eu continuasse, teria que também arcar com as dívidas. Como estava começando e não tinha experiência empresarial, não saberia mensurar àquela altura da minha maturidade a forma como poderia sanar tudo aquilo. Então, preferi abrir mão.

E como foi esse fim do jornal?

Encerramos semanal. Terminou na redação, o Jansen e mais oito pessoas.

Essas dívidas eram resultado de quê?

A imprensa aqui tem essa relatividade com o poder público. O contrato com o poder público foi encerrado. O Jansen, por exemplo, tinha uma briga com o Azevedo Costa. Infelizmente o Amapá continua desse jeito. Como a comunicação é cheia de altos e baixos, acabamos tendo dificuldade. Não houve alternativa por causa da relação com o principal parceiro do jornal. E não tem alternativa em uma economia

incipiente como a nossa, totalmente estatizada e dependente de recursos federais. Não temos economia forte no setor privado. Se hoje, de cada R\$ 1 que entra na economia, 0,75 centavos são da União, imagine naquela época.

Antes disso, como era a relação com o governo?

Como jornalista empregado do jornal, recebia determinações de cima e havia alinhamento com o Barcellos. Agora as relações que se davam entre ele e a direção não têm como te dizer. Depois, quando eu assumi as ações, houve estremecimento com o governo da época a partir do dono majoritário, o José Jansen Costa.

Em que ano terminou o jornal?

Em 1986. Eu entrei no jornal em 1985.

Ele circulou em Santana?

Sim. Nesse período, ainda colocamos o encarte a Folha do Porto. Foi o primeiro a circular lá, pelo o que tenho de informação.

APÊNDICE I – Entrevista com o jornalista Rodolfo Juarez

Qual foi o primeiro que o senhor começou a trabalhar?

Iniciei na primeira versão da Folha do Povo como colunista. Depois, eu entrei como sócio com o Zelito, Haroldo Franco e o Marlindo Serrano. O Ezequias trabalhava conosco na Secretaria de Obras e eu era engenheiro.

Como foi o surgimento da primeira versão?

Na primeira versão, como o Haroldo Franco vivia disso, e ele morava em Belém passando alguns dias aqui e retornava para Belém, onde tratava da redação final. Na época, estavam nascendo ainda as impressoras de velocidade. Aqui mesmo em Macapá, quando eu fiz a Folha do Povo, ela era feita a quente comigo. Neste jornal que entrou o Roberto Gato, Paulo Silva, Joaquim Neto, essa turma toda. Nosso endereço era ali na Mendonça Júnior, quase esquina com a Eliezer Levy, em galpão grande. Depois, na sociedade, veio o Jansen Rodrigues. Fiz um curso no Rio de Janeiro e nos conhecemos lá. Ele trabalhava com gráfica e juntamos o jornal com a gráfica dele, o que motivou a vinda dele para o Amapá. Com um tempo, eu sai do Folha do Povo e repassei minha cota para o Roberto Gato e Nilma Siqueira. O jornal era de 1976 e em 1984 fomos para Santana porque lá o espaço era maior e comportava a gráfica. Foi o primeiro jornal que Santana teve na cidade. Não tínhamos rotativa, então o jornal era a quente, tudo no chumbo derretido. O custo era alto, mas o jornal sustentava a gráfica e visse versa. O principal problema naquela época era a continuidade do jornal. Tinha que ter muita gente, uma boa gráfica, fora os jornalistas e administração. Éramos 18 pessoas.

A Folha do Povo tinha qual periodicidade?

Primeiro ele começou semanal. Depois foi para um dia sim e um dia não, ficando três vezes por semana.

Por que mudaram para cada três dias?

Tinha muita informação. O custo aumentou, mas o problema não era nem esse. O grande desafio era a confecção no jornal porque se terminássemos umas 16h, ele só seria finalizado na gráfica umas 4h da madrugada.

Como o jornal se sustentava?

Não chegava a ser venda porque não dava para cobrir os custos. A sustentação vinha principalmente pelo patrocínio do governo e do comércio local.

E a linha editorial?

Era bem independente. Sempre quando fui dirigente, a linha era bem independente. Mas como funcionário, ela pela decisão do conselho editorial do jornal e não por mim. O jornal fazia jus ao nome, tinha uma boa aceitação e era bem vendido. Os jornais a época tinha uma característica porque fazíamos uma quantidade e as vezes a metade já tinha dono. O governo mesmo pedia. No caso do Barcellos, por exemplo, não entregávamos diretamente para o poder executivo, mas eles compravam para o jornal na banca. O governo pagava o que era adquirido pelos funcionários. Também havia matérias encomendadas, como questões de publicidade na administração pública. A CEA, por exemplo, deveria publicar seus balanços financeiros imensos no jornal. O mesmo ocorria com os editais. Entre venda e publicidade, a publicidade era sempre maior, chegando a 80% do faturamento do jornal. Isso quando a venda ainda era boa. A tiragem variava de 1 mil a 1,2 mil.

Essas tiragens dos jornais antigos eram maiores que os atuais?

Sim porque agora tem a concorrência pesada das redes sociais e internet. Ah, também tínhamos uma força muito boa nas assinaturas. Metade da produção de venda era de assinantes, tanto que haviam quatro pessoas para entregar os jornais as 5h da manha na cada dos leitores.

Como era a equipe reportagem?

Todos tinham carteira assinadas. Muitos até hoje tiveram o Folha do Povo como o primeiro jornal a assinar carteira deles. O detalhe é que todos trabalhavam para a gráfica. Era ela quem contratava o pessoal, o que fazia a gente seguir todas as regras trabalhistas, com todos os benefícios. Eles eram contratados como

jornalistas. Existiam quatro repórteres, um fotógrafo e um ajudante de fotografia. Naquela época, era os fotógrafos era o tipo de profissional mais difícil de encontrar.

Como surgiam as notícias naquela época?

Não era muito difícil, não. Era fácil. Claro que não se compara como hoje, que tem até as falsas. As colunas eram uma página somente de notícias. A do Wilson Sena era uma página com várias notinhas. Em minha opinião não faltava notícia. Todos escreviam muito. Tudo na máquina de escrever. Tivemos a sorte de algumas pessoas que trabalharam com a gente que não se importavam de ensinar, como o Isnar Brandão. Eles orientavam os jovens jornalistas que estavam ali começando.

Qual era o perfil editorial do Folha do Povo buscava?

O Social era muito forte porque as pessoas gostavam de se ver. Mas o carro chefe era política e esporte. No caso de polícia, não tinha tanta coisa.

Por que o Folha do Povo acabou já que se consolidou no mercado?

Porque morreu o Jansen. Ele era um profissional exemplar. Eu sai por necessidade porque estava fazendo meu doutorado na Fundação Getúlio Vargas, necessitando por quatro anos me revezar entre Macapá e Rio de Janeiro. Eram seis meses lá e seis meses aqui. No meu segundo retorno em Macapá, cheguei e vi que estavam com problema com imposto de renda e outros tributos. Para piorar, o Jansen morreu. Os outros eram muito interessados, mas tinham problemas com administrativos. Além do mais, antes de morrer o Jansen fez um empréstimo para o negócio. A esposa dele ficou com as maquinas e o restante foi dividido entre os acionistas. Isso foi em 1985.

Depois do Folha do Povo, você foi para qual jornal?

Quando eu retornei no doutorado, continuei no setor público e só vim pegar em jornal de novo no Jornal do Dia, quando foi montava uma equipe comigo, Paulo Silva, Carlos Lobato, Humberto Moreira e outros. Fomos para lá para dar outra cara ao jornal.

O Paulo Silva usou a expressão de que o Júnior queria tornar o JD uma Folha de São Paulo. Seria isso mesmo?

Sim, mas depois o Otaciano Júnior deixou o jornal. Eu, além de fazer as matérias de política, também trabalhava nas de cidades. O sonho dele refletiu na estrutura, tanto que o primeiro ano foi muito bom. Tiveram algumas questões de ordem política, no entanto. Houve uma capa que colocamos na rua com o Giovani Borges, apontando o dedo na cara não sei de quem. Deu o maior problema. Não sei se essa questão que acabou desmotivando o Júnior. Mas acredito que a grande desmotivação foi a falta de receita. Ele imaginou uma reforma da gráfica e uma agencia de publicidade, sendo o Jornal do Dia um dos produtos. Mas essa agencia não funcionou. Além disso, tinha muita gente para comer do jornal. São quatro irmãos na família.

As empresas do grupo não injetavam dinheiro?

Injetavam, mas deveria ter o retorno, o que não apareceu. Assim como não deu certo a Omega, que era a agencia. O plano era bem montado. O Júnior não disse quem pensou naquilo. Ele falava pra gente que era ele, contudo, o Júnior não tinha essa capacidade de ter pensado tudo isso. Ele cuidava mais das outras empresas. Só de concessionárias, eram seis pertencentes a família, mais o jornal e a televisão que ambicionavam. Chegamos a ter uma parceria com a TV Nazaré, com um programa do Jornal do Dia, veiculado uma vez por semana. Hoje não tem mais e o jornal praticamente acabou.

Por que o Jornal do Dia mergulhou tão fundo nessa crise?

Montaram uma estrutura muito grande. Compraram uma máquina para rodar 2 mil jornais por minuto, por exemplo. Era um parque gráfico imenso e tudo apenas para o jornal, o que foi o erro. O Sarney conseguiu o financiamento pela Suframa e não conseguiram pagar. Quando a carência do empréstimo acabou, não tinham dinheiro. O próprio Júnior chegou a me falar isso.

2 mil jornais por minuto é muito acima da capacidade do mercado local, né?

Sim, porque também havia muitos problemas na entrega e comercialização do jornal. A ideia era muito boa do Júnior no papel, com equipe boa e estrutura. Mas faltou distribuição e um bom comercial. Era uma equipe cara, todo com uma história. Meu salário, para se ter uma ideia, era R\$ 4 mil, o que era muito na época. Quase todos os jornalistas mais velhos ganhavam a mesma coisa. Também houve um investimento grande no prédio, com os setores todos separados. Agora, o jornal passou a ser feito somente por estagiários, as matérias começaram a não despertar mais interesses. Nesse caso do dedo do Giovani, por exemplo, o jornal teve que pagar R\$ 2 milhões. Só não pagamos porque houve uma questão política que fez a juíza entender que não era aquilo o que o Giovani acusava. Dessa equipe contratada pelo Júnior, fui o último. Saí porque não pagaram mais. Não lembro o ano, mas acredito que de 2006 a 2012.

E nos anos 2000, no Leia Agora, que o senhor trabalhou como superintendente, como era o jornal?

Ele tinha um futuro muito bom, uma ótima proposta, mas o proprietário era político, que no caso se tratava do Edinho Duarte. Se mexesse com o Edinho, era porrada no jornal. A resposta do Edinho era através do jornal. Ele quem conduzia essas respostas aos seus adversários.

Conduzia de que forma?

Administrava essas questões políticas. Quando se tratava de política, era com ele. No comercial, havia uma funcionária muito boa, que conseguiu capitalizar anunciantes.

Hoje, o Edinho está preso, mas ele comentou com o senhor da razão de querer montar um jornal?

Ele sempre participou de alguns jornais, mas queria um que fosse dele mesmo. A equipe era grande, com jornalistas designados por editoria, com esportes, política, cidades, além de fotógrafos. Ao todo, somente no jornalismo eram 11 pessoas, sem contar com o pessoal da gráfica, que era própria do jornal. Todos de carteira assinada.

Ele terminou por qual motivo?

A oficina tem que ser bem administrada e em uma campanha política, o Edinho fez muito material de propaganda eleitoral, com santinhos, cartazes e outros materiais e ninguém pagou. Aí começou a enfrentar dificuldade financeira o jornal. Aqueles que se elegem não querem pagar e ele tinha uma ambição de ser líder político, culminando no trato amistoso com todo mundo, tanto que o Edinho não colocou ninguém na Justiça.

Como foi esse fim?

Não foi de repente, foi devagar. Na cabeça do Edinho, o jornal está pronto para retornar a qualquer momento, só não está na rua porque se encontra preso. O fim foi devagar, terminando com oito pessoas no jornalismo. A gráfica ele acabou vendendo. Jornal é assim: ou dá gosto ou desgosto.

Tinha um alinhamento com o governo?

Ele gostava de utilizar o jornal para mostrar que estava vivo. Não agredia, mas criticava aqui outra coisa ali. Só para dizer que sabia. Foi no segundo mandato do Waldez e existia patrocínio. Depois, no governo Camilo, também tinham uma pequena cota.

O Leia Agora também foi em Santana, como foi isso?

Era apenas para o Edinho ter um braço político lá. O Edinho já possuía uma televisão lá no município. Ele chegou a vender essa televisão depois para o Felipe Edson, o empresário. O público de Santana era o mesmo de Macapá, assim como o mesmo objetivo. Em Santana, o Leia Agora chegou até ter um programa na 92.3 FM.

O Leia Agora tinha qual periodicidade?

Começou semanal, mas depois virou diário, quando eu entrei no jornal. A impressora chegou na oficina e passamos a circular diariamente. Estreamos a rodagem diária com essa máquina que chegou.

O Edinho interferia sobre o que saia ou não?

Sim, mas ele não aparecia todo dia no jornal. Algumas matérias que os jornalistas davam suas cutucadas particulares e o jornal tinha uma linha editorial bem definida. Eles recebiam pautas a partir de uma reunião. Ninguém saía para rua sem nada, a vontade. Todos trabalhavam cinco horas, conforme mandava a lei